



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA MARIA DA COSTA EVANGELISTA

**ARROZ E FEIJÃO, DISCOS E LIVROS: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DO
SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, SAPS (1940-1967)**

NITERÓI

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ARROZ E FEIJÃO, DISCOS E LIVROS: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DO
SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, SAPS (1940-1967)**

Ana Maria da Costa Evangelista
Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História Social.

Niterói
2012

E92 Evangelista, Ana Maria da Costa.

Arroz e feijão, discos e livros: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967) / Ana Maria da Costa Evangelista. – 2012.

262 f.; il.

Orientador: Jorge Ferreira.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 256-262.

1. Alimentação. 2. Cultura. 3. Trabalhador; aspecto social. 4. Política pública. I. Ferreira, Jorge. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.061

**ARROZ E FEIJÃO, DISCOS E LIVROS: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DO
SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, SAPS (1940-1967)**

ANA MARIA DA COSTA EVANGELISTA

BANCA EXAMINADORA

Dr. Jorge Ferreira
UFF (Orientador)

Dra. Andrea Casa Nova Maia
UFRJ

Dra. Helena Maria Bomeny
CPDOC

Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado
UNB

Dra. Karla Guilherme Carloni
UFF

Dr. Américo Oscar Guichard Freire
CPDOC (Suplente)

Dra. Giselle Martins Venâncio
UFF (Suplente)

Agradecimentos

Agradecimento Especial

À força de Deus em minha vida. Em meu dia a dia, tenho certeza de sua presença.

Ao meu orientador Professor Jorge Ferreira, que acreditou nesse projeto e o apoiou sempre, oferecendo-me subsídios teóricos para desenvolvê-lo. Jorge fez leituras rigorosas e justas de minha produção, ensinando-me a ler e escrever melhor textos históricos. Por isso, tem minha amizade, meu respeito e minha gratidão. Agradeço, a Deus por nossos caminhos terem se cruzado.

Falando em caminhos que se cruzam, tenho que agradecer a oportunidade de reencontrar a amiga Lucilia Neves Delgado com toda a sua generosidade e competência. À Lucilia minha amizade e eterna gratidão. Agradeço, ainda, as sugestões profícuas de Lucília e de Andrea Maia, quando integrantes da banca de qualificação.

À Lola e Fuad Yazbeck e à Maria Teresa Freitas, por sua contribuição em minha vida acadêmica.

Às pessoas que, através de seus depoimentos, dividiram comigo suas lembranças, tornando-se parte importante deste processo rememorativo: Eladir e Arnaldo dos Santos, Oswaldina Nascimento Nole, Ruth Bezerra Madeira, Maria do Carmo Veloso, Euthalia Tavares, Anna Maria de Castro, Henrique Veltman, Ary Vaisman, Norival do Canto, Adroaldo de Luna, Clodesmidt Riani, Élzio Bruni e Geraldo Jacometti.

Os mais sinceros agradecimentos

Às pessoas que Deus colocou em meu caminho para dividirem as alegrias e dificuldades de se viver em família: Ondina, Sérgio, Serginho, Adriana e Victor; Cristina, Fabiana, Yuri, Maria, Flávia, Bernardo. Amo vocês.

Aos demais parentes: tios, primos, enfim, todos com quem tenho o privilégio da convivência familiar.

Aos Professores que aceitaram compor a banca, pela leitura e contribuição dada a este estudo: Andrea Casa Nova Maia, Helena Maria Bomeny, Lucilia de Almeida Neves Delgado e Karla Guilherme Carloni; Américo Oscar Guichard Freire e Giselle Martins Venâncio.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense pela oportunidade de crescimento acadêmico que me proporcionaram.

Aos funcionários do PPGH da UFF, sempre tão solícitos e gentis, em especial Silvana, Roberto, Inês e David.

Às amigas: Cristina Aquino, Livete, Maria Helena, Rosely, Janete, Maria José, Celsia, Beth e Fabiana que sempre me incentivaram: obrigada pelo carinho e apoio.

À Professora e amiga Vera Mello Reis, que fez parte de minha formação acadêmica, a minha amizade.

Aos vizinhos: Ana e família, Magna e família, Marilene e família, Terezinha e família, por nossas relações cotidianas tão amigas.

Aos amigos do grupo de pesquisa coordenado pelo Professor Jorge, pela alegria de nossos encontros.

À Michelle pela amizade que construímos e quero cultivar.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, especialmente, Sheila Silva.

Ao Governo do Estado de Minas Gerais, com destaque para as funcionárias Núbia, Cláudia e Malu pela disponibilidade e polidez no atendimento.

À memória de meus pais José e Carmem pelo amor incondicional e exemplo de vida.

À memória de meus sogros Oswaldo e Dalca com respeito pelo que foram.

Ao José Luiz, meu amor e companheiro de todas as horas.

*Aquilo que revelo
e o mais que segue oculto
em vítreos alçapões
são notícias humanas,
simples estar- no- mundo,
e brincos de palavra,
um não-estar-estando,
de tal jeito urdidos
o jogo e a confissão
que nem distingo eu mesmo
o vivido e o inventado.
Tudo vivido? Nada
Nada vivido? Tudo.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este estudo tem como ideia nuclear compreender o sentido dado pelos trabalhadores e pelas camadas populares à política estatuída pelo governo Vargas, em 1940, traduzida como Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Essa autarquia era um órgão do Ministério do Trabalho e Previdência Social e fruto das realizações do trabalhismo construído no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A proposta do SAPS consistia em fornecer alimentação de qualidade e baixo preço para a classe trabalhadora e lhe proporcionar acesso a bens e atividades culturais. Para tanto, foram criados os Restaurantes Populares e, aglutinadas a eles, as Bibliotecas e as Discotecas Populares. No intuito de combater a fome e a carência nutricional, o SAPS assumiu a tarefa de educador alimentar, criando os primeiros cursos de Nutrição no Brasil. Além de nutricionistas, tais cursos formavam Visitadoras de Alimentação. Dessa forma, pode-se inferir que a instituição tinha múltiplas funções e que se tornou um espaço do trabalhador e das famílias com poucos recursos. Esses serviços foram extintos, em 1967, pela ditadura militar. Esta pesquisa tem como fulcro compreender como a classe trabalhadora se apropriou dessa política pública e o que representou sua extinção. A fundamentação teórica se baseou nos pressupostos da História Social da Cultura, da História Oral e dos estudos acerca de processos rememorativos.

Palavras-chave: alimentação – cultura – trabalhadores - políticas públicas.

ABSTRACT

The central idea of this study is to understand the meaning given by the workers and popular strata to the policies established by Brazilian president Getúlio Vargas in 1940, known as *Serviço de Alimentação da Previdência Social* (SAPS – Food Social Security Service). This autarchy was linked to the Ministry of Labour and Social Security, as a result of the achievements built by Labour Politics in the first Getúlio Vargas administration period (1930-1945). The purpose of SAPS was to provide quality food and low price for the working class and offer them access to goods and cultural activities. For this reason Popular Restaurants as well as Libraries and Disc Clubs were created. In order to fight hunger and nutritional deficiencies SAPS took over the task of food educator, creating the first Brazilian formation courses in Nutrition. In addition to nutritionists such courses used to graduate Meal Specialist Visitors. We can infer that the institution had multiple functions and became an environment for workers and limited resources families. These services were extinct in 1967 by the military dictatorship. This research looks forward to understand how the working class has appropriated this public policy and to show what the extinction of SAPS represented. The theoretical assumptions were based on the Social History of Culture, on Oral History and on the studies about reminiscence processes.

Keywords: food - culture - workers - public policy.

RÉSUMÉ

L'idée de base de cette étude, c'est de comprendre le sens donné par les ouvriers et par les couches populaires à la politique statuée par le gouvernement Vargas en 1940, traduite comme Service d'Alimentation de la Sécurité Sociale (SAPS). Cette autorité était liée au Ministère du Travail et Sécurité Sociale, résultat des réalisations de la Commission du travail construite au premier gouvernement de Getúlio Vargas (1930-1945). La proposition du SAPS était de fournir une alimentation de bonne qualité et prix bas à la classe ouvrière et leur permettre l'accès aux biens et aux activités culturelles. Pour cela, des Restaurants Populaires ont été créés, ainsi que des Bibliothèques et des Discothèques Populaires. Afin de combattre la faim et la carence nutritionnelle, le SAPS a pris le travail en tant qu'éducateur alimentaire en créant les premiers cours de Nutrition au Brésil. En plus des nutritionnistes, ces cours préparaient aussi les Visiteuses d'Alimentation. Ainsi, on peut déduire que l'institution avait de multiples fonctions et qu'elle est devenue un espace du travailleur et des familles avec des ressources limitées. Ces services ont été abolis en 1967 par la dictature militaire. Le point d'appui de cette recherche, c'est de comprendre comment la classe ouvrière s'est appropriée de cette politique et ce que a représenté son extinction. Le raisonnement théorique s'est fondé dans les hypothèses de l'Histoire Sociale de la Culture, de l'Histoire Orale et des études sur des procès mémorés.

Mots-clés : alimentation – culture – travailleurs – politiques publiques.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo I - O surgimento do SAPS	26
Capítulo II - A alimentação balanceada do trabalhador no SAPS	71
Capítulo III - Arroz, feijão, discos e livros	118
Capítulo IV – Falando aos Trabalhadores do Brasil e ouvindo sua voz	159
Capítulo V - SAPS: a expansão e a apropriação que precederam ao fim	199
Considerações finais	242
Fontes	256
Bibliografia	257

Introdução

Um dos objetivos deste estudo é reconstruir a história e a memória do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no interregno de sua existência, em especial na cidade do Rio de Janeiro, capital da República. A instituição denominada SAPS foi criada em 1940, período do Estado Novo varguista. Sua proposta era fornecer alimentação de qualidade e baixo preço para a classe trabalhadora, através de Restaurantes Populares. Para além desse intuito, a autarquia propiciava às camadas mais baixas da população orientações nutricionais, o acesso a bens culturais. Nesse sentido, foram agregadas aos restaurantes as Bibliotecas e Discotecas Populares, espaço onde se efetivavam as diversas atividades culturais, educativas e de orientação profissional. O SAPS era um órgão atrelado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, fruto das realizações do trabalhismo,¹ construído no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Esses serviços foram extintos pelo governo ditatorial militar, em 1967. Busca-se, através desta pesquisa, compreender a apropriação e o sentido dados pela classe trabalhadora e pelos frequentadores do SAPS a essa política nacional de alimentação, cultura e prestação de serviços.

Os motivos instigadores dessa empreitada são explicados a seguir. A presente proposta está diretamente relacionada com o trabalho investigativo desenvolvido durante o curso de Mestrado, realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tal estudo resultou na dissertação “Sede de Leitura: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), no cotidiano de Juiz de Fora”. A investigação abrangeu o período de existência do SAPS em Juiz de Fora (1948-1967), desvelando traços do processo da história da cidade e a importância da instituição para a classe trabalhadora.

A questão central do estudo já realizada sobre o SAPS foi motivada pelo itinerário acadêmico e profissional que se tem percorrido nos últimos 20 anos. Melhor esclarecendo, assinala-se que a atividade docente da disciplina História trouxe a constatação da carência de livros e leitura e suas consequências na prática ensino-aprendizagem. É recorrente dizer que o brasileiro lê pouco, que livro não é prioridade no parco orçamento das famílias, cuja renda mal supre as necessidades vitais. Por outro

¹ No sentido utilizado por GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1988.

lado, tem-se consciência de que o acesso ao livro e à leitura contribui para o desenvolvimento de uma sociedade crítica, para a conquista de direitos sociais e, por conseguinte, de cidadania. Dessa forma, tornou-se instigadora a ideia de reconstruir a história de um espaço que propiciava aos trabalhadores e seus filhos a possibilidade do exercício da leitura, ao mesmo tempo em que lhes dava melhorias nutricionais e educação alimentar. Nesse itinerário de exercício acadêmico e docente, tais instigações passaram a nortear o presente estudo.

A pesquisa acerca do SAPS – instituição de abrangência nacional que criou e implantou uma política aglutinadora de alimentação e cultura – iniciou-se através de leituras relacionadas ao campo aberto pela Nova História Cultural. Partiu, ainda, da posição da seguinte indagação sobre o tema pesquisado: por que uma política tão importante como a desenvolvida pelo SAPS encontra-se mergulhada no esquecimento?

Estudando o movimento queremista, ocorrido em fins do primeiro governo Vargas, Jorge Ferreira aponta a necessidade de não analisá-lo de forma superficial, interpretando-o como fruto de “suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo”.² O historiador demonstra, através de cuidadosa pesquisa historiográfica, que o queremismo “expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores resultados, de experiências vividas e partilhadas por eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas”.³

A criação do SAPS se insere no conjunto de benefícios alcançados, através das leis sociais estatuídas, nesse contexto histórico. A classe trabalhadora reconhecia a existência desses benefícios. Ela considerava que passara a ser tratada como cidadã. Como bem nos adverte Marshall Sahlins quando trata das culturas humanas, “concebendo-se a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias (valor de troca), ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a ‘utilidade’”.⁴ Tal acepção, também, gera a incapacidade de se dar “conta do que é de fato produzido”. Na visão do antropólogo, a produção cultural não se explica, apenas, pelas atividades materiais, ou por interesses utilitários. A razão simbólica – que é mais significativa e não prática – rege as culturas. Tomando como norte essas

² FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In Ferreira, Jorge, Delgado Lucília, Org. *O Brasil Republicano*. V. 3, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 15.

³ Idem, 2008, p. 15.

⁴ SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 166.

reflexões, acredita-se que o papel do SAPS no Brasil, como aglutinador de educação alimentar e cultural, ainda não foi tratado pelas pesquisas históricas com a importância que o tema merece.

O processo de rememoração do SAPS, realizado como tema de dissertação, revelou fontes e dados que ultrapassaram as fronteiras juiz-forenses. Tais elementos trouxeram subsídios relativos à existência da instituição na cidade do Rio de Janeiro, capital da República. Os dados pesquisados mostraram que o SAPS/Rio de Janeiro prestava um leque maior de serviços para a classe trabalhadora e as camadas populares, quer no âmbito cultural, quer no aspecto da formação profissional, ou no que diz respeito ao combate à desnutrição. Tudo isso serviu de incentivo para que se buscasse compreender mais profundamente o papel dessa instituição. Começava a ser delineado o esboço desse projeto.

Através de um estado da arte realizado por ocasião da pesquisa para a dissertação de mestrado, pode-se constatar que eram raros os estudos sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social. Eles existiam, em número maior, no campo da Nutrição ou de Ciências da área de Saúde. A explicação para esse fato pode residir na atuação de Josué de Castro,⁵ Helion Póvoa, Dante Costa e de outros profissionais do campo da medicina e da saúde, que se empenharam pela criação da autarquia.⁶ Não foram encontradas pesquisas relativas ao funcionamento do SAPS e sua importância como política pública que objetivava melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Tampouco, foram localizados estudos sobre suas Bibliotecas Populares, sobre suas Salas de Música, ou quaisquer outras de suas atividades culturais.

Os dados relativos ao funcionamento do SAPS/Rio de Janeiro evidenciaram que, no Restaurante Central da Praça da Bandeira, funcionavam: Biblioteca Popular; Sala de Música; Setor de encaminhamento a empregos e assistência social; Desjejum Escolar; Seção de cinema aos sábados; Consultório de Alimentação Econômica; Curso de corte e costura para filhas de trabalhadores; Curso de Profissionais de Copa, Sala e Cozinha; Curso de Nutrólogos; Curso de Nutricionistas; Curso de Visitadora de Alimentação.⁷ Além disso, esses registros demonstraram que a população carioca usava o espaço do

⁵ Tais análises podem ser vistas com maior profundidade em EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Sede de Leitura*: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), no cotidiano de Juiz de Fora. PPGC, FAGED, UFJF, 2007.

⁶ Os detalhes sobre a criação do SAPS e seus idealizadores estão no capítulo I desta tese.

⁷ CASTRO, Anna Maria de. *Nutrição e desenvolvimento*: análise de uma política. Rio de Janeiro: Tese para o concurso de livre-docência em Sociologia: Instituto de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, 1977, p. 221.

SAPS para diversas atividades, dentre as quais se destacam: audições musicais, *show* de calouros, seção de encaminhamento de empregos.

A riqueza de fontes arquivísticas existentes na cidade do Rio de Janeiro e o suporte metodológico da História Oral atuaram como facilitadores na viabilidade da pesquisa sobre o SAPS, agora em maior abrangência e enfocando os quatro pilares de sua atuação: assistência alimentar; educação; pesquisa científica; formação de técnicos especializados. Nesse percurso, algumas questões foram se delineando e orientando este estudo. Qual o sentido dado pela classe trabalhadora e pelas camadas populares à política de alimentação e cultura, representada pelo SAPS? Quais as especificidades do contexto histórico no qual a instituição se inseria? Como funcionou a cruzada educativa que visava à formação de bons hábitos alimentares? Os trabalhadores e as camadas populares se apropriaram do SAPS, e de suas atividades, como algo que lhes pertencia? Quais os múltiplos papéis desempenhados pela instituição? O SAPS se inseria nos projetos do nacionalismo e do trabalhismo característicos do período 1946-1964? Por que essa política tão ampla, ambiciosa e arrojada foi esquecida, após sua extinção? Um elenco de questões que merece cuidado na análise e que apresenta complexidades no trato com as respostas.

Tais estímulos moveram a tarefa de adentrar pela História e pelas memórias dessa política de alimentação e cultura representada pela implantação do Serviço Nacional de Alimentação da Previdência Social. Alguns objetivos dessa proposta serão elencados a seguir. O escopo mais amplo desse estudo é compreender qual o sentido dado pelas camadas populares à política nacional de alimentação e cultura representada pela instituição do Serviço de Alimentação da Previdência Social/SAPS, no interstício de sua existência, entre 1940-1967. Também se busca, através desse processo rememorativo, propiciar às gerações contemporâneas a possibilidade de reflexão sobre a importância do SAPS no período de sua duração. Para além de compreender a atuação do SAPS como espaço aglutinador de uma política educacional de alimentação e cultura destinada às camadas populares, intenciona-se assinalar sua amplitude e abrangência nacional. Outro aspecto da pesquisa objetiva refletir sobre o período que se abre em fins do Estado Novo varguista e se encerra em 1964. Nesse caso, procura-se analisar a urdidura do esquecimento em torno de boas realizações naquele momento. Considera-se que o SAPS e sua política foram envoltos em desqualificação e esquecimento, construídos com essa finalidade.

Pressupostos teóricos e metodológicos

Um dos balizadores teórico-metodológicos que nortearam as reflexões aqui empreendidas baseou-se na História Cultural ou História Social da Cultura. Nessa abordagem historiográfica o diálogo com análises antropológicas e sociológicas, redefine e amplia o campo da ação investigativa. Essa vertente historiográfica reconheceu os grupos e as classes sociais não dominantes em determinada sociedade como portadores de cultura e recorreu aos métodos dos antropólogos para estudar suas ideias e valores a partir de seus próprios termos. Dessa forma, os interesses são direcionados para a história cotidiana de pessoas comuns – suas ideias e valores, sensações, vivências, padrões de comportamento. O que se busca, conforme assinalou Paul Veyne, é “relacionar os objectos pretensamente naturais com as práticas datadas e raras que os objectivam e explicar essas práticas, não a partir de um motor único, mas a partir de todas as práticas afins sobre as quais se encontram fixadas”.⁸ A fundamentação dessa pesquisa seguiu os pressupostos teóricos de alguns historiadores dessa abordagem como: Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Peter Burke, Michel de Certeau, Raymond Williams, Mikhail Bakhtin, Lev Vygotsky, Edward Palmer Thompson e Giovanni Levi.⁹ Deve-se esclarecer que existem especificidades na maneira desses autores trabalharem com a História Cultural ou com a História Social da Cultura.

Para Raymond Williams, o processo histórico abarca intercessões contraditórias que mudam a realidade. O autor concebe o modo humano de viver como um todo social, em que vários aspectos da realidade são interdependentes e se imbricam à dinâmica das mudanças sociais. Revalorizando a cultura, ele a compreende como “sentido de um processo integral da vida”¹⁰.

A visão da história, como o imbricar de motivações econômicas e culturais, foi adotada por Thompson em sua análise sobre os motins populares, em defesa da sobrevivência, ocorridos na sociedade pré-industrial inglesa do século XVIII. A ação das massas deflagrada por homens e mulheres era permeada pela crença na defesa de direitos e costumes tradicionais contendo, em geral, um apoio implícito das comunidades em que viviam. Tais motins eram provocados pela excessiva elevação dos

⁸ VEYNE, P. apud, CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 65.

⁹ A bibliografia é extensa e citou-se, apenas, parte dela.

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 127-128.

preços de gêneros de primeira necessidade (como o trigo, por exemplo); pelas práticas abusivas dos comerciantes consideradas pela população como exploratórias; pela fome. Entretanto, a viabilização desses movimentos se faz dentro de um consenso popular que discerne práticas legítimas e ilegítimas. Tais práticas se fundamentam em valores, em normas tradicionais, em obrigações sociais e funções econômicas, estatuídas em conjunto pela comunidade (ainda que essa seja composta por grupos sociais distintos e com interesses antagônicos). A esse conjunto de regras, estabelecidas pelo direito consuetudinário e reivindicadas pelas massas populares quando não cumpridas, Thompson chamou de “economia moral”¹¹. O historiador identifica cultura popular como distinta da cultura hegemônica e alerta:

“uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’”.¹²

No campo da historiografia brasileira, o grande pilar da fundamentação teórica encontra-se em Angela Gomes¹³ e em Jorge Ferreira.¹⁴ Entendendo cultura como produto das interações grupais e intercessões ocorridas em determinado contexto social, buscou-se o significado da política nacional de alimentação e cultura desenvolvida pelo SAPS. Por essa razão, procurou-se compreender a palavra de quem mais se beneficiou de suas iniciativas. Estes seriam, no dizer de Thompson, os “de baixo”, ou seriam, no dizer de Bakhtin, aqueles que criam uma “ideologia do cotidiano”. Essa palavra e essa ideologia se fazem no vaivém social, especialmente no sentido que as pessoas de um grupo emprestam ao processo de construção da sua história. Angela Gomes aponta para a necessidade de, no primeiro governo Vargas, perscrutar na fala do Estado os resquícios de outras vozes. Jorge Ferreira assinala que os trabalhadores no mesmo período tinham cultura específica e demonstravam idéias e interesses próprios. Tais

¹¹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum* – Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 65-66.

¹² Idem, 1998, p. 17.

¹³ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit. e. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Org. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁴ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, 2011 e *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia (org.). *O Brasil Republicano*. V. 3, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

pressupostos aproximam esses dois historiadores do semiólogo russo Mikhail Bakhtin,¹⁵ quando afirma que “a palavra (e, em geral, o signo) é interindividual”. Por essa razão, “o autor (o locutor) tem seus direitos imprescindíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos”.¹⁶ Com essas lentes e subsidiada por esses pressupostos, adentrei pelas pegadas e vestígios deixados na história do Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Cabe, ainda, ressaltar como subsídio teórico obras de historiadores que se dedicaram ao estudo do trabalhismo, enfocando-o sob a ótica da História Política e da Sociologia, como a de Lucilia de Almeida Neves Delgado.¹⁷

Além dos autores citados foram utilizadas nesse estudo obras de estudiosos da ciência da Nutrição como: Pedro Escudeiro, Josué de Castro, Umberto Peregrino, Dante Costa.¹⁸

Um dos fundamentos metodológicos deste estudo baseou-se na História Oral. Dentre as referências metodológicas utilizadas nesse trabalho, destaco: Antônio Montenegro, Eclea Bosi, Lucilia de Almeida Neves Delgado, Lev Vygotski, Marieta de Moraes Ferreira, Michel Pollak, Verena Alberti e Paul Thompson. Eleger a História Oral como parte do suporte metodológico é estar consciente de que a pesquisa qualitativa opta pela peculiaridade em detrimento da generalização. Paul Thompson¹⁹ destaca a singularidade como profunda lição da história oral e de cada história de vida. O presente estudo trata de uma instituição já extinta e certamente contará com depoimentos de pessoas que vivenciaram os fatos do período de sua existência como fonte de recuperação das informações e do processo histórico em que estiveram inseridas.

Das muitas vozes que compõem a vasta epistemologia sobre memória, destaco a incursão feita por Jacques Le Goff. Seu percurso perpassa a história da memória na sociedade ocidental em trajetória que se inicia nos povos primitivos e culmina nas sociedades contemporâneas. Na visão de Le Goff,²⁰ está em curso uma verdadeira revolução da memória histórica, explicitada pelo caráter de multiplicidade temporal,

¹⁵ Classificado por Peter Burke como Historiador da Cultura in BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

¹⁶ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 350.

¹⁷ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2ª edição. São Paulo, LTR 75, 2011 e “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo”. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

¹⁸ Todos esses autores e suas obras estão citados na Bibliografia.

¹⁹ Idem, p. 30.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992, p. 473.

enraizamento individual, social e coletivo, e pela interdisciplinaridade. O fermento dessa revolução da memória histórica agiria a partir dos lugares de memória coletiva, onde o relato oral é tão importante como o escrito. E quais seriam esses lugares de memória coletiva? A resposta vem da assertiva de Pierre Nora acerca dos lugares de memória, que podem ser:

“(...) os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história.”²¹

Refletindo sobre a utilização da metodologia da História Oral, Lucilia Neves Delgado alerta que ela “é um procedimento, um meio, um caminho para a produção do conhecimento histórico”.²² A autora adverte sobre o duplo ensinamento que o depoimento encerra: o tempo passado, focado pelo sujeito pesquisado, e o tempo presente, em que o conhecimento gerado pela entrevista é produzido. Nessa direção, ressalta a memória como fonte principal dos depoimentos orais e as dimensões que seu processo engloba: a do tempo privado (indivíduo) e do coletivo (social, nacional, institucional).²³ Os caminhos dessa pesquisa têm como uma de suas âncoras um processo de reconstrução da memória através do entrelaçamento entre o tempo privado e o tempo público na história do SAPS. Em tal percurso, é pertinente recorrer a Le Goff e questionar com ele sobre “quem detinha, no passado, a produção dos testemunhos, que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se documentos da história”. Le Goff nos ensina que a pesquisa deve englobar a noção de documento/monumento proposta por Michel de Foucault em “Arqueologia do Saber”. Nesse sentido, segundo o historiador torna-se necessário “explicar as lacunas, os silêncios da história e assentá-las nesses vazios (...)”.²⁴ O esquecimento acerca da história do SAPS, abruptamente interrompida pela ditadura militar em 1967, mostra ser necessário buscar explicações para tais lacunas. Resgatar essa memória é um trabalho historiográfico instigante e que requer um esforço de garimpagem por rastros e pegadas, por entre silêncios e vazios.

²¹ NORA apud LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Op.cit., p. 47

²² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Memória e História*. Op. cit., p. 29.

²³ Idem, 2003, p. 31.

²⁴ LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 54.

Tratar a reconstrução da memória do SAPS sob o prisma de uma abordagem pautada nos pressupostos da Nova História Social da Cultura implica compreender que esse processo se relaciona, também, com a capacidade dos indivíduos de guardar e lembrar acontecimentos, imbricados em seu meio social. Nesse mesmo sentido, a metodologia inspirada na teoria vygotskyana imprime à pesquisa qualitativa características próprias. Vygotsky preconiza como uma das metas da pesquisa a conservação da “concretude do fenômeno estudado, sem ficar nos limites da mera descrição, ou sem perder a riqueza da descrição e avançar para a explicação”.²⁵

Tanto Bakhtin quanto Vygotsky consideram que todo conhecimento é construído na inter-relação social. Tal pressuposto postula relação entre sujeitos e, através da mediação do pesquisador, a ocorrência de dinâmicas transformadoras. O pesquisador situa-se na pesquisa e nela interage, sem conseguir se manter neutro. O processo de pesquisa é uma abrangência de transformações, aprendizagens, ressignificações para pesquisado e pesquisador. A trajetória do presente estudo segue essa orientação metodológica, no que tange à busca da gênese da questão. O intento é reconstruir histórica e culturalmente essa política pública de alimentação e cultura buscando compreender seus aspectos transformadores no contexto de sua existência.

Na fundamentação teórica dessa pesquisa, seguiu-se a orientação de Bourdieu quando afirma que mantém “com os autores uma relação muito pragmática” e recorre “a eles como ‘companheiros’, no sentido da tradição artesanal, como alguém a quem se pode pedir uma mão nas situações difíceis”.²⁶

Fontes e procedimentos metodológicos

Parte desse projeto foi cimentada por ocasião do desenvolvimento da pesquisa feita no curso de Mestrado e de Doutorado. Conforme já se assinalou, foi feita uma revisão da bibliografia existente sobre o tema proposto e realizou-se a expansão de leituras dos autores relacionados.²⁷ Sobre seus pressupostos assentou-se o núcleo teórico-metodológico desta pesquisa. Começo difícil, pois, se por um lado é extensa a bibliografia sobre o período Vargas, por outro faltam dados arquivísticos relativos à existência do SAPS. Tem-se notícia de que o governo pós-64, responsável pela extinção

²⁵ FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. Cadernos de Pesquisa, Julho 2002, n. 116, p. 21.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 41.

²⁷ Ver Referências Bibliográficas.

da autarquia, destruiu muito do material que fazia parte do acervo dos Restaurantes, das Bibliotecas e Discotecas Populares, assertiva que permite a conclusão da urdidura do esquecimento.²⁸ Alegando serem perniciosos, os textos abrigados pelas Bibliotecas do SAPS foram vistos como ameaçadores à ordem social na medida em que instruíam os trabalhadores quanto aos seus direitos trabalhistas. Assim, o governo militar queimou, destruiu e jogou fora grande parte desse acervo, porém não se queima nem se apaga a memória das pessoas, e esta foi fonte preciosa de matéria-prima para este trabalho de rememoração.

Complementando essa etapa inicial, foi realizado um extenso trabalho de pesquisa arquivística, fundamentado na riqueza de fontes da cidade do Rio de Janeiro. Esse trabalho consistiu de consulta ao Arquivo Histórico Nacional e ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC). Esclarece-se, todavia, que parte substancial da pesquisa foi feita na Biblioteca Nacional.²⁹ O objetivo dessa etapa foi a construção de um acervo que possibilitasse a análise e a rememoração do tema proposto.

Em outra etapa, realizou-se pesquisa em periódicos da imprensa nacional e carioca no período de existência do SAPS. Esse trabalho atuou de forma clarificadora para a compreensão do significado dessa política pública estatuída por Vargas e suas imbricações no cotidiano das camadas populares.

No tocante às entrevistas, optou-se por entrevistas temáticas, tendo como norte o fato de ser o SAPS uma instituição extinta, mas cuja existência foi compartilhada por pessoas que vivenciaram esse período e que ainda estão em nosso convívio. A adoção de uma abordagem de cunho sociocultural fez do momento da entrevista uma oportunidade de assumir o dialogismo bakhtiniano, exercitando a ideia de que o texto (palavra) tem sempre um contratexto (contrapalavra). Nesse aspecto, pode-se inferir que pesquisador e pesquisado não foram mais os mesmos depois da entrevista. Rememorando o vivido, o entrevistado o trouxe para o que vive hoje. O pesquisador, por sua vez, não tendo vivido essas memórias, passou a tê-las como empréstimo.

²⁸ Essa afirmação baseia-se nos depoimentos de Élzio Bruni e Clodesmidt Riani dados a Ana Maria da Costa Evangelista, em Juiz de Fora, 2005, 2006, 2011. Clodesmidt Riani e Élzio Bruni foram líderes sindicais. Em capítulo posterior se fará uma síntese de sua biografia.

²⁹ O trabalho realizado na Biblioteca Nacional chamou atenção da funcionária Sheila Silva, que tomou conhecimento da existência do SAPS através desta pesquisa. O tema foi considerado relevante e, por isso, foi utilizado por Sheila em sua monografia, que versa sobre a troca de conhecimentos entre usuários e funcionários da Biblioteca Nacional.

Foi elaborado um roteiro flexível, isto é, o pesquisador foi a campo com uma questão central orientadora em busca de elementos para melhor compreendê-la. Assim, tentou-se familiarizar-se com os sujeitos da pesquisa, observá-los e ouvir o que tinham a dizer sobre o objeto. Optando-se por uma abordagem baseada nos pressupostos da História Social da Cultura, procurou-se compreender os “comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”,³⁰ relacionando o contexto histórico focado e o presente onde se inserem tais investigados. Dessa forma, as questões que instigaram a pesquisa foram estabelecidas no intuito de compreender os fenômenos em sua complexidade e em seu acontecer histórico, respeitando o norte central objetivado.

O registro foi feito em aparelho de voz portátil. Fez-se uso de uma carta-modelo de cessão, assinada por todos os entrevistados e arquivada junto ao material da pesquisa. Com a aquiescência dos entrevistados, foram feitas fotografias de cada um deles para serem exibidas neste estudo. A transcrição de cada entrevista foi realizada logo após sua realização. Também se fez uso de notas de campo, em que observações e vivências foram registradas. As informações obtidas primaram por certa regularidade, mas, ao mesmo tempo, guardaram as peculiaridades de cada entrevistado.

A análise dos dados contidos nas fontes escritas, iconográficas e imagéticas tem sido feita na tentativa de responder aos incômodos que provocaram este estudo. Todavia, as questões e análises reflexivas não pretendem ser definitivas, dadas as incertezas e o inacabamento inerentes ao processo histórico.

Acrescenta-se que esta pesquisa teve uma multiplicidade de fontes em função da escassez de preservação da memória de seu tema central. Nesse sentido, destaca-se a grande contribuição decorrente da consulta em periódicos, da imprensa nacional e carioca, relativos ao período focado.

Hipóteses

As hipóteses que esta pesquisa defende são explicitadas a seguir. O SAPS representou uma ousada política de educação alimentar e cultural de abrangência nacional, que beneficiou as camadas menos favorecidas da população. Os benefícios advindos da implantação do SAPS estão inseridos e decorrem da legislação social estatuída no primeiro governo Vargas. Os trabalhadores e as camadas populares reconheciam a importância dessa política pública de educação e cultura.

³⁰ BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 16.

O espaço cultural do SAPS funcionou como um microcontexto de práticas e interações sociais permissivas de ampliação de hábitos culturais. Dentre as práticas culturais a que os trabalhadores tinham acesso, consideram-se relevantes os hábitos de leitura e o apreço pela música. Para além dessa constatação, vale lembrar que o espaço do SAPS propiciou ao trabalhador a oportunidade de conhecimento e discussão das leis trabalhistas.

O SAPS, oriundo do trabalhismo, implementou políticas sociais que beneficiaram os trabalhadores e, por isso, foi muito bem-visto por eles. Após a extinção da autarquia, observa-se a urdidura do esquecimento sobre sua história, tanto que ela desaparece da memória coletiva das gerações contemporâneas.

Estrutura e divisão do texto

No primeiro capítulo, buscou-se mostrar a gênese, a expansão e a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Para tanto, demonstrou-se o que era essa política, quais seus objetivos e sua estrutura de funcionamento. Contextualizou-se, historicamente, o período de sua implantação, de sua expansão e de sua extinção. Também se deu destaque àqueles que, criando fulcros para a ciência da nutrição, lançaram as bases para o surgimento do SAPS e da sua política de alimentação e cultura.

No segundo capítulo, tentou-se recuperar, através de pesquisas arquivísticas, de registros orais e da análise de estudos já realizados a envergadura da política pública representada pelo SAPS. Nesse sentido, o enfoque foi para o funcionamento dos Restaurantes Populares, assim como para o trabalho educativo e de pesquisas desenvolvidos pela instituição, enfim para os múltiplos papéis exercidos pela autarquia. A reflexão realizada intencionou deslindar como atuavam as nutricionistas e as visitadoras de alimentação. Procurou-se compreender como o trabalho dessas profissionais repercutia na vida de quem frequentava o SAPS.

No terceiro capítulo, o objetivo foi refletir sobre o projeto cultural desenvolvido pelo SAPS, através das Bibliotecas Populares, das Discotecas, das aulas de canto orfeônico e formação de corais, das apresentações de peças teatrais. Assim, com base em uma mescla de pesquisa em arquivos e depoimentos orais, tratou-se de perscrutar o que esses ganhos culturais representaram para a classe trabalhadora naquele momento histórico. Enfatizou-se o tipo de rede social desenvolvida no âmbito da instituição

pesquisada. O objetivo maior foi demonstrar que o trabalhador se apropriou do espaço do SAPS para assistir a peças teatrais e a filmes, para brincar o carnaval, para participar de shows de calouros. Todas essas atividades revelaram o papel socializante da autarquia.

No capítulo IV, procurou-se estabelecer um paralelo entre a construção do trabalhismo e a via reformista que representou seu legado. Nessa ótica, as discussões em torno do arcabouço legal trabalhista foram o norte da análise. As reflexões feitas nessa etapa levaram em consideração as cartas escritas por trabalhadores e que abordavam as querelas trabalhistas. Também foram referências as palestras realizadas por especialistas em direito do trabalho. Partiu-se do princípio de que a compreensão da lei se torna mais viável quando a narrativa acerca das questões legais é colocada ao alcance dos maiores interessados no assunto: os trabalhadores.

O capítulo V abordou a forma como o governo decorrente do golpe civil-militar de 1964 extinguiu a instituição. Se, por um lado, os trabalhadores haviam se apropriado da autarquia como um local onde podiam se reunir e discutir questões pertinentes ao mundo do trabalho, por outro lado, a autarquia crescera e se tornara difícil de administrar. Acusações de corrupção administrativa eram frequentes. CPIs foram instaladas para apurar irregularidades; porém, a despeito das irregularidades, as camadas populares manifestavam desejo de ampliação da política representada pelo SAPS. Os protestos contra seu fechamento foram tímidos, exceto, da parte dos estudantes, que saíram às ruas para manifestar sua oposição.

Nas considerações finais, enfatizou-se o sentido dado pela classe trabalhadora à política pública de alimentação e cultura propiciada pelo SAPS. Também se assinalou os múltiplos papéis exercidos pela instituição, bem como seu caráter nacional. Destacou-se a relação entre a autarquia e o projeto nacional reformista defendido pelo trabalhismo. Realçou-se que a extinção do SAPS, e de suas atividades, foi seguida de uma urdidura do esquecimento em torno de sua história.

Capítulo I - O surgimento do SAPS

O capítulo procura refletir acerca da gênese, da expansão e da extinção da política estatuída pelo governo Vargas, em 1940, e traduzida como Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). O objetivo maior da autarquia era desenvolver projeto nacional de educação alimentar destinado aos trabalhadores e às camadas populares. Um dos meios de concretizar esse projeto era fornecer alimentação digna e barata para a classe trabalhadora através de Restaurantes Populares; porém existiam, ainda, agregadas a esses restaurantes, as Bibliotecas e Discotecas Populares, cujo papel era fomentar atividades de desenvolvimento pelo gosto da leitura e da música. O projeto SAPS foi implantado, inicialmente, através de um Restaurante Popular construído na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. Nesse Restaurante Central também funcionavam: Biblioteca Popular; Sala de Música; Setor de encaminhamento a empregos e assistência social; Desjejum Escolar; Seção de cinema aos sábados; Consultório de Alimentação Econômica; Curso de corte e costura para filhas de trabalhadores; Curso de Profissionais de Copa, Sala e Cozinha; Curso de Nutrólogos; Curso de Nutricionistas; Curso de Visitadora de Alimentação.³¹ O leque de serviços prestados pela instituição era maior e mais abrangente na capital da República, inferência que não descarta que as atividades tenham sido efetivadas em outras cidades do país, especialmente as de maior contingente populacional. Esses serviços foram extintos pelo governo ditatorial militar em 1967.

O SAPS surgiu durante a ditadura do Estado Novo. Nesse período, conforme nos aponta Dulce Pandolfi, “Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República”.³² Na visão da autora, a Revolução de 1930 congregou diversas forças políticas que possuíam visões distintas a respeito da condução do processo revolucionário. Dessa forma, “enquanto uns defendiam medidas mais centralizadoras e autoritárias, insistindo na necessidade de um regime forte e apartidário, outros pregavam medidas mais liberais e lutavam por maior autonomia regional”.³³ No interstício compreendido entre a Revolução de 1930 e o golpe de novembro de 1937, intensas disputas ocorreram entre grupos políticos

³¹ CASTRO, Anna Maria de. *Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política*. Rio de Janeiro: Tese para o concurso de livre-docência em Sociologia: Instituto de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, 1977, p. 221.

³²PANDOLFI, Dulce. *REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 9.

³³ Idem, p. 9,

provocando o alijamento de importantes segmentos das elites civis e militares. A implantação do Estado Novo significou a vitória de um desses grupos políticos, resultando na suspensão das liberdades civis, na dissolução do Parlamento e na extinção dos partidos políticos. Tais medidas davam a Vargas poderes excepcionais. Dulce Pandolfi assinala que, “o comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte”.³⁴ Porém, afirma a autora, “ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país”. Assim, “o Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial”.³⁵ As medidas centralizadoras instituídas pelo governo ditatorial suspenderam a autonomia dos estados e cercearam o poder das tradicionais oligarquias regionais. O governo procurou construir “um forte sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional” e, para tanto, “o regime investiu na cultura e na educação”. Essa “preocupação com a construção de uma nova ideia de nacionalidade atraiu para o projeto estado-novista um grupo significativo de intelectuais”.³⁶

Importantes mudanças ocorreram na área social, onde o governo do Estado Novo “elaborou leis específicas e implantou uma estrutura corporativista, atrelando os sindicatos à esfera estatal” e, ao mesmo tempo, “aboluiu a pluralidade sindical e criou o imposto sindical, contribuição anual obrigatória, paga por todo empregado, sindicalizado ou não”.³⁷ No campo da mediação entre patrão e empregado, o governo regulamentou a Justiça do Trabalho e sistematizou a Legislação Trabalhista, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Todas essas mudanças eram divulgadas de forma maciça pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, “além de exercer a censura sobre todos os meios de comunicação,”³⁸ conseguia reforçar a imagem de Getulio Vargas como protetor da classe trabalhadora.

Ainda, segundo Dulce Pandolfi, “analisar esse período em todas as suas dimensões significa apreender paradoxos e afastar tentações maniqueístas”. Isso porque, “a despeito da ausência dos direitos políticos e da precariedade das liberdades civis, o

³⁴ Idem, p.10.

³⁵ Idem, p. 10.

³⁶ Idem, p.10.

³⁷ Idem, p. 10.

³⁸ Idem, p. 11.

regime ditatorial consolidou a ideia do Estado como agente fundamental do desenvolvimento econômico e do bem-estar social”.³⁹

O Serviço de Alimentação da Previdência Social inaugurou uma política pública aglutinadora de alimentação e cultura. A autarquia foi criada nesse período histórico, caracterizado pelas dimensões paradoxais já apontadas. Sua existência perpassou o momento ditatorial do primeiro período Vargas e, perdurou pelo período democrático subsequente, até sua extinção pela ditadura civil-militar instaurada em 1964. Nesse sentido, vale destacar a visão de Boris Fausto, quando faz referência a “fascinação que o Estado Novo exerce até hoje.”⁴⁰ O historiador alerta que o Estado Novo “não é um espécime morto, sobre o qual se possa debruçar com um olhar zoológico.”⁴¹ Tal sentimento pode ser explicado pelas várias facetas que o período apresentou. Boris Fausto recomenda que não se olhe o Estado Novo com um “um olhar frio”, mas que se busque entender, “com a objetividade possível, que diabo é esse regime que gera essencialmente uma série de males e, ao mesmo tempo, tem facetas de progresso”.⁴²

1. A gênese da cientificidade no combate à fome e à desnutrição: Josué de Castro e seus pares

Ao tomar como cerne de seus estudos e de seu cotidiano profissional a questão do combate à fome e à subnutrição, o médico pernambucano Josué de Castro e alguns outros médicos seus contemporâneos, tais como Helion Póvoa e Dante Costa, lançaram as bases para o estudo científico dos problemas nutricionais. Também considerado precursor dessa empreitada, Paulo Seabra introduziu uma espécie de restaurante para os trabalhadores de sua indústria, que serviria de modelo para os Restaurantes Populares. Trabalhando como diretor do SAPS, Umberto Peregrino deixou valiosos estudos sobre a instituição, que nos ajudam a destrinchar aspectos das políticas alimentares destinadas aos trabalhadores brasileiros. Todas essas ações culminaram na criação dos Restaurantes Populares do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Compreender os meandros da existência e do fim dessa autarquia que engendrou uma política nacional de combate à fome e à desnutrição é o que se buscou na primeira etapa dessa pesquisa.

³⁹ Idem, p. 11.

⁴⁰ BORIS, Fausto. *O Estado Novo no contexto internacional. In: REPENSANDO o Estado Novo.* Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p 20.

⁴¹ Idem, p.20.

⁴² Idem, p.20.

Segundo Vasconcelos, os “primeiros estudos sistematizados sobre os hábitos alimentares e as doenças carenciais relacionadas à alimentação da população brasileira” foram realizados a partir do século XIX, através de teses defendidas nas faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.⁴³ Todavia, o problema da fome no Brasil ganhou vigor científico no período pós-30, sobretudo pela via dos estudos dos médicos Josué de Castro, Helion Póvoa, Dante Costa e de outros pesquisadores brasileiros.⁴⁴

Em 5 de agosto de 1940, quando o mundo estava envolto na Segunda Grande Guerra, e os brasileiros sofriam, em consequência, o desabastecimento de gêneros alimentícios, o governo de Getúlio Vargas estatuiu, pelo Decreto-Lei 2.478, os Restaurantes Populares do SAPS. De onde surgiu esse projeto? O ensaio “Idéias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil”, escrito por Umberto Peregrino⁴⁵ e publicado em 1950, nos diz que a ideia de fornecer refeições a trabalhadores, através de Restaurantes Populares e por meio deles desenvolver uma política nacional de educação nutricional, remonta aos trabalhos de um grupo de cientistas brasileiros cujas pesquisas trouxeram à tona a urgência de ações de combate à fome e à desnutrição no país. Segundo Umberto Peregrino, “o primeiro restaurante especializado para alimentação de operários instalou-o, entre nós, o eminente Dr. Paulo Seabra, no Laboratório Orlando Rangel, à (sic) Rua Pereira Pontes, 148, pondo-o a funcionar em fevereiro de 1935”⁴⁶. Esse restaurante foi semente do trabalho que se realizou nesse campo posteriormente. No dizer de Peregrino, o Dr. Seabra apresentou ao governo, em 1940, “amplo e expressivo estudo sobre a alimentação do operário no local de trabalho” intitulado “Cruzados da Alimentação”, que foi publicado na Revista Inapiários,⁴⁷ de janeiro de 1940.⁴⁸ Além desse fato, cumpre ressaltar, de acordo com Peregrino, o trabalho do presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, Plínio Catanhede, que, apoiando a experiência de Paulo Seabra, concentrou esforços para a construção de um restaurante destinado aos industriários do Distrito Federal. Catanhede incumbiu o Dr. Josué de Castro, médico do IAPI, de preparar o pessoal técnico que iria trabalhar no

⁴³ Ver VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. *Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula*. Rev. Nutrição. Vol. 18, nº 4 Campinas, SP, Jul/Agosto 2005, p. 439-457.

⁴⁴ Para maior aprofundamento sobre esses estudos e outros autores que produziram textos científicos sobre o tema, ver BEZERRA, José Arimatea. *A gênese do saber em alimentação e nutrição: emergência, divulgação e aplicação social*. FACED, UFC, 2010 (texto cedido pelo autor).

⁴⁵ Diretor da autarquia durante o governo Dutra.

⁴⁶ PEREGRINO, Umberto. *Idéias sobre Assistência e Educação alimentares no Brasil*. Rio de Janeiro: SAPS, 1950, p. 5-6.

⁴⁷ Nome da Revista do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, I. A. P. I.

⁴⁸ PEREGRINO. *Idéias sobre Assistência e Educação alimentares no Brasil*. Op. cit. p. 5, 6.

futuro restaurante, através de um Curso de Alimentação. Peregrino nos esclarece em sua obra que, enquanto esse curso funcionava e o prédio da Praça da Bandeira – onde seria instalado o primeiro restaurante popular do Distrito Federal – crescia, o “então Ministro do Trabalho, Dr. Waldemar Falcão, apreendendo a importância da iniciativa, decidiu encampá-la, e assim o fez, criando o Serviço de Alimentação da Previdência Social”.⁴⁹ O SAPS seria regido por um Conselho presidido pelo professor Alexandre Moscoso, e seus membros eram: Professor Helion Póvoa, Dr. Edson Cavalcanti, Dr. Ulhôa Cintra e Dr. Paulo Seabra. O Departamento de Administração do Serviço Público, DASP, órgão do governo Vargas destinado a gerenciar o serviço público, não concordou com a existência desse Conselho e o dissolveu. Reagindo à dissolução do Conselho – ainda segundo Peregrino –, “Helion Póvoa e Edson Cavalcanti, manejando a alta influência política que desfrutavam junto ao Presidente Getúlio Vargas”, conseguiram reverter a situação. Nascia, assim, o SAPS, e Helion Póvoa foi nomeado seu diretor-geral.⁵⁰ Josué de Castro assumiu a direção do Setor de Nutrição destinado a formar profissionais especializados nessa área. O médico pernambucano ficou no cargo apenas um ano. Segundo sua filha Anna Maria de Castro, o pai “não suportou as mazelas do serviço público, especialmente no que se refere às intrigas e disputas internas”.⁵¹ Peregrino considera o Dr. Paulo Seabra como “o fecundo animador da iniciativa governamental” de “proporcionar alimentação cientificamente planejada a operários, no seu local de trabalho”.⁵² E continua:

“Basta referir que a mesa tipo SAPS, em uso em todos os Restaurantes Populares dessa Instituição, e que fora criação de Paulo Seabra para o restaurante do seu Laboratório particular, foi por este patenteada em nome do SAPS para que fosse adotada, como o foi em todos os seus Restaurantes Populares.”⁵³

Também, no dizer de Peregrino, eram de Paulo Seabra os desenhos para a construção em série de cozinhas destinadas a restaurantes fabris.⁵⁴

Outro esclarecimento interessante de Peregrino remete à eleição da Praça da Bandeira como local do primeiro Restaurante Popular do Rio de Janeiro. Segundo sua

⁴⁹ Idem, p. 6.

⁵⁰ Idem, p. 7.

⁵¹ Depoimento de Anna Maria de Castro: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, 2010.

⁵² PEREGRINO. *Idéias sobre Assistência e Educação alimentares no Brasil*. Op. cit., p. 7.

⁵³ Idem, p. 8.

⁵⁴ Idem, p. 8.

narrativa, essa escolha não foi arbitrária: “muito ao contrário, decorreu de muitas indicações estatísticas quanto à circulação das massas humanas nas suas atividades diárias”. O referido autor conta que “a área escolhida pertencia à Prefeitura, que a cedeu sob a condição de que, após a construção, a parte térrea lhe fosse entregue para servir a um depósito de galinhas”. A partir daí, “desenrolou-se um aflitivo drama para que o Restaurante da Praça da Bandeira, já desdobrado em Serviço de Alimentação, se desfizesse do embaraçoso compromisso”,⁵⁵ façanha que, segundo depoimento, teve decisão favorável à instituição.

Demonstrando que o período precedente ao nascimento do SAPS foi profícuo em pesquisas sobre a questão alimentar do povo brasileiro, Helion Póvoa, em artigo escrito no *Jornal Correio da Manhã* de outubro de 1940, sob o título “O Censo e a Alimentação”, dizia:

“As operações censitárias foram por todos acompanhadas com vivo interesse patriótico. Sem uma exacta e rigorosa base numérica nenhuma iniciativa de vulto da ordem publica poderia ser emprehendida com o indispensável rigor tecnico. Sempre a incomoda e um tanto vexatória interrogação: quantos somos? São unânimes entre nós os depoimentos technicos: há muito o que fazer em favor da alimentação do homem brasileiro. Os nutrologos não têm nenhuma duvida em que o censo computará como unidades humanas cidadãos que em verdade são dolorosamente fracção humanas. Em matéria de alimentação, pelo numero elevado de providencias que vem sendo tomadas, quer por parte dos poderes públicos, quer no domínio das iniciativas privadas, a uma conclusão alviçareira (sic) e providencial somos levados: a opinião nacional está voltada para um alvo certo – é indispensável que todos trabalhem em favor do saneamento alimentar de nosso povo!”⁵⁶

Percebe-se, no artigo de Helion Póvoa, a convergência de ideais com outros pesquisadores brasileiros que, naquele período, tinham forte preocupação com o problema alimentar do brasileiro. Não sem razão, suas palavras finais no artigo em foco conclamam todos a trabalhar para atingir o alvo do combate à fome e à desnutrição. E, ao que parece, havia uma alvissareira cruzada nessa direção, traduzida em providências e envolvendo a opinião nacional.

⁵⁵ *Idem*, p. 11.

⁵⁶ *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1940, p. 4. Em algumas citações, respeitou-se a ortografia da época.

O médico nutrólogo Dante Costa,⁵⁷ atuante defensor de ações de combate à fome e à desnutrição, afirmou:

“Estava, desde 1939, ajudando a fundar o SAPS, na esteira de homens como Helion Póvoa, Alexandre Moscoso, Paulo Seabra, técnicos bem ouvidos por administradores bem dotados, como João Carlos Vital e Plínio Castanhede. O SAPS nascia entre as esperanças dos técnicos – decididos a realizar uma instituição que pudesse realmente ser útil ao levantamento das precárias condições alimentares do povo brasileiro e à formação de uma consciência coletiva sobre esse problema, consciência que se estendesse, fecunda e fremente, dos lares operários à universidade, das cozinhas do povo aos laboratórios dos sábios, da alma dos que têm fome de alimento à alma generosa dos que têm sede de saber.”⁵⁸

Fica evidente, no pensamento de Dante Costa, a mesma preocupação encontrada em Helion Póvoa e Josué de Castro sobre a questão do saneamento alimentar no Brasil. Em sua participação no Primeiro Congresso Inter-Americano de Medicina, reunido no Rio de Janeiro em setembro de 1946, Dante Costa relatou a origem dos restaurantes populares e falou de seu uso pelos governos e pelos trabalhadores.

“Os modernos restaurantes populares tiveram a sua origem provávelmente na Rússia, durante a construção da represa de Dniepepstrowski, como corpos auxiliares das grandes “usinas-cozinhas” ali instaladas para o serviço de refeições aos trabalhadores. A idéia de construir estes centros de alimentação pública caminhou rapidamente no espírito dos técnicos e administradores de vários países. Para a sua maior difusão concorreram as vantagens de ordem prática que tais estabelecimentos oferecem aos seus frequentadores, por definição trabalhadores, aos quais, o desajustamento econômico e a deseducação alimentar não permitem acesso às boas fontes de nutrição.”⁵⁹

Ressalta-se nesse texto, além da história da origem dos Restaurantes Populares, o necessário respaldo para afirmar que a criação do SAPS no Brasil estava relacionada aos estudos sobre a fome e a nutrição feitos por um grupo de técnicos de forma científica e idealista. A tese de Ângela Gomes, em sua análise sobre a relação classe

⁵⁷Dante Costa era médico, professor de Dietética e Técnico de Alimentação.

⁵⁸ COSTA, Dante. *A nutricionista: sua responsabilidade e sua alma*. Coleção Ensaio e Debate alimentar. Rio de Janeiro: SAPS, 1958, p. 6.

⁵⁹COSTA, Dante. *Experiência Brasileira em Restaurantes Populares*. Repartição Sanitária Panamericana. Primeiro Congresso Inter-Americano de Medicina, Rio de Janeiro, setembro/1946. Disponível em < <http://hist.library.paho.org/Spanish> >. Acesso em julho de 2010. Respeitou-se a ortografia da época.

trabalhadora/governo Vargas no interstício 1942-45, também explica a implantação dessa política de alimentação e cultura. A autora adverte para a necessidade de se compreender a lógica, entre trabalhadores e governo Vargas, pela via dos preceitos da reciprocidade. Os trabalhadores não se submeteram nem perderam a identidade, e sim fizeram parte de um pacto com base na “ideologia da outorga”.⁶⁰ Entendendo cultura como produto das interações grupais e intercessões ocorridas em determinado contexto social, deve-se considerar a importância e o alcance dessa política nacional de alimentação e cultura estatuída pelo SAPS.

Os estudos acerca da alimentação e nutrição das camadas populares brasileiras, realizados no transcurso do primeiro governo Vargas, tiveram forte influência na instituição do salário mínimo e na implantação do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Segundo Bezerra, “entre 1932, ano da publicação do livro *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, de autoria de Josué de Castro, e o ano de 1941, houve abundância de publicações nacionais acerca de alimentação”.⁶¹ Ainda segundo Bezerra, o tema da fome é abordado sob a forma de:

“inquéritos alimentares; problema alimentar; bases da alimentação racional; dietas de vários grupos sociais e populacionais; educação alimentar; política alimentar; alimentação popular e alimentação do trabalhador; alimentação e/ou regime alimentar da criança, do adolescente, do idoso, da gestante, do atleta; valor social e econômico da alimentação; alimentação e clima; alimentação e raça; alimentação e saúde; gastrotécnica; vitaminologia; bromatologia; química alimentar; metabolismo da alimentação; açúcar; história da alimentação.”⁶²

Afirma o referido autor que, “apesar de as publicações na forma de livros e cartilhas serem predominantes, fica evidente o espaço dado à temática pelo periódico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sinalizando uma aproximação entre os autores e o Estado”.⁶³ Esse periódico do MTIC publicava artigos sobre o tema na forma de boletins, corroborando o que afirmara Póvoa, no jornal *Correio da Manhã*, já citado anteriormente, quanto às múltiplas ações do governo no campo do combate à fome e à desnutrição.

⁶⁰ Idem, p. 27

⁶¹ BEZERRA, José Arimatea. *A Gênese do Saber em Alimentação e Nutrição: emergência, divulgação e aplicação social*. FAGED, UFC, 2010, p. 9.

⁶² Idem, p. 9.

⁶³ Idem, p. 10.

Dentre os estudos realizados nesse período, optou-se por comentar o inquérito realizado, em 1932, por Josué de Castro, intitulado “Condições de vida da classe operária no Recife”, a despeito de existirem outros inquéritos similares.⁶⁴ No Recife, Josué realizou trabalhos de campo com os operários, procurando saber dados elucidativos sobre suas condições de vida e salário, conforme o que se coloca a seguir.

Nome: Estanislau Augusto de MeIo

Profissão: operário.

Residência: Ilha João de Barros, 28, Recife, Pernambuco.

Estado civil: viúvo.

Sob sua responsabilidade: cinco pessoas, sendo 4 filhos (menores).

Percebe salário diário de 4\$, com uma média mensal de 100\$000. Outras rendas: não tem.

Despesas obrigatórias:

1) Alimentação (Quantidade em Réis)

Carnes-verdes 0 \$

Charque 250 grs. \$600 diários

Bacalhau 0 \$

Feijão 1/2 litro \$300 diários

Farinha 1 litro \$400 diários

Arroz 0 \$

Milho 0 \$

Leite 1 copo \$200 diários

Açúcar 250 grs. \$300 diários

Café 50 grs. \$200 diários

Banha 0 \$

Derivados de leite 0 \$

Verduras 0 \$

Frutas 0 \$

Outros alimentos 3 pães \$600 diários

Total 2\$600 diários

2) Habitação (Quantidade em Réis)

Aluguel 10\$300 mensal

Luz \$100 diários

⁶⁴ Idem, p. 11. Os inquéritos destacados por BEZERRA são: CASTRO, Josué de. *As condições de vida da classe operária do Recife*, 1935; SÁ, Carlos. *Inquérito sobre regimes alimentares em alguns estabelecimentos escolares do Rio de Janeiro*, 1931. BARRETO, Castro. *Inquérito sobre a alimentação nos colégios do Rio de Janeiro*; PÓVOA, Helion, VASCONCELOS, A. *Inquérito sobre o regime alimentar das populações rurais do Brasil*; LESSA, Gustavo. *Inquérito sobre a alimentação das crianças no Rio de Janeiro*; PARAHYM, Orlando. *O problema alimentar no sertão*, 1940; CHAVES, Néilson. *O problema alimentar do Nordeste brasileiro*; COSTA, Dante. *O padrão dietético do brasileiro*, 1937; COSTA, Dante. *O problema da alimentação na Amazônia*.

Carvão \$200 diários
 Água \$100 diários
 Total \$730 diários

3) Vestuário (Quantidade em Réis)
 Qual a despesa por semestre? 5\$000 (réis)

Outras despesas: não.⁶⁵

Os dados estatísticos coletados em 1932 demonstraram que o salário médio de um trabalhador era de 3\$700. Sua família era composta, em geral, de cinco pessoas. Suas despesas giravam em torno de 3\$866. Tais dados são indicadores da existência de um déficit mensal, permanente, nas condições financeiras daqueles grupos familiares. Déficit esse que tinha como consequência a insuficiência alimentar das famílias pesquisadas. Essas conclusões prenunciam o que o médico pernambucano afirmaria alguns anos depois: “Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade de Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite”.⁶⁶ O inquérito, feito sob orientação de Josué e coordenado pelo Departamento de Saúde Pública de Recife, entrevistou 500 famílias abrangendo três grandes zonas proletárias – Torre, Encruzilhada e Santo Amaro – que, para facilidade de controle, denominamos zona A, zona B e zona C. O objetivo, segundo o autor, era

“averiguar a alimentação das classes assalariadas, aquelas que por suas condições econômicas desfavoráveis e seu baixo nível intelectual pior se alimentam, necessitando, portanto, de uma assistência social urgente neste sentido, para que seja entravado o seu progressivo estiolamento provocado por uma inanição crônica e congênita, verdadeira fome tradicional.”⁶⁷

Algumas conclusões importantes desse inquérito sobre as condições de vida dos operários de Recife:

- ✓ o trabalhador manual da cidade do Recife percebia um salário médio de 3\$700, com o qual mantinha as despesas de sua família composta em média por cinco pessoas;

⁶⁵CASTRO, Josué. *Condições de vida da classe operária no Recife*. Disponível em <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro>>. Acesso em setembro de 2009.

⁶⁶CASTRO, Josué. *Homens e Caranguejos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 10.

⁶⁷CASTRO. *Condições de vida da classe operária no Recife*. Op. cit. Acesso em setembro de 2009.

- ✓ a família operária despendia, em média, 3\$866 para sua manutenção - dados significativos de um balanço deficitário -, tendo em vista que se gastava mais do que se ganhava, donde a sua impossibilidade de economizar e melhorar sua condição social. O operário vivia sempre devendo, sem conseguir saldar seus parcos compromissos;
- ✓ a renda da família operária se dividia em: despesas com abrigo, alimentação e vestuário, sendo que, para a quota alimentar, eram despendidos de 69% a 74% do salário.
- ✓ a dieta era quase exclusivamente constituída de farinha com feijão, charque, café e açúcar, o que denotava carência de variedade dos alimentos que a compunham e das necessárias quantidades de albuminas, hidratos de carbono, gorduras, sais e vitaminas, indispensáveis ao metabolismo orgânico;
- ✓ o consumo de leite e frutas foi verificado entre, apenas, 19% e 16% das famílias – mesmo assim em quantidades aquém do necessário -, significando que 80% da população não consumiam quase nenhum alimento do grupo proteico;
- ✓ o consumo calórico médio verificado foi de 1.645 calorias diárias, quando as quantidades energéticas diárias de um adulto trabalhador ficam entre 3.000 a 4.000 calorias;
- ✓ Em contrapartida, observou-se um consumo de carboidratos, proporcionalmente, excessivo em detrimento do baixo consumo de proteínas, cuja média foi de 62 gramas diários. Além disso, registrou-se o baixo consumo de lipídios, correspondendo a, aproximadamente, 13 gramas diários, o que denotava a deficiência de vitaminas lipossolúveis da dieta. O valor dietético da alimentação, ainda, estava abaixo das recomendações nutricionais quanto ao consumo de minerais, particularmente cálcio e ferro, e ao consumo de vitaminas hidrossolúveis.⁶⁸

Esse inquérito, segundo afirma Josué de Castro em sua obra *Documentário do Nordeste*, foi o primeiro “realizado no Brasil sobre as condições de vida do nosso povo” e abriu “a pista para este gênero de pesquisa sociológica”, permitindo que surgissem “inquéritos semelhantes em outras partes do país, e confirmando a trágica realidade social das massas brasileiras, que era até então como que ignorada, pelo menos, dentro de uma visão objetiva dos fatos”.⁶⁹ Na mesma direção, Vasconcelos⁷⁰ afirma que a pesquisa *As condições de vida das classes operárias do Recife* (1932), de autoria de Josué de Castro, é considerada como “o primeiro inquérito dietético-nutricional do País, cujos resultados tiveram ampla divulgação nacional, provocando a realização de estudos similares, inclusive daquele que serviu de base para a regulamentação da lei do salário

⁶⁸ Idem, Acesso em setembro de 2009.

⁶⁹ CASTRO, Josué. *Documentário do Nordeste*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965, p. 4.

⁷⁰ BEZERRA, J. A., op cit, 2010, p. 11.

mínimo e da formulação da chamada ração essencial mínima, estabelecida por intermédio do Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938”. No entanto, Bezerra aponta divergências quanto à primazia de obras científicas sobre saber alimentar e nutrição no Brasil, mérito que o presente estudo não pretende discutir.⁷¹ Torna-se relevante, entretanto, tecer algumas considerações sobre a obra de Josué de Castro, alertando sobre sua atualidade no que tange ao tratamento dos problemas da fome e da desnutrição. A análise feita por ele, em seus estudos, tem o caráter interdisciplinar que se verifica na metodologia utilizada em pesquisas atuais. Em *Geografia da Fome*, o autor demonstra a necessidade de se examinar os regimes alimentares de cada região do país, a partir das possibilidades oferecidas pelas condições geográficas naturais, mas também pela forma como se organizam a apropriação da terra e as relações de trabalho. Em sua análise sobre a fome, o médico pernambucano não subestimava a importância dos fatores naturais, assim como compreendia ser necessário um profundo conhecimento da organização social e da técnica de produção alimentar de determinados grupos. Tais reflexões se confirmam quando analisamos sua fala:

“Para quem medite um momento sobre a questão alimentar, penetrando com fôlego na massa densa e complexa dos fenômenos vivos da nutrição, o problema alimentar não constitui assunto de simples referência de sobremesa, mas estudo mais sério e complicado, com raízes mergulhadas profundamente no campo da sociologia e da filosofia, com influências projetadas longe, nos quadros mais variados de manifestação da vida.”⁷²

Eronildes Lima aponta os intelectuais dedicados aos estudos da educação alimentar no Brasil entre 1930-1940 como responsáveis pela ideia de que a “fome/subalimentação era um fato social *sui generis*”. Razão pela qual “indicavam que esse fato só poderia ser compreendido nos marcos da biossociologia pela intersecção do método fisiológico com o método geográfico, definindo, assim, a especificidade de uma

⁷¹ Idem, p. 9. O debate sobre esse momento inicial aponta, por um lado, a obra de Josué de Castro – principalmente os livros *O problema fisiológico da alimentação no Brasil* (1932), *Alimentação e Raça* (1936), *O problema alimentar no Brasil* (1935), “As condições da classe operária no Recife” (1935) – como fundante das bases científicas do saber em alimentação no Brasil. Por outro lado, tal mérito é atribuído ao médico Eduardo Magalhães, em seu livro *Higiene alimentar*, volumes 1 e 2, para quem autores como F. Pompêo do Amaral reclamam “a primazia na doutrinação e na propaganda das bases científicas da alimentação, entre nós” (“O verdadeiro pioneiro da racionalização da alimentação e da educação física no Brasil”. Artigo publicado no jornal *Folha da Manhã*. São Paulo, 21/08/1938).

⁷² CASTRO, Josué. *Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. Ed. 936, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 17.

ciência que pretendiam construir”.⁷³ Para tanto, as pesquisas acerca do tema deveriam abandonar a empiria e o ensaísmo e abraçar a fisiologia da nutrição. No trabalho desses intelectuais, ficava explicitada a tese, mal de fome e não de raça, evidenciando a passagem do conceito de raça para o de cultura. Essa passagem permitia, ainda, um distanciamento maior entre o biológico e o social. No dizer de Eronildes Lima, “foi Castro (1934) quem primeiro introduziu a fisiologia como ponto de partida para o estudo desta questão, ao mesmo tempo em que já acenava para a perspectiva de articulação da dimensão fisiológica com a dimensão social”.⁷⁴ Para Vasconcelos,⁷⁵ na década de 1930, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, o saber médico se dividia em duas correntes distintas que confluíram para a constituição do campo da nutrição. De um lado, estavam aqueles a quem o autor classificava como de “perspectiva biológica, preocupados essencialmente com aspectos clínico-fisiológicos relacionados ao consumo e à utilização biológica dos nutrientes e influenciados por concepções das escolas de nutrição e dietética norte-americanas e de centros europeus”. De outro lado, estavam aqueles colocados pelo autor no grupo da “perspectiva social, preocupados em especial com aspectos relacionados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos pela população brasileira e influenciados, particularmente, pelas concepções do pioneiro da nutrição na América Latina, o médico argentino Pedro Escudero”.⁷⁶ Josué de Castro fazia parte dessa segunda corrente e teve no médico nutrólogo argentino Pedro Escudero⁷⁷ um grande inspirador.

Contextualizando, historicamente, a emergência dos estudos sobre Nutrição no Brasil, cumpre assinalar que ela se deu no bojo das transformações político-econômicas ocorridas no transcurso do primeiro período Vargas (1930-1945). Tais pesquisas, certamente, terão influência no nascimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social e do leque de ações no campo da educação alimentar que se efetivaram a partir daí. Um desses desdobramentos será a criação do Instituto de Nutrição, na Universidade do Brasil, chefiado por Josué de Castro.

⁷³ LIMA, Eronildes da Silva. *Gênese e Constituição da educação alimentar: a instituição da norma*. História, Ciências, Saúde Manguinhos, V(1): 57-83, mar.-jun. 1998.

⁷⁴ Idem, 1998, p. 57-83.

⁷⁵ VASCONCELOS, F. de A. G. de. *Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII(2): 315-39, jul.-ago, 2001.

⁷⁶ Idem, p. 315-39.

⁷⁷ Pedro Escudero foi precursor dos estudos sobre a ciência da Nutrição na Argentina. Foi responsável pela criação do Instituto Municipal de Nutrição em Buenos Aires e pela formação das primeiras nutricionistas brasileiras.

Figura 1- Laboratório do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil – 1947



Fonte: Arquivo Josué de Castro (Josué na frente ao centro)

2. O contexto histórico e o arcabouço legal de gestação, expansão e extinção do SAPS

2.1 - O governo Vargas: a gênese do arcabouço legal e criação do SAPS

Os caminhos da historiografia brasileira em muito percorreram o período do governo Vargas, especialmente o chamado Estado Novo (1937-45). A motivação para a ênfase no estudo dessa etapa da História do Brasil parece residir na tentativa de compreender, de forma mais apurada, as nuances do autoritarismo, “ignorado pelos autores que, no passado”, enalteceram o país como “cordial e pacífico”.⁷⁸ Tratar desse período esmiuçado por expoentes da historiografia brasileira torna-se, portanto, tarefa complexa. Por outro lado, o fascínio que tal época exerce sobre pesquisadores transmutou-se em profícuas pesquisas, já realizadas, ou em andamento. Tais investigações revelam-se como fontes preciosas e, de certa maneira, instigam novos estudos sobre temas relativos a esse período tão rico da História do Brasil. Entretanto, o Serviço de Alimentação da Previdência Social/SAPS não foi suficientemente explorado pelas pesquisas historiográficas. Por essa razão, torna-se necessário conhecer os meandros do contexto histórico que abarcou sua existência.

O Serviço de Alimentação da Previdência Social/SAPS e o conjunto de atividades ali desenvolvidas, que beneficiavam as camadas populares, têm início em 1940, período do governo ditatorial de Vargas denominado Estado Novo. Essa época da

⁷⁸CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. Op. cit., v. 2, p. 111.

história brasileira deve ser compreendida a partir de sua divisão em dois períodos: 1) 1937-1942, quando se realizam significativas reformas no intento de consolidar e legitimar o regime; 2) 1942-1945, em que a entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra expõe as contradições do regime, levando o governo a buscar apoio da classe trabalhadora. Esse segundo momento é chamado por Angela Gomes de “Estado Novo em segundo movimento”.⁷⁹ Percorrer as pegadas deixadas pela existência do SAPS e pelas especificidades históricas daquele momento requer que se reflita sobre um governo que se reafirmava patrono das leis sociais, através de ampla propaganda oficial. Requer, ainda, que se procure saber a quem o SAPS beneficiou, buscando, para tanto, ouvir as camadas populares que o frequentaram. Sobretudo, deve-se ressaltar nessa análise que, a despeito das restrições de liberdades políticas existentes, há que se reconhecer o “salto qualitativo em termos da legislação trabalhista” instituída no período.⁸⁰

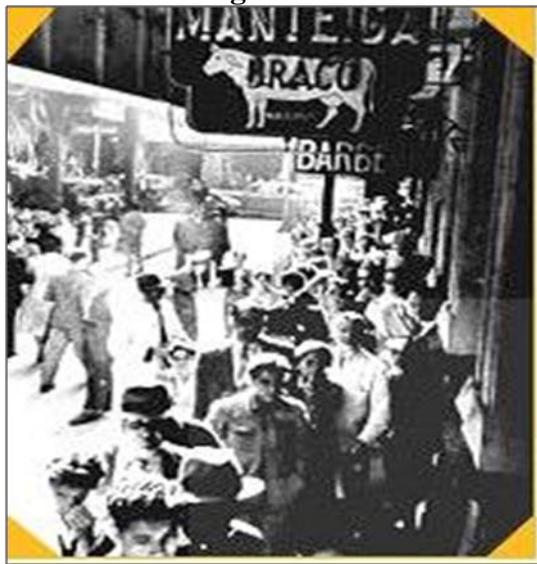
Economicamente, o Brasil do período Vargas (1930-1945) viveu interregnos de notável crescimento, caracterizados com o avanço da industrialização brasileira. Também conheceu um processo de profundas transformações, incertezas e desafios internacionais e internos. A implantação dos Restaurantes Populares se dá em um período analisado por Malan como inflacionário – tendo em vista que, “a partir de 1939 e de forma continuada até 1945, os preços dispararam a uma taxa média anual de 15%”.⁸¹ A situação provocada pela deflagração da Segunda Grande Guerra atingiu o Brasil, produzindo o racionamento de alimentos. A foto a seguir mostra que a população do Rio de Janeiro enfrentava grandes filas para obter gêneros alimentícios. Essa fila era para a compra de manteiga, um produto que sumira do mercado. Além da escassez, havia o problema de alta dos preços, fato que, segundo notícias dos jornais da época, era preocupante. Dessa forma, a criação de Restaurantes Populares foi efetivada quando a inflação corroía os salários da classe trabalhadora.

⁷⁹GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit., 1988.

⁸⁰D'ARAUJO, Maria Celina. *Estado, Classe trabalhadora e políticas sociais*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. Op. cit. v. 2, p. 236.

⁸¹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. Op. cit. v. 2, p. 276.

Figura 2
Fila para compra de laticínios:
acionamento Segunda Guerra Mundial



Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

Para além dos referidos restaurantes, foram criados os Armazéns de Subsistência, que vendiam gêneros essenciais a preço de custo para os trabalhadores. As Bibliotecas e as Discotecas Populares são aglutinadas aos espaços de alimentação espalhados pelas principais cidades do país. Estava em curso um projeto nacional de alimentação e cultura. Michel de Certeau afirmou que os populares têm que ser vigilantes e aproveitar as falhas que as conjunturas particulares abrem no poder proprietário. Com essa astúcia ou tática, eles conseguem criar surpresas e “caçar” nesse território.⁸² Tais considerações nos permitem fazer uma reflexão menos simplista sobre a forma como a classe trabalhadora recebeu os ganhos advindos da implantação do SAPS, em tempos de elevação do custo de vida e do desabastecimento de gêneros alimentícios decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Embora vigiado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o jornal *Correio da Manhã*, de setembro de 1940, retratava a preocupação das camadas populares através da reportagem intitulada “O Custo de vida”:

“De que serve dar ao empregado um mínimo, calculado sobre a base do custo da vida, se este está sujeito a elevações quotidianas? (...) É preciso considerar cuidadosamente a circunstância que aventamos. O governo do Sr. Getúlio Vargas tem sido o grande baluarte dos direitos dos trabalhadores, em

⁸² CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 95.

todos os terrenos. A sua obra de assistência social e material ao operário é sem duvida das mais notórias. Será, pois, de toda conveniência que seus auxiliares, na medida das respectivas responsabilidades, tudo façam para impedir que venha a elevação do custo da vida trazer a desorganização e o desanimo onde com grande esforço se alicerçaram os direitos mais respeitáveis dos que laboram e consomem suas energias, para alimentar a machina da indústria e do commercio.”⁸³

Ao mesmo tempo em que retratava preocupação da classe operária, a reportagem apelava pela interferência do governo considerado eficaz em sua “obra de assistência social e material” que beneficiava aos trabalhadores. Ao que parece, o apelo encontrou abrigo. Em novembro de 1940, como parte das comemorações do decênio do governo Getúlio Vargas, inaugurou-se o primeiro Restaurante Popular da capital federal. O *Diário de Notícias* dava detalhes da programação comemorativa do décimo aniversário do governo Vargas. Fazia parte do programa a inauguração do restaurante Popular da Praça da Bandeira. Dizia a nota:

“Será realizada, hoje, a inauguração do restaurante popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social, na Praça da Bandeira, com um almoço que a senhora Darcy Vargas oferecerá às famílias dos trabalhadores e no qual tomarão parte o presidente da República, ministros do Estado e outras altas autoridades”.⁸⁴

A dimensão inovadora do Restaurante Popular da Praça da Bandeira, construído de acordo com os padrões preconizados pelos cientistas brasileiros fundadores do saber alimentar no Brasil, pode ser lida na reportagem do jornal *Correio da Manhã*, de janeiro de 1941:

“O restaurante popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social é o primeiro estabelecimento desse gênero criado entre nós por iniciativa official destinado a proporcionar aos trabalhadores um regime alimentar scientificamente orientado por preço ao alcance de todos. Nos dois primeiros mezes de funcionamento, o restaurante da praça da Bandeira teve um movimento que por si so evidencia seu êxito. (...) A entrada e saída de centenas de operarios, de todas as categorias –

⁸³ Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1940, p. 4. Respeitou-se a ortografia original. Grifos meus.

⁸⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1940, p. 3, grifos meus.

motorneiros, condutores, soldados, commerciaros, etc. – se faz sem o menor incidente.”⁸⁵

A notícia acima deixa claro que o objetivo a que se propunha a criação dos restaurantes populares estava sendo atingido. O SAPS nasceu pelo Decreto-Lei nº. 2.478,⁸⁶ em 5 de agosto de 1940, estatuído pelo presidente Getúlio Vargas, conforme lhe facultava o artigo 180 da Constituição vigente. O referido Decreto-Lei estabelecia, entre outras determinações, que a autarquia ficaria sediada no Rio de Janeiro, capital da República, bem como sua destinação:

“personalidade jurídica e sede na capital da República o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e destinado principalmente a assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões subordinados aos respectivos Ministérios.”⁸⁷

Além de propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata, o serviço deveria promover divulgação através dos meios trabalhistas acerca das vantagens obtidas pelo trabalhador ao ingerir uma alimentação de acordo com os princípios nutricionais. O corpo do decreto frisava ser necessário se formar, “na coletividade, uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação”.⁸⁸ O arcabouço legal estatuiu a seleção dos gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços, bem como o funcionamento dos órgãos necessários à integral execução dos seus trabalhos pertinentes ao funcionamento dessas determinações.

Observa-se, no teor desse decreto, que, para além da implantação dos Restaurantes Populares, ou dos restaurantes agregados às grandes empresas, havia a preocupação com a divulgação dos preceitos da boa alimentação através de campanhas para formação de consciência nutricional. Seriam meras campanhas civilizatórias cujo objetivo implícito era promover a imagem do governo como provedor da alimentação popular? Ou o arcabouço legal estatuído buscava, junto com o saber médico alimentar construído entre 1930 e 1940, uma forma de conscientizar a população sobre a

⁸⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1941, p. 5.

⁸⁶ Além da criação de Restaurantes Populares estatais, o Decreto-Lei nº. 2.478 referendava o Decreto-Lei nº. 1.238, de 02 de maio de 1939, através do qual as grandes empresas deviam fornecer alimentação aos seus funcionários.

⁸⁷ BRASIL, Senado Federal. Arquivo Legislação.

⁸⁸ BRASIL, Senado Federal. Arquivo Legislação.

necessidade de práticas de educação alimentar e de disseminação dos benefícios de uma boa nutrição?

Decorrido um ano de sua criação, o governo entende que, para atingir os objetivos de sua política, o Serviço de Alimentação da Previdência Social deveria ser reorganizado. Através do Decreto-Lei 3.709⁸⁹, de 14 de outubro de 1941, o SAPS é reestruturado. O novo decreto reeditava o teor do precedente, mas também o complementava. Dizia o Decreto-Lei 3.709, assinado pelo presidente Vargas:

“Art. 3º - Para consecução das suas finalidades, o SAPS promoverá:

I. a instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores;

II. a instalação e ampliação dos refeitórios estabelecidos de acordo com o Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939⁹⁰;

III. o fornecimento de refeições nos locais de trabalho que não comportem os refeitórios previstos na lei a que se refere o item anterior;

IV. a divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens auferidas pelo trabalhador com uma alimentação racional;

V. a divulgação, nos meios patronais, dos benefícios que decorrerão para os empregadores, de uma alimentação adequada aos seus trabalhadores;

VI. a propaganda da necessidade de novas diretrizes na alimentação nacional e das suas profundas influências sobre a melhoria da raça;

VII. uma ação educativa sistemática junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados.”⁹¹

Este Decreto-Lei traz o cerne da implementação dos cursos de dietistas, nutricionistas e visitadoras de alimentação,⁹² sob responsabilidade do SAPS/Praça da Bandeira. Confirmava-se, assim, o diálogo entre os intelectuais que se dedicavam a

⁸⁹ O Decreto-Lei 2.988, de 27 de janeiro de 1941, também versava sobre a reorganização do SAPS. A razão de se ter selecionado o Decreto-Lei 3.709, de 14 de outubro de 1941, consiste no fato de ele ter revogado o anterior, mantendo suas determinações e ampliando-as.

⁹⁰ O Decreto-Lei citado era anterior ao que estatuiu a criação do SAPS e determinava que, em “estabelecimentos que trabalhassem mais de quinhentos empregados, deverá o empregador reservar-lhes local abrigado, higiênico e devidamente aparelhado, onde possam fazer as refeições”. E ainda determinava que, caso o espaço do estabelecimento não condissesse com a necessidade, o empregador poderia conveniar com local próximo e acessível ao horário do empregado.

⁹¹ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação. Retirou-se do texto completo, apenas, a parte que interessa a essa pesquisa.

⁹² Tais cursos e o papel educativo desempenhado pelo SAPS no campo da orientação nutricional serão alvo de reflexão mais detalhada no próximo capítulo.

pesquisas no campo da nutrição e o governo Vargas. Das determinações do Decreto-Lei 3.709, ainda provinham os chamados restaurantes gregários construídos e equipados por entidades autárquicas ou paraestatais, mas administrados pelo SAPS. Além desses, havia os restaurantes fiscalizados, que eram construídos, instalados e mantidos pelo serviço público, empresas industriais ou outras instituições, mas se inscreviam no SAPS para desfrutar do auxílio que a autarquia lhes pudesse prestar. Estava, também, explícito no corpo desse decreto o papel da família como respaldo para o sucesso da campanha educativa que deveria ser desenvolvida, demonstrando “os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados”.⁹³

Em 21 de outubro de 1942, o Decreto-Lei 4.859 anexava ao arcabouço institucional do SAPS a Seção de Subsistência. O destino dessa seção era fornecer aos trabalhadores gêneros de primeira necessidade pelo preço de custo, acrescido de uma taxa de 10%, com a qual se honrariam as despesas de aquisição, transporte e distribuição dos alimentos. Estes postos de Subsistência funcionavam nos próprios restaurantes ou em locais indicados pelos sindicatos e atendiam, preferencialmente, aos trabalhadores com registro na Previdência Social, portadores de família numerosa. O governo Vargas respondia, nesse sentido, às necessidades da população no que se referia ao aumento do custo de vida e ao desabastecimento de gêneros alimentícios, ambos consequência da Segunda Guerra Mundial. O arcabouço legal, editado pelo governo, colaborava para que o SAPS, além de assegurar condições favoráveis e higiênicas aos frequentadores do Restaurante Popular da Praça da Bandeira, também lhes servisse como forma de combate à carestia e ao desabastecimento, comuns em tempo de Guerra. A notícia destacada do *Correio da Manhã*, de maio de 1942, sob o título “Abastecimento da População”, fala do aumento do custo de vida e do desabastecimento de produtos:

“Está preocupando seriamente a população consumidora e, felizmente também as autoridades, o encarecimento da vida. E, enquanto se medem as causas do fenômeno, é acertado procurar-lhe também o remédio. A vida encarece por vários motivos. Estando o mundo em guerra o Brasil paga mais pelo que compra do que pagava outrora, porque a mercadoria importada sobe de preço. (...) Se assim se compreende a elevação do custo da mercadoria importada, como explicar a daquela que nós mesmos

⁹³ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

produzimos? Da seguinte forma. Lançando no mercado internacional produtos que, até então, eram absorvidos pelo consumo brasileiro exclusivamente, realiza-se, está claro, um desfalque no provimento do último. Há menor oferta no país porque a mesma riqueza tem hoje duas classes de compradores: os brasileiros e os estrangeiros.”⁹⁴

O governo respondeu à preocupação das camadas populares, apontada na reportagem. Além das Seções de Subsistência destacadas, anteriormente, foram colocados nas ruas do Rio de Janeiro os caminhões do SAPS. Os periódicos noticiavam, diariamente, em que local da cidade esses caminhões estacionariam vendendo gêneros alimentícios a preços subsidiados pelo governo.⁹⁵ Além desses postos móveis e cumprindo o que determinava a legislação, foram criados os entrepostos de Subsistência.

Os Postos ou Armazéns de Subsistência do SAPS surgiram como uma primeira medida de intervenção na distribuição e no acesso da população brasileira aos gêneros alimentícios. Eles foram criados pela legislação que estatuiu o Serviço de Alimentação da Previdência Social na década de 1940. Entre 1946 e 1953, foram criadas 133 unidades no Distrito Federal e nos demais Estados. Tais dados evidenciam que cerca de quatro milhões de pessoas tiveram acesso aos gêneros alimentícios distribuídos nesses postos de subsistência.⁹⁶

Vale assinalar que, a rede de postos que vendia alimentos subsidiados pelo governo surgiu em época de carestia e inflação ditadas por um período de Guerra. Dados de estudos desenvolvidos em várias partes do país corroboram essa assertiva.⁹⁷

O conjunto de medidas travestidas em postos que vendiam gêneros alimentícios a preço de custo para as classes trabalhadoras teve respaldo legal, e talvez essa seja a razão fundamental do sucesso ocorrido em sua prática. Conforme afirma Ferreira, “é muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardem

⁹⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1942, p. 4. Conservou-se a ortografia da época.

⁹⁵ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1951, p. 2.

⁹⁶ L'ABBATE S. *As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: período de 1940 a 1964*. Revista Nutrição - PUCCAMP 1988; 1:87-138.

⁹⁷ A pesquisa realizada por Fernando Pureza elucida que, em Porto Alegre, os armazéns do SAPS surgiram no bojo do “conjunto de medidas que foram colocadas em prática, visando combater o problema da escassez de alimentos e da alta de preços”. Tais entrepostos passaram “a garantir um estoque mais barato reservado aos trabalhadores sindicalizados, desde que eles fossem retirar um cupom na sede dos representantes de sua categoria”. PUREZA, Fernando Cauduro. *Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da segunda guerra mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

os direitos dos trabalhadores.” O autor assinala que o movimento queremista demonstrou que “este mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram.”⁹⁸

A carestia e a inflação ainda contribuíram para que passasse a funcionar, no SAPS/Praça da Bandeira, o serviço de Voluntárias de Alimentação e o serviço de Desjejum Escolar. O *Correio da Manhã* de setembro de 1942, sob o título “*Voluntárias de Alimentação – Aspectos da distribuição dos cartões para o ‘Desjejum escolar’*”, trazia a seguinte fala:

“Sob os auspícios da Legião Brasileira de Assistência foram inaugurados ontem no SAPS, à Praça da Bandeira, as aulas de preparação intensiva de Voluntárias de Alimentação. (...) Teve início a aprendizagem de cerca de cem voluntárias (...) habilitando-se assim para o exercício de uma importante missão de cunho social em época de guerra, qual seja a de ministrar à famílias dos cidadãos convocados para a vida militar conhecimentos úteis e objetivos sobre nutrição, orientando as donas de casa acerca do preparo de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, acessíveis aos bolsos das camadas populares. Em companhia do diretor do SAPS Sr. Edison Cavalcanti, a esposa do presidente da República e demais componentes de sua comitiva percorreram as todas as dependências do edifício onde funciona o Serviço de Alimentação da Previdência Social, cabendo ainda a sra. Darcy Vargas inaugurar o serviço de ‘*Desjejum Escolar*’, de acordo com o qual, a partir da próxima segunda feira serão distribuídas, diariamente, 1.000 merendas aos filhos de trabalhadores, atacando-se assim com energia (...) o problema da sub-nutrição infantil.”⁹⁹

Em 29 de outubro de 1942, o jornal *Correio da Manhã* noticia a entrega dos certificados do curso à primeira turma de Visitadoras de Alimentação, formada pela Legião Brasileira de Assistência, LBA, no SAPS. Dizia a reportagem que a cerimônia fora presidida pela Sra. Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas.

“Conforme fôra anunciado realizou-se ontem, no 4º andar do S. A. P. S., onde se realizam as aulas dos cursos promovidos pela Legião Brasileira de Assistência com a presença do Sr. Milton Trindade, representante do Ministro do Trabalho, o ato de entrega de certificados a primeira turma de Voluntárias de Alimentação, diplomadas pela Formação de Preparação Intensiva, Curso instituído pela L. B. A. de acordo com o

⁹⁸ FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. Op. cit., p. 19.

⁹⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1942, p. 7, grifos meus.

programa de suas atividades e em cooperação com o S. A. P. S..”¹⁰⁰

Afora as questões de desabastecimento e carestia estava sendo iniciada a campanha de educação alimentar propalada pelos intelectuais que, durante a década de 1930, trataram de forma científica o problema da fome e da desnutrição no país.

Em 30 de abril de 1943, o Decreto-Lei nº. 5.443 modificava a estrutura administrativa do Serviço de Alimentação da Previdência Social. O Art. 2º desse decreto determinava: “Fica o Diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social autorizado a criar cursos técnicos e profissionais para a formação do pessoal técnico necessário às atividades de nutrição e bem assim de bons profissionais de copa, cozinha e atividade afins ligadas à alimentação”.¹⁰¹ Isso significa que, sob a responsabilidade da referida autarquia, estavam sendo lançadas as bases no país para a manutenção dos cursos de formadores de nutricionistas, de visitadoras de alimentação e dietistas. A lei abria espaço para criação das escolas de Visitadoras de Alimentação; a primeira, em Fortaleza, posteriormente a segunda, em Belo Horizonte.¹⁰²

Em 1945, antes de deixar o governo, o presidente Vargas e o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho assinaram dois importantes Decretos-Lei. O primeiro deles, o Decreto-Lei nº. 7.249, de 16 de janeiro de 1945, autorizava “a manutenção, pelas empresas, de Postos de Abastecimentos para seus empregados e respectivos dependentes”.¹⁰³ Por esse decreto, as empresas que empregassem mais de 300 pessoas estavam autorizadas a manter Postos de Abastecimento, cuja finalidade era vender, a preço de custo, gêneros alimentícios de primeira necessidade. Nos postos a que se referia a legislação, só poderia ser feita a venda dos seguintes produtos: arroz, açúcar, azeite, banha, batata, café, carne-seca, cebola, farinha, feijão, macarrão, manteiga, sabão e sal. Em tempos de economia de guerra, cujas filas pela busca de produtos eram intermináveis e a inflação corroía a renda familiar, a medida vinha em boa hora. O segundo Decreto-Lei, de nº. 7.719,¹⁰⁴ foi estatuído em 9 de julho de 1945 e modificava o sistema de contribuição para o Serviço de Alimentação da Previdência

¹⁰⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1942, p. 3. Conservou-se a ortografia da época.

¹⁰¹ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação. Esse Decreto-Lei autorizava a criação de cursos técnicos e profissionalizantes (relativos à formação de nutricionistas, dietistas, visitadoras de alimentação e de profissionais para exercer as atividades de copa, cozinha, costura etc.).

¹⁰² Nesse momento, o trabalho como Visitadora de Alimentação deixou de ser voluntário para se transformar em remunerado.

¹⁰³ Texto integral em BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹⁰⁴ Texto integral em BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

Social, estipulando o percentual para os gastos da instituição, fixados na base de 2% (dois por cento) sobre o valor das contribuições de previdência, arrecadados dos empregados e dos empregadores pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. A quantia deveria ser depositada na conta da autarquia existente no Banco do Brasil do Distrito Federal e respectivas agências estaduais. Tais medidas fazem parte do corpo de leis de proteção ao trabalho e previdência social que foram efetivadas pelo Ministério do Trabalho, e cuja divulgação, a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), culmina, segundo Gomes,¹⁰⁵ na construção da ideologia trabalhista. Por outro lado, a mobilização popular que antecedeu a deposição de Vargas em 1945, conhecida como *queremismo*¹⁰⁶, nos dá a extensão de quanto a classe trabalhadora compreendia seu governo como símbolo de justiça social. Cumpre ressaltar, ainda, a preocupação governamental em garantir que a política de alimentação e cultura fomentada pelo SAPS não sofresse solução de continuidade com a iminente troca de governo.

2.2 - Dutra, Vargas e Juscelino Kubistchek: a continuidade do projeto SAPS

Em ação demonstrativa do sucesso da política do SAPS, no interregno compreendido entre a deposição de Vargas, em outubro de 1945, e a posse do novo presidente, Eurico Gaspar Dutra, foi estatuído o Decreto-Lei nº. 8.617, de 10 de janeiro de 1946, que revigora, com algumas modificações, o Decreto-Lei nº. 7.249, de 16 de janeiro de 1945. Essas modificações são identificadas a seguir. Além de gêneros de primeira necessidade, os Postos de Abastecimento, estabelecidos pelas empresas, poderiam incluir a venda de produtos de higiene. O trabalhador não poderia empenhar na compra desses gêneros mais que 70% de seu salário. Os produtos vendidos nos referidos postos deveriam ter preço de custo, acrescido de 10% para despesas de instalação e administração. Tais estabelecimentos deveriam ser supervisionados e fiscalizados pelo SAPS.¹⁰⁷ Esse decreto denota que o governo sucessor referendou a criação da rede de armazéns que vendiam produtos a preço de custo para a classe trabalhadora.

Em 1949, na gestão Eurico Gaspar Dutra, o Decreto nº. 26.822, de 27 de junho de 1949, reorganizou os quadros (SAPS).¹⁰⁸ Esse decreto detalha os cargos do

¹⁰⁵ GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. Cit.

¹⁰⁶ FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. Op. cit..

¹⁰⁷ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹⁰⁸ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

organograma administrativo do SAPS, trazendo à baila o crescimento das atividades ali desenvolvidas e permitindo que se tenha noção de quão grande era sua estrutura. No corpo do decreto, em epígrafe, aparecem as mais variadas profissões que a estrutura da autarquia contemplava. Também aparece a tabela salarial vigente para cada cargo. Tais determinações são elucidativas para a compreensão de que estava em curso uma ampla política de alimentação sob os auspícios do Estado e com orientação unitária em todo o país. Ressalta-se, nesse sentido, a importância de um projeto nacional de combate à fome e à desnutrição e, sobretudo, um projeto de desenvolvimento da cidadania por engendrar ações de engajamento cultural, de profissionalização e de formação de vínculos sociais comunitários.

O final do Estado Novo, o período Dutra e os subsequentes governos desse período democrático não alteram os rumos da política do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Muito ao contrário, o que se observam são ações no sentido de referendar o que Vargas havia implementado ou, até mesmo, ampliar essa política pública. Os governos subsequentes darão prosseguimento à implantação de Restaurantes Populares agregados por Bibliotecas e Salas de Música.

O SAPS e as atividades por ele desenvolvidas crescem de forma vertiginosa e são instalados nas capitais e principais cidades do país. A cidade de Juiz de Fora é contemplada com a instalação de uma moderna unidade do SAPS em 30 de novembro de 1948 sob a tutela do governo Dutra. O diretor-geral do SAPS no Brasil, Umberto Peregrino, representa o presidente na solenidade. Enaltecendo os atos do presidente Dutra, o novo diretor da autarquia critica o governo Vargas proferindo:

“E assim, sem alardes publicitários, sem aquele conhecido trombetear dipeano,¹⁰⁹ que fazia de tudo uma dívida pessoal do ditador, e que se esmera, sobretudo, em doirar as pródigas promessas, de todos os dias, assim silenciosa e honestamente vão-se concretizando as iniciativas do governo do Presidente Dutra.”¹¹⁰

É oportuno destacar que, no governo Dutra, foi assinado um acordo entre a AIA (*American International Association for Social and Economics Development*)¹¹¹, dirigida por Nelson Rockefeller, e o SAPS. A *Revista do SAPS*¹¹² trazia uma reportagem

¹⁰⁹ Peregrino referia-se ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) criado pelo governo Vargas.

¹¹⁰ *Gazeta Comercial*, Juiz de Fora, 31 de outubro de 1948, p. 6.

¹¹¹ AIA - Associação Americana Internacional para desenvolvimento Social e Econômico.

¹¹² *Revista do SAPS*, março, abril e maio de 1946, p. 24. Periódicos da Biblioteca Nacional.

cujo título era “Cooperação Norte-Americana nas soluções do problema social do Brasil”. Havia ainda os seguintes subtítulos: “Plano decenal e orçamento de cem mil dólares – Contrato assinado entre o SAPS e a AIA – O que serão as Escolas de Visitação Alimentar”.

Figura 3 - Nelson Rockefeller assinando o Convênio entre a AIA e o SAPS



Fonte: Revista do SAPS, 1946, Arquivo Biblioteca Nacional

O artigo seguia dizendo da importância do acordo que introduziria no país a profissão de Visitadora de Alimentação. Segundo a reportagem,

“As finalidades do novo serviço serão, em essência, a do “Home Economics Extension Service”¹¹³ dos Estados Unidos e lá conhecidos popularmente como “Home Demonstration”. Assim é que o novo Serviço deverá ministrar cursos de Economia Doméstica, Horticultura, Puericultura, Avicultura, Nutrição e Dietética, Assistência Social e Visitação Alimentar, cursos êsses que, através de alunas formadas pelas diversas escolas que se vão instalar nos Estados, deverão penetrar em todos os setores da população, instruindo-a nas Modernas Normas da Nutrição e da Economia e infundindo-lhes, paralelamente, noções exatas no trato e preparo e uso de alimentos de maneira a dêles tirar o Maximo proveito e economia.”¹¹⁴

A reportagem assinalava a existência, no Ceará, da Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith, dirigida pela doutora Clara Sambaquy, que também

¹¹³ Serviço de Extensão da Economia Doméstica ou Demonstração Doméstica. No Brasil, o serviço foi denominado como de Visitadoras de Alimentação.

¹¹⁴ *Revista do SAPS*, março, abril e maio de 1946, p. 24. Periódicos da Biblioteca Nacional.

seria diretora do novo serviço. O texto dizia que a experiência do Ceará era vitoriosa e que novas escolas deveriam lançar mão de experiências, lá desenvolvidas com sucesso, como os clubes infantis e clubes de donas de casa. Presentes, na assinatura do ato, estavam: o Ministro do Trabalho, Sr. Morvan Dias Figueiredo; o Ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho; o diretor do SAPS, Sr. José Evangelista; a doutora Clara Sambaquy; e o Sr. Nelson Rockefeller, diretor da AIA. Rockefeller agradeceu em espanhol “exaltando o trabalho do SAPS, com cuja direção colaborou durante a guerra, e congratulando-se pela oportunidade de prosseguir nessa colaboração”.¹¹⁵

É necessário ressaltar, de acordo com Vizentini,¹¹⁶ que, no período de quase duas décadas compreendido entre o fim do Estado Novo, em 1945, e o golpe militar de 1964, houve a predominância da disputa entre dois projetos caracterizados por dois grupos: o dos nacionalistas e o dos chamados de “entreguistas”. O primeiro grupo, de inspiração cepalina (CEPAL, Comissão Econômica de Estudos para a América Latina), abarcava intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e se caracterizava pela busca de autonomia diante dos EUA, bem como defendia o projeto de desenvolvimento industrial e reforma social. O segundo grupo, apoiando-se na ideologia da ESG (Escola Superior de Guerra) e no liberalismo econômico, era favorável aos que defendiam os EUA em termos de desenvolvimento agrícola e agenda de segurança em época de Guerra Fria. O termo “entreguista” lhes foi alcunhado pelos nacionalistas que os acusavam de querer entregar o país aos norte-americanos. Vizentini afirma que o primeiro governo Vargas “pautou-se por uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, através da utilização da política externa como um instrumento estratégico para lograr a industrialização do país”. Para o autor, o mandato do presidente Dutra, entretanto, caracterizou-se “por uma dependência relativamente passiva frente aos EUA”. Nessa direção, afirma Vizentini, o período Dutra pode ser visto como “um dos governos que mais se submeteram aos interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos, na história do país”.¹¹⁷

¹¹⁵ *Revista do SAPS*, março, abril e maio de 1946, p. 24. Periódicos da Biblioteca Nacional.

¹¹⁶ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. Op. cit., p. 187.

¹¹⁷ *Idem*, p. 188.

De acordo com a perspectiva analisada, vale destacar as reflexões de Claiton Silva¹¹⁸ sobre a atuação da AIA (American International Association for Social and Economics Development) no Brasil. Silva define a AIA como uma agência filantrópica, cuja criação é atribuída a Nelson Aldrich Rockefeller. O período de sua existência foi compreendido entre 1946 e 1968. A referida agência se destinava ao desenvolvimento de projetos de cooperação técnica visando à modernização da agricultura e à conservação do solo, mas investia, também, em programas de saneamento e alfabetização. O estudo de Claiton Silva procura demonstrar que programas desenvolvidos entre o governo americano e o brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial foram continuados pela entidade filantrópica AIA, representada por Nelson Rockefeller. O autor defende que, no Brasil, nem sempre os projetos da AIA tiveram plena aceitação. Muito ao contrário, alguns deles enfrentaram resistências frente às especificidades culturais e sociais do nosso país. Em algumas vezes, instâncias que negociavam com a AIA apropriaram-se de suas ideias e levaram-nas adiante, de acordo com seus próprios interesses.¹¹⁹

A forma como o acordo com a AIA foi apropriado pelas divisões do SAPS, que receberam as verbas, é uma das questões que essa pesquisa pretende responder.¹²⁰ É certo, porém, que, a partir desse acordo, os cursos de Visitadoras de Alimentação tiveram muito mais recursos para seu funcionamento.

Na década de 1950, há registro de discursos no Senado Federal pedindo que as unidades do SAPS fossem expandidas. A fala proferida pelo senador Alfredo Duailibe, PSD/MA,¹²¹ em 23/11/1955, sugere a instalação de unidades da autarquia na região

¹¹⁸ SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Social and Economics Development (AIA) e os Programas de Modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, 2009, p. 15.

¹¹⁹ Idem, p. 16. A relação entre a AIA, o SAPS e as Escolas de Visitadoras de Alimentação será analisada no capítulo posterior.

¹²⁰ Em capítulos posteriores abordar-se-á o assunto com maior detalhamento.

¹²¹ Partido Social Democrata do Maranhão. O PSD era uma das três grandes agremiações político-partidárias do período. As outras duas eram a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para maior aprofundamento sobre tais legendas, ver HIPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o UDENISMO, Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB do Getulismo ao Reformismo - 1945-1964*. Op. cit..

amazônica no intuito de minimizar os problemas de carência alimentar e abastecimento.¹²²

Figura 4 - Getúlio no bandejão do SAPS Praça da Bandeira, 1952



Fonte: Memorial Getúlio Vargas, Arquivo do Rio de Janeiro

No período de Juscelino Kubistchek, a legislação sobre o SAPS tornou-se extensa em razão do Decreto nº. 45.096, de 22 de dezembro de 1958,¹²³ que aprovou o Regimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Esse decreto – composto de vários títulos, capítulos e artigos – detalhava a estrutura do SAPS, especificava as funções e os objetivos do funcionamento de cada setor, determinava as funções de cada membro da composição organizacional, estabelecendo as competências de todos os funcionários. Por esse regimento, percebe-se o amplo alcance de funcionamento do SAPS no país.¹²⁴ A estrutura estabelecida no decreto em questão nos remete ao funcionamento de uma autarquia complexa, com ações de nível nacional. A política de alimentação e cultura engendrada por esse projeto era, no mínimo, ambiciosa. No Capítulo I do decreto, pôde-se observar uma estrutura abrangente que abarcava os órgãos já existentes, acrescidos de: seções de granjas e de moagem de café; serviço médico-social e dentário; seção que cuidava das questões relativas ao salário-família; seção de assistência social; serviços de alfaiataria, de oficina gráfica, de indústrias

¹²² BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação. Diário do Congresso Nacional - Seção II, 24/11/1955, p. 2.943.

¹²³ A íntegra do Decreto 45.096/1958 será colocada nos Anexos finais desse estudo.

¹²⁴ A parte do Decreto N. 45.096/1958, que se refere à estrutura do SAPS encontra-se nos arquivos dessa pesquisa.

rurais, de análise de alimentos e de educação alimentar. Pelo regimento que o decreto estabelecia, eram determinadas as diversas comissões¹²⁵ que atuavam como órgãos colegiados da administração geral do SAPS. No teor do Art. 94, do Decreto 45.096, reafirmava-se o necessário funcionamento dos Postos de Subsistência. O trabalho desses postos tinha um caráter científico de acordo com o respaldo legal, haja vista o que diz o Decreto, no Capítulo VII, Seção I, no Art. 93, acerca da finalidade da Divisão de Subsistência. Nele se observa que a finalidade da Divisão de Subsistência do SAPS era estudar os problemas de abastecimento e prestar assistência técnica à Comissão Central de Compras. Essa, por sua vez, deveria realizar “diligências, estudos e pesquisas” que lhe fossem requisitados e ainda “controlar o abastecimento, consumo e vendas dos órgãos executivos, e efetuar a estocagem e movimentação de gêneros para o abastecimento”.¹²⁶ O mesmo decreto especifica em seu Art. 94 as diversas competências da Divisão de Subsistência. Dentre elas, vale assinalar importantes medidas que determinavam que os alimentos fornecidos ao consumidor deveriam passar pelo crivo do controle de qualidade. Assim, a legislação estabelecia que a Seção de Assistência Técnica propusesse “normas de requisição, especificação, embalagem, padronização, classificação, codificação e recebimento de gêneros alimentícios e seus derivados”, realizando “exames técnicos que se tornarem necessários ao recebimento e aceitação de gêneros alimentícios”.¹²⁷ O arcabouço legal representado por esse decreto previa a elaboração de um plano anual de aquisição de gêneros alimentícios e sua programação mensal em articulação com as unidades de subsistência regionais e locais e os demais órgãos da Divisão de Subsistência. Tal determinação demonstrava a existência de um planejamento prévio, fato que evitava desperdícios ou falta de gêneros nas unidades fornecedoras. Também nesse sentido, estava estatuída a necessidade de estudo das áreas de produção de gêneros alimentícios do país, especialmente as que, pela localização ou por outros fatores econômicos, ofereçam particular interesse para o SAPS. Demonstrando o caráter científico da Divisão de Subsistência, o estatuto legal instituía pesquisas que trouxessem dados sobre as safras e o custo médio da produção de gêneros alimentícios nos principais centros do país. A eficiência dessa Divisão de Subsistência pode ser comprovada pelo depoimento de várias pessoas que se beneficiavam

¹²⁵ As Comissões Centrais de Compras eram geridas pela administração central do Rio de Janeiro. As Comissões Regionais e locais eram administradas pelos restaurantes espalhados pelo país. BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹²⁶ BRASIL, Senado Federal. Arquivo Legislação. Decreto 45.096/1958, Capítulo VII, Seção I, Art. 93.

¹²⁷ BRASIL, Senado Federal. Arquivo Legislação.

comprando nos postos espalhados pelo país.¹²⁸ Essa eficiência também se devia à determinação legal de “levantamento do custo e dos meios de transporte dos centros produtores para os órgãos executivos”. Não menos importante para o sucesso dos Postos de Subsistência, eram o “estudo da oscilação dos preços e a tendência dos mercados interno e externo de gêneros alimentícios e derivados” e a organização e atualização de um “cadastro regional e local dos principais produtos de gêneros alimentícios e derivados, notadamente das cooperativas de produção”.¹²⁹

Figura 5 - Posto de Subsistência do SAPS



Fonte: Jornal Última Hora, 23/08/1954

Os Armazéns, ou Entrepósitos de Subsistência, continuavam imprescindíveis em tempos de inflação alta. A legislação retratava a importância de seu funcionamento orientando sua atuação e determinando a necessidade de planejamento e pesquisa. Compreende-se que o sentido das competências, listadas no Art. 94, era o de melhor atender à população usuária dos serviços desses armazéns do SAPS. Se houve problemas no funcionamento desses entrepostos, ou se eles não cumpriram com a destinação para a qual foram criados, são questões que essa pesquisa procura desvelar.

Na seção II do mesmo decreto, os Arts. 95 e 96 tratavam da industrialização de produtos alimentícios produzidos pelo SAPS, e pode-se constatar que esses iam da moagem de café à produção de pães, biscoitos e doces. Tal produção denota a ampliação e diversificação da oferta de produtos oferecidos a preço de custo às camadas

¹²⁸ Minha mãe contava que fazia compras no Posto de Subsistência da cidade de Rio Novo, que ficava próxima de Guarani, Minas Gerais. Os produtos eram mais baratos e de boa qualidade.

¹²⁹ BRASIL, Senado Federal. Arquivo Legislação. Decreto 45.096/1958, Capítulo VII, Seção I, Art. 93.

médias e baixas da população. A seção IV, Art. 100, do mesmo decreto trata da produção agropecuária que abrangia granjas e industrialização de produtos agrícolas e pecuários, sempre com a finalidade de oferecer melhores condições nutricionais à população.

O capítulo VIII do Decreto 45.096 está dividido em duas seções. Seu teor concernia em traçar as diretrizes do trabalho nutricional realizado pelo SAPS. Um dos grandes legados da autarquia no interstício de sua existência é, certamente, no campo da ciência da Nutrição. No SAPS, funcionaria o primeiro curso de formação de nutricionistas no Brasil. A parte do decreto que tratava das questões relativas à ciência da nutrição confirma porque o legado do SAPS, nesse campo, é significativo. Inúmeros são os trabalhos de pesquisa na área das investigações nutrológicas que mereceram publicações.¹³⁰ Referindo-se ao papel dos cursos de Nutrição, o Decreto 45.096 dizia, em seu Capítulo XII, Art. 119, que sua finalidade era “manter e controlar cursos para a formação de nutrólogos, nutricionistas, visitadoras de alimentação, profissionais de copa e cozinha, além de outros de natureza científica, técnica ou popular”¹³¹. Tais determinações demonstram o respaldo legal desse serviço gratuito de orientação nutricional, que estava posto ao alcance das camadas populares. O Art. 120 do capítulo em questão demonstra a amplitude do projeto quando afirma que os cursos de Nutrição “teriam uma sede central situada no *Distrito Federal e de escolas regionais*”¹³². Para que tais atividades fossem implantadas a contento, a legislação estabelecia no Art. 121 a concessão de bolsas de estudo para os alunos, bem como a necessidade de programação curricular dos cursos. De acordo com o Art. 123¹³³ do referido decreto, os cursos de Nutrição, ao formarem nutrólogos, nutricionistas, visitadoras de alimentação, profissionais de copa e cozinha, cumpriam uma das finalidades do SAPS e colaboravam com as entidades sindicais de empregados e empregadores para a formação de profissionais.

A abrangência do projeto de formação de profissionais na área da tecnologia alimentar explicitada no corpo da lei corroborava a ideia de que se pretendia manter o projeto nacional de combate à fome e à desnutrição no Brasil iniciado no primeiro governo Vargas. E não apenas isso: estava em curso um projeto que buscava

¹³⁰ Esses trabalhos serão tratados com mais detalhes em capítulo posterior.

¹³¹ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹³² BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação, grifos meus.

¹³³ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

desenvolver ações educativas com relação aos hábitos alimentares do brasileiro. Nota-se, ainda, que a lei preconizava a regionalização desses cursos, bem como buscava o entendimento entre os profissionais formados pelos cursos e as entidades sindicais.

Como se pode perceber, o leque de ações do SAPS cresceu no governo Juscelino Kubitschek de forma acentuada. JK, adotando o nacional-desenvolvimentismo, tinha como meta acelerar o crescimento econômico. Dentre os desafios por ele assumidos, estava o da construção da nova capital da República, Brasília, no Planalto Central, e de estradas que convergissem até ela. Deveria, ainda, investir pesado na industrialização do país, tudo isso dentro da ordem constitucional e democrática.¹³⁴

O projeto de expansão do SAPS parece ter sido decorrência natural desse governo que, até hoje, é lembrado como bem-sucedido por representantes de várias tendências político-partidárias. Em artigo escrito para o *Jornal Opção* on-line, de Goiânia, o Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico da SECDF,¹³⁵ Jarbas Silva Marques, conta uma história interessante. Segundo sua narrativa, Francisco Manoel Brandão, presidente da Comissão de Expansão do Serviço de Alimentação da Previdência Social, foi a Goiânia e contratou Dirso José de Oliveira para fazer os painéis do Restaurante do SAPS na Candangolândia.¹³⁶ DJ Oliveira, como era conhecido, era artista plástico residente no Centro-Oeste. Segundo a reportagem, DJ Oliveira foi

“o primeiro artista plástico a elaborar obras artísticas voltadas para os operários que trabalhavam nas obras da futura Capital da República, em dezembro de 1956, quando se iniciava a construção de Brasília. É, portanto, inquestionavelmente, pelos painéis que pintou no Restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), na Candangolândia, o responsável pelo verdadeiro batismo cultural de Brasília e do Distrito Federal.”¹³⁷

Inicialmente, DJ Oliveira pintou a óleo o painel *Bandeirantes de Outrora*. Em 1957, quando Lúcio Costa sagrou-se o vencedor do concurso para escolher o projeto urbanístico de Brasília, Francisco Manoel Brandão pediu a DJ, que pintasse mais dois painéis. Estes, em homenagem aos operários, foram intitulados *Candangos Heroicos* e

¹³⁴ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia., v. 3, Op. cit., p. 157.

¹³⁵ Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

¹³⁶ Acampamento que sediava os galpões da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

¹³⁷ Reportagem *Jornal Opção on-line*. Disponível em < <http://www.jornalopcao.com.br>>. Acesso em julho de 2009.

Centauros de Aço. Em 1956, ele também desenhou cartazes para o primeiro Natal dos operários, organizado por Francisco Manuel Brandão. O conjunto dessas obras deixou extasiados os visitantes que vieram de várias cidades do país assistir à primeira missa celebrada em Brasília, em maio de 1957, e que tomaram refeição no Restaurante do SAPS. Os painéis artísticos de DJ Oliveira foram vistos por mais de dois milhões de comensais no Restaurante do SAPS. Essas obras, criminosamente, desapareceram no governo de Jânio Quadros quando foram desmontados os galpões da Novacap na Candangolândia.¹³⁸

Figura 6 - Painel do SAPS, pintado por DJ Oliveira



Fonte: Jornal Opção on-line

A reportagem sobre o trabalho do artista plástico DJ Oliveira, no SAPS de Brasília, confirma o que já foi assinalado sobre a preocupação cultural existente nas ações desenvolvidas pela instituição. JK, certamente, seguia o que seus predecessores haviam formulado como política de nutrição e cultura. A existência de uma comissão para expansão do SAPS e a preocupação de seu diretor em trazer ao restaurante da Candangolândia a possibilidade de dar aos trabalhadores acesso a bens culturais confirmam que o propósito existente na criação da autarquia tinha sido mantido.

¹³⁸ Reportagem *Jornal Opção on-line*. Disponível em < <http://www.jornalopcao.com.br>>. Acesso em julho de 2009.

Figura 7 - O SAPS na construção de Brasília, 1958



Fonte: Revista Veja - Abril Editora, outubro de 2009

Outro aspecto da legislação pertinente ao SAPS ocorrido no governo JK foi a edição do Decreto nº. 49.181, de 1º de novembro de 1960, que transferiu à Administração do Serviço de Alimentação da Previdência Social o Restaurante Central dos Estudantes, instalado na Ponta do Calabouço. O referido decreto, assinado por Juscelino Kubitschek, trazia os seguintes dizeres em seu Art. 1º, parágrafo único: “Para efeito dêste artigo, fica o SAPS autorizado a estabelecer convênio com o Ministério da Educação e Cultura, no qual será fixada a forma de pagamento ao SAPS relativa às despesas com o fornecimento das refeições”.¹³⁹ Esse ato legislativo ampliava o atendimento da população estudantil pelo SAPS na capital da República, demonstrando continuidade do processo expansionista adotado pelo governo JK quanto à instituição.

2.3 - O SAPS nos governos Jânio Quadros e João Goulart

O governo Jânio Quadros não continuou o projeto expansionista do SAPS. Isso pode ser atribuído ao seu curto tempo de mandato. Todavia, Jânio editou, em 11 de julho de 1961, o Decreto nº. 50.934, que modificou “o Regimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº. 46.912, de 29 de setembro de 1959”,¹⁴⁰ aprovado no governo Juscelino. As alterações substanciais foram aquelas que diziam respeito à indicação de cargos administrativos para a instituição e às

¹³⁹ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹⁴⁰ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

questões relacionadas ao plano de compras da instituição. Este último deveria continuar precedido de licitação, mas deveria, também, apresentar um planejamento anual prévio.

Sucedendo à renúncia de Jânio Quadros, o governo João Goulart foi exercido “em circunstâncias muito especiais e difíceis” em razão do “processo de radicalização política que tomou conta do país”, conforme pondera Ângela Gomes.¹⁴¹ Não se tem notícias de que as unidades do SAPS tenham se expandido nesse período. Mas ocorreu uma mudança substantiva com relação à participação dos trabalhadores no SAPS. Segundo relato de sindicalistas, as dependências da instituição espalhadas em vários pontos do país passaram a ser apropriadas por seus frequentadores: trabalhadores e estudantes. O líder sindical mineiro Clodesmidt Riani afirmou acerca da participação dos sindicatos no SAPS:

“Nós chegamos à conclusão de que administrar o SAPS era uma questão política... Então, encabeçamos uma luta política, muito bonita, da classe operária, reivindicando a administração do SAPS. Nós colocamos lá o Cacildo José Carneiro, que tinha mais de dez anos como presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Alimentícias.”¹⁴²

A afirmação de Riani pode ser cotejada com o pensamento do presidente do IAPI em Juiz de Fora, naquele período, Élzio Bruni, quanto à apropriação do SAPS pelo sindicato. Élzio disse: “Nós indicamos o nosso companheiro Cacildo José Carneiro para agente do SAPS em Juiz de Fora”.¹⁴³

Outro aspecto relacionado ao SAPS e ocorrido no governo Jango foi a edição da Lei Delegada nº. 6, de 26 de setembro de 1962, que autorizou a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Segundo o teor da lei, a Companhia Brasileira de Alimentos tinha por fim participar, diretamente, da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo Governo, relativamente à comercialização dos gêneros alimentícios, essenciais ou em carência, e agir como elemento regulador do mercado, ou para servir, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por

¹⁴¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro*. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão. Op. cit., p. 77.

¹⁴² Depoimento Clodesmidt Riani: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2005, 2006. Em 1964, Riani era presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias), culminando uma trajetória extensa de luta operária e sindical. Foi preso e torturado pelo governo militar.

¹⁴³ Depoimento Élzio Bruni: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio Novo, 2006, Minas Gerais.

empresas comerciais privadas, em regime competitivo.¹⁴⁴ A criação da COBAL objetivava facilitar a administração dos Postos de Subsistência do SAPS.

Apesar do incontestado sucesso da política inaugurada pelo SAPS, o crescimento da máquina administrativa pode ter sido a razão de depoimentos registrados no Congresso Nacional contendo críticas à estrutura e ao funcionamento da autarquia. Cumpre ressaltar que o SAPS vinha sendo alvo de denúncias, fato que justificou a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito¹⁴⁵ para averiguar as irregularidades apontadas.

2.4- O golpe militar de 1964 e a extinção do SAPS

O governo militar extinguiu o SAPS através de Decretos-Lei outorgados entre 1967 e 1978. De toda essa profusão legislativa liquidante do SAPS, selecionamos apenas os aspectos considerados relevantes.¹⁴⁶ Em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-Lei nº. 224 extinguiu o SAPS, transferindo seus respectivos bens, serviços e atribuições, além dos funcionários nele lotados, para outros órgãos da administração federal. Para além da extinção, o referido decreto destinava à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) a coordenação das atividades de subsistência e do fornecimento de refeições, bem como transferia as atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa para o Ministério da Educação e Cultura ou para o Ministério da Saúde.¹⁴⁷ No mesmo ano, outros dois decretos reforçaram o anterior ou o complementaram. O Decreto nº. 61.794, de 29 de novembro de 1967, tratou de especificar para onde iriam os quadros administrativos do SAPS. Assim, era determinado que fossem “transferidos para o Ministério da Saúde e para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), respectivamente, o Departamento de Nutrologia e o Serviço Agropecuário do Serviço de Alimentação da Presidência Social”.¹⁴⁸ O decreto nº. 61.975, de 27 de dezembro de 1967, reafirmou a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social, criando uma Comissão Liquidante do órgão. Essa Comissão Liquidante ficaria responsável por resolver as pendências decorrentes da extinção.

Um dado curioso na análise do trabalho dessa liquidação do SAPS diz respeito ao ato do governo Ernesto Geisel, que tornou sem efeito o Decreto nº. 60.815, de 06 de

¹⁴⁴ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹⁴⁵ Essas CPIs serão analisadas em capítulo posterior.

¹⁴⁶ Apesar de se ter analisado e arquivado toda a legislação pertinente.

¹⁴⁷ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹⁴⁸ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

junho de 1967. Esse Decreto-Lei transferia “a Granja do extinto Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS para o patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA”.¹⁴⁹ Em contrapartida, Geisel estatuiu o Decreto nº. 81.477, de 28 de março de 1978, onde se dizia que ficava “a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro autorizada a alienar bem imóvel de sua propriedade, constituído de partes da área da chamada ‘Granja do SAPS’, abrangendo 275,52ha, localizado no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro”.¹⁵⁰

O sindicalista Élzio Bruni¹⁵¹ avalia que o governo militar, ao extinguir o SAPS, teve uma atitude, no mínimo, equivocada. O sindicalista afirmou que “o governo militar via o local como ponto de reunião de arruaceiros, de comunistas”. Em seu depoimento, Élzio Bruni afirmou que Jango, em visita a Juiz de Fora, reuniu, nas dependências do SAPS, Avenida dos Andradas, sindicalistas de várias cidades da Zona da Mata mineira, fato que procrastinou o recinto como local de reunião de “vermelhos”.¹⁵² E completa seu raciocínio dizendo: “Eles fecharam o SAPS sem justificativa, como fizeram com a fusão dos Institutos, deixando para o trabalhador e para o país o ônus do prejuízo”.

O governo do general Costa e Silva, através do Decreto nº. 61.975, de 27 de dezembro de 1967,¹⁵³ encerrou, definitivamente, as atividades do SAPS criando para isso uma Comissão Liquidante do órgão.

Figura 8 - Protesto dos estudantes contra o fechamento do Calabouço



Fonte: <http://www.imagem.ufrj.br/thumbnails/4/404.jpg>

¹⁴⁹ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹⁵⁰ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação.

¹⁵¹ Élzio Bruni, Líder sindical sobre quem se falará em capítulo posterior. Depoimento Élzio Bruni: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio Novo, Minas Gerais, 2006 e 2011.

¹⁵² Expressão usada como referência aos adeptos do comunismo em razão das cores adotadas pelo partido.

¹⁵³ Também, esse Decreto foi consultado na íntegra e faz parte dos arquivos pertinentes a essa pesquisa.

O fechamento do SAPS, em 1967, se fez de forma abrupta e deixou lacunas nas políticas públicas brasileiras de alimentação e nutrição destinadas às camadas populares. Houve protestos contra o fechamento do SAPS da parte de sindicalistas e dos universitários do Calabouço,¹⁵⁴ conforme registra a foto anterior.

3. Os múltiplos papéis: Assistência e Educação Alimentar; Pesquisa e Formação Técnico-Científica

No dizer de Peregrino, o SAPS não era apenas uma rede de restaurantes populares. Ele atuava em quatro grandes sentidos: assistência alimentar; educação; pesquisa científica; formação de técnicos especializados.

A assistência alimentar era feita através dos Restaurantes Populares, que, nos dez primeiros anos de sua existência, podiam ser assim contabilizados: 6 no Distrito Federal; 1 em Belém; 1 em Fortaleza; 2 em Recife; 1 em Salvador; 1 em Niterói; 1 em São Paulo; 1 em Goiânia; 1 em Campos; 1 em Natal. Estavam em construção: 1 em Juiz de Fora; 1 em São Paulo, no Bairro do Braz; 1 em Nova Lima; 1 em Sobral, no Ceará; 1 em São Luiz do Maranhão; e mais 2 no Rio de Janeiro – 1 no Cais do Porto e outro na área do antigo Tesouro para atender aos comerciários. Nesses restaurantes, eram fornecidas refeições elaboradas sob preceitos nutricionais a preços módicos, sempre inferiores ao custo. Havia, ainda, as Cantinas do SAPS, que passaram a fornecer desjejum e merenda para trabalhadores e seus filhos. Nesse período, elas eram quatro. Três se localizavam no Rio de Janeiro: na Praça da Bandeira, em Madureira e no Cais do Porto. A quarta ficava em São Paulo, anexa ao Restaurante do Anhangabaú.

Nesses primeiros dez anos, o SAPS tinha 72 Postos de Subsistência distribuídos assim: 17 no Distrito Federal; 10 no Estado do Rio; 12 em Minas Gerais; 4 em São Paulo; 8 no Espírito Santo; 3 no Rio Grande do Sul; 3 no Rio Grande do Norte; 5 no Pará; 2 no Ceará; 6 em Pernambuco; 1 em Goiás; 1 na Bahia. Segundo Peregrino, nesses postos eram vendidos gêneros de primeira necessidade “em condições sensivelmente vantajosas”.¹⁵⁵ Sobre esse serviço, Peregrino ponderou acerca de sua transitoriedade, já que ele existia por força das dificuldades da Guerra e do pós-guerra. Mesmo assim, considerava que suas atividades tinham assumido um volume extraordinário. O autor ainda afirma que o trabalhador que ficava desempregado tinha

¹⁵⁴ O Calabouço era o nome dado ao Restaurante Central destinado aos universitários. Sua administração ficava a cargo do SAPS.

¹⁵⁵ PEREGRINO, Umberto. *Idéias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil*. Op. cit., 17-8.

dez dias de alimentação gratuita no SAPS, apresentando para isso sua carteira profissional.

É também de Peregrino a exposição do Plano de Reorganização do SAPS. Segundo esse plano, o SAPS desdobrar-se-ia para que seus benefícios não se adstringissem a tão somente os trabalhadores de determinados Institutos e Caixas de Previdência Social. Dessa forma, os restaurantes e o programa de educação alimentar seriam estendidos a toda comunidade. Para atender à demanda crescente, esperava-se que, ao longo de cinco anos, fossem lançados 204 restaurantes em todo Brasil destinados a atender a 380.000 pessoas. Desses previstos, 75 seriam no Rio e 50 em São Paulo. Essa nova rede de Restaurantes Populares demandava a instalação de Armazéns de estocagem de víveres, silos, frigoríficos, câmaras de expurgo, usinas de beneficiamento, fábricas de massas, de laticínios, torrefações e granjas de produção.¹⁵⁶ Tudo isso seria planejado dentro de critério objetivo. Esse Plano de Reorganização era ambicioso, e não há registros de que tenha atingido o índice de restaurantes programados. Mas uma coisa é certa: até a época de sua extinção, o SAPS já era presença nas principais cidades do país, e nas grandes capitais ele possuía muitas unidades. Também se multiplicaram os postos de subsistência e uma rede de produção agrícola e industrial de gêneros alimentícios para fornecimento direto aos Restaurantes Populares.

Quanto às tarefas de educação assumidas pelo SAPS, elas se efetivavam por diversos meios. Na visão de Peregrino, os próprios restaurantes atuavam como educadores através dos cardápios elaborados dentro dos conceitos nutricionais e da forma como se apresentavam nas refeições elementos necessários à formação de novos hábitos alimentares. Alimentos como o leite, as frutas, as verduras eram servidos cotidianamente. Além disso, havia os serviços de alto-falantes que, ministrando conselhos, divulgavam ensinamentos. A instituição se valia também de instrumentos modernos de educação coletiva, como mensagens através da imprensa, filmes, teatro e o Boletim quinzenal distribuído gratuitamente aos frequentadores. Com o mesmo sentido de educação alimentar, fora criada, em Fortaleza, a Escola de Visitadores de Alimentação. Havia planos de expansão dessas escolas nas principais capitais do país.

Outro encargo do SAPS era a pesquisa científica no campo dietético. Para tanto, um conjunto de pesquisas biológicas e químicas no campo da nutrição era realizado no

¹⁵⁶ Idem, p. 31-2.

laboratório do prédio da Praça da Bandeira, o que permitiu que houvesse um avanço técnico nesse setor. Esse trabalho podia ser traduzido na prática como busca do valor nutritivo dos alimentos brasileiros. Nesses estudos, procurava-se encontrar o valor nutritivo de alimentos usuais e daqueles característicos de tradições regionais – o açaí, o caju, a pupunha, a castanha do Pará, entre outros. Nesse período, o SAPS já possuía um acervo de 400 dados valiosos sobre alimentos. Muitos foram os livros publicados acerca dos resultados dessas pesquisas. A Biblioteca do Senado Federal tem em seus arquivos alguns desses estudos: *Tabela do teor vitamínico dos alimentos*, de Guilherme Victorio Emilio Franco, Rio de Janeiro, SAPS; *Alimentação e cultura*, de Peregrino Junior, Rio de Janeiro, SAPS, 1951; *Estudos sobre um surto coletivo de desnutrição*. Porto Novo¹⁵⁷ - Minas Gerais, por Lindomar Bastos da Silva e outros, Rio de Janeiro, SAPS, 1951; *Soja e Alimentação Popular*, de Afrânio do Amaral, 1952. Dessas pesquisas, saía a orientação alimentar destinada às mais diversas coletividades. Isso implicava em rigoroso planejamento da Seção de Alimentação da Divisão Técnica. Nas atividades científicas do SAPS a serem realizadas, estavam incluídos: o Prêmio Nacional de Alimentação; a Biblioteca Brasileira de Nutrição; e a *Revista de Nutrição*. Tais atividades destinavam-se a divulgar os trabalhos realizados no âmbito da Divisão Técnica da autarquia onde trabalhavam médicos nutrólogos biólogos, químicos, laboratoristas; no âmbito da Comissão de Estudos Técnicos, composta por médicos pertencentes aos Institutos de Previdência e que se reuniam, semanalmente, sob os auspícios do SAPS, para estudar problemas técnicos de nutrição; e a Diretoria dos Cursos Técnicos, responsável pela formação de nutrólogos, nutricionistas e profissionais de cozinha. Toda produção científica elaborada por esses grupos era publicada pela *Revista de Nutrição*.¹⁵⁸

Os médicos nutrólogos formados pelo SAPS passavam pelo Curso de Nutrólogos, o primeiro que se criou no Brasil e que funcionava no prédio da Praça da Bandeira. Frequentavam um período de dois anos de aulas teóricas e práticas. As auxiliares desses médicos eram as nutricionistas ou dietistas, que também eram preparadas pelo SAPS em um curso com duração de três anos. Para frequentá-lo, era necessário ter o diploma do Curso Ginásial (equivalente à 8ª série do Ensino

¹⁵⁷ A cidade de Porto Novo do Cunha, hoje, se chama Além Paraíba e fica em Minas Gerais. Ela fora atingida por uma catastrófica inundação, fato que deslocara o técnico do SAPS até o local para análise científica da ocorrência.

¹⁵⁸ PEREGRINO. *Idéias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil*. Op. cit., p. 23-25.

Fundamental de hoje) e ser do sexo feminino. Havia, ainda, o Curso de Visitadoras de Alimentação, que se destinava a formar profissionais para visitação domiciliar. A primeira escola funcionava em Fortaleza, e as moças a frequentavam em regime de internato.¹⁵⁹

4. A Cantina do Trabalhador: um espaço anexo ao Restaurante Popular

Esse foi mais um espaço anexado aos Restaurantes Populares e abrigava uma mescla de serviç os de subsistência, serviç os de bar, serviç os de barbearia e de engraxate. Segundo Peregrino, o espaço da cantina foi inspirado nas relações dos trabalhadores com o SAPS. Sobre essas relações, o autor infere:

“Há muita familiaridade e até alguma ternura na conduta que mant m perante o SAPS.  s vezes se indisp em, se irritam quando atingidos por alguma falha num dia de mau humor, o que é bem natural, e torna ainda mais fielmente humanas as suas relações com o SAPS. No fundo, porém, todos os frequentadores do SAPS se tornam depressa seus leais amigos. Prezam a casa e zelam espontaneamente pelas instalações, que são incapazes de maltratar. Nada aparece quebrado perversamente ou some nesta casa freqüentada diariamente por mais de 11.000 trabalhadores. Nenhum incidente ocorre nunca no interior dos nossos restaurantes durante as refeições nem durante os espetáculos públicos que oferecemos aos sábados. Cada freqüentador é um defensor natural desta casa que considera sua”¹⁶⁰.

A fala de Peregrino é corroborada pelas cartas deixadas nas “Caixas de Sugestões” e pelos depoimentos de quem frequentava a instituição. Tal sentimento de pertenc a, mantido pelo trabalhador em relação ao SAPS, pode ser visto no depoimento de Eladir Santos,

“A lembranç a que eu tenho é que eu tinha entre nove e doze anos. Nós éramos uma família de três filhos, eu e mais dois irmãos, minha mãe, meu pai. Nós morávamos no Engenho de Dentro. Aí nós peg vamos o trem, ali na estação de Engenho de Dentro, e íamos ao centro do comércio. Fazíamos as compras, e meu pai olhava se ainda estava no horário de servir o almoço no SAPS. Se ainda estava naquele horário, mais ou menos, em

¹⁵⁹ Todas essas atividades serão detalhadas no capítulo posterior.

¹⁶⁰ PEREGRINO, Umberto. *  Margem do Problema Alimentar Brasileiro*. Fortaleza: Escola Agnes June Leith, 1950, p. 75-6.

torno de doze horas da tarde, nós descíamos de trem na Praça da Bandeira e almoçávamos no SAPS. Eu me lembro que o almoço era servido em uma bandeja e que era acompanhado de um copo de leite. Tinha uma fila que ficava na parte lateral, na subida da rampa. Nós ficávamos ali naquela fila e almoçávamos. Era um almoço farto, bom. Eu me lembro que o meu pai falava com muito orgulho: ‘A gente tem que ir ao SAPS, porque é uma coisa nossa, do trabalhador’. Meu pai dizia que as refeições no SAPS eram muito boas. Além disso, a comida era preparada de acordo com nossas necessidades nutricionais”.¹⁶¹

As recordações do cotidiano familiar de Eladir Santos corroboram as considerações de Peregrino. Foi esse ambiente familiar, observado na frequência dos trabalhadores ao SAPS, que inspirou sua administração a introduzir a Cantina do Trabalhador. O objetivo era proporcionar mais conforto e atração àqueles que já ouviam música, liam e escreviam cartas – que eram postadas nos Correios pelo SAPS – nas dependências do prédio da instituição. Agora teriam mais um espaço que lhes permitiria o exercício de sociabilidades.

Para além de uma instituição que amparava o trabalhador brasileiro, fornecendo-lhe alimentação adequada a preços módicos, o papel a ser desempenhado pelo SAPS, segundo seus idealizadores, tinha um caráter eugênico. Nessa visão, o SAPS desempenharia importante papel na preservação da saúde e na melhoria da “raça brasileira”. O trabalhador que adequasse sua dieta aos princípios nutricionais ensinados teria, segundo Peregrino, maior valor econômico, pois seria mais saudável. A política do SAPS tornava-se urgente e imperiosa por essa razão, mas também pelo agravamento da questão alimentar no Brasil e no mundo em decorrência do contexto histórico da Segunda Grande Guerra. Não havia dúvida, portanto, “a esta altura da experiência do SAPS, que os Restaurantes Populares”, merecessem “definitiva consagração como o melhor sistema para assegurar assistência alimentar às massas trabalhadoras”.¹⁶² Em retrospecto histórico, Peregrino argumenta que:

“Consoante reconstituímos historicamente, êsses Restaurantes Populares surgiram da necessidade de proporcionar um almôço conveniente aos trabalhadores no local de trabalho, pois que êstes não podendo ir até às suas residências no horário destinado a essa refeição, traziam-na deficiente e precária, numa marmita

¹⁶¹ Depoimento Eladir Fátima Nascimento dos Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril, 2010.

¹⁶² PEREGRINO. *À Margem do Problema Alimentar Brasileiro*. Op. cit., p.40-1.

ou numa simples lata. Essa solução parcial depressa se desdobrou numa solução geral, de poderoso alcance social. E hoje os Restaurantes Populares do SAPS já funcionam também para o jantar, remetem refeições para serem servidas nos refeitórios privativos das diversas fábricas e até começam a fornecer refeições a domicílio para as famílias dos trabalhadores”.¹⁶³

O programa de alimentação introduzido pelo SAPS trouxe para o trabalhador a possibilidade de ter uma refeição elaborada dentro dos padrões da emergente ciência da Nutrição no Brasil. Essa refeição era composta de quatro pratos principais variados – arroz, feijão, carne ou ovos, verduras e legumes – acrescidos de leite, manteiga, pão, farinha e sobremesa. Para além dessas refeições balanceadas, o projeto do SAPS ambicionava propiciar muito mais aos trabalhadores. Ele pretendia promover entre as camadas populares hábitos de leitura, o gosto pela música – popular e erudita –, noções de higiene e alimentação racional. Os entrepostos ou armazéns de subsistência, para subsidiar a compra de gêneros de primeira necessidade, as cantinas, o cinema aos sábados, o teatro, o desjejum escolar, os consultórios de alimentação e jurídicos, os boletins de informações nutricionais e de direitos trabalhistas foram incorporados ao cotidiano de milhares de trabalhadores em várias cidades do país. A ideia de que tais ações fizessem parte de um projeto modernizador higienista que, através de verdadeira cruzada educacional alimentar, tentava difundir os preceitos da alimentação racional é insuficiente para explicar os dados, já desvelados, acerca dessa política nacional de educação e cultura traduzida pelo SAPS. O sentimento de cidadania e de pertencimento pode ser constatado, através dos relatos, os benefícios materiais presentes na política de alimentação e na cultura implantada pelo SAPS.

¹⁶³Idem, p. 41.

Figura 9 - Aspectos da fachada e da cozinha do SAPS/ Praça da Bandeira, Rio



Fonte: Boletim do SAPS, 1945

**Figura 10 – O prédio do SAPS hoje:
Instituto Nacional de Previdência Social**



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2011

Capítulo II - A alimentação balanceada do trabalhador no SAPS

1. O relembrar na perspectiva sociocultural

Os lugares de memória¹⁶⁴ trazem à tona muito mais que espaços geográficos delimitados. Eles evocam, sobretudo, as pessoas que por eles passaram e toda a vivência dos grupos que os habitam ou habitaram. Falar de memória é falar da história dos povos na teia de sua interatividade social. Não é casual que as lembranças estejam ocupando espaços em estudos e pesquisas contemporâneos. Observa-se o crescimento de interesse pela preservação dos lugares de memória, pelos relatos biográficos, pelas memórias de pessoas mais velhas. Relembrar as histórias de um bairro, de uma cidade, de uma instituição relevante para um grupo social.

Nesse processo de reconstrução da memória do SAPS, também serviram como balizadores os pressupostos teóricos de Lev Vygotsky. Para o autor, a memória se adequaria ao estudo das transformações propiciadas pelos signos nas funções psicológicas básicas, pois ela é responsável por revelar com clareza a origem social dos mesmos. O pensamento vygotskiano insere o signo como elemento fundamental do lembrar humano por sua função ativa na memória, e essa é a razão de sua assertiva: "A essência da memória humana está no fato de os seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos".¹⁶⁵

As experiências e estudos vygotskianos derivaram na concepção de signo como originalmente social e construído pela mediação e como importante vetor no processo da recordação. O grande salto qualitativo na evolução da espécie humana foi, sem dúvida, o domínio do sistema simbólico da linguagem. A mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, os conceitos e as formas de organização do real nos são dados pela linguagem. Cada grupo social estrutura suas características culturais e as transmite para as gerações subsequentes através da linguagem. Os pressupostos epistemológicos de Vygotsky levam-nos a refletir sobre a força das imagens/signos na construção da memória. Levam-nos a pensar que o sistema simbólico, criado pelos homens, tanto pode nos revelar e transmitir, quanto pode encobrir ou ocultar. Levam-nos, ainda, à reflexão sobre os esquecimentos, os silêncios e as brumas que perpassam a capacidade de

¹⁶⁴ NORA apud LE GOFF, J.. *História e memória*. Op. cit., p. 473. Nessa acepção, os lugares de memória podem ser "os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história".

¹⁶⁵ VYGOTSKY, L.S.. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 58.

rememorar. Por essa razão, eles nos conduzem a buscar nas lembranças de quem vivenciou o projeto SAPS uma importante ferramenta de ajuda no processo de reconstrução dessa memória. Essas vozes se transformam em dados importantes dessa pesquisa, porque através delas, segundo Vygotsky, se dá a mediação do conhecimento.¹⁶⁶

2. O Curso de Nutricionismo do SAPS

Em 1956, ao proferir seu discurso de paraninfo da turma que se formava em Nutrição, Dante Costa relembrou:

“Em março de 1945 diplomou-se a primeira turma oriunda deste Curso. E o gesto do SAPS foi seguido por outras instituições. Mas o nosso Curso continuou, o primeiro do gênero na história educacional e técnica da Capital da República, o primeiro nas exigências de um bom ensino sem contemplações, senão com o trabalho escolar e a inteligência aplicada, o primeiro nas dificuldades de entrada e, principalmente, nas dificuldades de saída, que um Curso de três anos, que possui Exame vestibular difícil e provas e exames mais difíceis ainda, relatórios e trabalhos práticos, estágios fatigantes em restaurantes populares, hospitais rumorosos, creches, serviço de merenda, enfermarias, salas de aulas e frequência obrigatória, rigor máximo, aplicação dura, estudo intenso (...). Hoje o Curso pioneiro, fundado em 1942, já diplomou 144 Nutricionistas.”¹⁶⁷

As exigências e a seriedade desse curso, a que se referia Dante Costa em sua fala, podem ser observadas no formulário editado pelo SAPS com INSTRUÇÕES PARA ADMISSÃO AO CURSO DE NUTRICIONISTAS – SUMÁRIO DOS CURSOS DE NUTRICIONISTAS. Dizia o documento:

“Mantem o SAPS, desde 1944, em sua sede, à Praça da Bandeira, um Curso para formação de Nutricionistas, novo campo profissional e de magníficas possibilidades aberto às moças deste país. O Curso tem a duração de 3 anos e, ao lado do critério técnico científico que o caracteriza, comporta a realização de trabalhos práticos, julgados imprescindíveis à aplicação dessa atividade. (...) Às portadoras de Diplomas deste Curso, oferece o SAPS a possibilidade de admissão ao Quadro dos seus funcionários, na Carreira de Nutricionista, especialmente a elas destinada. Além disso, deve notar-se o

¹⁶⁶ Idem, p. 58.

¹⁶⁷ COSTA, Dante. *A NUTRICIONISTA* sua responsabilidade e sua alma. Op. cit., p. 7- 8.

crescente número de oportunidades que surgem também em outras instituições, onde tais cargos começam a ser criados. O CURSO É GRATUITO. As alunas recebem uma BOLSA DE ESTUDOS NO VALOR DE CR\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), mensais quando residentes no Rio de Janeiro, para aquisição de livros científicos. Para as candidatas dos Estados, – e o SAPS fixa anualmente o número de candidatas deste tipo – reservam-se bolsas maiores, de CR\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais e alimentação gratuita.”¹⁶⁸

O formulário seguia dizendo que o Curso de Nutricionista era composto das seguintes cadeiras: Noções de Anatomia, Fisiologia da Nutrição, Fisiologia e Patologia Humanas, Dietética, Higiene, Química, Arte Culinária e Economia Doméstica aplicada, Bromatologia, Técnica Dietética, Dietética Infantil, Tecnologia Alimentar, Psicologia Aplicada, Economia Aplicada, Etiqueta e Serviço de banquetes, Técnica de Inquéritos Alimentares e Organização de Serviços de Alimentação Públicos – cadeira que incluía estágios práticos em Restaurantes Populares, Hospitais e outras instituições.¹⁶⁹

Para frequentar o curso, era necessário fazer um exame vestibular. No formulário de admissão, estavam colocadas também as especificações concernentes aos requisitos a serem cumpridos pelas candidatas. Estas não poderiam ter menos de 18 anos, nem mais que 35 até a data da inscrição. Ressalvava-se que, no caso de funcionária pública, o limite de idade não procederia. As candidatas deveriam, apenas, ter concluído o Curso Secundário (equivalente ao segundo ciclo do Ensino Fundamental). Estabelecia-se o pagamento de taxa de inscrição e exigia-se a apresentação de documento de identidade, de retratos, de atestado de sanidade físico-mental. Além disso, as candidatas deveriam assinar carta-compromisso na qual se obrigavam a aceitar nomeação para o SAPS, por espaço de três anos, e possibilidade de deslocamento para qualquer estado brasileiro. Segundo o formulário, o curso regia-se por regulamento próprio.¹⁷⁰

3. A alimentação do trabalhador nas vozes das Nutricionistas do SAPS

3.1 - A alagoana Ruth Bezerra Madeira

¹⁶⁸ Apud CASTRO, Anna M. de. Op. cit. 1977, p. 229.

¹⁶⁹ Idem, 1977, p. 229.

¹⁷⁰ Idem, 1977. P. 230.

Figura 11 - Ruth Madeira - Nutricionista

Fonte: Arquivo pessoal

Dante Costa afirmou, em seu discurso feito como paraninfo da turma de 1956, que o Curso de Nutricionista do SAPS era o primeiro nas dificuldades de entrada e, principalmente, nas dificuldades de saída. Na mesma direção caminha o teor do depoimento de Ruth Bezerra, nutricionista alagoana, formada pelo SAPS, Rio de Janeiro.

Ruth Bezerra Madeira conta que nasceu em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, onde passou sua infância e viveu até 11, 12 anos de idade. Mudou-se para Salvador, na Bahia, onde passou sua adolescência. Aos 19 anos de idade, veio para o Rio de Janeiro, onde vive até hoje. O pai de Ruth era um dos músicos da Orquestra Tabajara, regida pelo maestro Severino Araújo.¹⁷¹ A turnê da Orquestra Tabajara pelo Brasil provocou a mudança da família de Ruth para várias cidades do país. As viagens, inicialmente feitas pelo Nordeste, tornaram-se mais longas, obrigando os componentes da orquestra a se fixarem no Rio de Janeiro. Sua família se fixou no Rio de Janeiro para que ela e seus irmãos buscassem continuidade de seus estudos e formação profissional. Ruth se considera paraibana de nascimento, mas carioca por adoção.

¹⁷¹ Orquestra de destaque no Brasil que, ainda, se apresenta com esse nome, apesar de vários músicos da formação original já terem falecido. Severino Araújo, por sua vez, foi maestro dessa famosa orquestra.

Relembrando sua infância, Ruth Madeira conta que sua família tinha bons hábitos alimentares. Ela relata que seu pai gostava de ler assuntos sobre nutrição. No contato com seus pais e avós, Ruth, como toda criança, era curiosa e buscava saber sobre a origem e finalidade dos alimentos. Seu processo rememorativo traz à tona recordações da reunião familiar em torno da mesa e das lições alimentares recebidas de seus pais e de seus avós.

“Meu pai gostava muito de ler assuntos de nutrição, de alimentação. Isso já veio de família, de avós e bisavós. De forma que eu, sendo a primeira, a mais velha dos irmãos, dos filhos, eu ficava observando e gostava de comer bem e saber o que estava comendo. Queria saber tudo. Meu pai educou os filhos à mesa, procurando mostrar-lhes que não se comia apenas aquilo que se desejava, mas o que se colocava à mesa. Ele explicava por que e fazia com que cada um usasse o alimento certo, correto. Sempre tivemos esse cuidado com alimentação equilibrada.”¹⁷²

Ruth acha que tais ensinamentos não eram usuais entre as famílias daquela época. Considera que seu pai tinha uma visão moderna de educação porque lia muito e tinha contato com culturas diversificadas. Tais ensinamentos recebidos na família foram aprofundados e aperfeiçoados quando Ruth, aos 18 anos, em busca de independência financeira, ingressou no curso de Nutricionista do SAPS, Praça da Bandeira. Confirmando o discurso de Dante Costa acerca das dificuldades e rigidez do curso de Nutrição, Ruth conta uma história interessante:

“Ia ter uma aula prática e era sobre vísceras. A professora teve que dividir as receitas, individualmente, cada uma tinha que fazer um prato. Caiu para mim, exatamente, dobradinha com batata. Eu não sabia o que era dobradinha, primeiro porque eu estava chegando da Bahia e não se usava o nome dobradinha, se usava bucho. Aquilo serviu de espanto para a classe, porque a professora resolveu dizer: “Gente, vocês já viram uma moça dessas, que não sabe o que é uma dobradinha?”¹⁷³

Ruth prossegue a história dizendo que depois disso, por um longo período, a professora a deixou de lado nas aulas práticas. Chegou o momento do exame prático de fim de curso e a ela foi sorteada como tarefa final, exatamente, dobradinha com batata.

¹⁷² Depoimento Ruth Bezerra Madeira: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

¹⁷³ Depoimento Ruth Bezerra Madeira: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

A jovem fez a tarefa e enfeitou bem o prato. A professora olhou e disse: “Mas que beleza! Está tão bonito que eu não quero nem provar!”¹⁷⁴ Ruth disse que sentiu alívio e conta que foi aprovada.

3.2 - Oswaldina Nascimento: de Salvador ao SAPS/Praça da Bandeira

Figura 12 - Dra. Oswaldina Nole do Nascimento



Fonte: Arquivo pessoal

Se cotejarmos a história de vida de Oswaldina Nole do Nascimento à de Ruth Bezerra, encontraremos algumas coincidências. Oswaldina, também, veio do Nordeste do Brasil para o Rio de Janeiro. Mais especificamente, ela veio de Salvador para o Rio. Também frequentou o curso de Nutricionista do SAPS. Sua chegada a esse curso se deu da seguinte forma:

“Eu estava fazendo vestibular para medicina em Salvador e estava procurando emprego, procurando alguma coisa para ajudar no meu curso. Foi quando eu li nos jornais que tinha chegado um rapaz, aqui do Rio, que estava procurando moças para serem selecionadas para uma carreira nova. Essa carreira

¹⁷⁴ Depoimento Ruth Bezerra Madeira: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

era a de nutricionista. Segundo a propaganda, seria um curso muito bom sobre alimentação. Dizia que o povo brasileiro estava precisando dessa orientação. Eu achei interessante. O rapaz ia fazer uma entrevista com as moças selecionadas e depois haveria um cursinho, uma espécie de examezinho, para vir a fazer o curso aqui no Rio de Janeiro. Eu fui e me inscrevi. Fiz o exame lá em Salvador. Depois ficamos sabendo que era para selecionar apenas uma pessoa, e eu tive sorte de ser a primeira colocada. Então, consegui uma bolsa de estudos. O SAPS dava uma bolsa de estudos, e o Estado da Bahia dava mais um pouquinho. Isso ajudava a nossa estadia aqui no Rio. Mudei para o Rio. A vantagem é que eu tinha uma irmã morando aqui, fui morar com a minha irmã, ainda ganhava essa bolsa. Mas foi uma beleza, um curso muito bom, fiquei empolgada. Um curso muito bom mesmo.”¹⁷⁵

As turmas de Nutricionistas formadas pelo SAPS não eram muito grandes. O curso buscava formar profissionais preparados para atuar no campo da Nutrição por todo o Brasil. Grande parte dessas Nutricionistas atuava nos Restaurantes Populares do SAPS. O curso era ministrado em horário integral por professores formados no Brasil e no exterior. Em seu relato, Oswaldina conta que as aulas ocorriam em tempo integral. As disciplinas eram ministradas por nutricionistas formadas em Buenos Aires, na Argentina. Ela esclarece que o curso de Nutrição na América Latina iniciou-se em Buenos Aires, por essa razão as primeiras nutricionistas brasileiras se formaram lá. Outros professores eram médicos que tinham se dedicado aos estudos acerca da nutrição. Assim diz Oswaldina: “Um dos diretores do SAPS o doutor Dante Nascimento Costa dava aula de Dietética. O doutor Cristiano dava aula de Fisiologia da Nutrição, e o doutor Paulo lecionava a disciplina Química”.¹⁷⁶ Ela se recorda das aulas de culinária dizendo: “Tínhamos arte culinária. Eram só moças, o nosso grupo era de dez. Tinham moças de vários estados. Algumas aqui do Rio, e a maioria era dos estados. Tinham moças de Minas Gerais, de São Paulo, Santos, Ceará. Inclusive tinham duas irmãs de caridade, que eram enfermeiras, e faziam o curso”.¹⁷⁷

Falando acerca de seu trabalho como nutricionista do SAPS, Oswaldina aborda, também, a questão do cardápio elaborado para os trabalhadores.

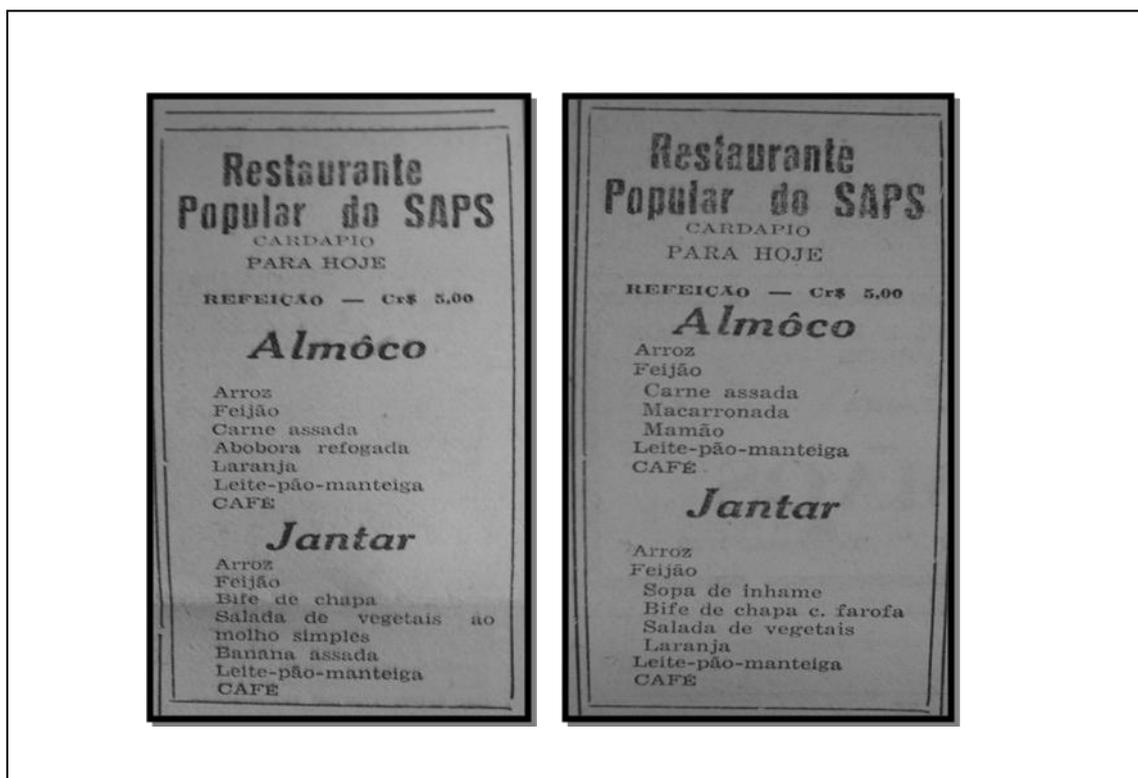
¹⁷⁵ Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

¹⁷⁶ A entrevistada não se lembrou dos sobrenomes do doutor Cristiano e do doutor Paulo. Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

¹⁷⁷ Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

“O trabalho desenvolvido foi uma coisa maravilhosa, porque eu nunca tinha tido um tipo de trabalho desse jeito. Comandar aquele grupo, um restaurante para mais de mil pessoas. Preparar aqueles cardápios! O nosso trabalho era orientar o pessoal, preparar aqueles cardápios, todos de acordo com a técnica. Passar para a cozinha tudo aquilo. Os cardápios eram todos de 1.400 calorias, porque era cardápio para trabalhador. O SAPS foi feito mais para trabalhador, então era um cardápio bem calórico. Nós tínhamos arroz, feijão, sempre um prato de carne, um prato de legumes, um copo de leite, sobremesa (frutas ou doce)... O doce era servido mais raramente; na maior parte das vezes, a sobremesa era à base de fruta. Além disso, tinha pão com manteiga. Era calculada por nós, cada quantidade de alimentos por pessoa.”¹⁷⁸

Figura 13 – Cardápios publicados diariamente em periódicos de grande circulação



Fontes: Diário Mercantil e Gazeta Comercial

¹⁷⁸ Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido à Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

Os cardápios expostos eram anunciados, todos os dias, nos periódicos de maior circulação nas cidades onde o SAPS atuava, como, por exemplo, os que apareciam no *Diário Mercantil* e na *Gazeta Comercial*, ambos de Juiz de Fora.¹⁷⁹

Depois de terminado o curso no SAPS/Praça da Bandeira, Oswaldina, agora já Nutricionista, foi para Salvador atuar no primeiro Restaurante Popular inaugurado na cidade. Lá ficou entre 1950 e 1954. Depois disso, sua família decidiu mudar-se para o Rio de Janeiro. Ela conseguiu transferência e trabalhou, inicialmente, no SAPS da Praça da Bandeira e depois em vários lugares: “Porque aí eu já estava cuidando do meu curso médico”. Como o Restaurante Popular do SAPS servia almoço, jantar e lanche, ela teve que ir para outros setores cujo horário fosse compatível com seus estudos.

A necessidade de Oswaldina - relacionada à conclusão de seus estudos como médica - fez com que trabalhasse em vários postos do SAPS no Rio de Janeiro. Seu depoimento sobre esse período esclarece que, quando chegou ao Rio, foi trabalhar no SAPS do Ministério do Trabalho. As refeições desse restaurante eram almoço e lanche, e não se servia jantar. Oswaldina passou a ser coordenadora das nutricionistas. Iniciava seu turno de serviço às onze horas e terminava às quinze horas. Tanto o almoço, quanto o lanche deveriam ser preparados de acordo com as orientações nutricionais e as necessidades calóricas dos comensais. O cardápio era elaborado de forma balanceada e feito para a semana inteira.

Sobre a questão da orientação nutricional e da campanha de educação alimentar Oswaldina narrou:

“Havia o locutor, havia o serviço de rádio. Durante todo o tempo de funcionamento das refeições, os locutores estavam lá falando, dando conselhos alimentares. E, além disso, nós tínhamos também o serviço dietético, para doentes. O SAPS tinha a alimentação normal e tinha para doentes também. Era um consultório, havia um médico para atender, um médico nutrólogo. Ele dizia o tipo de dieta que o paciente tinha que fazer para melhorar seus problemas de saúde. Então mandava para nós, nutricionistas, programarmos a alimentação deles. Eles tinham direito àquela alimentação dietética pelo mesmo preço de alimentação comum. E essa consulta não era paga. Era só chegar cedo, na hora marcada para atendimento no consultório

¹⁷⁹ *Gazeta Comercial*, Juiz de Fora, 30 de outubro de 1949, p. 2; e *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 06 de maio de 1951, p. 3. Arquivo Biblioteca Municipal Murilo Mendes e Arquivo Municipal de Juiz de Fora.

médico. Dali ele já saía com a orientação médica, por escrito, da dieta a ser seguida.”¹⁸⁰

Os conselhos alimentares eram parte da cruzada educativa empreendida pela instituição e apareciam de diversas formas: sob a voz dos locutores, em boletins distribuídos aos trabalhadores, em notas nos periódicos de maior circulação nas cidades onde o SAPS atuava. Um desses boletins esclarecia o valor nutricional da banana e da laranja:

<p>Alimentos da Refeição do S.A. P. S.</p> <p>Banana e Laranja</p> <p>Duas frutas saborosíssimas, baratas e de grande valor nutritivo: a banana e a laranja.</p> <p>O valor nutritivo destas duas frutas reside principalmente na sua riqueza em vitaminas.</p> <p>A banana contém quantidades apreciáveis das vitaminas A, B1, B2 e C. Contém ainda hidratos de carbono (açúcares) de fácil digestão, especialmente pelas crianças.</p> <p>A laranja é riquíssima em vitamina C, e, como a banana, encerra também as vitaminas A, B1 e B2 em boas quantidades.</p> <p>A banana e a laranja facilitam o trabalho dos intestinos e, pela sua riqueza em vitaminas, são alimentos protetores de nossa saúde (...).¹⁸¹</p>
--

O mesmo teor educativo podia ser encontrado na nota destacada do *Diário Mercantil*, de Juiz de Fora:

“O ‘cock-tail’ (sic) de vitaminas, feito com suco de frutas e legumes é tão saboroso e benéfico à saúde, deve ser preparado em vasilhas de louça, vidro, agate (sic)¹⁸², ou matéria plástica. Os objetos para corar, ralar ou espremer as frutas e legumes empregados não devem ser de metal. È conveniente prepara-lo

¹⁸⁰ Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

¹⁸¹ CASTRO, Anna Maria de. 1977, op. cit., p. 223.

¹⁸² O termo correto é ágata, material agregado de quartzo finamente fibroso, utilizado para confecção de utensílios domésticos.

com pouca antecedência da hora em que será servido e o recipiente em que for colocado deve ser bem tampado, a fim de evitar o contacto prolongado das vitaminas com o ar, cujo oxigênio pode promover a destruição em parte de algumas, o que redundará na diminuição do valor nutricional do ‘cock-tail’ (sic).”¹⁸³

Outro boletim, distribuído aos trabalhadores, destringia os valores nutricionais de cada alimento do cardápio da refeição servida naquele dia no SAPS.

TRABALHADOR: LEVA PARA CASA ESTE BOLETIM	
ALMOÇO DO DIA	
Picadinho	Leite
Cenoura ensopada	Pão
Arroz	Manteiga

Trabalhador: Os cardápios do S. A. P. S., simples e variados, mostram que não é difícil nem complicado o modo de bem se alimentar. É necessário, em primeiro lugar, haver variedade de alimentos, para que não venha a faltar nenhum princípio nutritivo necessário à saúde: proteínas, gorduras, hidratos de carbono, minerais e vitaminas. A quantidade de cada um deve ser também adequada.

No cardápio de hoje, temos as proteínas do leite, da carne e do feijão. Como gorduras temos a manteiga, que também é rica em vitamina A. Há hidratos de carbono em boa quantidade no arroz, no feijão e no pão. Há cálcio no leite. Há ferro no feijão, no pão integral e na carne. E há vitaminas na laranja, na cenoura, no leite, no pão integral e na manteiga.¹⁸⁴

A importância desses conselhos alimentares, sua influência nos hábitos cotidianos das famílias e também o resultado da elaboração de cardápios balanceados podem ser comprovados através do depoimento do jornalista Henrique Veltman.

¹⁸³ *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 06 de maio de 1951, p. 3. Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Respeitou-se a ortografia vigente à época.

¹⁸⁴ CASTRO, Anna Maria de. 1977, op. cit., p. 222.

Oriundo de uma família judia e morador do Beco da Mãe, uma vila proletária em São Cristóvão, Rio de Janeiro, ele afirma:

“Era um barato almoçar no SAPS. Filho de judeus da Bessarabia, a comida que o SAPS nos oferecia era um sonho: feijão, arroz, bifês bem passados e, sobretudo, saladas! A culinária de minha mãe não contemplava folhas verdes, apenas legumes cozidos. Era uma alegria carregar o bandeijão.”¹⁸⁵

Os conselhos alimentares do SAPS, distribuídos sob as mais diversas formas, denotam o papel de educação alimentar a que a instituição se propunha. Por outro lado, a inferência de Henrique Veltman mostra que a elaboração do cardápio por nutricionistas visava à melhoria do padrão alimentar do brasileiro, bem como a mudança de hábitos alimentares. E, ao que parece, o trabalho estava surtindo efeito. Atente-se para o detalhe importante da observação sobre o sabor agradável da refeição: “A comida que o SAPS nos oferecia era um sonho”!¹⁸⁶

Esses ensinamentos visavam criar novos hábitos alimentares em toda a família. Nesse sentido, era necessário que a cruzada educativa abrangesse todos os familiares, especialmente a mulher – ao mesmo tempo mãe e dona de casa. Essa era a fala do boletim destinado às esposas dos trabalhadores:

À Esposa do Trabalhador

Minha senhora: o consumo de leite e de verduras por parte das famílias dos nossos trabalhadores é muito baixo. Em geral, essas famílias dão preferência a excessivas quantidades de arroz e de feijão, de açúcar e farinhas.

O resultado é que a alimentação assim organizada não contém a quantidade suficiente de vitaminas e de cálcio. E daí a frequência de toda a espécie de doenças, pois a falta de vitamina e de cálcio diminui a resistência do organismo.

O consumo de leite no Brasil deve aumentar, pois é baixíssimo, e isto é um grave defeito da nossa alimentação.

Para garantir uma boa quantidade de cálcio e vitaminas, a alimentação deve conter muito leite (pelo menos 600 gramas por dia, por pessoa), ao lado de legumes, verduras e frutas.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

¹⁸⁶ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

¹⁸⁷ Boletim distribuído à esposa do trabalhador, apud CASTRO, Anna Maria de. Op. cit., 1997, p. 224. Conservou-se a ortografia da fonte utilizada.

O texto desse boletim trazia conselhos úteis para a formação de bons hábitos alimentares e adotava uma estratégia: orientar aquela que preparava os alimentos no lar e cuidava das compras. A esposa-mãe era peça fundamental nessa cruzada educativa de mudança de hábitos. Ela poderia atuar ajudando no convencimento dos membros da família sobre a maneira adequada de ingestão dos alimentos.

Os depoimentos de Ruth Bezerra Madeira e Oswaldina Nole do Nascimento trazem outros importantes esclarecimentos sobre o trabalho de orientação alimentar. Havia um trabalho específico para o trabalhador com problemas de saúde. Oswaldina conta que, após se formar em Medicina, fez especialização como médica nutróloga:

“O SAPS tinha também esse curso, o curso era feito à noite. Formava médicos nutrólogos. O curso foi de dois anos. Depois eu fiz outro concurso, para entrar para a carreira de médico nutrólogo. Fiquei no SAPS trabalhando como médica nutróloga. Eu fazia esse trabalho, de atendimento em consultório, para doentes. Fazia aquelas prescrições.”¹⁸⁸

Em sua fala, Oswaldina Nascimento especifica quais os casos atendidos nos consultórios de alimentação:

“Muitos trabalhadores naquela época tinham problemas cardíacos. Então tinham que fazer dieta com pouco sal. Havia, ainda, a dieta para hipertensos... Então havia uma dieta separada para os hipertensos. O SAPS tinha, inclusive, uma padaria, que fazia o pão sem sal para esse pessoal. E tinha também aqueles com problemas renais. Eles também tinham direito a esse pão e àquela dieta sem sal. A alimentação dos diabéticos tinha que ser bem balanceada, o que era muito importante. Naquele tempo, agora já não é tanto, mas naquele tempo era muito rígida. E tínhamos outros com problemas gástricos. Naquele tempo, a dieta de úlcera gástrica era aquela dieta pastosa. Então era também uma dieta toda especial. Dieta para obesidade, mas nem tanto quanto hoje. Havia uma nutricionista só para esse serviço dietético.”¹⁸⁹

Na mesma direção é a fala de Ruth Bezerra Madeira, corroborando o que Oswaldina discorreu sobre tal serviço. Ruth conta que o número de nutricionistas era

¹⁸⁸ Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

¹⁸⁹ Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

reduzido e a demanda pelo serviço de orientação dietética era grande. Relata que havia no espaço do restaurante popular um local separado para os frequentadores que tinham problemas de saúde, pois a “dieta deles era especial”. Os trabalhadores que tinham problemas cardíacos, de diabetes ou de obesidade “recebiam um cartão para fazerem suas refeições no local reservado para eles”. Isso porque “recebiam refeições adequadas ao seu problema de saúde”. Além disso, “recebiam conselhos alimentares nos consultórios das nutricionistas, ou através de respostas às cartas que enviavam para a *Revista de Nutrição* do SAPS”.¹⁹⁰

Todo esse trabalho era amplamente divulgado, demonstrando a ênfase dada ao papel da educação alimentar assumido pela autarquia. Oswaldina Nascimento traz, em sua narrativa, detalhes de como funcionavam essas atividades no SAPS/Praça da Bandeira. Em seus dizeres, o prédio do Restaurante Popular possuía quatro andares, cada qual com uma finalidade. O quarto e último andar abrigava a Escola de Nutrição. Ali, desenvolvia-se a parte de estudos de técnicas alimentares. Eram realizadas pesquisas e experiências relacionadas aos efeitos da ciência da Nutrição para o organismo humano. Tudo isso era divulgado através da seção de jornalismo e comunicação, que também funcionava no prédio da Praça da Bandeira. Esse “serviço de divulgação era responsável por distribuir para os frequentadores do Restaurante Popular e para suas famílias folhetos e livrinhos contendo importantes orientações nutricionais.” Ruth Madeira, por sua vez, frisara em seu depoimento: “O serviço dietético do SAPS era eficaz e gratuito”.¹⁹¹

Oswaldina Nascimento conta que esses conselhos alimentares decorriam de estudos feitos na Divisão de Pesquisa que funcionava no quarto andar do prédio da Praça da Bandeira. Esses estudos sobre teor dos alimentos também eram testados na cozinha experimental, conforme suas palavras:

“O último andar era só para Divisão técnica. Lá ficavam o grupo da chefia, as nutricionistas que trabalhavam junto aos chefes, o laboratório. Ali se faziam pesquisas também, agora que eu me lembrei. Nesse laboratório de pesquisas, vários alimentos eram estudados por médicos, nutricionistas e químicos. Pesquisa sobre soja, agora estou me lembrando. Fizeram uma pesquisa muito grande sobre soja. A turma de química fazia as pesquisas,

¹⁹⁰ Depoimento Ruth Bezerra Madeira: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

¹⁹¹ Depoimento Ruth Bezerra Madeira:: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

depois as nutricionistas iam para a cozinha e levavam aquele material para fazer o bife de soja, o leite de soja. Foi ali que conheci a soja. Nós tínhamos uma cozinha experimental chamada cozinha-escola.”¹⁹²

Os estudos científicos eram experimentados na cozinha-escola, e os resultados eram divulgados pela Divisão de Divulgação através de boletins ou livretos, distribuídos entre os trabalhadores durante as refeições.¹⁹³ A fala de Euthalia Araujo Tavares esclarece o dia a dia de estudos da cozinha-escola e as especificidades do trabalho dos profissionais da nutrição formados pelo SAPS.

3.3 - A capixaba Euthalia, que veio criança para o Rio

Figura 14 – A Nutricionista Euthalia Araujo Tavares



Fonte: Arquivo Pessoal

Euthalia de Araujo Tavares conta que nasceu em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Seu pai era militar e foi reformado, precocemente, por razões políticas.

¹⁹² Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

¹⁹³ O livro de Afranio do Amaral “*Soja e a Alimentação Popular*,” publicado em 1952, decorre das referidas pesquisas sobre a soja. BRASIL, Arquivo Senado Federal.

Para complementar o orçamento doméstico, o pai de D. Euthalia assume a função de professor particular. A perda do único filho homem leva sua família a migrar-se para o Rio de Janeiro, quando Euthalia era pré-adolescente. Ela afirma: “Nós viemos pro Rio, e eu – que sempre gostei de estudar – fui para uma escola particular, o Colégio Brasileiro em São Cristóvão”. Posteriormente, ingressou em um colégio público localizado próximo da Praça da Bandeira, para onde sua família se mudara. Ao concluir o Ensino Médio, um problema de surdez obrigou seu afastamento dos estudos por um ano. Por isso, precisou passar por uma cirurgia auditiva e interromper suas atividades para se recuperar.¹⁹⁴ O curso de Nutrição do SAPS entrou em sua vida da seguinte maneira:

“eu vi no jornal uma notinha, convocando moças para participar do processo seletivo do curso de Nutrição do SAPS. Mamãe não queria que eu sáísse de casa porque eu ainda estava surda e me recuperava da cirurgia. Mas eu argumentei que o SAPS dava uma bolsa de estudos. Além de estudar, eu ia ganhar um dinheirinho, que me permitiria comprar os livros, cadernos e não ser peso para meus pais. Diante disso, minha mãe e meu pai assentiram.”¹⁹⁵

Julga-se necessário pontuar que o SAPS contribuía para a independência do gênero feminino, na medida em que atuava na sua profissionalização e lhe garantia emprego. Ao ingressarem no curso profissionalizante, as moças passavam a ter uma bolsa de estudos que contribuía para seu sustento. Sobre a realização desse curso, D. Euthalia relata que “havia um fogão enorme onde as moças aprendiam a cozinhar”. Aprendiam, ainda, a fazer cardápios balanceados e a orientar os cozinheiros do SAPS. O papel das técnicas em nutrição e das nutricionistas era supervisionar todo o funcionamento dos restaurantes.

Das lembranças do restaurante da Praça da Bandeira, ela recorda que “no início eram fornecidas três mil refeições por dia, depois aumentamos, e chegamos a dez mil refeições por dia”.¹⁹⁶ Além do primeiro Restaurante Popular, outros foram sendo criados, como “o da Faculdade de medicina, o do Ministério da Educação e Cultura, o do Ministério do Trabalho, e o restaurante da Estiva”. D. Euthalia faz uma pausa e

¹⁹⁴ A entrevistada, hoje aos 82 anos de idade, dirige seu automóvel Volkswagen Passat e leva uma vida independente. Ela usa aparelho auditivo para que sua audição seja boa. Separada do marido, criou duas filhas com seu trabalho.

¹⁹⁵ Euthalia de Araujo Tavares. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, agosto de 2010.

¹⁹⁶ Euthalia de Araujo Tavares. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, agosto de 2010.

acrescenta: “Eu trabalhei no restaurante da Estiva.”¹⁹⁷ Ela se lembra, também, do setor dietoterápico do Restaurante Central e afirma que “era um ganho importante para os trabalhadores que possuíam problemas cardíacos, estomacais ou de diabetes”.

Sobre os frequentadores dos restaurantes populares, D. Euthalia afirma que, na maioria, eram trabalhadores dos mais diversos ramos: “operários de fábrica ou da construção civil; trabalhadores do cais do porto; bancários; comerciantes etc.”¹⁹⁸ O cardápio básico, segundo seu relato, era o arroz, feijão, salada, carne, farofa, macarrão. Tudo isso era bem variado e acompanhado de um copo de leite: “um copo de leite era infalível no SAPS, todo mundo tinha que tomar aquele copo de leite”.¹⁹⁹

Além do Rio de Janeiro, D. Euthalia trabalhou em diversas cidades do país. Ela conta como teve que atuar contra superstições e mitos alimentares. Assim, batalhou para provar que leite com manga não fazia mal. Também se considera vitoriosa por ter conseguido introduzir na alimentação dos goianos o hábito de comer abóbora. Ela diz que, entre eles, se pensava que “abóbora era comida de porco”. Ela relata que conseguiu a façanha através da insistência em mantê-la no cardápio e da variação no seu preparo: “eu fazia uma preparação tipo purê e acrescentava carne-seca”.²⁰⁰

O depoimento revela a importância do serviço de radiodifusão do SAPS para esclarecimentos alimentares de questões trabalhistas: “Havia nos restaurantes o serviço de rádio, onde os locutores, durante toda a refeição, davam conselhos nutricionais e esclareciam questões trabalhistas”.²⁰¹

D. Euthalia diz que as nutricionistas atuavam em diversos setores nos Restaurantes Populares. “A gente colocava a mão na massa para ensinar determinados pratos aos cozinheiros”. Mas também “participávamos da administração fiscalizando a entrada de alimentos”. E, sobretudo, “tínhamos a responsabilidade da organização dos cardápios balanceados para evitar os excessos ou as carências”. Ela recorda que cada refeição deveria ter “cem gramas de carne, cem gramas de arroz, sessenta ou cinquenta gramas de feijão, dez gramas de sal; lembro tudo direitinho”.

¹⁹⁷ Euthalia de Araujo Tavares. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, agosto de 2010.

¹⁹⁸ Euthalia de Araujo Tavares. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, agosto de 2010.

¹⁹⁹ Euthalia de Araujo Tavares. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, agosto de 2010.

²⁰⁰ Euthalia de Araujo Tavares. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, agosto de 2010.

²⁰¹ Euthalia de Araujo Tavares. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, agosto de 2010.

Figura 15 – Cozinha Experimental do Curso de Nutrição

Fonte: Umberto Peregrino, SAPS, 1950.

Segundo Certeau, nossa alimentação está relacionada com o que “supomos ser ‘bom para nós’”²⁰². O autor revela a existência de pesquisas que apontam que “a preocupação com uma alimentação ‘saudável’ e ‘higiênica’ cresce com o nível de vida, com o grau de instrução e com a taxa de urbanização da comuna em que se reside”. O pensamento de Certeau nos conduz a algumas reflexões. O projeto de educação alimentar desenvolvido pelo SAPS se pautava pela preocupação com uma alimentação saudável e balanceada entre os trabalhadores. Esse projeto buscava desenvolver nos trabalhadores hábitos alimentares saudáveis. Os estudos feitos nessa época tinham conclusões muito importantes. Pesquisava-se, por exemplo, sobre os benefícios da soja para a saúde. O anúncio sobre *cocktail* de frutas publicado no *Diário Mercantil*, também, trazia conclusões que parecem atuais sobre o armazenamento de alimentos em utensílios de metal. No dizer da médica nutróloga Oswaldina Nascimento:

“Naquele tempo, o trabalhador pagava muito pouco por uma alimentação balanceada e muito boa. Além disso, tinha a educação alimentar. A partir dos conselhos, dos boletins e do cardápio preparado com orientações nutricionais, o pessoal começou a comer bem, ou seja, aprendeu a se alimentar melhor. Era grande o número de pessoas que não sabia se alimentar

²⁰² CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Op. Cit., p. 250-1.

corretamente. Não se comia legumes, frutas. Não havia o hábito de se fazer uma refeição variada. Foi o SAPS que ensinou às pessoas daquela época. Todo mundo só pensava no arroz, feijão, carne e pronto. A questão da educação alimentar foi um excelente legado do SAPS. Assim como, no aspecto econômico, o Restaurante Popular foi muito bom para o trabalhador. O trabalhador se alimentou muito bem pagando muito pouco.”²⁰³

4. Uma cruzada educativa: As Visitadoras de Alimentação

Um dos relevantes serviços prestados pelo SAPS no interregno de sua existência foi, sem dúvida, o da ação educativa sistemática, principalmente junto às famílias dos trabalhadores, visando a demonstrar os prejuízos advindos de uma alimentação incorreta. Já se fez referência ao Decreto-Lei 3.709 de 14 de outubro de 1941, que reorganizou o SAPS. Dele se ressaltam os dizeres do Art. 3º, parágrafo VII: “*uma ação educativa sistemática junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados*”.²⁰⁴

Para cumprir as determinações dessa finalidade, foi criada, no Ceará, em 17 de agosto de 1944, a Escola de Nutrição Agnes June Leith, que posteriormente passou a ser chamada Escola de Visitadoras de Alimentação (EVA) Agnes June Leith. Esse serviço, preconizado pela legislação do SAPS, foi testado previamente pela atividade criada no Brasil em tempos de Segunda Guerra Mundial, que foi denominada como Voluntárias de Alimentação. Vejamos o que dizia o *Correio da Manhã*, de setembro de 1942:

“Sob os auspícios da Legião Brasileira de Assistência foram inaugurados ontem no SAPS, à Praça da Bandeira, as aulas de preparação intensiva de Voluntárias de Alimentação. (...) Teve início a aprendizagem de cerca de cem voluntárias (...) habilitando-se assim para o exercício de uma importante missão de cunho social em época de guerra, qual seja a de ministrar à famílias dos cidadãos convocados para a vida militar conhecimentos úteis e objetivos sobre nutrição, orientando as

²⁰³ Depoimento Oswaldina Nole do Nascimento: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

²⁰⁴ BRASIL, Senado Federal, Arquivo Legislação, 2010, grifos meus.

donas de casa acerca do preparo de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, acessíveis aos bolsos das camadas populares.”²⁰⁵

A dietista norte-americana Agnes June Leith, que deu nome à escola do Ceará, trabalhou no SAPS da Praça da Bandeira ministrando aulas de Economia Doméstica (1943) e Arte Culinária (1944) para o Curso de Auxiliares de Alimentação, do qual também foi diretora. Agnes pertencia ao Curso de Economia Doméstica do Colégio Bennet e era defensora da mudança de hábitos alimentares. Considerava que, desde a infância, tais hábitos deveriam ser incorporados ao cotidiano da criança. Para tanto, precisavam fazer parte do escopo educacional familiar e da escola. Para concretização da EVA, houve um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos “sob os auspícios da Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios – CBA”.²⁰⁶ Para dirigir a instituição, foi nomeada a médica Dra. Clara Sambaquy.²⁰⁷ A inauguração da Escola Agnes June Leith foi efeméride de destaque de acordo com a *Gazeta de Notícias* de Fortaleza.²⁰⁸ A razão da escolha de Fortaleza foi sua localização geográfica, segundo a Associação Brasileira de Nutrição. Fortaleza se colocava em posição estratégica para a escola que iria atender ao Norte e ao Nordeste.²⁰⁹

Não era fácil o ingresso na Escola Agnes June Leith. As alunas prestavam um exame de seleção composto de prova escrita e oral. O regime era de internato, e a Escola recebia alunas de todo país. Em 1952, foi criada a Escola de Nutrição Firmina Sant’ Ana em Belo Horizonte. O nome foi homenagem à segunda brasileira a se formar como dietista no Instituto de Nutrição de Buenos Aires, dirigido pelo médico argentino Pedro Escudero. A partir daí, as alunas do Sul e Sudeste do país passaram a se dirigir para Belo Horizonte quando almejavam ingressar na carreira de Visitadora de Alimentação.

Sobre a importância desse trabalho de Visitadora de Alimentação, Umberto Peregrino afirmou em seu livro *“Idéias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil”*,

²⁰⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1942, p. 7. Preservou-se a ortografia vigente à época.

²⁰⁶ CIDRACK, Marlene Lopes. *Escola Agnes June Leith*. Formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação (1944-1966). Tese de doutoramento, UFC, FAGED, 2010, p. 64-5. Documento cedido pela autora.

²⁰⁷ Clara Sambaquy seria nomeada diretora do Serviço de Visitação Alimentar decorrente do acordo assinado com a AIA, conforme já se colocou anteriormente.

²⁰⁸ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 18 de outubro de 1944, apud CIDRACK, op. cit., 2010, p. 65.

²⁰⁹ ABN, 1991, apud CIDRACK, op. cit., p. 65.

“Assinale-se, por fim, uma modalidade pouco conhecida da ação educativa do SAPS: a que está a cargo das Visitadoras de Alimentação e que é uma das formas mais sérias e mais interessantes das atuais atividades do SAPS. Essas atividades consistem em assistir as famílias dos trabalhadores em suas próprias casas, num amplo trabalho de educação alimentar e de combate aos desajustamentos sociais em geral, através de visitas domiciliares e da organização de Clubes de Donas de Casa e de jovens de ambos os sexos. Êsses Clubes são uma idealização realmente inspirada. O que eles podem, quando carinhosa e inteligentemente conduzidos em matéria de recuperação e aprimoramento humanos, é na verdade extraordinário. Donas de casa e crianças até 14 anos são atraídas pelas Visitadoras à formação de Clubes, à feição de cada grupo, e, no âmbito desses Clubes, vivem permanentemente o quadro dos seus interesses tanto materiais, como espirituais e morais.”²¹⁰

Traços indeléveis dessa profissão podem ser encontrados nas falas de quem a vivenciou. Através dessas vozes, buscar-se-á compreender o que era ser Visitadora de Alimentação.

4.1 - Anita Albuquerque: Visitadora que se tornou Assistente Social

Anita Aline Albuquerque Costa, pernambucana do Recife, conta como foi seu ingresso na Escola Agnes June Leith:

“Em 1949. Ainda não tínhamos o curso de nutrição, então, fiz a Escola Agnes Junes Leith, uma escola americana montada pelo Plano Marshall no Ceará – me parece que havia uma outra implantada em Minas. E o SAPS funcionava na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. Após um ano de curso, se a pessoa quisesse seguir a carreira de nutricionista, fazia mais um ano no Rio – na época, não havia nutricionista no Brasil, era dietista. Foi o que eu fiz. Aí seria nomeada pelo SAPS.”²¹¹

Anita disse que optou pela Escola Agnes June Leith porque “queria um emprego. Terminei o curso de professora no dia 8 de dezembro e me perguntava: ‘E agora, o que vou fazer?’ Minha família, é claro, pensava: ‘Vai ser professora’”. E continua: “Mas eu ouvi, acho que no rádio, que estavam selecionando para um curso de

²¹⁰ PEREGRINO. *Idéias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil*. Op. cit., p. 21.

²¹¹ Depoimento Anita Aline Albuquerque Costa: concedido a Angela Maria de Castro Gomes e Dulce Chaves Pandolfi, Recife - PE, 2002.

nutrição. Decidi me inscrever e fui selecionada”.²¹² Sobre sua experiência profissional de vida nessa escola, Anita relata:

“Para a minha família, era um horror que uma moça saísse, assim, sem saber para onde, e me recomendaram a mil e uma pessoas. Eu achei ótimo ir para o Ceará, agora, vivi uma experiência diferente. A escola era em regime de internato. Só havia como funcionários uma cozinheira e um *office-boy*. Todo serviço era feito pelos próprios alunos. Não se comprava verdura, nós plantávamos hortaliças. A escola ficava em Fortaleza, acho que em Pirambuco²¹³. No primeiro período do curso, aprendia-se o que a terra produzia, então, tinha horticultura, apicultura... sei lá, todas essas coisas. Lembro bem que havia uma parte de sericicultura, porque no Ceará, na época, cultivava-se o bicho-da-seda. E todos nós trabalhávamos. Cada período tinha um tipo de atividade. Por exemplo, no primeiro período de três meses, orientados por um professor, agrônomo, os alunos ficavam na horta, onde era produzida toda a verdura da casa. Não se trabalhava com a enxada, mas tudo o mais, todas as operações, todos os tratos culturais eram por conta do aluno. O aluno tinha de trabalhar, do contrário, não produzia!”²¹⁴

Falando sobre o modelo de educação adotado na Agnes June Leith, Anita rememora:

“Era uma escola de moldes americanos, o que me chamou muito a atenção, porque o primeiro ano que fazíamos *nos dava o título de educadora de alimentação... Visitadora de alimentação*. E era no sentido de promover um trabalho de grupo com a população para modificar hábitos alimentares. Eu gostei do trabalho! Agora, ao mesmo tempo em que, se fazia esse trabalho de grupo, que era uma reprodução do atual grupo dos quatro ‘Es’ americanos... São: educação, espírito, esforço e êxito. No ‘americano’ era: *head, health, heart*²¹⁵ – coração, cabeça, saúde – ... não me lembro o outro. Mas esse trabalho, de alguma maneira, me despertou para o social.”²¹⁶

²¹² Depoimento Anita Aline Albuquerque Costa: concedido a Angela Maria de Castro Gomes e Dulce Chaves Pandolfi, Recife - PE, 2002.

²¹³ Segundo a pesquisa de Marlene Cidrack, op. cit., 2010, a Escola Agnes June Leith localizava-se na Rua Adriano Martins, 436, no Bairro de Jacarecanga, em Fortaleza-Ceará.

²¹⁴ Depoimento Anita Aline Albuquerque Costa: concedido a Angela Maria de Castro Gomes e Dulce Chaves Pandolfi, Recife - PE, 2002.

²¹⁵ Os quatro Hs dos Clubes norte-americanos a que Anita se refere eram; head, heart, hands and health – cabeça, coração mãos e saúde. No Brasil, o mote se transformou em quatro Es, Espírito, Educação, Esforço, Êxito.

²¹⁶ Depoimento Anita Aline Albuquerque Costa: concedido a Angela Maria de Castro Gomes e Dulce Chaves Pandolfi, Recife - PE, 2002, grifos meus.

Esses quatro “Es” a que se referia Anita eram citados por Umberto Peregrino como responsáveis pelo êxito dos clubes, base dos ensinamentos transmitidos pela Escola:

“Os clubes se denominam, abreviadamente, Clubes dos 4E, porque têm como lema as quatro palavras: Espírito, Educação, Esfôrço, Êxito. Advirta-se que o lema é norte-americano e foi transportado para o Brasil com a própria organização dos Clubes, pois esse Serviço de Visitação, nos moldes em que é feito pelo SAPS, veio-nos da experiência dos Estados Unidos. Como se vê, a idealização do chamado Serviço de Visitação é essencialmente lúcida e elevada. Naturalmente houve que ajustar o sistema importado dos Estados Unidos à realidade brasileira, sem dúvida mais complexa que a daquele rico país, onde as condições de vida se oferecem homogêneas para o grande número, em níveis francamente satisfatórios. Aqui, as populações desfrutam condições sociais muito diversas e até, por vezes, contraditórias, segundo as áreas geoeconômicas em que se localizam, de sorte que, embora os métodos de serviço social possam ser universais, há que se considerar, na aplicação deles, a psicologia específica de certos grupos brasileiros, para não mencionar as soluções que serão, quase sempre, soluções muito especiais.”²¹⁷

Mais uma vez, é necessário atentar para algumas observações feitas nessa fala de Peregrino. O modelo importado dos Estados Unidos não funcionava no Brasil, a não ser que fossem feitas adaptações. As especificidades regionais e locais tinham que ser observadas, porém havia entusiasmo quanto ao programa de visitação domiciliar, que se tornava exitoso em suas atividades.

A pesquisa de Marlene Lopes Cidrack²¹⁸ reconstruiu a memória da Escola Agnes June Leith em seu tempo de existência em Fortaleza, Ceará. Seu estudo esclarece que a missão fundamental da escola era ensinar à população, em especial aos trabalhadores e suas famílias, os benefícios de uma alimentação racional. Para tanto, seria necessária uma mudança de hábitos alimentares. Na visão da autora, havia nesse trabalho um objetivo eugênico com vistas à formação de trabalhadores fortes e sadios concernentes com o processo de modernização e com o projeto nacional em curso.²¹⁹ O curso de Visitadora de Alimentação da EVA de Fortaleza funcionava em regime de

²¹⁷ PEREGRINO. *Idéias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil*. Op. cit., p.21-22.

²¹⁸ Realizada em sua tese de doutoramento em Educação sob orientação do Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC.

²¹⁹ CIDRACK. Op. cit., 2010.

internato e tinha duração de um ano. Lá, acreditava-se que a aprendizagem teórica tinha que ser seguida da prática. O lema era aprender fazendo. As disciplinas do curso eram: Nutrição e Dietética, Arte Culinária, Educação Física e Recreação Infantil e as de duração de um semestre – Sociologia, Psicologia, Puericultura, Enfermagem, Horticultura, Fruticultura e Jardinagem, Economia Doméstica, Corte e Costura, Artes Aplicadas, Assistência Social, Estatística e Visitação Alimentar de Nutrição.

No caso de Fortaleza, os espaços em que as visitadoras atuavam eram: o Restaurante Popular do SAPS, os clubes, a comunidade (visitas domiciliares), as escolas e as creches do SAPS e ANCAR (Associação Nordestina de Créditos e Assistência Rural).

A atuação das Visitadoras de Alimentação se iniciava com um *Inquérito Social*, investigativo, cujo objetivo era identificar os problemas das famílias visitadas. Propunham-se, então, soluções e desenvolviam-se atividades que efetivassem formas de melhoria da qualidade de vida da comunidade enfocada.

**Figura 16 - Escola de Visitadoras de Alimentação, turma de 1950
Fortaleza - Ceará**



Fonte: Arquivo pessoal

O papel dessas Visitadoras de Alimentação era inusitado na história das políticas públicas no Brasil naquele período, quiçá na contemporaneidade. Também pequeno era o contingente de mulheres que estudava ou trabalhava fora do lar. Por isso,

não é de se estranhar que essas visitadoras enfrentassem o olhar preconceituoso da sociedade e da família.

Em outro trecho de sua entrevista, a assistente social Anita Aline – naquela época se formando como Educadora ou Visitadora de Alimentação – esclareceu os meandros da formação desse tipo de profissional. A escola Agnes June Leith do Ceará, pioneira na finalidade, abrigava moças do Brasil inteiro. As que quisessem se tornar nutricionistas teriam que completar mais um ano no SAPS do Rio de Janeiro. Anita conta que fez o curso no Ceará e, depois, foi para o Rio de Janeiro complementar seus estudos. Ela se tornou Nutricionista, a despeito da reação familiar. A experiência da EVA, além de enriquecedora, contribuiu para o início de sua emancipação profissional. Anita conta em sua narrativa sobre o salário recebido em forma de bolsa e o que era ensinado no curso:

“Recebíamos uma bolsa, à época, acho que de 200 cruzeiros. De Pernambuco havia somente eu. (...) Era uma escola diferente. No segundo período, então, ficava-se encarregado daquelas coisas que eram na copa: o café, a sobremesa, o lanche, etc. Havia divisão do trabalho, todo o serviço da casa era dividido: um cuidava da geladeira – era geladeira mesmo! –, outro da copa... Quem cuidava da copa não tinha tranquilidade para estudar, porque botava mesa e tirava mesa o dia inteiro [risos]. Era um trabalho danado, mas você aprendia realmente a ser garçomete. Tinha de servir bem, de acordo com as normas. Aprendia-se tudo. Eu teria condições de me empregar como garçomete, sem problema algum, porque aprendi! Aprendia-se inclusive a escolher vinhos.”²²⁰

Municipiadas de informações científicas e práticas relacionadas aos alimentos, essas profissionais partiam para o trabalho de campo visitando, de duas a duas, as famílias de baixa renda. Atuavam, ainda, nos Restaurantes Populares fazendo o serviço de orientação e aconselhamento aos trabalhadores.²²¹ Demonstrando que o lema da EVA era “aprender fazendo”, Anita Aline relata:

“Voltando ao currículo na escola. No terceiro período, o aluno já assumia o restaurante. Havia um restaurante para o trabalhador ir junto. Então, aprendia-se a fazer o cálculo de refeições coletivas e a administrar o restaurante. Chegava-se ao final do curso sabendo administrar um restaurante e uma casa, porque,

²²⁰ Depoimento Anita Aline Albuquerque Costa: concedido a Angela Maria de Castro Gomes e Dulce Chaves Pandolfi, Recife - PE, 2002.

²²¹ CRUZ, Maridete de Almeida. *O papel das escolas de visitadoras de alimentação do SAPS no ensino da nutrição*, apud CASTRO, Anna Maria, op. cit., 1977.

no último período, ficava-se encarregado da casa. Faziam-se compras, distribuíam-se os recursos e elegia-se o cardápio. A avaliação final era um jantar ou um almoço, à sua escolha, oferecido a uma autoridade. Foi uma experiência interessante.”²²²

4.2 - Maria do Carmo: a trajetória da Visitadora de Teresina para o Rio

Também formada como Visitadora de Alimentação pela EVA/Ceará, Maria do Carmo Costa Veloso Santos, depois de trabalhar nessa profissão por alguns anos, especializou-se em Nutrição. O ingresso na carreira de Visitadora se deu quando, ainda muito jovem, mesmo sem a permissão de seu pai, arriscou-se participando de uma seleção da Escola Agnes June Leith.

Figura 17 – Maria do Carmo Santos – Visitadora de Alimentação



Fonte: Arquivo pessoal

Por entre rastros e pegadas de sua memória, Maria do Carmo conta como foi introduzida na profissão. Sua narrativa, carregada de emoção, a remete aos idos de sua

²²² Depoimento Anita Aline Albuquerque Costa: concedido a Angela Maria de Castro Gomes e Dulce Chaves Pandolfi, Recife - PE, 2002.

juventude. Em um álbum de retratos, guardado com carinho pela entrevistada, há vários registros sobre as atividades que compunham o curso preparatório da Escola de Visitadoras de Alimentação. Seu relato revela como era sua família e o que a motivou a buscar rumos diferentes daqueles que lhe estavam destinados:

“Eu nasci em Teresina, no Piauí. A minha família era de classe média baixa, meu pai era funcionário do Banco do Brasil, minha mãe era doméstica. Ela faleceu cedo e eu fiquei com 5 anos. Meu pai casou-se de novo. Sempre morei em Teresina. Quando terminei o clássico, então eu não quis continuar, porque lá só existia a Faculdade de Direito. Eu não queria fazer Direito. Uma conhecida minha tinha feito o curso de Visitadora de Alimentação. Ela era de Floriano, uma cidade pequenininha, do Piauí. Mas ela morava em Teresina. Ela já tinha feito o curso lá, na Escola de Nutrição Agnes June Leith, e, depois do curso, ela tinha vindo para cá, trabalhar com Visitadora aqui no Rio. Então, quando apareceu o anúncio de que ia haver uma seleção para essa escola, eu me candidatei. Fui lá, me inscrevi, até escondida do meu pai, porque ele não queria.”²²³

Maria do Carmo conta como ocorreu a seleção que lhe rendeu o ingresso na EVA, escola com regime de internato, mas que permitia às alunas certa liberdade aos moldes norte-americanos. Ela relata que se inscreveu para fazer a prova. Apenas três das inscritas foram aprovadas, e Maria do Carmo estava entre elas. Havia sido classificada em segundo lugar. A primeira colocada desistiu, o que a colocou automaticamente como primeira colocada. A etapa decisiva de sua ida para a Escola Agnes June Leith foi a visita que a diretora da instituição fez à família de Maria do Carmo. Em sua lembrança, ela se lembra de que a diretora “explicou para meu pai como era a Escola”. Deixou claro que era “regime de internato”, porém que “era uma escola mais liberal”, pois se inspirava em modelos norte-americanos. “Aliás”, explica Maria do Carmo, “a filosofia da Escola era americana, tanto que as disciplinas eram ministradas durante um período de três meses”. E conclui: “A cada três meses, as disciplinas eram concluídas, e iniciávamos outras.”²²⁴

²²³ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²²⁴ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

A narrativa de Maria do Carmo prossegue enfatizando que sua turma de visitadoras era pequena, composta de 20 alunas. Todas elas mulheres. Indagada sobre como conseguiu que seu pai a deixasse frequentar o curso, ela respondeu:

“Meu pai não me deixou ir, assim, sem problemas. Dona Gonçalves, a diretora da Escola, veio conversar com meu pai. Era uma senhora muito digna, e ele viu logo que era algo muito sério, que não fazia medo. Não fazia medo. Então foi que eu consegui sua aprovação. Ganhei uma bolsa de estudos. A classificação dava direito a uma bolsa de estudos, que incluía passagem de ida e volta. Incluía também a estadia. Não me lembro de quanto era a bolsa. A gente usava aos sábados para ir ao cinema. Para sair, fazer um lanche fora da escola. Porque a gente não tinha despesas nem com moradia, nem com alimentação, nem com o material escolar.”²²⁵

O relato de Maria do Carmo tipifica o discurso das mulheres de sua época. Para sair de casa, mesmo aos dezoito anos, era necessária a aprovação do pai. E pode-se dizer que essa aprovação era rara, mas o pai dela “viu logo que era algo muito sério, que não fazia medo”.²²⁶ Àquela época, era diminuto o número de mulheres que trabalhava fora de casa, ou que complementava estudos após o ciclo equivalente ao Ensino Fundamental de hoje. O pensamento do pai de Maria do Carmo representava, dessa forma, o de uma minoria. Além disso, Maria do Carmo, assim como a pernambucana Anita Aline, tinha o desejo de alçar voos maiores que aqueles que lhes restringiam o espaço geográfico. Elas queriam sair de suas terras almejando a independência financeira, e o curso de Visitadoras da EVA se lhes apresentava uma excelente oportunidade. Por essa razão, ela diz:

“Não senti muito a saída de casa. Saí sem problema nenhum, me adaptei muito bem. A equipe de professores da EVA era muito boa. Professoras competentes, de gabarito. Elas eram selecionadas por sua competência. No início, a Escola Agnes June Leith tinha supervisão americana. Sempre recebiam uma americana que fazia uma supervisão na grade de ensino. Ela supervisionava quais as disciplinas faziam parte do currículo. Supervisionava como estavam sendo dadas as disciplinas. Também via como estava sendo o trabalho de orientação das famílias operárias feito pelas visitadoras... Porque o curso já era

²²⁵ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²²⁶ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

todo ele dirigido para isso: para a educação das famílias dos trabalhadores.”²²⁷

Falando de suas memórias do internato, Maria do Carmo, hoje aos 82 anos, recorda com o auxílio de fotografias. Mas suas lembranças ainda estão bem nítidas. Nesse recordar mesclado de sentimentos de saudade e alegria provocados pelas boas lembranças, Maria do Carmo mostra as fotos de seu álbum dizendo: “A escola tinha dormitórios de um lado e de outro”. Apontando para a fotografia selecionada, ela diz: “A diretoria ficava aqui”. Esclarece que a diretora e as professoras solteiras residiam na escola em suítes feitas para elas. A construção era toda baixa seguindo o modelo americano. Ela se lembra de que no Rio Grande do Norte havia uma base aérea norte-americana cujo aspecto arquitetônico era similar ao da Eva.²²⁸

Continuando a descrição, Maria do Carmo explica: “Era uma escola só feminina. O único homem que frequentava a escola era o motorista. Mas ele não vivia na escola. Ah! E tinha um vigia à noite, mas ele também não vivia na escola. Ele trabalhava como vigia da escola à noite”.²²⁹

Figura 18 - Pátio da EVA - turma de 1950



Fonte: Arquivo pessoal

²²⁷ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²²⁸ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²²⁹ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

Anexo à Escola Agnes June Leith, funcionava o Restaurante Popular de Fortaleza. Ele era o local onde a teoria ensinada na escola, nos moldes da influência americana,²³⁰ se transformava em práxis.

“Ao lado desse terreno que foi reservado para a escola, tinha o Restaurante Popular do SAPS. A escola era separada do restaurante por um portão. O portão era a forma de ligar o restaurante à escola. O trabalho prático de educação alimentar começava quando, quase no final do curso, a gente ia testar no Restaurante Popular nossos conhecimentos teóricos. Na entrada dos comensais, a gente ia orientar os trabalhadores quanto aos bons hábitos alimentares.”²³¹

Figura 19- Aulas de Educação Física na Escola Agnes June Leith, 1950



Fonte: Arquivo Pessoal

²³⁰ Segundo Magda Soares, os ideais da Escola Nova que tinham, dentre outros pilares, o pragmatismo de Dewey e haviam sido deflagrados com o Manifesto dos Pioneiros de 1932, perduraram nas décadas de 40 e 50 do século XX. Esse pragmatismo pregava o lema do “aprender fazendo”. No dizer da autora, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, fora precedida de debates sobre ensino público *versus* ensino privado desde seu envio ao Congresso Nacional em 1948. Todavia, tais discussões se fizeram sempre “à luz da ideologia liberal e ressuscitavam os ideais da Escola Nova”. SOARES, Magda. *Metamemória-memórias Travessia de uma educadora*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 54.

²³¹ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

Ainda sobre o lema aprender fazendo, Maria do Carmo se lembra até do nome da professora de Artes Culinárias:

“Tinha aula prática de arte culinária, tinha aula prática da professora Dejanira. Era aula prática de arte culinária, para mim, que quando fui para lá não sabia nada, foi uma beleza. A gente aprendia tudo sobre alimentação. O teor dos alimentos, o valor nutritivo de cada um. Como conservá-los, como higienizá-los. Tudo isso tinha que ser passado para a família do trabalhador.”
232

Demonstrando que nossa consciência do passado é revivida pela profusão de memória, história e fragmentos que nela se misturam,²³³ Maria do Carmo às vezes dizia: “Não me lembro bem de todas as disciplinas”. Em seguida, olhava uma fotografia de seu álbum sobre o tempo da Agnes June Leith e corrigia: “Nós aprendíamos Horticultura e tínhamos aula de Educação Física”. E completava: “Tinha teatrinho de fantoches, porque nos finais de semana a gente treinava, justamente, com os filhos das famílias de trabalhadores que moravam próximo da Escola”.²³⁴ Essa fala demonstra que o projeto da EVA apostava na cruzada educativa infantil como fonte de mudanças de hábitos. Esse microcontexto de práticas e interações sociais permitiria a ampliação de hábitos culturais para quem não possuísse, em âmbito familiar, oportunidade de adquiri-los.²³⁵ Quanto à filosofia dos quatro “Es” que regia a Agnes June Leith, Maria do Carmo se lembra com clareza e narra que Espírito, Educação, Esforço, Êxito era o que se objetivava desenvolver nos jovens. Nesse sentido, foram criados clubes onde as atividades propiciassem o alcance desses objetivos. O depoimento de Maria do Carmo coincide com dados já colocados, anteriormente, acerca da inspiração norte americana traduzida como clubes dos quatro Hs. Tal inspiração, quando tranposta para o contexto brasileiro, foi transformada em quatro Es. Essa Visitadora de Alimentação demonstrou entusiasmo ao falar dos clubes dos quatro Es. Segundo Maria do Carmo, tais clubes possuíam hino e eram subdivididos em três tipos: os que abrigavam crianças de quatro a

²³² Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²³³ LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. In: Projeto História 17. São Paulo: PUC, 1998, p. 67.

²³⁴ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²³⁵ LAHIRE, Bernard. *Reprodução ou Prolongamentos Críticos?* Educação & Sociedade. Ano XXIII, n. 78. Trad. Alain François. Campinas, abr./2002.

oito anos; os que atendiam a crianças de nove a quatorze anos e aqueles destinados às donas de casa.²³⁶

Figura 20 - Atividades dos clubes dos quatro Es



Fonte: PEREGRINO, Umberto – SAPS, 1950.

As Visitadoras de Alimentação tinham participação ativa na implantação e manutenção dos clubes dos quatro Es. Nesses clubes, o contato com a família do trabalhador facilitava o trabalho da Visitadora de Alimentação, que encontraria menos resistência quando tivesse que fazer suas atividades domiciliares. Aquilo que as visitadoras aprendiam na disciplina Trabalhos Manuais era repassado para as donas de casa nas reuniões dos clubes. Na ocasião, outros ensinamentos ligados à Nutrição e à higienização de alimentos, do lar e pessoal também eram repassados.

Assim, o relato de Maria do Carmo evidencia:

“Para além de atrair a dona de casa e facilitar nosso trabalho de visitação domiciliar, era ensinado a ela a fazer algo que talvez pudesse ajudá-la até na melhoria da alimentação em casa. Então a gente ensinava também essa parte, dávamos a ela um conhecimento de nutrição, de alimentação, de higienização dos alimentos, de higienização da casa, da cozinha, da pessoa que cozinava.”²³⁷

²³⁶ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²³⁷ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

Ao terminar o curso de Visitadora de Alimentação em Fortaleza, Maria do Carmo teve a oportunidade de vir trabalhar no Rio de Janeiro. Ela conta que viria também uma sua colega, Maria de Jesus Ribeiro dos Santos. A vinda da colega foi o passaporte que garantiu o consentimento de seu pai. Ambas vieram para o Rio de Janeiro e foram trabalhar, inicialmente, no SAPS/Praça da Bandeira. Na época, o diretor do SAPS era Umberto Peregrino e sua esposa, Eunice Peregrino, era diretora do setor de Visitação Alimentar. Sobre a atuação dos dois, Maria do Carmo afirma que “eles eram entusiastas dessas ações que estavam surgindo para melhorar as condições de vida do operário, da família do operário”.²³⁸ O entusiasmo de Umberto Peregrino em relação ao projeto SAPS a que se refere Maria do Carmo aparece em outros depoimentos ouvidos por essa pesquisa, como no da nutricionista Euthalia de Araujo Tavares.²³⁹ Aparece também no discurso do próprio Peregrino.

O trabalho de Maria do Carmo no SAPS/Praça da Bandeira foi interrompido quando surgiu uma oportunidade de ir para o recém-inaugurado Restaurante Popular de Campos. Trabalhando como Visitadora de Alimentação em Campos, ela conta que:

“Não encontrava resistência da parte das famílias dos operários. Isso porque, quando a gente fazia o curso, tinha noções elementares de psicologia. Como chegar até as famílias e como se colocar de maneira que eles aceitassem o que a gente estava transmitindo. Ainda mais que a gente trabalhava com as crianças... E aí pronto! Facilitava tudo.”²⁴⁰

A cruzada educativa que procurava formar bons hábitos alimentares tornava-se tarefa menos árdua com as crianças, que ainda não tinham os vícios dos adultos acumulados ao longo dos anos. Nessa perspectiva, o relato de Maria do Carmo é clarificador:

“Começava pela criança, então facilitava. Nós tínhamos uma escolinha infantil, que era de 4 a 6 anos. Quando nós fomos para Campos, eu fiquei com a parte infantil, e a Maria de Jesus ficou com a parte do clube dos quatro Es. A escola infantil funcionava das 7 da manhã às 4 da tarde. A criança recebia o café da manhã, que era calculado de acordo com as normas da nutrição, mas muitas delas não tinham costume de consumir leite. Então,

²³⁸ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²³⁹ Nutricionista do SAPS entrevistada dessa pesquisa.

²⁴⁰ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

nas primeiras vezes que frequentavam a escola, tinham diarreia, porque passavam a tomar a canequinha de leite com café pela manhã e comiam uma fruta. Ih! No início em Campos, eu tive trabalho porque acreditavam que manga com leite fazia mal. Inclusive um dia veio um pai reclamar, porque o filho tinha dito que tinha comido manga e tomado leite. Eram aqueles mitos. Até a gente conseguir explicar, mostrar a ele que a ciência da nutrição estava adiantada. Dizia que se tinha dado a manga no café da manhã, que ele não se preocupasse, porque isso só ia fazer o bem para o seu filho. Porque a manga – eu aproveitava e já ensinava que a manga era rica em vitamina A, vitamina C –, ia fundamentando toda aquela argumentação. Isso era uma maneira de educar também a família através da criança.”²⁴¹

Outras ações importantes em que se buscava, através da criança, a reeducação alimentar do restante da família são lembradas por Maria do Carmo:

“As crianças maiores que frequentavam o clube dos quatro Es recebiam também conhecimento de nutrição, trabalhos manuais e horticultura. Ensinava-se a fazer hortas, como plantar. A partir delas, ficava mais fácil o trabalho de visitação domiciliar. Uma vez por semana, era o dia de visitação. A gente visitava as casas de todos aqueles que pertenciam ao clube dos quatro Es, ou à Escolinha Infantil. O serviço de visitação tinha tudo organizado. A gente tinha a relação das famílias, a relação do número de filhos, os nomes das crianças, as condições de vida e de higiene e outros dados necessários aos relatórios de trabalho.”²⁴²

Como se pode perceber, não era um serviço feito aleatoriamente. Havia planejamento, organização e método orientando o trabalho das visitadoras. Isso, no dizer de Maria do Carmo, permitia que o objetivo de seu trabalho fosse alcançado. “A filosofia do SAPS e, conseqüentemente, do serviço das visitadoras era melhorar a condição da família do operário. O restaurante já melhorava a condição do trabalhador em termos de alimentação. E o serviço de visitação alimentar atuava junto à família do trabalhador.”²⁴³

Recordando sua trajetória como visitadora no Rio de Janeiro, Maria do Carmo faz um mapa de seu cotidiano de trabalho. Certeau lança luz a essa trajetória rememorativa quando afirma: “Certamente, os processos do caminhar podem reportar-

²⁴¹ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²⁴² Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²⁴³ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços (aqui densos, ali mais leves) e as trajetórias (passando por aqui e não por lá)”.²⁴⁴ Assim, pode-se caminhar pela fala de Maria do Carmo:

“Olha! Outro dia eu estava vendo ali o Maracanã e pensei comigo mesma. Meu Deus! Eu ensinei muitas crianças a fazerem horta aqui nesse campo. Naquele espaço entre o Maracanãzinho e o Maracanã, havia um terreno ocioso. Ali, dona Eunice Peregrino²⁴⁵ tinha conseguido que deixassem a parte de baixo do Maracanãzinho para que plantássemos uma horta e ensinássemos horticultura. Foi feita uma reunião com as crianças da Mangueira e outras da redondeza. Onde hoje é a UERJ, seria construído um edifício para outras atividades com essas crianças. O projeto foi iniciado, mas a construção não foi acabada, ficando só o esqueleto. Então, as famílias foram fixando moradia em volta dele. Formou-se uma favela, que ficou conhecida com o nome de favela do Esqueleto, por causa do esqueleto do prédio.”²⁴⁶

A expansão das Escolas de Visitadoras de Alimentação que fazia parte do projeto descrito por Peregrino em seu livro “À Margem do Problema Alimentar Brasileiro” não se efetivou. No ato da assinatura do acordo entre o SAPS e a AIA – Fundação Rockefeller –, ficou estabelecido que fosse construída uma Escola de Visitadoras de Alimentação em Bebedouro, Estado de São Paulo. Não se conseguiram notícias dessa implantação. Pode-se confirmar que em Belo Horizonte foi instalada a segunda Escola de Visitadoras de Alimentação do país. Sua efetivação foi resultado de convênio entre o SAPS e o Governo de Minas Gerais. A justificativa para a escolha de Minas foi esclarecida por Peregrino, que afirmou, em 1948, no discurso de inauguração do SAPS, Juiz de Fora: “No vosso Estado de Minas Gerais, graças à compreensão e ao positivo interêsse do eminente Governador Milton Campos, vamos ter uma Escola de Visitadoras de Alimentação e um grande Restaurante Popular em Belo Horizonte”.²⁴⁷ A Escola Firmina Sant’Ana passou a receber alunas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e a Agnes June Leith recebia alunas do Norte e Nordeste do país. A estruturação do curso

²⁴⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 163.

²⁴⁵ Eunice Peregrino era esposa do diretor do SAPS Umberto Peregrino e chefiava nesse período o Serviço de Visitação Alimentar.

²⁴⁶ Depoimento Maria do Carmo Costa Veloso Santos: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

²⁴⁷ PEREGRINO. *À Margem do Problema Alimentar Brasileiro*. Op. cit., p. 84. O autor acrescenta que as obras seriam feitas pelo Governo do estado, cabendo ao SAPS cuidar do funcionamento administrativo e técnico. Realizava-se, portanto, uma parceria.

de visitadoras em Belo Horizonte requereu trabalho de funcionárias da Escola de Fortaleza. A assistente de diretora Maria Vicentina Campos Carvalho, de acordo com Cidrack, disse: “Fui Assistente de Diretora em Belo Horizonte em 1951 e fui uma das fundadoras dessa Escola de Visitadoras de Alimentação – EVA”.²⁴⁸ Não se tem conhecimento de pesquisas acerca da Escola de Nutrição Firmina Sant’Ana e seu funcionamento em Belo Horizonte.

O serviço de Visitação Alimentar serviu de fulcro para vários estudos e pesquisas, sempre relacionados ao nutricionismo. Em 1949, o Boletim do SAPS relativo a março noticiou que a autarquia estava publicando os “Anais do I Congresso Nacional de Visitadoras de Alimentação”. A reportagem registrava que, “em outubro de 1947, o Serviço de Alimentação da Previdência Social fez realizar, em Fortaleza, Ceará, o I Congresso Nacional de Visitadoras de Alimentação”. E seguia dizendo que foram discutidos temas relativos à Nutrição e às atividades da “Escola Agnes June Leith”. Também informa que os Anais desse Congresso reuniam teses, discursos, atas e demais documentos referentes ao empreendimento.

**Figura 21 - Aulas de Horticultura –
Escola de Visitadoras de Alimentação**



Fonte: PEREGRINO, Umberto – SAPS, 1950

A história do trabalho das nutricionistas e Visitadoras de Alimentação que atuaram no SAPS aqui reproduzida constituiu-se de passos. Eles foram “o número, mas um número que não constitui uma série”, uma vez que “não se pode contá-lo, porque cada uma de suas unidades é algo qualitativo: um estilo de apreensão táctil de

²⁴⁸ CIDRACK. Op. cit., p. 66-7.

apropriação cinésica”. Nesse sentido, o movimento desses relatos transmutou-se em “um inumerável de singularidades”.²⁴⁹ Essas singularidades, entretanto contribuíram para a construção de uma história coletiva, agora reconstruída e contada. Bravas mulheres nordestinas que, nos idos de 1948-1949-1950, deixaram suas famílias para fazer cursos e trabalhar em outras cidades. Bravas mulheres que adotaram o projeto de educação alimentar do SAPS e fizeram dele um objetivo de vida. Tanto assim, que seguiram na profissão mesmo após o fechamento do SAPS. Isso representa um avanço na luta por direitos empreendida pelas mulheres ao longo da história da República no Brasil. Essa conquista merece ser colocada em relevo. Eric Hobsbawm assinala que, “as mulheres frequentemente salientaram que os historiadores masculinos no passado, inclusive marxistas, ignoram grosseiramente a metade feminina da raça humana”. E acrescenta: “A crítica é justa: este escritor aceita que se aplique a sua obra”.²⁵⁰ Rachel Soihet bem assinalou que o vulto assumido pela história social, fruto das novas correntes de produção histórica – dentre elas, a revisionista marxista –, permitiu que se lançassem à luz estudos sobre

“as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história.”²⁵¹

O presente capítulo da história do SAPS confunde-se com a história de vida dessas mulheres que, através de suas vozes, trouxeram à tona um passado que merece ser reconstruído na memória dos brasileiros. Mais que isso: o trabalho dessas mulheres representou um avanço nas conquistas femininas do século passado. Estava sendo, sim, instituída uma política nacional de alimentação e cultura através das ações engendradas pelo Serviço Nacional de Alimentação da Previdência Social que objetivava difundir a norma de que “não há melhor remédio preventivo contra todas as doenças do que uma boa alimentação, farta em elementos úteis ao organismo”.²⁵² Por isso, estavam sendo criados os Restaurantes Populares para se contraporem aos “restaurantes que povoam as grandes cidades, anunciados como próprios para as classes mais modestas”, em que

²⁴⁹ CERTEAU, op. cit., 1. 2009, p. 163.

²⁵⁰ HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 2005.

²⁵¹ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007, p. 285.

²⁵² Revista de Nutrição do SAPS, Março, Abril e Maio de 1946, p. 24.

“seus donos são comerciantes, e como comerciantes, querem aumentar o seu lucro”.²⁵³

Nesses últimos predominavam:

“as refeições pouco variadas, e com gêneros de segunda, pois em tudo têm que fazer economia. Se não dão feijão todos os dias, não é porque queiram imitar a cozinha francesa, mas porque o feijão lhes gasta mais lenha, mais carvão, ou mais gás para cozinhar. Em muitos há até fartura, isto é, pode-se comer um almoço que encha o estômago. Mas, em qualidade êsse almôço não representa uma refeição à altura das necessidades do corpo. Dias e dias, anos e anos, alguma coisa vai faltando na alimentação tomada nesses restaurantes, para acabar produzindo resultado desastroso sobre a saúde do trabalhador. Acontece que, aliada a essa alimentação defeituosa, há as consequências do álcool, da bebida sem a qual não é possível ‘empurrar’ tal espécie de comida. E a prova de que é má comida é que, sem uma cerveja, sem vinho ou sem uma ‘pinga’, ela não vai.”²⁵⁴

Para contrapor a todos esses males e propiciar ao trabalhador uma refeição com os nutrientes necessários e para, sobretudo, lhe proporcionar formação de bons hábitos alimentares, efetivou-se o projeto do SAPS. O discurso de Dante Costa como paraninfo da turma de nutricionistas de 1956 formada pelo SAPS enfatizava a importância da tarefa a ser desenvolvida. Dizia ele:

“Desenvolvi a concepção fecunda de que, no domínio da alimentação, nenhum fator, por menor que seja, deve ser descurado e de que o menor detalhe da vossa tarefa possui uma importância irrecusável na conquista dos objetivos da medicina social – a qual todos servimos – e pode concorrer para fortalecer em vosso espírito o grande princípio da solidariedade humana pela ciência. Pertenceis agora a uma profissão técnica, de evidente caráter humano e social.”²⁵⁵

Os mesmos princípios de solidariedade aparecem na fala de Josué de Castro, em publicação onde analisa questões relativas à fome. Era o ano de 1957, portanto na mesma época do discurso de Dante Costa. É oportuno destacar que esse período era marcado pela Guerra Fria, e as ideologias do socialismo soviético e do capitalismo norte-americano dividiam o mundo em dois polos. O médico pernambucano apontava

²⁵³ Revista de Nutrição do SAPS, Março, Abril e Maio de 1946, p. 24.

²⁵⁴ Revista de Nutrição do SAPS, Março, Abril e Maio de 1946, p. 24.

²⁵⁵ COSTA, Dante. *A NUTRICIONISTA* sua responsabilidade e sua alma. Op. cit., p. 13. Conservou-se a ortografia vigente à época.

em sua análise que era possível resolver o problema da fome e da subnutrição, afirmando:

“Será que este sombrio mapa da fome, esta geografia da fome com suas manchas negras que envergonham a própria humanidade, tende a clarear um pouco? Possuímos alguns dados que são aparentemente encorajadores. Os inquéritos levados a efeito pela FAO revelam o fato animador de que nos últimos quatro anos a produção alimentar do mundo aumentou numa proporção de 3% por ano, enquanto que o crescimento da população mundial foi apenas de 1,5%, isto é, que o aumento da produção de alimentos corresponde ao dobro do crescimento da população. Estes fatos demonstram a falacidade dos argumentos de que é impossível acabar com a fome do mundo de acordo com aquele velho conceito malthusiano de que o mundo tem que perecer irremediavelmente de fome porque o crescimento da população se faz numa progressão muito mais intensa do que a do aumento da produção de alimentos. Os fatos contestam definitivamente esta hipótese arcaica e desmoralizada.”²⁵⁶

O projeto de combate à fome e à desnutrição feito pelo SAPS, em algumas análises tomado como assistencialista, contemplou ações que preconizaram a introdução da merenda escolar nas escolas públicas do país. Partindo dessa concepção que desqualifica tais programas considerando-os como assistencialistas ou populistas, julga-se pertinente uma indagação: a fome contempla tal retórica ou a urgência do estômago vazio traz consigo a premência de uma política que minimize o problema?

Vale ressaltar que, o programa de educação alimentar desenvolvido pelo SAPS, através de visitas aos domicílios dos trabalhadores tinha “objetivo de instruir a esposa e os filhos dos operários nos casos princípios da alimentação em qualidade e quantidade necessárias às exigências orgânicas”.²⁵⁷ Os dados analisados constataram que: “Cada família operária” recebia “durante um mês quatro visitas (uma por semana), feitas por uma funcionária especializada”, que levava “à esposa do trabalhador noções valiosas de higiene e de alimentação econômica” (...) Essas noções que abrangiam problemas culinários, “desde o condimento mais útil, o processo de coação mais rendoso, melhor conservador das propriedades dos alimentos, até o combustível mais parcimonioso para

²⁵⁶ CASTRO, Josué de. *Aos pobres pertence o reino da Terra*. In: *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1957. Disponível em: < <http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro>>. Acesso em setembro de 2008.

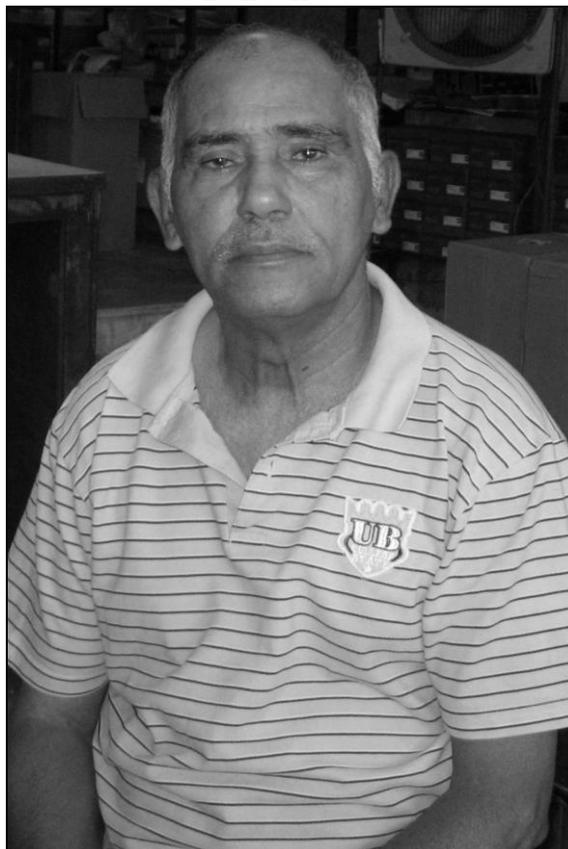
²⁵⁷ Boletim do SAPS, julho de 1945. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 37.

o orçamento doméstico”.²⁵⁸ O texto esclarecia que era feito um concurso entre as donas de casa que constituía “de 50 perguntas relacionadas com os assuntos ensinados durante as respectivas visitas”. A reportagem assinalava que já haviam sido “realizados três concursos, um no bairro do Rocha, outro no de São Cristovão e o último, concluído em abril do decorrente ano, no bairro do Rio Comprido”.²⁵⁹

5. O Desjejum Escolar

O relato abaixo ocorreu nas adjacências da Praça da Bandeira, Rio de Janeiro, em julho de 2011. O aposentado Norival Aprizio do Canto,²⁶⁰ recordando os aspectos políticos e sociais que cercaram seus tempos de criança, afirmou:

Figura 22 - Norival Aprizio do Canto e o desjejum escolar no SAPS/ Praça da Bandeira



Fonte: Arquivo pessoal

²⁵⁸ Boletim do SAPS, julho de 1945. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 37.

²⁵⁹ Boletim do SAPS, julho de 1945. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 37.

²⁶⁰ Norival Aprizio do Canto é carioca nascido no Bairro da Praça da Bandeira, Rio. Filho de uma família de baixa renda, ele estudou somente até o antigo Ginásio. Trabalhou em criança como engraxate para complementar a renda familiar. Foi motorista de táxi durante muitos anos. Hoje, com os filhos já criados, está aposentado. Continua morando com sua esposa na Praça da Bandeira, Rio de Janeiro.

“Eu nasci em 12 de agosto de 1940. Minha família, como o costume daquela da época, era grande. Lá em casa éramos sete filhos. Meu pai viveu com muita dificuldade... Acho que todo brasileiro, após a guerra, passou por esse perrengue. Devido a isso, eu e todos os meus irmãos fomos trabalhar. Nós começamos a engraxar sapatos na Praça da Bandeira. Com meus sete anos, eu já estava engraxando, e o meu irmão mais velho tomava conta de mim. Eu sabia engraxar bem e até hoje conservo essa habilidade, ou seja, engraxo sapato muito bem.”²⁶¹

A fala revela lembranças de uma infância pobre, mas feliz, vivida em família bem-estruturada, o senhor Norival, mais conhecido como Vavá, aos 71 anos de idade, percorre as lembranças de sua meninice dizendo:

“Vivi minha infância no tempo do governo do Getúlio. Isso me recorda o SAPS. Muitas vezes, almoçávamos no SAPS nessa época. Havia ainda o café da manhã para quem fosse da escola pública. Bastava que estivéssemos uniformizados e em nossa lapela se encontrasse a sigla EP, quer dizer, Escola Pública. O café da manhã que recebíamos era composto de café, leite, pão... Por sinal, o pão era feito em padaria própria do SAPS. O pão francês era equivalente a uma meia bisnaga atual. Também, se colocava em nossa sacola frutas, como banana, laranja. Depois nós íamos para o colégio público estudar. Esse era o nosso cotidiano.”²⁶²

Segundo Lowenthal, “memória, história e fragmentos oferecem caminhos para o passado que se percorrem melhor quando combinados”. Esses caminhos devem ser entretecidos para que a jornada se torne “significativa e confiável”, pois que “a história, em isolamento, é estéril e desprovida de vida”.²⁶³ A tarefa de distinguir onde termina a memória e onde a história começa nem sempre é clara. Envolto em brumas se encontra o caminho a seguir. Com frequência, “atribuímos a uma, o que vem da outra, misturando antigas memórias com histórias posteriormente ouvidas e lidas, da mesma forma que a narrativa oral combina recordações recentes com histórias contadas imemoravelmente”.²⁶⁴ No afã de comprovar uma recordação, passamos da “memória

²⁶¹ Depoimento Norival Aprizio do Canto: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

²⁶² Depoimento Norival Aprizio do Canto: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho 2011.

²⁶³ LOWENTHAL. Op. cit., 1998, p. 166.

²⁶⁴ Idem, p. 167.

para a história”, ao mesmo tempo em que “reliquias e reordenamento dão vida à história ao retraduzí-la para a memória”.²⁶⁵

A palavra de Norival indica o período histórico de sua infância. Nascido em 1940, cursou a escola primária entre o governo Dutra e o segundo governo Vargas. Norival, entretanto, associa o SAPS à Vargas, demonstrando, de forma peculiar, o que a coletividade já consagrara. Ou seja, como Vargas foi elevado à posição de destaque pela classe trabalhadora.²⁶⁶ Certamente, as lembranças de Norival decorrem das conversas que ocorriam em sua família, especialmente com seu pai, que era motorista de táxi e “um entusiasta da maneira como o governo Getúlio tratava os trabalhadores”.²⁶⁷

O Desjejum Escolar iniciado pelo SAPS pode ser apontado como precursor da merenda escolar no Brasil. Ao analisar as políticas públicas, o saber técnico e as práticas profissionais relacionadas com a alimentação popular paulistana no interstício 1920-50, Jaime Rodrigues aborda o tema da merenda escolar no país. Ele ressalta que, em meados da década de 1940, o assunto era alvo de discussões e estudos. Jaime Rodrigues sublinha o pensamento de Dante Costa quanto à função da merenda na minoração dos problemas nutricionais entre as crianças e quanto ao fato de ser de “domínio público que nosso povo come mal, de maneira desacertada e deficiente”.²⁶⁸ Citando vários estudos de Dante Costa acerca da merenda escolar, feitos na década de 1930, o texto de Jaime Rodrigues ressalta que a grande preocupação do médico nesse período era a de orientar as mães no preparo da merenda escolar, chegando a sugerir “cardápios a serem trazidos de casa, compostos basicamente de leite, sucos de frutas, bolos, polenta, tapioca, chocolate e sanduíches feitos de ovos, de carne de boi e de galinha, requeijão e queijo”.²⁶⁹ Alguns anos mais tarde, o discurso de Dante Costa mostrava um deslocamento dessa preocupação, e observa-se a ideia da merenda preparada na e pela escola. Rodrigues assinala que tal “transformação originara-se nas próprias mudanças das políticas públicas, neste caso voltadas à chamada ‘assistência alimentar ao

²⁶⁵ Idem, p. 167.

²⁶⁶ Jorge Ferreira, analisando a correspondência de trabalhadores a Getúlio, destaca o trabalhador Eduardo do Sacramento, autor de uma longa carta ao presidente Getúlio Vargas, relatando suas difíceis condições de vida e solicitando um emprego. Ferreira assinala na missiva a mensagem de Eduardo de que o presidente se mostrava inteligente por saber interpretar a alma do povo, que em troca lhe retribuía com gratidão. In FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Op. Cit., p. 10.

²⁶⁷ Depoimento Norival Aprizio do Canto: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

²⁶⁸ COSTA, Dante apud RODRIGUES, Jaime. *Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) - políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 221-255. Jul - dez. 2007, p. 244.

²⁶⁹ Idem, p. 244.

escolar”²⁷⁰. A materialização dessa assistência se dava pela oferta “de desjejuns, almoços ou merendas, tendo o poder público optado, na maioria das vezes, pela terceira possibilidade”²⁷¹.

A *Revista do SAPS*, usando de recurso imagético esclarece como era a distribuição de alimentos aos estudantes de escola pública no Rio de Janeiro. Sob o título de “Desjejum”, a foto, seguida de texto explicativo, revelava:

Figura 23 – Desjejum Escolar



Fonte: Boletim do SAPS, março de 1949.

“Aqui estão flagrantemente observados todas as manhãs no restaurante do SAPS. É o desjejum, ou seja, a primeira refeição

²⁷⁰ Idem, p. 244.

²⁷¹ Idem, p. 244.

dada aos escolares. Diariamente, centenas de crianças recebem o seu primeiro alimento, antes de rumarem para os colégios. Está, assim, o SAPS cumprindo com um dos grandes preceitos de nutrição: alimentar a criança.²⁷²

A assistência alimentar ao escolar no Rio de Janeiro iniciou-se com o desjejum fornecido pelo SAPS, tão vivo na memória do senhor Norival. Ao mesmo tempo, suas lembranças podem ser entretecidas com vestígios encontrados nos documentos produzidos pela história do SAPS.

Além da assistência alimentar materializada pelo Desjejum Escolar, encontram-se no Boletim do SAPS vestígios de que a preocupação de Dante Costa em orientar a família sobre a necessidade de bem alimentar as crianças em idade escolar também se concretizara. Vejamos o que dizia, a esse respeito, o texto do Boletim do SAPS de março de 1949:

“Os pais devem conhecer o valor do desjejum na alimentação de seus filhos em idade escolar. Considerando a importância da primeira refeição do dia, comumente chamada café da manhã, o SAPS instituiu o desjejum para os filhos dos trabalhadores, oferecendo-o gratuitamente a um número considerável de escolares.

Para a criança que estuda, alimentação que lhe é fornecida deve ser bem cuidada a começar pelo desjejum. Quando deixa o lar, a caminho da escola, a criança atravessa um período que exige deles maior gasto de energias, que devem ser restituídas no organismo pela alimentação. (...) O desjejum pode ser preparado de diversas maneiras conforme os três tipos abaixo:

1º- Aveia crua e banana – (1 colher de sôpa de aveia e duas ou três bananas – pão com manteiga – um copo de leite.

2º- Pão com manteiga – uma banana ou laranja – um copo de leite.

3º- Um copo de suco de laranja – pão com manteiga e queijo.²⁷³

A reportagem do Boletim seguia em forma de orientação demonstrando como o desjejum poderia ser fonte de uma alimentação balanceada de acordo com normas nutricionais. Era ressaltado que, nesses cardápios sugeridos, poderiam ser encontradas proteínas no leite, no queijo e no pão integral. Aqui, era feita a ressalva da utilização do

²⁷² Boletim do SAPS, Março de 1949, p. 7, Arquivo Biblioteca Nacional.

²⁷³ Boletim do SAPS, Março de 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

pão integral, que era preparado pelo próprio SAPS.²⁷⁴ Seguiu a nota dizendo que “as gorduras e os hidratos de carbono, fonte de calor e energia”, estavam contidos na “manteiga, no queijo, no pão, no açúcar, na laranja e na banana”. Observava que as frutas eram ótimas fontes de minerais. Por fim, dizia a orientação que “as vitaminas” estavam presentes “nos tipos de desjejum” apontados. O texto concluía:

“A vitamina A – protetora dos olhos – existente na manteiga, no leite, no queijo e na banana. A vitamina B – protetora dos nervos – é fornecida pelo pão integral, pela laranja e pela banana. Vem depois a Vitamina C – antiescorbútica – encontrada na laranja e na banana, especialmente a banana d’água. São frutas baratas e que existem em abundância.”²⁷⁵

De que forma os trabalhadores tinham acesso a esses conselhos? Em uma população com grande índice de analfabetismo, como se daria em números a leitura desses boletins do SAPS? Ocorre que a divulgação não era feita apenas na forma de texto escrito. Durante os almoços e jantares no Restaurante Popular, funcionava o serviço de locução. Os locutores utilizavam o serviço de rádio do SAPS para levar ao conhecimento dos trabalhadores os conselhos nutricionais, bem como esclarecimentos acerca da legislação trabalhista. Além disso, havia o serviço de visitação domiciliar e o trabalho dos clubes dos quatro Es feitos pelas Visitadoras de Alimentação. Dessa forma, o Boletim era apenas um apêndice dessa campanha de Educação Alimentar a que o SAPS se propunha.

Rever o passado através de sons, odores e visões... Nesse ato de rememoração, o senhor Vavá trouxe para o presente, traços da história do SAPS e do funcionamento de algumas das células desse grande organismo. Retomando esse passado, ele disse: “À tarde, a gente costumava voltar ao SAPS, porque havia aulas de trabalhos manuais em uma sala. Ensinava-se corte e costura para as meninas e outros tipos de serviços para os meninos como: formação para garçom, copeiro, porteiro e datilografia”.²⁷⁶

²⁷⁴ Tal observação corrobora a citação em que o senhor Norival fala sobre o pão feito na padaria do SAPS e que era distribuído no desjejum dos escolares.

²⁷⁵ Boletim do SAPS, Março de 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

²⁷⁶ Depoimento Norival Aprizio do Canto: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho 2011.

No dizer de Certeau, “comer serve não só para manter a máquina biológica do nosso corpo, mas também para concretizar um dos modos de relação entre as pessoas e o mundo, desenhando assim uma de suas referências fundamentais no espaço-tempo”.²⁷⁷ O projeto SAPS contemplava essa integração requerida por Certeau, porque aliava a possibilidade de comer bem ao desenvolvimento de atividades culturais. Também propiciava um espaço onde o trabalhador podia desenvolver relações interpessoais e ainda buscar aprimoramento profissional e intelectual. Tudo isso respaldado pela lei e pela instituição de uma política pública nacional. De acordo com Ferreira, “o impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado”²⁷⁸ na história da classe trabalhadora brasileira. Entre 1939 e 1940, foi criado um espaço no qual o trabalhador podia comer melhor a preços módicos, mas também era incentivado a participar de atividades culturais, como o acesso à leitura e à música. Ainda segundo Ferreira, “o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP,”²⁷⁹ se não houvesse repercutido entre a classe os ganhos materiais e simbólicos. Ferreira alerta que o “‘mito’ Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado”, pois “não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade”.²⁸⁰ Não por acaso, as pesquisas de Ferreira sobre o quererismo desvelam manifestações de apoio público ao governo Vargas que não poderiam ser orquestradas, apenas, pelos órgãos oficiais se não houvesse respaldo da mobilização popular que levou milhares de pessoas a comícios nas principais cidades do país no período final do Estado Novo.²⁸¹

O ato de criação de uma política nacional de alimentação e cultura representado pela implantação dos Restaurantes Populares foi visto pela classe trabalhadora como ganho de ordem material e simbólica. Afinal, para os trabalhadores essa política pública não significava apenas “comida barata”, mas também, o reconhecimento de que eles estavam sendo tratados de forma digna e humana. Isso pode ser comprovado tanto em

²⁷⁷ CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. 2. Op. cit., 2009, p. 250.

²⁷⁸ FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento quererista*. Op. cit., 2008, p. 19.

²⁷⁹ Idem, 2008, p. 19.

²⁸⁰ Idem, 2008, p. 19.

²⁸¹ Idem, 2008, p. 20-24.

depoimentos de frequentadores do SAPS, quanto em artigos de jornais da época, como o *Correio da Manhã*, que dizia:

“O restaurante popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social é o primeiro estabelecimento desse gênero criado entre nós por iniciativa oficial destinado a proporcionar aos trabalhadores um regime alimentar cientificamente orientado por preço ao alcance de todos. Nos dois primeiros meses de funcionamento, o restaurante da praça da Bandeira teve um movimento que por si so evidencia seu êxito. (...) A entrada e saída de centenas de operarios, de todas as categorias – motorneiros, condutores, soldados, commerciaris, etc. – se faz sem o menor incidente.”²⁸²

Certeau, em sua fala sobre o interesse e o cuidado que se deve ter com a comida, alerta que “talvez seja necessário reconciliar-se com o próprio corpo para dar-se o trabalho de nutri-lo convenientemente”.²⁸³ O SAPS tinha um projeto alimentar para a classe trabalhadora, que foi colocado em prática e produziu frutos. A efetivação desse projeto oportunizou, ainda, o avanço das conquistas femininas no campo de profissionalização das mulheres. Esse projeto abarcava mais que a educação alimentar. Ele objetivava trazer para os trabalhadores uma política pública de acesso aos bens culturais através da leitura e da música, tema abordado a seguir.

Figura 24 - Trabalhadores almoçando em marmitas de lata antes da existência do SAPS/Praça da Bandeira



Fonte: Boletim do SAPS, 1949

²⁸² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1941, p. 5. Preservou-se a ortografia vigente à época.

²⁸³ CERTEAU. *A Invenção do Cotidiano*. Op. cit., v.2, p. 260.

Capítulo III - Arroz, feijão, discos e livros

1. E aqui, a Sala de Leitura João Carlos Vital

Para tornar histórica a escrita acerca das referências simbólicas representadas pelas práticas culturais desenvolvidas nas Salas de Leitura e de Música do SAPS, iniciar-se-á pela descrição de seu aspecto físico e de seu papel junto à classe trabalhadora. Segundo Michel de Certeau, “a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas sociais das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma lição; ela é didática e magisterial.”²⁸⁴

Pretende-se que a reconstrução da memória das atividades culturais do SAPS cumpra os pressupostos assinalados por Certeau, e, para tornar tal tarefa mais didática, recorre-se ao Boletim do SAPS:

“... E aqui, a Sala de Leitura João Carlos Vital²⁸⁵...’ Esta ou frase semelhante já é quase rotina para determinados funcionários desta instituição, alguns dos que acompanham o grande número de visitantes, curiosos de conhecer ‘êsse corajoso passo para a solução do problema alimentar’ no dizer de Néelson Rockefeller, que aqui esteve num dia ainda não muito distante.”²⁸⁶

A finalidade do texto destacado acima era mostrar que, para além dos restaurantes populares, o projeto SAPS contemplava o incentivo à leitura e às diversas atividades culturais ali desenvolvidas. Descrevendo uma visita ao SAPS, que podia ser

²⁸⁴ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1982, p. 95.

²⁸⁵ João Carlos Vital, que dava nome à Sala de Leitura do SAPS, nasceu em Porto Alegre. Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. Cartógrafo do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1922, em 1929 foi designado chefe da seção técnica do recenseamento e, em 1931, diretor da seção demográfica do Departamento Nacional de Estatística. Em 1934, foi nomeado diretor-geral do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho. Foi presidente da comissão organizadora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, criada em dezembro de 1936 e extinta já sob o regime do Estado Novo (1937-1945). Ministro interino do Trabalho, Indústria e Comércio de maio a setembro de 1938, durante esse período criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social, ampliou os institutos da previdência, realizou estudos sobre a construção de casas populares e implantou o salário mínimo no país. Organizou também o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), do qual se tornou o primeiro presidente. Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho em 1940, integrou, de 1942 a 1943, o conselho da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado pelo presidente Getúlio Vargas para centralizar as atividades econômicas ligadas à intervenção brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

²⁸⁶ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5. Grifos no original.

feita por “jornalistas, ministros de Estado, altas personalidades estrangeiras, operários e simples curiosos,” a reportagem seguia dizendo que todos queriam “ver, conhecer mais além do que o grande restaurante popular”, pois este não era a única “célula de um organismo vivo e forte, em pleno crescimento”.²⁸⁷ O texto se referia às atividades de incentivo à leitura que se desenvolviam em local específico e preparado para tal. Nesse ambiente, adentrava-se por ampla porta de vidro, através da qual

“o visitante já havia visto parte do que se passava atrás dela: algumas pessoas, **operários em hora de folga, lendo livros, revistas ou jornais**, em torno, a pequenas e simples mesas de vime, confortavelmente sentados em poltronas. Ao fundo algumas prateleiras repletas de livros, encadernados todos uniformemente, letras douradas e a mácula da etiqueta numerada na lombada.”²⁸⁸

A Biblioteca Popular do SAPS/Praça da Bandeira era descrita como local de “amplas janelas, que inundam de luz e de sol o ambiente, das quais se descortina linda paisagem ainda não aproveitada pelos aquarelistas”. A paisagem, de acordo com o texto, era composta por “uma grande casa branca na encosta de um morro, e coqueiros raquíticos” margeando “uma estradinha vermelha, em direção ao cimo da elevação”.²⁸⁹ No alto dessa elevação estava colocado o monumento ao Cristo Redentor.²⁹⁰ Era, também, ressaltado no texto o quadro exposto em uma das paredes da sala e que continha os mandamentos dos amantes dos livros: “ama, guarda, zela, etc.”. Tais dizeres objetivavam, enfim, despertar o “amor pelo livro”.²⁹¹

O nome de João Carlos Vital, dado à Sala de Leitura do SAPS, tinha o caráter de homenagem. Isso porque foi ele quem idealizou um local de leitura para os operários. Contava o texto que, “em setembro de 1942”, João Carlos Vital observara que “alguns operários, após a refeição, ficavam perambulando por perto do SAPS, aparentemente atoa (sic), apenas”. Diante disso, resolveu instalar “a sala, com os móveis e alguns livros” doados por ele próprio. “Houve uma inauguração, festa simples para gente

²⁸⁷ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

²⁸⁸ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

²⁸⁹ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

²⁹⁰ O Cristo Redentor é um monumento retratando Jesus Cristo, localizado no bairro do Alto da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Situa-se no topo do Morro do Corcovado, a 709 metros acima do nível do mar. No dia 7 de julho de 2007, em Lisboa, no Estádio da Luz o monumento foi incluído entre as novas sete maravilhas do mundo.

²⁹¹ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

simples, algumas palavras e votos sinceros de que progredisse o novo serviço do SAPS.”²⁹²

As atividades culturais desenvolvidas na Biblioteca Popular serão, a partir daqui, o objeto de estudo neste capítulo. Cumpre destacar que o local tinha outras finalidades de destino. Em espaço próprio para tal, funcionava a Seção de Encaminhamento para Emprego. Ali, “a Turma de Assistência Social (designação administrativa daquele serviço)” mantinha, “em colaboração com a L. B. A., a seção de colocações.” Os trabalhadores desempregados eram encaminhados “aos mais diversos emprêgos”. Isso era possível porque a autarquia fazia contatos constantes com “os industriais, comerciantes, repartições, hospitais, instituições de caridade, etc.”, visando ao encaminhamento dos trabalhadores desempregados. Além disso, “o trabalhador desempregado” podia “fazer sua refeição” no SAPS, “ou então recebê-la em sua casa com sua família, por meio de nossos caminhões térmicos”. O artigo afirmava que essas refeições gratuitas eram concedidas após “verificação cuidadosa da veracidade” das declarações de desemprego. Era estabelecido um período de gratuidade alimentícia, julgado como suficiente para o trabalhador se recolocar no mercado de trabalho. A par de se conseguir postos de trabalho, o Serviço de Encaminhamento para Emprego cuidava de providenciar documentos para quem não os tivesse. Ocorria que, às vezes, “o postulante” não dispunha “de papéis indispensáveis”, porque viera do “interior, onde talvez não tivesse profissão definida, ou fôsse trabalhador rural”.²⁹³ Outra importante intervenção desse serviço se fazia em relação ao trabalhador doente que era encaminhado para tratamento hospitalar ou, se fosse necessário, para aposentadoria. Segundo Capelato, “no Brasil, havia imensa massa de excluídos em relação ao mercado de trabalho que era definida como ‘os pobres’”. Era papel do governo “transformá-los em trabalhadores organizados e produtivos”.²⁹⁴ A existência de um serviço de Encaminhamento para o Emprego acoplado ao SAPS demonstrava que havia uma ação governamental que visava à inserção dessa massa despossuída no mundo do trabalho. E para que isso ocorresse era necessário começar pela documentação pessoal.

Sobre os hábitos de leitura da classe trabalhadora e o tipo de acervo existente na Biblioteca Popular, o Boletim do SAPS desvelava: “Aqui e ali,” podia-se ver

²⁹² Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

²⁹³ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5..

²⁹⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 63.

“um operário lendo, talvez um livro de aventuras policiais, emocionantes, sensacionais que o empolgarão e levarão seu espírito para suave região de descanso, bem longe dos quefazeres diários, das suas múltiplas ocupações, do seu subúrbio distante. Talvez seja um delicado romance, dêsses que mais esperaríamos ver a cabeceira de u’ a moçoila. Quem sabe? É possível, pois existem tais livros, como os existem de assuntos técnicos, científicos, filosóficos, e todos são consultados.”²⁹⁵

Outra importante referência da reportagem dizia respeito à leitura que alguns operários estariam fazendo dos “jornais do dia” assinalando que sua atenção se voltava para a “página dos esportes”, ou para as “manchettes’ otimistas ou alarmantes do andamento da guerra”.²⁹⁶

Figura 25 - Trabalhadores na Biblioteca Popular do SAPS, Praça da Bandeira



Fonte: Boletim do SAPS, maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional

²⁹⁵ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

²⁹⁶ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

Segundo o Boletim do SAPS, os trabalhadores buscavam em suas horas de repouso “a leitura confortadora” ou, “quando desempregados, a assistência social eficaz” que lhes proporcionava a “Sala de Leitura João Carlos Vital”.²⁹⁷

O texto assegurava que essa não era, apenas, uma “Sala de Leitura”. Nela funcionavam atividades diversas, como “o desjejum escolar, como o auxílio alimentar e como as aulas de corte e costura”.²⁹⁸ Tudo isso nos leva a concluir pela existência de um serviço de assistência social ao trabalhador e às suas famílias.

Segundo reflexões de Vygotsky, as obras de arte exercem enorme influência na consciência social graças a sua lógica interna, que estabelece uma relação entre o mundo da imaginação, que é interior e subjetivo, e o mundo exterior, que é real. Em sua concepção, as atividades de leitura e escrita são cruciais para o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a existência de um ambiente mediador de leitura para a classe trabalhadora e para a comunidade em geral cumpria o papel de promotor de seu desenvolvimento. Vejamos o que dizia a carta enviada ao diretor do SAPS pelos senhores Jorge Saraiva e Enio Silveira, respectivamente presidente e secretário da Câmara Brasileira de Livros, em outubro de 1948:

“Ao ter conhecimento dos esforços de V. S. na criação das bibliotecas do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS –, a Câmara Brasileira do Livro, sociedade de defesa dos direitos e interesse de todos que trabalham para livro e com o livro, vem apresentar-lhe os seus votos de louvor por aquela iniciativa, contribuição ponderável para o desenvolvimento do hábito de leitura entre nós.”²⁹⁹

A missiva seguia destacando que as bibliotecas “eram centros de democratização da cultura”, onde se formavam “as inteligências do país e assim, instrumentos do progresso nacional”, tendo influência relevante em “nossa mocidade”, colocando-a em “contato com o que de mais alevantado o espírito humano criou”.³⁰⁰

2. O acesso dos trabalhadores à leitura

Sob o título “Aumenta a frequência na Sala de Leitura João Carlos Vital”, o Boletim do SAPS de fevereiro de 1946 afirmava:

²⁹⁷ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

²⁹⁸ Boletim do SAPS, Maio de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 24-5.

²⁹⁹ Boletim do SAPS, Outubro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

³⁰⁰ Boletim do SAPS, Outubro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

“O gosto pela leitura vai empolgando cada vez mais o espírito dos que procuram com interesse a biblioteca do SAPS. Nota-se que o número de leitores, *de ambos os sexos, adultos ou menores, aumenta dia a dia*, o que representa um índice animador para o nosso país (...).”³⁰¹

Enaltecia o trabalho de Isis Figueiroa à frente da Biblioteca Popular porque ela não só orientava “os leitores de acordo com as preferências de cada um”, como proporcionava “a todos eles os meios de alcançarem maior e melhor aproveitamento na leitura”. A eficiência se fazia notar através dos números que registram o aumento de frequentadores durante os meses de setembro, outubro e novembro de 1945. Sobre a frequência de novembro, os números diziam:

Frequência:

Nos 22 dias úteis desse mês, o movimento da Sala de Leitura João Carlos Vital

Frequentadores3.985

Movimento da hemeroteca:

Jornais lidos3.918

Revistas lidas3.453

Movimento da biblioteca:

Total de leitores.....743

Maiores 439

Menores.....304

Do sexo masculino.....586

Do sexo feminino157³⁰²

Havia ainda registro dos livros mais lidos por semestre, de acordo com a classificação de assuntos. Destacavam-se: Obras gerais; Filosofia; Psicologia; Religião; Ciências Sociais; Filologia; Ciências Puras; Ciências Aplicadas e Técnicas; Literatura

³⁰¹ Boletim do SAPS, Fevereiro, 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11, grifos meus.

³⁰² Boletim do SAPS, Fevereiro, 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11, grifos no original.

(em geral); Poesia; História e Geografia; Biografias; Boas Maneiras; Livros Infantis Educativos; Livros Infantis Recreativos.

Os autores mais lidos no trimestre setembro, outubro e novembro de 1945, em ordem decrescente, foram: Francisco D’Auria (contabilidade), Humberto Campos, Henri Robert (Os Grandes Processos da História), Monteiro Lobato, Júlio Verne e José de Alencar.³⁰³

O texto apontava que “muitos leitores foram orientados pela Bibliotecária, que não só lhes auxiliou na escolha dos livros que deveriam ler, como, também, lhes aconselhou novos livros, de acordo com o grau de instrução e interesse de cada um”. Concluía ressaltando que a Biblioteca Popular não teria, somente, “o caráter de sala de leitura”, mas assumiria “também um papel educativo, cada vez mais acentuado, em se tratando de uma biblioteca destinada, antes de tudo, ao trabalhador”³⁰⁴. Dessa forma, era comum a existência de uma coluna nos periódicos do SAPS que trazia uma lista de livros considerados como mais interessantes para serem lidos pelos frequentadores da Biblioteca Popular. Assim o Boletim de setembro de 1948 destacava os seguintes livros:

“A Cidade e as Serras”, de Eça de Queiroz; “Esaú e Jacob”, de Machado de Assis; “Paralelo 42”, de John dos Passos; “A Boa Terra”, de Pearl S. Buck; “Naufragos”, de Remarque; “A Cartuxa de Parma”, de Stendhal; “Viagem Pitoresca Através do Brasil”, de Rugendas; “Amazonia”, de Araújo Lima; “Vida e Obra de Manuel Antonio de Almeida”, de Marques Rebelo; e “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freire.

No Boletim de outubro de 1948, outra lista indicava os seguintes livros: “Eurídice”, de José Lins do Rego; “Fruta do Mato”, de Afrânio Peixoto; “Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto; “A Rua”, de Ana Petry; “O General do Rei”, de Daphne de Maurier; “Ninguém volta Atrás”, de Alba de Cespedes; “Pavilhão de mulheres”, de Pearl S. Buck; “Aos Pés do Arcanjo”, de Roger Verceles; “Os Santos que Abalaram o Mundo”, de René Fülöp-Miller; e “O Retrato de Valentina”, de Afonso Schmidt.

A indicação dessas obras demonstra a variedade do acervo bibliográfico e também que autores selecionados contribuía para o desenvolvimento da consciência crítica e para o desenvolvimento intelectual de quem os lia.

³⁰³Confirma-se o que já registrara o jornalista Antonio Bento sobre a preferência por José de Alencar. Outros registros apontam a preferência por Machado de Assis.

³⁰⁴ Boletim do SAPS, Fevereiro, 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

Uma reportagem destacada no Boletim do SAPS, em 1949, demonstrava o exercício do incentivo às atividades de leitura, além de enfatizar o caráter democrático da constituição do acervo da Biblioteca Popular. Sob o título “Concurso Boletim do SAPS”, o texto conclamava candidatos a enviarem, até 10 de abril daquele ano, uma lista de livros de sua preferência “de qualquer gênero ou assunto”. O envio deveria ser feito para a Biblioteca do SAPS/Praça da Bandeira. No dia 25 de abril, o diretor, Umberto Peregrino, sortearia 25 prêmios em livros e os entregaria na própria Biblioteca.³⁰⁵ Além de oportunizar a escolha do acervo aos usuários, esse tipo de concurso os trazia para o local de leitura.

O mesmo Boletim trazia dados sobre a frequência à Discoteca Popular no SAPS/Praça da Bandeira. A nota elucidava acerca do interesse dos trabalhadores pelas audições coletivas de músicas clássicas. Falava, ainda, da aquisição de novos discos com os últimos lançamentos de artistas nacionais e estrangeiros. E complementava detalhando o índice de frequência, conforme se explicita a seguir. “Desde o início de seu funcionamento, a Discoteca já recebera 17.000 pessoas (...).” Somente, “no mês de fevereiro do corrente, 1.217 pessoas já haviam passado por lá”.³⁰⁶

O Boletim do SAPS de maio de 1950, também, é esclarecedor quanto aos índices de frequência. Até aquele mês, a Biblioteca Popular do SAPS/Praça da Bandeira e a Biblioteca Popular do SAPS/Leblon tinham recebido, respectivamente:

Biblioteca Praça da Bandeira:

4.625 leitores – 575: mulheres – 510: infantojuvenil;
Livros consultados: Literatura, História, Geografia, Belas-Artes, Ciências Aplicadas, Filosofia, Assuntos gerais.

Biblioteca do Leblon

875 leitores – 145: mulheres; 234: infantojuvenil;
Livros consultados: Literatura, Filosofia, História, Geografia.³⁰⁷

Os dados acima expostos são reveladores da esmagadora maioria de leitores do sexo masculino. Constatação que não causa estranheza em virtude do papel da mulher na sociedade da época. Ainda era diminuto o número de mulheres que estudava, ou que trabalhava fora de casa. Obviamente a frequência feminina a lugares públicos, mesmo que esse local fosse uma biblioteca, não era intensa. Por essa razão, a presença, ainda

³⁰⁵ Boletim do SAPS, Março de 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p.2.

³⁰⁶ Boletim do SAPS, Março de 1949, Arquivo Biblioteca Nacional p. 8.

³⁰⁷ Boletim do SAPS, Maio de 1950, Arquivo Biblioteca Nacional, p.2.

que diminuta, da mulher a uma biblioteca pública como leitora representava uma conquista para o contexto em questão.³⁰⁸ Elas se constituíam em mulheres à frente do seu tempo e representavam a parcela feminina que, na visão de alguns estudos³⁰⁹, já se engajavam na luta pela conquista de direitos desde o início do século XX.

3. Estante de Livros

Sobre os livros disponibilizados pela Biblioteca Popular havia, nos Boletins do SAPS, uma coluna chamada Estante de Livros. Nela, fazia-se comentários sobre as obras existentes no acervo. Alguns especialistas resenhavam as obras de diversos autores. Zélio Valverde,³¹⁰ era um desses comentaristas. Falando sobre os poemas de Atilio Milano, classificou-os “como dos melhores desta nova fase de nossa poesia, em que se consagra a par de Manuel Bandeira e outros”.³¹¹ Da obra *A Capitania das Minas Gerais*, disse: “O livro todo constitui um belo e profundo estudo dos caracteres mesológicos, etnográficos, sociais e artísticos da terra e do povo da ‘Capitania das Minas Gerais’, sem, todavia, ir ao extremo das exaltações, comuns que são nas obras similares”.³¹² Acerca da obra *O avarento* de Molière, Valverde observou:

“Na coleção “Biblioteca de Teatro”, sob a direção de Bandeira Duarte, acaba a Editora Zélio Valverde de lançar *O Avarento*, de Molière. A obra desse genial teatrólogo Frances dispensa adjetivação. Tantos críticos, tantos escritores, se têm desmanchado em elogios, aliás merecidos, que temos a impressão de já não nos sobrar um lugarzinho... De toda maneira, porém, é de se louvar a contribuição que, com essa tradução, trazem os editores à cultura brasileira, especialmente à teatral, onde os valores são raros. E ainda, a notável ilustração, que nos dá Bandeira Duarte da história do teatro Frances,

³⁰⁸ As mulheres já participavam, ainda que de forma difusa, das lutas sociais e por sua emancipação desde a Primeira República. No primeiro governo Vargas, a grande conquista foi a lei que introduziu o voto feminino através da Constituição de 1937.

³⁰⁹ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

³¹⁰ Zélio Valverde foi editor e distribuidor de livros. Ele adquiriu a Livraria Schmidt Editora, fundada pelo poeta Augusto Schmidt. Sua origem fora na Livraria Católica, no Rio de Janeiro, que Schmidt fundara em 1930 e que posteriormente se transformou no ponto de encontro dos intelectuais modernistas da época. A Livraria Schmidt Editora esteve em atividade até 1939, quando foi adquirida por Zélio Valverde, de quem Schmidt se tornou sócio. In: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 339-43.

³¹¹ Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 25 e 32.

³¹² Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 25 e 32.

credencia o livro como dos melhores até agora aparecido entre nós (...).”³¹³

A obra comentada por Valverde, certamente, era importante fonte de conhecimento da história do teatro francês. O estímulo a sua leitura de maneira alguma deixa entrever a ideia de subjugação da classe trabalhadora aos desmandos de “governos populistas”.

Nem sempre os comentários eram favoráveis às obras. A sinopse da obra *Sombras Que Eu Vi*, de Maria José Bastos Ribeiro, feita por Zélio Valverde, dizia: “Com este livro, uma coletânea de contos, temos de usar a ressalva de nossa nota. É que achamos extremamente convencionais os personagens, como, por exemplo, o Cel. Peixoto, velho chefe político (...)”. Acrescentava: “Às vezes a autora não é lá muito feliz nas imagens (...)”. Apesar disso, alertava que, por ser uma coletânea de contos, talvez essas falhas não prejudicassem “o todo, pois que são 11 contos neste volume, e até agora só temos comentado o primeiro”.³¹⁴

Da obra *Visões da China* de Labiano Salgado dos Santos, Valverde tecia o seguinte comentário:

“A admirável China, primeira vítima da agressão totalitária, só é conhecida de reduzidíssimo grupo de brasileiros. Toda idéia que dela temos, nos é trazida pelos despachos telegráficos da guerra que, há oito anos, enfrenta aquele país, ou das imagens falsíssimas que nos tem dado o cinema americano, em que todo o chinês é mau, frio e possui longas unhas envenenadas. O mais que sabemos é cultura de almanaque: o alfabeto chinês tem 400 letras (...).”³¹⁵

O jornalista e editor não se furtou a criticar o cinema americano e as visões falsas por ele repassadas. Denuncia o totalitarismo do qual a China era vítima, em pleno contexto de ditadura no Brasil.

Essa liberdade de comentários das obras pode ser verificada na Nota da Redação que prefacia a “Estante de Livros” do Boletim do SAPS de novembro de 1944. Nela, os redatores afirmavam a importância de sua liberdade de expressão:

“N.R: Esta seção se dedica a comentar os livros enviados à ‘Sala de Leitura João Carlos Vital’. Como é bom de ver, esses livros

³¹³ Boletim do SAPS, Novembro de 1944, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8

³¹⁴ Boletim do SAPS, Novembro de 1944, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

³¹⁵ Boletim do SAPS, Novembro de 1944, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

são doações cujo principal escopo é oferecer, ao trabalhador, a oportunidade de ilustrar o seu espírito. As doações são sempre bem recebidas, mesmo pela intenção que trazem, *mas, nem por isso, tirarão o caráter de independência do nosso comentário.*”³¹⁶

4. Uma política pública de leitura para classes populares

Se a leitura é ato construído socialmente, a biblioteca é o espaço em que ocorrem as interações livro-autor-leitor. Nesse sentido, ela precisa ser compreendida como um bem cultural, permeado por técnicas de escrita, memórias do saber, mediador da formação de novos conhecimentos. A eficácia de políticas públicas de leitura e escrita – efetivada através da implantação de bibliotecas públicas, comunitárias, escolares – imbrica-se em sua continuidade e permanência, bem como na sua capacidade de dar aos sujeitos sociais condições de acesso aos bens culturais ou capacitá-los para um processo de desenvolvimento contínuo.

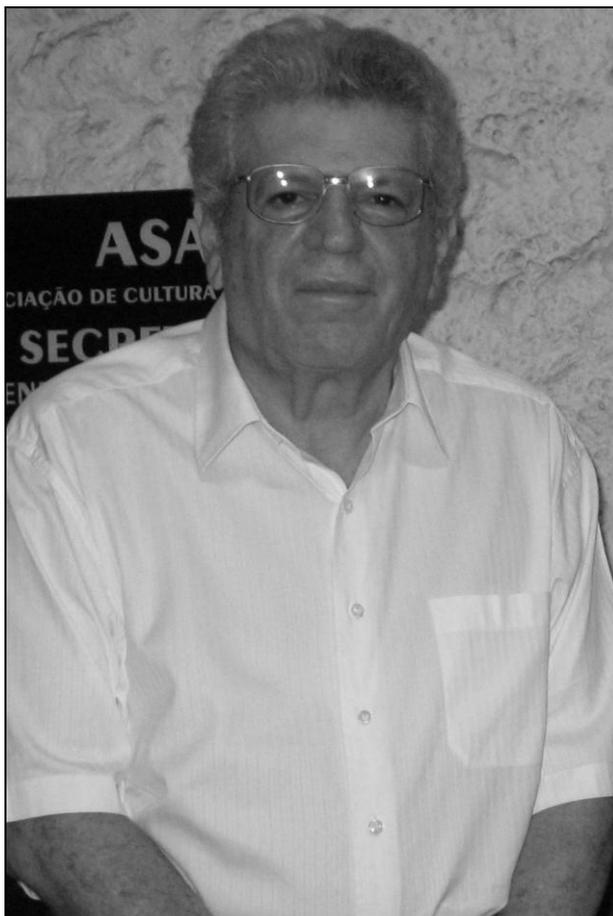
Encontrar leitores que frequentaram as Bibliotecas Populares do SAPS foi tarefa complexa. O interstício de mais de 40 anos de extinção da autarquia dificulta esse encontro. Não obstante, por entre rastros e pegadas e percorrendo as adjacências da velha instituição, alguns indícios foram identificados. Eles forneceram pistas que, aliadas às notícias dos Boletins do SAPS e de jornais cariocas do período, trouxeram para o presente as memórias desse espaço onde as interações leitores-leitura ocorreram. Através de suas vozes, parte desse processo rememorativo foi construída.

4.1. - Henrique Veltman, jornalista e escritor, que frequentava o SAPS/Rio

Henrique Veltman,³¹⁷ um dos entrevistados desta pesquisa, afirma que o SAPS mudou o cardápio do brasileiro introduzindo o hábito de comer verduras, saladas e soja. Segundo Henrique Veltman, a autarquia desempenhou importante papel aglutinando atividades de alimentação e de cultura. Tal fato era formidável para adolescentes que, como ele, iam até a instituição para almoçar, mas também para ler.

³¹⁶ Boletim do SAPS, Novembro de 1944, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8, (grifos meus).

³¹⁷ Carioca da gema, nascido na Rua Visconde de Itaúna, em plena Praça Onze, e morador do Beco da Mãe. Ao longo dos últimos 40 anos, entre outras atividades, Henrique Veltman chefiou as redações dos principais jornais do Rio de Janeiro, como *Última Hora* e *O Globo*. Foi novelista de rádio e televisão, editor de livros. Migrou do Rio para São Paulo em dezembro de 1971, onde assumiu o comando da redação da Bloch Editores.

Figura 26 - Henrique Veltman e a Biblioteca do SAPS

Fonte: Arquivo pessoal

Em suas lembranças sobre as visitas que fazia ao SAPS, Henrique traz de volta nuances de sua infância e adolescência:

“O SAPS da Praça da Bandeira, além de fornecer refeições boas e baratas, tinha uma ótima biblioteca e uma razoável discoteca. Alimento para o espírito. No nosso SAPS da Praça da Bandeira, *Frain Hechtman* (naquela época ele era simplesmente o Felipe) e eu, *Jacó Gandelman* e meu irmão Moysés, moradores do Beco da Mãe, e José Lipes, vizinho da vila, íamos quase que diariamente ouvir música clássica e pegar livros. No início, a gente até selecionava títulos e autores; mais adiante, por preguiça, decidimos explorar os livros por prateleira. E foi assim, numa confusão danada, mas muito proveitosa, que misturamos autores, temas, épocas. Devoramos de *Emilio Salgari a Emmanuel Kant*, sem traumas.”³¹⁸

³¹⁸ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

O SAPS/Praça da Bandeira, frequentado por Henrique Veltman e por seu irmão Moisés Veltman, oportunizou-lhes contatos com livros de que não dispunham em casa. “Tempos bons aqueles, quando a gente não tinha grana pra comprar livros, mas tinha um enorme apetite por eles!”³¹⁹ Essa afirmativa de Henrique Veltman permite a inferência de que o trabalho de educação cultural do SAPS rendia frutos. E mais: era incentivador de leitura. A Biblioteca do SAPS incentivou Henrique Veltman, seu irmão Moisés Veltman e seus amigos a procurarem outras bibliotecas do Rio. A peregrinação pelas estantes de livros parece ter dado certo para Henrique Veltman. Ele se tornou um jornalista de renome, respeitado no Brasil e no exterior. Fala com entusiasmo sobre suas andanças pelo SAPS/Praça da Bandeira e da admiração por Umberto Peregrino, diretor da instituição, considerado por ele o responsável pelo sucesso das atividades culturais ali desenvolvidas:

“Tudo, quase que por obra e graça de seu diretor, o general Umberto Peregrino. Ele era militar, mas, antes de tudo, um intelectual (graças a quem, em Santa Tereza, funciona hoje a Casa de Cultura São Saruê³²⁰). Peregrino exerceu diversas funções na carreira militar: professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, diretor do SAPS, diretor da Biblioteca do Exército, diretor do Instituto Nacional do Livro. Recebeu o Prêmio Paula Brito (1959) e diversas condecorações. Publicou vários livros, entre os quais *Literatura de Cordel em discussão* (1984), além de ensaios e artigos em revistas e jornais.”³²¹

Henrique vinha de uma família

“de classe média arruinada. Morávamos numa vila operária em São Cristovão. Minha mãe cozinhava a carvão, depois a óleo diesel – embora, naquela época, houvesse gás encanado, meu pai não tinha dinheiro para comprar um fogão. Nos meses de janeiro, invariavelmente, havia enchente. Em algumas ocasiões, a água subia um metro. Era uma tortura!”³²²

³¹⁹ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³²⁰ Umberto Peregrino fundou em Santa Teresa a Casa de Cultura São Saruê. Sendo grande amante da literatura de cordel, Peregrino, em 1990, em contato com Gonçalo Ferreira da Silva - um dos três presidentes da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC) -, teve a ideia de fazer a transferência do acervo cultural de São Saruê para a Academia. Até hoje, essa junção funciona em Santa Teresa.

³²¹ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³²² Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

A adolescência difícil e pobre de Henrique não o impediu de desenvolver o gosto pela leitura que lhe foi passado, inicialmente, por “influência materna”, e “depois através de seu “irmão Moysés”.³²³ Ao lembrar essa influência, ele afirma:

“Lembro-me de minha mãe, na cadeira de balanço, lendo em voz alta notícias e textos do jornal ídiche *Forwetz* – que ela recebia de outras amigas, um rodízio de jornal... Eu ficava sentado ao pé da cadeira, enquanto ela lia. Aliás, minha mãe lia livros em ídiche, russo, romeno e, talvez, alemão. E ouvia as novelas da Rádio Nacional o dia inteiro. Claro que isso me influenciou, como também foi a matriz do interesse intelectual do meu irmão.”³²⁴

Além disso, acrescenta: “Eu devia ter uns quatro ou cinco anos de idade quando minha mãe, dona *Rachel*, me levava até uma papelaria perto de casa para comprar os livrinhos da ‘Melhoramentos’. E meu pai me levava até a banca de jornal, duas a três vezes por semana, para comprar os meus gibis”.³²⁵

Mesmo com dificuldades financeiras, o ambiente familiar do senhor Henrique lhe propiciou hábitos de leitura. A esse ambiente familiar, somou-se a existência da “Sala de Leitura João Carlos Vital”. Em seu depoimento, Henrique afirma que a Biblioteca do SAPS “influenciou sua formação de leitor”, e a esse fato se acresce a mescla de influências da “mãe e do irmão”. Ao falar do espaço físico da Sala de Leitura João Carlos Vital e da Discoteca Popular, suas lembranças estão envoltas na dialética do lembrar e esquecer. Ao mesmo tempo em que afirma: “Não me lembro como eram as instalações da biblioteca”, ele diz se lembrar das “imensas prateleiras que eu e o meu amigo Fraim percorríamos, quase que todos os dias, pegando os livros sem selecioná-los previamente”. Ele se orgulha em afirmar: “A gente deve ter lido toda a biblioteca”. Também assegura ter incentivado a frequência ao local: “Acho que eu e o Fraim acabamos atraindo vários colegas do colégio à biblioteca”.³²⁶ Suas lembranças sobre a discoteca popular remontam a um local “pequeno, umas duas ou três cabines”. Nelas, “a

³²³ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³²⁴ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³²⁵ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³²⁶ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

gente selecionava o que queria ouvir pelas fichas que estavam à disposição, no balcão da discoteca”.³²⁷

O movimento contraditório do lembrar e esquecer aparece novamente quando Henrique, que não se lembrara das instalações da Biblioteca Popular do SAPS, afirma: “a biblioteca era razoável, não sei qual o tamanho do acervo, mas a comparando com a Biblioteca Castro Alves, do antigo IPASE.³²⁸ era igual”. Ou acrescenta: “A biblioteca era um espanto, maravilhosas edições de todos os gêneros”. E, ainda, reafirma que, “por preguiça, eu e o meu companheiro Fraim, que morava na mesma vila que eu, nem escolhíamos mais pelo título ou pelo autor”. Nessa avidez pela leitura, “a gente, simplesmente, escolhia uma prateleira e ia pegando os livros que se sucediam, e, de uma forma anárquica, lemos de tudo”.³²⁹ Voltando a falar da discoteca, faz a seguinte narrativa:

“Na discoteca, música clássica! A música popular, a gente já ouvia no rádio, na vila em que morávamos. Mas música erudita era um prazer raro. Sobretudo, *Tchaikovsky*, *Debussy*, e outros clássicos famosos. Imagino que eu e o meu amigo Fraim éramos os únicos adolescentes a desfrutar desse privilégio: o de escutar o melhor da música nas cabines da discoteca. No início, a gerente do espaço achava nosso interesse estranho. Depois virou cúmplice e reservava pra gente as últimas novidades em gravações da *Deutsche Grammophon*.”³³⁰

A música clássica era um bem cultural não acessível para as camadas populares, e, como afirma o senhor Henrique, “o SAPS da Praça da Bandeira era frequentado, basicamente, por trabalhadores”. Dito isso, pode-se deduzir pela democratização do acesso a esse tipo de bem cultural. Henrique afirma que, além de ouvir muito *Tchaikovsky*, gostava de óperas. A disponibilização desses bens culturais contribuiu para o refinamento dos gostos do senhor Henrique e, com efeito, para seu desenvolvimento intelectual.

Também faz parte do processo rememorativo do senhor Henrique a realização, pelo SAPS, de um concurso de literatura. Ele conta que “muitos colegas do Colégio

³²⁷ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³²⁸ IPASE é a sigla de Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

³²⁹ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³³⁰ Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

Hebreu Brasileiro³³¹ participavam dos concursos do SAPS”. Diz: “sempre se ganhava algum prêmio de consolação”. Seu colega do Hebreu, “Ary Vaisman venceu o concurso literário promovido pela instituição”.³³²

Através do depoimento do senhor Henrique e de pesquisas nos Boletins do SAPS, pode-se chegar até Ary Vaisman. É dele a fala a seguir.

4.2. - Ary Vaisman, primeiro colocado no Concurso “José Bonifácio”

“A história começa porque que eu frequentava o SAPS. Nós nos mudamos, na época, para a Mariz e Barros. A Rua Mariz e Barros desemboca na Praça da Bandeira, onde ficava a sede central do SAPS. Nessa rua, tinha uma vila onde meu pai conseguia pagar o aluguel de uma casa. Meus pais foram muito pobres, mas tinham como objetivo de vida a ideia de que os filhos deveriam se formar.”³³³

Figura 27 - O escritor Octávio Tarquínio de Sousa entregando o prêmio a Ary Vaisman



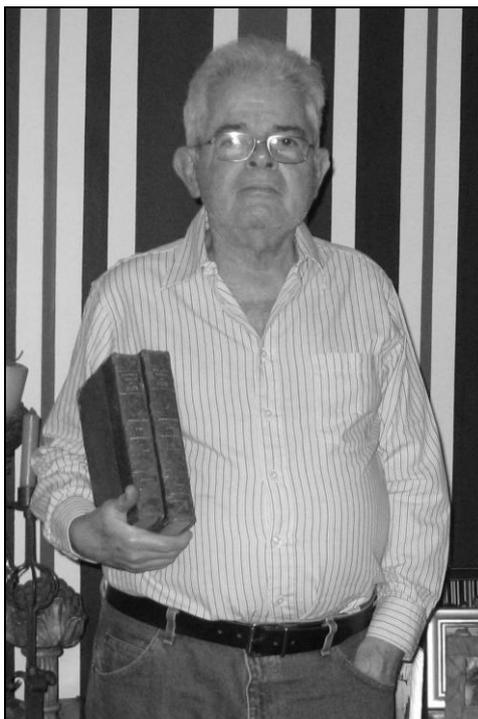
Fonte: Boletim do SAPS, setembro de 1948³³⁴

³³¹ Colégio para judeus que se situava no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. O prédio onde funcionava foi demolido.

³³² Depoimento Henrique Veltman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, maio de 2010.

³³³ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

³³⁴ Prêmio Biblioteca do SAPS - Instituído pela Biblioteca do SAPS como estímulo aos frequentadores, O Concurso “José Bonifácio” distribuiu cinco prêmios em livros. Coube o 1º Prêmio ao frequentador Ary Vaisman, que recebeu uma obra composta de dois volumes sobre a vida de José Bonifácio. Essa obra foi escrita por Octávio Tarquínio de Sousa. Fonte: Boletim do SAPS, setembro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

Figura 28 – O engenheiro Ary Vaisman

Fonte: Arquivo pessoal

O senhor Ary³³⁵ continua seu processo rememorativo enfatizando que seus pais, imigrantes judeus, haviam vivido na Europa da perseguição a sua etnia e achavam que educação era algo que não se perdia porque “o que se tem na cabeça não se perde”. Essa “era sempre a filosofia deles”. Dessa forma, os três filhos do casal concluíram curso superior: “Eu me formei em engenharia; o do meio, já falecido, formou-se em arquitetura; o mais novo formou-se em medicina e é hoje um pediatra muito conhecido no Rio de Janeiro, que dirige um hospital no Barra Shopping”.³³⁶

Ele, assim, descreve seu grupo de amigos que frequentava o SAPS:

“Nós formávamos um grupo de amigos que andavam sempre juntos. Todos eram filhos de imigrantes e gostavam de cultura. A única biblioteca que existia nas redondezas era a biblioteca do SAPS, na Praça da Bandeira. Já existia a Biblioteca Nacional, mas ir até lá significava despesa de transporte, pegar ônibus. Isso estava fora de cogitação, porque não tínhamos dinheiro. Alguns colegas até almoçavam no SAPS! Eu nunca almocei no

³³⁵ Ary Vaisman é engenheiro aposentado da IBM do Brasil (a IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. é uma das subsidiárias da IBM World Trade Corporation dos Estados Unidos). Mora, atualmente, com a esposa e um filho, em Copacabana, Rio de Janeiro.

³³⁶ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011

SAPS. Eu ia sempre ao SAPS para apanhar livros. Lia alguma coisa lá dentro, mas levava muito livro para casa.”³³⁷

“Uma das grandes vantagens da Biblioteca Popular”, afirma o senhor Ary, “era o empréstimo de livros”. Segundo ele, isso “era uma coisa rara em bibliotecas públicas”. Ele afirma que frequentou a Biblioteca Popular do SAPS durante todo seu período ginasial,³³⁸ e sempre levando livros para casa. Destaca seu interesse por História. Foi através dele que decidiu participar do concurso, instituído pelo SAPS, em 1948. O concurso era um certame de conhecimentos históricos. Lembra-se com clareza:

“Eu me inscrevi no Concurso José Bonifácio e fui respondendo às perguntas sem muita esperança. Fiz porque eu gostava de História. Eu me lembro, até hoje, da pergunta que eliminou muita gente. Poucos responderam qual foi o primeiro país que reconheceu a independência do Brasil. Pouquíssimas pessoas sabiam que foram os EUA que fizeram o reconhecimento em 1824.”³³⁹

Essa resposta foi o diferencial que o fez ganhador do concurso. Ele conta que recebeu em casa o aviso da vitória. Diz ainda que recebeu o prêmio “das mãos de uma pessoa que muito me impressionou”.³⁴⁰ Essa pessoa era o historiador Octávio Tarquínio de Sousa³⁴¹, que fez a dedicatória no livro sobre José Bonifácio do qual era o autor. “Isso para um garoto adolescente era um feito inesquecível.”³⁴² O senhor Ary continua: “Eu acompanhei a vida dele. Recordo-me que ele faleceu num desastre de avião da Cia. Aerovias Brasil, se eu não me engano na Baía de Guanabara. Fiquei muito chocado na época”.³⁴³ As reminiscências tomam conta de sua fala: “Eu me lembro dele lá na sede

³³⁷ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011

³³⁸ Nome dado, hoje, ao período correspondente ao ciclo do Ensino Básico denominado Ensino Fundamental.

³³⁹ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011

³⁴⁰ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

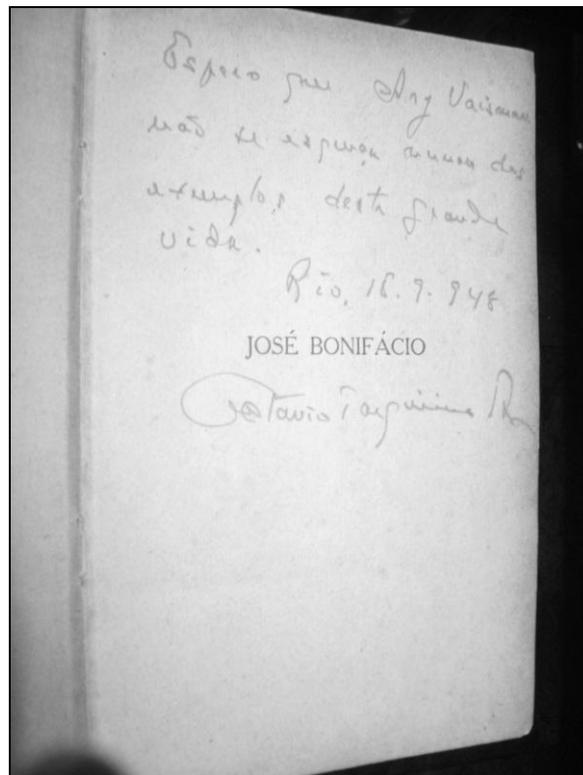
³⁴¹ Octávio Tarquínio de Sousa nasceu no Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1889, e faleceu em 22 de dezembro de 1959. Foi um advogado, jornalista e escritor brasileiro. Sua mais importante obra é *História dos Fundadores do Império do Brasil* (1957), dividida em dez volumes com as biografias de Diogo Antonio Feijó, Evaristo da Veiga, José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcelos e A vida de D. Pedro I. Escreveu também: *Monólogo das Cousas* (1914), *A Mentalidade da Constituinte* (1931), *Ernesto Psichari, Neto de Renan* (1934), *História de Dois Golpes de Estado* (1939), *História do Brasil 1500-1822* (1944 - Obra em parceria com Sergio Buarque de Hollanda), *O Pensamento Vivo de José Bonifácio* (1945), *De Várias Províncias* (1952), *Fatos e Personagens em Torno de Um Regime* (1957), *Três Golpes de Estado* (1957). Era filho do advogado, professor de Direito e publicista Tarquínio de Sousa e de Joana Oliveira de Sousa, ambos pernambucanos. Foi casado, a primeira vez, com a escultora Maria de Lourdes Alves, e a segunda vez com a escritora Lúcia Miguel Pereira, que faleceu com o marido no desastre aéreo.

³⁴² Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

³⁴³ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

do SAPS. Lembro-me dele até hoje, mas não me lembro mais da fisionomia... Isso foi em 1948, há 63 anos”.

Figura 29 – Aspectos do livro recebido como Prêmio por Ary Vaisman no Concurso do SAPS



Fonte: Arquivo pessoal

Quando recorda o acervo da Biblioteca Popular da Praça da Bandeira, o senhor Ary afirma que “ela era ampla e continha todo tipo de livros”. Sobre as leituras que fazia, ele diz:

“eu era um leitor de todo tipo de livro... Eu lia livros de história, de assuntos corriqueiros, livro policial, enfim, lia de tudo. Normalmente, eu tinha um, dois livros a cada final de semana para ler. Eu gostava de leitura, ainda gosto até hoje. Eu me lembro que eu gostava muito de ler livros de História... fatos sobre a Guerra do Paraguai. Eu gostava de ler o que tinha acontecido.”³⁴⁴

O SAPS atuou como ambiente mediador na formação dos hábitos de leitura do senhor Ary e, segundo os pressupostos vygotskyanos, colaborou para seu desenvolvimento intelectual. Os pais de Ary eram imigrantes judeus que se fixaram em uma vila da Tijuca e lutaram muito para criar os três filhos homens. Seu pai era vendedor de sabão ambulante. Trabalhava como autônomo na feira, “mas era tão pobre que não tinha condições de pagar um toldo para cobrir a mercadoria”. Certa feita, “a chuva fez com que ele perdesse todo o estoque de sabão”. Ary relata as dificuldades financeiras da família. “Minha mãe me deu uma vez dez mil réis para fazer as compras do armazém da esquina, e, não sei por que cargas d’água, eu perdi. Foi uma dureza enfrentar aquela semana sem os dez mil réis.” O ambiente pobre não impediu que naquele lar se desenvolvesse a ideia de quão importante era apostar na educação. Ary conclui: “Meu pai tinha orgulho de que os filhos se formassem”. Esse era “o objetivo primordial em nossa família, ou seja, a educação era a coisa mais importante”. Nesse sentido, “o SAPS, com sua Biblioteca Popular, cumpriu uma função social e foi de grande ajuda para que os ideais de minha família se concretizassem”.³⁴⁵

A reportagem do *Diário Carioca* confirma o papel de mediação que a Biblioteca Popular exercia em relação aos leitores que a frequentavam. Confirma, ainda, quem eram os autores mais procurados. A surpresa do cronista foi registrada em seu relato:

“Devo confessar minha surpresa ao passar pela biblioteca do SAPS. Lá me informaram que Machado de Assis e José de Alencar eram os autores mais lidos. Que o autor de ‘Iracema’ encabeçasse a lista das preferências, isso não causaria por certo surpresa a ninguém. Mas a revelação de que o pai de ‘Capitu’

³⁴⁴ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

³⁴⁵ Depoimento Ary Vaisman: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

era o escritor mais lido pelos fregueses do SAPS veio sem dúvida mostrar um aspecto até agora desconhecido do gênero machadiano, cuja universalidade se afirma assim de forma irrecusável.”³⁴⁶

Os comentários da reportagem de Antônio Bento do *Diário Carioca* podem ser relacionados aos pressupostos teóricos de Vygotsky que entretecem imaginação, realidade e contexto social demonstrando a importância das experiências de leitura para o desenvolvimento humano. A visão limitada da leitura e da escrita como habilidade motora pode levar crianças, jovens e adultos a não praticá-las com prazer. Referindo-se ao trabalho de criação literária desenvolvido por Tolstói com crianças camponesas russas, Vygotsky observou:

“Como conseguiu Tolstói despertar nesses meninos, que até então ignoravam por completo o que era a criação literária, essa complexa e difícil forma de expressão? Os meninos começaram a criar coletivamente: Tolstói lhes contava, e eles repetiam a seu modo.”³⁴⁷

Da mesma forma, um ambiente de leitura e escrita podia despertar na classe trabalhadora e nas camadas populares o desejo de criação literária para surpresa e espanto das análises que consideram os menos favorecidos como incapazes desse exercício. Pode, ainda, despertar nesses atores a interpretação crítica do contexto social em que estão inseridos.

5. Formas diversas de incentivo à leitura e à escrita

Várias outras formas de disputas relacionadas à leitura ou escrita foram realizadas ao longo da existência do SAPS. Em certame ocorrido em 1945, a instituição lançou entre os trabalhadores de todo o Brasil uma disputa muito simples. Bastava que o candidato retirasse de uma lista de legumes e frutas as letras formadoras da palavra SAPS. Todavia, o concurso não ficava restrito a essa atividade. Uma grande campanha de educação alimentar foi desencadeada. Ela visava a demonstrar que o principal objetivo da alimentação era permitir que fossem “recuperadas as energias gastas com o trabalho diário e fornecer os elementos indispensáveis ao funcionamento normal das

³⁴⁶ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, apud Boletim do SAPS, Março de 1949, p. 4.

³⁴⁷ VIGOTSKY, Lev. S. *La imaginacion y el arte en la infancia*. Ediciones Akal: Madrid, 2009, p. 61, (tradução livre do espanhol).

diversas funções do organismo humano”.³⁴⁸ Por esse motivo, o ato de se alimentar deve ser variado e apresentado “dentro dos princípios científicos e corretos da nutrição”.³⁴⁹ Para além dessas questões, a campanha abordava outros aspectos como, por exemplo, o custo da alimentação, que deveria “ser limitado pelas posses e disponibilidades dos trabalhadores”. Se observássemos tais ensinamentos, dizia o Boletim, teríamos “concluído pela complexidade do problema da alimentação racional das massas trabalhadoras brasileiras”.³⁵⁰ A reportagem incitava a participação no certame e também mostrava como a instituição promovia uma cruzada educativa de educação alimentar “por meio de folhetos, livros, sessões cinematográficas, cartazes, palestras pelo rádio, boletins quinzenais, notas e comentários pela imprensa, conferências em fábricas e sindicatos”.³⁵¹ Afirmava que o SAPS procurava “cumprir a sua missão de esclarecer o público sobre as vantagens da boa alimentação, ensinando, inclusive, métodos práticos e recursos de substituição de gêneros de difícil aquisição neste quadro de guerra que atravessamos”.³⁵² Mais uma vez, alerta-se para o contexto histórico da Segunda Grande Guerra que implicava em carestia e escassez de produtos. O texto dizia que, dentro deste espírito, nascera “esta Revista” e era lançado “este concurso visando a aumentar ainda o alcance de nossos conselhos”.³⁵³

A reportagem anunciava que, conforme já se registrara em números anteriores, existiam “prêmios valiosos em vales para aquisição, em qualquer dos nossos armazéns, de gêneros alimentícios de 1ª necessidade, além de coleções de livros instrutivos e interessantes e de outras recompensas”.³⁵⁴

Os frutos do certame foram levados ao conhecimento dos trabalhadores nos salões da instituição. “Às 15 horas do dia 2 de abril, a comissão encarregada pelo Diretor do SAPS de apurar o concurso, na presença de muitos trabalhadores interessados, procedeu ao sorteio dos prêmios, verificando-se o seguinte resultado:

1º prêmio – Evaldo Pessoa

2º prêmio – Rudegardo Gomes de Oliveira

3º prêmio – Desset Gama

³⁴⁸ Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁴⁹ Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁵⁰ Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁵¹ Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁵² Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁵³ Boletim do SAPS, Janeiro, 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁵⁴ Boletim do SAPS, Abril de 1945. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

- 4° prêmio – Clóvis de Carvalho
 5° prêmio – Sinval Borges Rodrigues Damasceno
 6° prêmio – Antonio Batista de Carvalho
 7° prêmio – Hermenegildo Alves Pinheiro
 8° prêmio – José Grilo
 9° prêmio – Ernesto Ferreira Mendes
 10° prêmio – José Consenso
 11° prêmio – José Francisco de Assis³⁵⁵

O resultado foi colocado em destaque nas terceiras janelas do edifício da Casa do Trabalhador, conforme se ilustra a seguir:

p	ê	S	s	e	g	O
	c	A	f	e		
r	e	P	o	h	o	
m	a	S	s	a	s	

356

De forma simples, a instituição buscava chamar a atenção dos trabalhadores para a ciência do bem alimentar. Para tanto, utilizava-se do exercício de formas de leitura e escrita que alcançassem as camadas populares.

Os agentes do SAPS adotavam formas diversas para envolver o trabalhador nas atividades de leitura e de escrita. Em março de 1949, o Boletim do SAPS falava de um concurso que estava despertando o interesse esperado pela administração e que já registrava um número considerável de concorrentes. Para participar, o candidato deveria “organizar uma lista de dez (10) livros de sua preferência, de qualquer gênero ou assunto, enviando-a a Biblioteca do SAPS, à Praça da Bandeira, acompanhada do respectivo endereço”.³⁵⁷ A premiação constaria de “vinte e cinco (25) livros, a serem distribuídos por igual número de candidatos, mediante sorteio”.³⁵⁸ O concurso se encerraria no mês de abril; a entrega dos prêmios, feita pelo Major Peregrino, ocorreria na Biblioteca Popular. A realização de concursos desse naipe permite que se conclua pela existência de um processo democrático na composição do acervo da Biblioteca Popular. Era o leitor opinando sobre quais livros queria ter nas estantes da sala de leitura. Sua opinião, além de ser ouvida, merecia prêmio.

³⁵⁵ Boletim do SAPS, Abril de 1945. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁵⁶ Boletim do SAPS, Abril de 1945. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 19.

³⁵⁷ Boletim do SAPS, Março de 1949. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

³⁵⁸ Boletim do SAPS, Março de 1949. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

O *Diário Carioca* de fevereiro de 1949 anunciava o “Concurso Entre os Frequentadores do SAPS”, estabelecia o tema e as condições do certame. Dizia o anúncio:

“Concurso Entre Frequentadores do SAPS

São as seguintes as condições do concurso que o SAPS acaba de organizar entre os seus imensos frequentadores.

1º - Poderão concorrer todos os frequentadores matriculados nos restaurantes do SAPS, no Distrito Federal.

2º - Os candidatos deverão apresentar uma impressão a respeito dos Serviços do SAPS, em geral podendo abordar temas como os que vão abaixo relacionados, a título de sugestão;

- Historia do SAPS.

- O que acha dos nossos restaurantes.

- Como viu o espetáculo das “Pastorinhas”, do “Bumba-Meu-Boi”, das sessões de teatro e cinema.

- Que acha das tarefas recreativas educativas do SAPS (show, biblioteca, discoteca, etc.)

3º - Os trabalhos deverão ter, no mínimo, cento e cinquenta palavras e, no Máximo seiscentas, podendo ser escritas a máquina ou do próprio punho, com letra legível.

4º - Os prêmios, em numero de cinco obedecerão aos seguintes critérios:

Ao primeiro colocado – 6 meses de refeições. Inteiramente gratuitas.

Ao segundo colocado – 3 meses de refeições inteiramente gratuitas.

Ao terceiro colocado – 2 meses.

Ao quarto colocado – um mês.

Ao quinto colocado – 15 dias.”³⁵⁹

Compreendendo como os autores de histórias infantis conseguem, através da literatura, distrair e educar por meio de leitura leve e agradável às crianças, o Major Umberto Peregrino instituiu um concurso destinado a disseminar questões relativas ao problema alimentar no Brasil. Ressaltava-se a ideia de que é na criança que “as bases da alimentação se firmam, pela tendência do gosto, ou pela orientação materna”.³⁶⁰ O concurso era de âmbito nacional, intitulava-se “Premio de Literatura Infantil” e estipulava como prêmio a quantia de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). Notícia destacada no Boletim do SAPS, de março de 1949, enfatizava que tal certame já ocorrera no ano anterior contando com grande número de participantes e tendo

³⁵⁹ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1949, p. 5.

³⁶⁰ Boletim do SAPS, Março, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

premiado o trabalho “*Nanucha e a Floresta Encantada*”.³⁶¹ A grande participação comprovava o êxito e o interesse pela disputa.

A existência de concursos desse teor denota a vontade dos dirigentes do SAPS de praticarem uma administração participativa que envolvesse os frequentadores e incentivasse sua presença às atividades culturais da instituição. Cumpria, assim, o SAPS o que procrastinara Vygotsky acerca da importância da mediação social para o desenvolvimento humano:

“Dessa forma a imaginação constitui uma condição necessária para quase toda função cerebral do ser humano. Quando lemos os periódicos e nos inteiramos de mil acontecimentos, que não podemos presenciar pessoalmente, quando se estuda a geografia ou a história, quando conhecemos por carta o que sucede a outra pessoa, em todos esses casos nossa fantasia ajuda a nossa experiência.”³⁶²

6. Alfabetização de Adultos na Sala de Leitura João Carlos Vital

O papel de medição do desenvolvimento humano nos moldes vygotksyanos pode ser também confirmado pelas atividades de alfabetização de adultos desenvolvidas na sala de leitura do SAPS. O Boletim do SAPS de novembro de 1944, na coluna Página do Trabalhador, traz o relato da formatura da primeira turma da Escola Biblioteca Getúlio Vargas nº 1. O relato se inicia com um breve histórico da referida Escola. O Dr. Gustavo Armbrust, presidente da C.N.E. (Cruzada Nacional de Educação), falando para os presentes, naquela ocasião, disse: “Devo esta escola ao Dr. Edson Cavalcanti.”³⁶³ Um dia disse-lhe que precisava de um local para um curso de alfabetização para os operários”. A seguir, o Dr. Gustavo relata o seguinte diálogo: “– Serve o SAPS?” – Ofereceu-lhe o Dr. Edson. “– Ora, se serve!” Respondeu o Dr. Gustavo. “– Pois, o SAPS é seu.”³⁶⁴ Retrucou Edson Cavalcanti. O Dr. Gustavo Armbrust continuou esclarecendo que o nome Getúlio Vargas fora dado “porque sem o Presidente, talvez a Cruzada não fosse para frente”.³⁶⁵ E contou como o presidente lhe havia concedido as verbas necessárias. E prosseguiu: “Por que nº. 1? Porque por este

³⁶¹ Boletim do SAPS, Março, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2, grifos no original.

³⁶² VIGOTSKY. *La imaginacion y el arte en la infancia*. Op. cit., p. 20, (tradução livre do espanhol).

³⁶³ Edson Cavalcanti, diretor em exercício do SAPS.

³⁶⁴ Boletim do SAPS, Janeiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15.

³⁶⁵ Boletim do SAPS, Janeiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15.

número é que se começam as séries...”³⁶⁶ O texto destaca o “significado social – o melhor preparo intelectual de nossos trabalhadores” – e “a colaboração do SAPS e da C.N.E.”³⁶⁷ Contudo, o maior destaque da notícia é o registro de vozes dos alunos. Dessa forma, o aluno Mário Rossi, ao discursar, disse:

“Ao encerrarmos mais um ano de lutas, vencendo todos os obstáculos, aqui estamos reunidos neste ambiente sadio em que *todos se sentem felizes de ver seus esforços coroados de êxito*. Tudo o que dissermos será insignificante para expressar nossa gratidão ao magno realizador dessa obra de brasilidade, o Ilmo. Sr. Dr. Gustavo Armbrust, e a sua digníssima auxiliar, Exma. Sra. D. Elça Leal, de quem os alunos desta escola vem recebendo favores e gentilezas.”³⁶⁸

Torna-se necessário, aqui, o levantamento de algumas questões. O Dr. Gustavo Armbrust era um dos integrantes da “Cruzada Nacional de Educação”, movimento fundado no Rio de Janeiro que objetivava “coordenar um movimento cívico nacional contra o analfabetismo”. A primeira diretoria fora eleita em fevereiro de 1932, e a entidade foi reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto nº. 21.731 tendo a incumbência de realizar anualmente em outubro (de 12 a 19) a semana da alfabetização. Os integrantes desse movimento se vangloriavam de não receber subvenção oficial e de terem conseguido instalar e manter escolas de alfabetização popular na capital graças “as contribuições mensais ou anuais angariadas entre o povo e o comércio”.³⁶⁹

Conforme Raquel Barbosa, os intelectuais de São Paulo não referendavam a ideia da “Cruzada Nacional de Educação”, e a expressão de seu pensamento apareceu no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo entre 22 e 27 de janeiro de 1945, em que se aprovou a gratuidade do ensino primário e secundário e se criticou a alfabetização de massas como instrumento de demagogia.³⁷⁰

A mesma posição da intelectualidade paulista pode ser encontrada em Sergio Buarque de Holanda, quando alertava em sua obra *Raízes do Brasil*³⁷¹ para o perigo dos “pedagogos da prosperidade” que transformavam “verdades parciais” em “requisito obrigatório e único de todo o progresso”. Ele se referia à “miragem da alfabetização do

³⁶⁶ Boletim do SAPS, Janeiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15.

³⁶⁷ Boletim do SAPS, Janeiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15.

³⁶⁸ Boletim do SAPS, Janeiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15. Grifos meus.

³⁶⁹ O Estado de São Paulo, 06.06.1940, apud BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *A construção do "herói": leitura na escola*: Assis, SP, 1920/1950. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 77.

³⁷⁰ Idem, p. 77-8.

³⁷¹ Editada em 1936.

povo”,³⁷² Segundo Sergio Buarque, “mesmo independentemente desse ideal de cultura, a simples alfabetização em massa não constitui talvez um benefício sem par. Desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completa, é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego”.³⁷³

Não se pretende contrariar os pressupostos de Sergio Buarque de Holanda no que tange à necessidade de reformas estruturais na educação, atreladas ao movimento de alfabetização de adolescentes e adultos. Também é bom refletir sobre a demanda do I Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em São Paulo, acerca da gratuidade do fundamental e médio ou do uso demagógico das campanhas de alfabetização.

Considera-se oportuno, nesse ínterim, fazer a leitura do discurso de Mário Rossi, o trabalhador que falou em nome da turma na conclusão do curso de Alfabetização da Escola Biblioteca Getulio Vargas. Ela nos remete à reflexão feita por Paul Veyne acerca da necessidade de encontrar a gramática escondida para reconstituir as práticas não desveladas.³⁷⁴ Mário Rossi dizia que “todos se sentiam felizes de ver seus esforços coroados de êxito”. Falando em nome dos colegas, Mário transmite sensação de vitória com o encerramento de um ano letivo onde, a despeito de obstáculos incontáveis, aqueles trabalhadores tinham aprendido a ler e a escrever. Com efeito, o acúmulo de trabalho e estudo constitui-se tarefa árdua. Os trabalhadores que se encontravam em estado de analfabetismo estavam fora da faixa etária de frequência à escola regular. Certamente, concluir o processo de alfabetização era para eles um ganho. O que o discurso feito em nome da turma revela é a ideia de êxito alcançado na tarefa. A leitura e a escrita permitiam que esses trabalhadores tivessem maior facilidade na realização de suas tarefas cotidianas, tais como: saber que ônibus pegar; fazer trocos; saber preços de produtos etc. Nesse sentido, naquela época e até hoje, ações que combatam o analfabetismo são benfazejas, ainda que impliquem na necessidade de serem acompanhadas de reformas educacionais.

O Boletim do SAPS, de fevereiro de 1945, dava destaque ao concurso promovido pelo Ministério do Trabalho com o objetivo de escolher uma cartilha a ser adotada na Alfabetização de Adultos. Dizia a reportagem:

³⁷² HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. – 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 165.

³⁷³ Idem, 1995, p. 166.

³⁷⁴ VEYNE, P. apud CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Op. cit., p. 65-6.

“O Ministro Marcondes Filho, sempre tão absorvido com os numerosos e complexos serviços da sua trabalhosa pasta, não descurou a sorte daqueles que na infância não tiveram a graça de aprender a ler e, com o propósito de alfabetizar os trabalhadores adultos do Brasil, instituiu um concurso destinado à escolha de uma cartilha para esse nobre fim, o que foi realizado pelo Serviço de Recreação Operária daquele Ministério.”³⁷⁵

Dizia, ainda, do “prêmio de dez mil cruzeiros destinado à Cartilha vencedora”³⁷⁶ e dava o resultado do concurso: “Foi classificada em primeiro lugar a cartilha que recebera o nº. 43, de autoria das professoras Maria Celestino e Rute Barbosa Monteiro, ambas do Distrito Federal”.³⁷⁷ Colocava em relevo que a Rádio Mauá instituía um curso de alfabetização de adultos e iria utilizar a cartilha premiada. Sobre o curso de alfabetização de adultos, ministrado na Biblioteca Popular do SAPS, dizia que a cartilha seria adotada na

“Escola-Biblioteca Getúlio Vargas nº 1 que mantém para trabalhadores que ali ocorrem à busca de luzes para o espírito. Escola modesta, fundada há três anos para três dezenas de alunos é hoje freqüentada, com entusiasmo único, por mais de 400 trabalhadores.”

Figura 30 - O ministro Alexandre Marcondes Filho (à esquerda) em visita ao programa de alfabetização de adultos do SAPS



Fonte: Boletim do SAPS, fevereiro de 1945

³⁷⁵ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7 e 31.

³⁷⁶ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7 e 31.

³⁷⁷ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7 e 31.

7. *Cocktail de alimentação e cultura*

A participação do trabalhador às iniciativas culturais promovidas pelo SAPS pode ser deduzida através de registros diversos. Um deles se encontra na carta enviada por José Machado, um dos frequentadores dos espetáculos de teatro e de cinema oferecidos todos os sábados no amplo salão do Restaurante Central da Praça da Bandeira. Ele dizia:

“estive presente ao espetáculo que é fornecido por essa administração, aos sábados, do qual passo a fazer uma ligeira, mas sincera apreciação, que não é somente minha, mas também de um *número bem elevado dos presentes*. A abertura estava muito fraca em relação ao que nos foi dado apreciar no decorrer da programação (...).”³⁷⁸

José Machado não se furtou às críticas no que tange à abertura, que a seu ver fora feita por amadores. Mas ressaltou o esforço desses voluntários que prepararam o grande espetáculo que viria a seguir. Como parte desse espetáculo, o espectador apontava:

“O número ‘Luiz Carvalho’ dispensa comentário cabendo unicamente agradecer a administração do SAPS pela apresentação do mesmo que, não resta dúvida foi um grande presente a nós oferecido. Muito obrigado. A seguir, a maior revelação da Rádio Nacional – “O Tenor Negro”. Esta apresentação veio provar mais uma vez que a classe operária também gosta de música clássica. Embora não possuindo ainda certos requisitos para compreender a música, sente-a como se tivesse entendendo. Pena que, não possamos ouvi-la com mais freqüência, ficando aqui uma sugestão para que sejam incluídos na discoteca dessa instituição, números daquele cantor.”³⁷⁹

A análise feita por esse trabalhador merece algumas ponderações. Ela demonstra como as políticas culturais podiam alcançar as camadas populares que as reconheciam e as consideravam bem-vindas. José Machado sabia que, para entender música clássica, era necessário possuir alguns requisitos. Todavia, afirmava que os trabalhadores “sentiam a música como se a entendessem”.³⁸⁰ Ou seja, a música clássica, considerada como objeto cultural de consumo da elite, estava sendo ouvida e apreciada pelos

³⁷⁸ Boletim do SAPS, Outubro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2, grifos meus.

³⁷⁹ Boletim do SAPS, Outubro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

³⁸⁰ Boletim do SAPS, Outubro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

trabalhadores que tinham, inclusive, a oportunidade de assistir a concertos no Teatro Municipal. É importante que se destaque que tais bens culturais, naquele contexto histórico, eram consumidos de forma preponderante pelas elites.

Mas a carta de José Machado não terminara. Ela acrescentava elogios ao jovem que imitara Bob Nelson, e também à equipe de locutores do SAPS, especialmente à voz de Villas Bôas.³⁸¹ Aplaudia o programa de calouros e enaltecia uma jovem cantora baiana a quem pedia que cumprimentassem “por nós pelo brilho excepcional”.³⁸² Finalizava enviando “um abraço a todos que ali estiveram alegrando-nos com sua arte”.³⁸³

O programa de calouros ao qual a carta fazia referência ocorria com frequência na Discoteca Popular do SAPS. Ele selecionava os candidatos e os premiava com a quantia de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros). Os nomes dos calouros classificados eram publicados, conforme registrava o Boletim do SAPS de abril de 1949: “Teobaldo Miranda dos Santos, José de Paula e Mariano Procópio (dupla), Ariovaldo Pereira, Alcides Camilo da Costa, Ivo Vatinio, Octacílio F. da Silva, Newton Vilhena e Nestor Teixeira”.³⁸⁴

O trabalhador José Machado não estava sozinho em sua avaliação. O jornalista Celso Kelly,³⁸⁵ do jornal *A Noite*, em crônica intitulada “*Coktail de Alimentação e Cultura*”, dizia:

³⁸¹ Luiz Antonio Villas-Bôas Corrêa, jornalista brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em 1923. É o mais antigo analista político em atividade no Brasil. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da antiga Universidade do Brasil, em 1947. Iniciou sua atividade jornalística, sempre na área política, em 1948, no jornal *A Notícia*. Trabalhou também no *Diário de Notícias*, na Rádio Nacional e em diversas emissoras de televisão, notadamente na Rede Manchete. Durante 23 anos, trabalhou na sucursal do Rio do jornal, inicialmente como chefe da seção política e, mais tarde, como diretor da sucursal. Fundador de *O Dia*, trabalhou nesse jornal até aposentar-se, em 1988. Deixou a condição de aposentado para trabalhar no *Jornal do Brasil* em 1999 como editor de política. No início de sua carreira, trabalhou no SAPS na área de comunicação, onde desempenhava, também, a função de locutor. Disponível em < <http://www.vbcorrea.com.br> >. Acesso em 13/05/2011.

³⁸² Boletim do SAPS, Outubro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

³⁸³ Boletim do SAPS, Outubro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

³⁸⁴ Boletim do SAPS, Abril, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

³⁸⁵ Celso Octávio do Prado Kelly se dedicou ao magistério, jornalismo e literatura. Foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa/ABI, diretor da Rádio Nacional e presidente do Pen Club. Foi nomeado diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação, exercendo importante papel na trajetória do ensino de Comunicação no Brasil. Ele adquiriu projeção na década de 1960, sendo responsável pelas diretrizes do currículo mínimo que instituiu a formação polivalente dos comunicadores na universidade. Celso foi autor dos livros *As novas dimensões do jornalismo*, de 1966, e *Arte e Comunicação*. Virou nome da Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, em 1980, mais de 100 anos depois de sua criação, que passou a se chamar Biblioteca Estadual Celso Kelly. Filho de Octavio Kelly, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, e pai de João Roberto Kelly, autor de diversas marchinhas de carnaval e da música em homenagem ao quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro. Celso morreu em 1978. Disponível em < <http://www.durosas.com.br> >. Acesso em 26/06/2011.

“Que impressão terá o leitor dessas quatro iniciais que se popularizaram como se fossem uma nova palavra: SAPS? Certamente as associará à idéia de alimentação, lembrar-se-á das bandejas de almoço, do ticket barato, das propaladas vitaminas dos ‘menus’ racionais. (...) Mas, ao lado desses aspectos – há que realçar o social e o cultural. E, por isso, o SAPS da Praça da Bandeira, que é a célula-*mater* do sistema, apresenta ainda o singular aspecto de um *club*. Sim, ali existe uma Biblioteca, de fácil utilização. Ali os freqüentadores assistem a “shows” interessantes e ouvem ótima música. Elementos de tradição brasileira, no campo das artes populares, são utilizados como recreio e como processo educativo. O convívio se faz sob esse novo pretexto: o das artes, e as duas conseqüências se verificam imediatamente – a sociabilidade e a difusão de conhecimentos.”³⁸⁶

O convívio feito sob pretexto das artes estimulava a sociabilidade e a difusão de conhecimentos, segundo Celso Kelly. Com efeito, a carta do trabalhador Rui Bastos, sugerindo a aquisição do “Bolero de Ravel” pela Discoteca do SAPS, corrobora a ideia defendida pelo jornalista. Rui Bastos pedia, ainda, que o locutor anunciasse “o nome das músicas mais importantes de quando em quando”. A direção respondeu ao missivista orientando-o a “procurar o maestro Maurilo Lira e com ele discutir o assunto”³⁸⁷. Essas inferências demonstram a participação do trabalhador nas atividades culturais desenvolvidas pelo SAPS e o cuidado da direção da autarquia em responder às sugestões feitas.

Nesse ambiente democrático de incentivo à cultura, também se ouvia discos. E, ao que parece, essa atividade era bem-vinda pela classe trabalhadora. Não por acaso, o Boletim do SAPS, citado anteriormente, registrava:

“O interêsse despertado, entre os trabalhadores pela Discoteca Popular do SAPS, tem sugerido várias medidas tendentes a melhorar cada vez mais os seus programas musicais. Com êsse objetivo, e no interêsse dos freqüentadores, cujo número aumenta dia a dia, a direção do SAPS resolveu preparar um novo programa, exclusivamente destinado a preencher o tempo de prorrogção do horário normal de funcionamento da Discoteca (...).”³⁸⁸

³⁸⁶ Jornal *A Noite*, apud Boletim do SAPS, Março, 1949. Arquivo Biblioteca Nacional, p. 5- 6.

³⁸⁷ Boletim do SAPS, Janeiro de 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

³⁸⁸ Boletim do SAPS, Janeiro de 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

A nota detalhava que o horário seria estendido até as 22 horas com a seguinte programação:

“Segundas-feiras – audição variada de discos recentemente adquiridos; terças e sextas-feiras – discos da coleção ‘Fale Inglês’ R.C.A. Victor, duas lições repetidas; quartas-feiras – audição instrutiva de uma obra clássica (instrumental ou vocal) com uma parte explicativa oral para os ouvintes; quintas-feiras – dia do Ensaio Regional (prolongamento do mesmo); sábados – programa habitual de audição coletiva.”³⁸⁹

Observa-se o trabalhador, ou seus filhos, tendo a chance de estudar uma segunda língua, no caso o inglês.³⁹⁰ E mais: tendo a possibilidade de aprimorar seu gosto e conhecimento musicais. O mesmo boletim noticiava que, dentre “400 freqüentadores da discoteca, previamente inscritos foram sorteados 100 ingressos, para o último Concêrto realizado no Teatro Municipal pela Orquestra Filarmônica Brasileira”.³⁹¹ A satisfação dos trabalhadores com sua efetiva participação nesse evento pode ser notada na fala de Lineu Figueiredo P., um dos contemplados no sorteio, que enviou um telegrama ao diretor do SAPS dizendo: “Sinceramente agradecido ter sido contemplado convite Teatro Municipal, podendo assim realizar dois grandes desejos. Homens do seu quilate só tendem engrandecer uma Nação”.³⁹²

Outro exemplo de divulgação das atividades culturais pode ser observado através da publicação do programa de irradiações de músicas clássicas e selecionadas, organizado pela Discoteca Popular do SAPS para o mês de abril de 1949. Ele previa as seguintes audições:

“No dia 2 – (Maira de Camara) Conserto Branden burguez nº 6, em ré maior, da Back para cordas, pela orquestra Sinfônica dirigida por Henry Wod dividido em 3 tempos: 1º movimento – **allego**; 2º - **Adagihio Manon Troppo**; 3º **allegro**.

Do mesmo autor: **Chorole- Preludio** pela orquestra Sinfônica de Filadelfia dirigida por Genjéma Ormand, e **Preludio** em mi maior pela mesma orquestra.

Além desses números, ouviremos **Les Sylphides**, de Chopin e **Cavaleiro da Rosa**, de Straus. **Marie... Marie**, de Prenet – Chandlac; **La mer**, de Charles Prenet e outros.”³⁹³

³⁸⁹ Boletim do SAPS, Janeiro, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

³⁹⁰ Ainda hoje, em nosso país, a parcela da população trabalhadora que tem acesso a cursos de idioma é pequena.

³⁹¹ Boletim do SAPS, Janeiro, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

³⁹² Boletim do SAPS, Janeiro, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

³⁹³ Boletim do SAPS, Abril, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4, grifos do original.

Na sequência, eram colocadas as audições dos dias 9, 16 e 30 do mesmo mês e ano:

“Imperativo, com Schanabel; (...) **Leonora**, com Toscanini; ópera **Egmont**; **adágio Cantabile**, por Oscar Levant; **Sonata ao Luar** pelo pianista Ejon Petri; Prelúdio da Previata, de Verdi; **‘O Solei Bacai’, da Tosca** de Toscanini; Tocata em Fuga, de Brek; **Adaggio** de Mozart; **Les Preludes** de Liszt; **‘Ramona e Julieta’**, de Lounod; ‘Louire’ de Charpentier.”³⁹⁴

O anúncio era finalizado com os dizeres: “Nos programas para todos os sábados a que correspondam àquelas datas, figuram mais canções internacionais e músicas populares”.³⁹⁵

Os jornais cariocas do período confirmam as atividades musicais desenvolvidas no SAPS/Rio e manifestam, em suas reportagens, apoio a tais iniciativas. O jornal *Correio da Manhã*, em 1948, registrou:

“E não se trata mesmo da primeira iniciativa do SAPS em pró (sic) do que chamarei, genericamente, de cultura musical do povo. O SAPS, que busca solucionar um dos principais problemas populares, fornecendo aos trabalhadores alimento, economicamente acessível, e que se norteia por princípio de ciência da nutrição – tem em funcionamento uma discoteca e formou há pouco um conjunto orfeônico.”³⁹⁶

Em crônica escrita no *Diário Carioca*, o jornalista Antonio Bento relatou o que vira na Discoteca Popular do SAPS/Praça da Bandeira quando visitara a instituição:

“Passando a Discoteca verifiquei que tem aumentado o número de seus freqüentadores. Os programas de audição coletiva organizados pelo maestro Maurilo Lira são apreciados pelos trabalhadores, muitos dos quais já preferem a música clássica e romântica às canções e danças populares. No momento de minha visita um dos ouvintes pedira a Sinfonia 39 de Mozart, cujo Minueto estava escutando com evidente agrado. Uma das iniciativas culturais do SAPS que mais prometem é, sem dúvida, a formação dum Côro Orfeônico de oitenta figuras (o maestro Lira organiza esse coro com artistas amadores e tem conseguido bons resultados).”³⁹⁷

³⁹⁴ Boletim do SAPS, Abril, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4, grifos do original.

³⁹⁵ Boletim do SAPS, Abril, 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

³⁹⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1948, p. 3.

³⁹⁷ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, apud Boletim do SAPS, Março de 1949, p. 4.

Outra iniciativa que fazia parte da empreitada cultural promovida pelo SAPS era a comemoração de datas relacionadas ao folclore brasileiro. Atestava a reportagem do Boletim do SAPS, de junho de 1948, que se constituía de “grande sucesso a apresentação, no dia 23, às 20 horas, no Restaurante do Leblon, do tradicional ‘Bumba meu boi’,³⁹⁸ de acordo com os costumes e usos observados nas cidades do Baixo Amazonas”.³⁹⁹ Registrando o ineditismo do espetáculo para os cariocas, a notícia afirmava que “a assistência foi numerosa e aplaudiu entusiasmamente”.⁴⁰⁰ A representação ocorrera como parte de uma festa junina onde “não faltaram os quitutes próprios” dessas festividades “para os trabalhadores e suas famílias”. Havia também uma grande fogueira. A nota dizia que “o êxito conseguido no Leblon repetiu-se na noite de 26, em plena Praça da Bandeira, onde o ‘Bumba meu boi’ foi novamente aplaudido pelos que enchiam completamente aquele logradouro público”.⁴⁰¹ O sucesso fez com que o SAPS não se esquecesse “dos trabalhadores do Barreto, tanto assim que realizou uma terceira apresentação no jardim do moderno Restaurante Popular, há pouco instalado naquele bairro industrial fluminense, para festejar a noite de São Pedro”.⁴⁰² E por fim, “levando em consideração o esplêndido sucesso que assinalou até agora o espetáculo, o SAPS pretende apresentar o ‘Bumba meu boi’ pela quarta e última vez, num dos subúrbios cariocas, em local e dia que serão anunciados previamente”.⁴⁰³

Os dados colocados em relevo pelo Boletim do SAPS foram referendados pelos meios de comunicação. O Jornal *Correio da Manhã*, de junho de 1948, dizia:

“Certo que ninguém terá ido à festa de São João promovida pelo SAPS – e a concorrência foi grande – no parque de seu restaurante popular do Leblon, sem sentir ao vivo o encanto dos nossos brinquedos folclóricos, sem amá-los como expressão característica de brasilidade.”⁴⁰⁴

O *Diário Carioca*, através da crônica do jornalista Antônio Bento, exaltava a importância de ações que incentivavam o interesse pelo folclore brasileiro:

³⁹⁸ Dança do folclore popular brasileiro, com personagens humanos e animais fantásticos, que gira em torno da morte e ressurreição de um boi.

³⁹⁹ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴⁰⁰ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴⁰¹ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴⁰² Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴⁰³ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴⁰⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1948, p. 3.

“No ano passado, nas festas juninas e nas celebrações de Natal, funcionários do SAPS representaram, na Praça da Bandeira, o “Bumba - Meu - Boi” e as “Pastorinhas”, reconstruindo esses autos populares segundo documentação folclórica colhida no Nordeste (...).”⁴⁰⁵

As referências ao papel de incentivador de atividades culturais, atreladas à alimentação e assistência à saúde promovidas pelo SAPS, também aparecem em depoimentos acerca das ações desenvolvidas no âmbito do Calabouço.⁴⁰⁶ Assim dizia o relato da Conferência Nacional dos Trabalhadores de Ensino:

“No complexo do Calabouço, além do restaurante, havia teatro e policlínica central, com exame laboratorial e consultórios. A sede da UME⁴⁰⁷ também era lá e produzia um jornalzinho. Na área externa, funcionava um pequeno comércio, com sapataria, relojoaria, alfaiataria, barbearia e lavanderia. Parte dos 10 mil estudantes inscritos, universitários e vestibulandos, era do interior, num Brasil que completava a transição do campo para a cidade.”⁴⁰⁸

A mesma reportagem abordava o tema da ampliação dos Restaurantes Populares, mais especificamente um novo restaurante estudantil, e, ainda, a construção de uma Biblioteca no Calabouço. Tudo isso, graças ao bom relacionamento do governo Juscelino Kubistchek com os universitários. Dizia o texto:

“Nos anos JK, havia um clima de entendimento entre o governo e a UME, que negociava a construção de uma biblioteca e outro restaurante. O trabalho no local era voluntário e os estudantes comiam ouvindo notícias das faculdades por um serviço interno de alto-falante. O lema do Calabouço, segundo reportagem de O GLOBO publicada em 1957, era ‘feito para servir’.”⁴⁰⁹

Outros depoimentos sobre os Restaurantes Populares convergem para a existência de um local cujo funcionamento não se restringia à alimentação.⁴¹⁰ Nessa

⁴⁰⁵ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, *apud* Boletim do SAPS, Março de 1949, p. 4.

⁴⁰⁶ Restaurante da rede SAPS que se transformou em local de refeições dos universitários no Rio de Janeiro.

⁴⁰⁷ UME, União Metropolitana de Estudantes.

⁴⁰⁸ Disponível em <http://www.contee.org.br>. Acesso em junho de 2008.

⁴⁰⁹ Disponível em <http://www.contee.org.br>. Acesso em junho de 2008.

⁴¹⁰ Em Juiz de Fora, a Biblioteca Popular do SAPS foi muito frequentada, conforme comprova a síntese de alguns depoimentos, que se registra a seguir. Leila Fonseca Barbosa representa o universo das leitoras femininas que frequentavam a Biblioteca Popular do SAPS/Juiz de Fora. Sempre ligada aos livros e à leitura, Leila lecionou no curso de Letras da UFJF as cadeiras de Literatura Brasileira e Teoria da

direção, a fala de Laiz Velloso,⁴¹¹ diretor do Serviço de Recreação e Cultura para a Classe Operária (SERAC)⁴¹² em Juiz de Fora, esclarece:

“O SAPS deu forte contribuição em favor da classe trabalhadora, seja no setor de alimentação, seja no setor cultural, através da instalação da biblioteca e da sala de música. Elas eram bem freqüentadas na época por várias pessoas da comunidade local. O SAPS deixou saudades!”⁴¹³

As Bibliotecas e Discotecas Populares⁴¹⁴ não se restringiam ao SAPS/Rio. Elas se espalhavam pelas cidades onde o SAPS era implantado.⁴¹⁵

Literatura. Frequentou a Biblioteca Popular do SAPS, em sua juventude, fato que justifica com os dizeres: “Eu achava a Biblioteca do SAPS uma das melhores de Juiz de Fora, pelo seu conteúdo. É importante frisar que na Biblioteca do SAPS não tinha só autores brasileiros. Os grandes autores mundiais, também, estavam em seu acervo”. Fuad Yazbeck é economista. Foi superintendente da Receita Federal em Juiz de Fora e secretário Municipal da Fazenda na administração 1997-2000. Em sua adolescência, foi assíduo frequentador da Biblioteca Popular do SAPS, em Juiz de Fora, tendo seu nome registrado no quadro de maiores leitores da instituição. Filho de família numerosa, afirma que não teria acesso aos livros e discos de que usufruiu em sua frequência ao referido espaço cultural. O entrevistado contou que o gosto pela leitura floresceu desde cedo e ele fez da Biblioteca Popular um de seus lugares preferidos, conforme mostra o registro: “Visualizo na memória que a biblioteca do SAPS tinha entre 2.000 e 2.500 volumes de livros. Eu lia tanta coisa. Adorava ler livros de aventura. Minha idade na época me levava ao entusiasmo por Alexandre Dumas: *Os Três Mosqueteiros*, *O Conde de Monte Cristo*... Também gostava dos autores americanos que escreviam aventuras sobre o desbravamento do oeste americano”. Para maior aprofundamento ver EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Sede de leitura: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS no cotidiano de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado, FAGED: UFJF, 2007.

⁴¹¹ Laiz Velloso foi o primeiro a ocupar a chefia do SERAC, Serviço de Recreação e Cultura para a Classe Operária, em Juiz de Fora. Quando o SAPS foi extinto, ele passou a ser funcionário do Ministério do Trabalho, sempre em Juiz de Fora. Nesse órgão, galgou o posto de Delegado do Trabalho. Ele também é jornalista. Atualmente, está aposentado e reside em Juiz de Fora, Minas Gerais. Para maior aprofundamento, ver EVANGELISTA, Op. cit..

⁴¹² Órgão agregado ao SAPS e que era responsável pelas atividades culturais e recreativas nas diversas unidades espalhadas pelo país.

⁴¹³ Depoimento Laiz Velloso: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Juiz de Fora, 2005.

⁴¹⁴ O poeta Afonso Romano de Sant’Anna frequentou a Biblioteca do SAPS Juiz de Fora, onde residiu em criança. Afonso Sant’Anna trabalhou, desde cedo, para contribuir no orçamento familiar. Assim, ele afirma que “pegava marmita no SAPS para uma família que morava na Rua Padre Tiago, em São Mateus”. Afonso não era vizinho do SAPS e, como ele próprio diz, “era uma longa viagem, mas valia a pena”. Essa fala é sintomática daqueles que deixam entrever sua paixão pela leitura. O sacrifício da caminhada era recompensado por páginas vertidas em viagens, em sentimentos, em diálogo, em reflexão, em aprendizado e aumento da capacidade de compreender. Tudo isso propiciado pela leitura. Ao descrever suas lembranças sobre o SAPS e sua Biblioteca Popular, Afonso de Sant’Anna ressalta: “Eu frequentava a Biblioteca Popular do SAPS porque era moderna, limpa e tinha livros mais recentes. Eu procurava, sobretudo, poesia. Lia os modernistas: Cecília, Drummond, Bandeira. Mas também, lia Dostoiévski, *Dom Casmurro*, ensaios como *A poética de Olavo Bilac*, Afonso de Carvalho, *A cidade e as Serras de Eça*, *Invenção de Orfeu* de Jorge de Lima, *Panorama da poesia brasileira* de Fernando Ferreira (onde descobri a Geração 45), livros de psicologia de Mira y Lopes e o *Jean Christophe* em cinco ou seis volumes de Romain Rolland”. Para maior aprofundamento, ver EVANGELISTA. Op. cit..

⁴¹⁵ Em Juiz de Fora, essas bibliotecas e discotecas contribuíram para a formação de leitores e apreciadores de música erudita. Suas vozes falaram dessa experiência. Os depoimentos ouvidos demonstraram como

Analisando o primeiro governo Vargas – período em que o SAPS é instituído – Maria Helena Capelato aponta para a configuração de uma nova cultura política.⁴¹⁶ Outras análises historiográficas sobre o período, dentre as quais se destacam as de Angela Castro Gomes e Jorge Ferreira, atentam para o reconhecimento político da classe trabalhadora e a constituição de um Estado nacional moderno, porém dentro dos preceitos da ordem.

Sobre as relações entre o estado e a classe trabalhadora entre 1930 e 1945, Capelato afirma que “vários estudos” “salientaram a manipulação ideológica, entendida em alguns casos, como o fator explicativo único para a adesão das classes trabalhadoras” ao regime Vargas. Tais análises historiográficas apontam como fatores contributivos da adesão da classe trabalhadora a um líder carismático: “a origem rural e a conseqüente ausência de experiência política, a falta de maturidade e de consciência de classe”.⁴¹⁷ Os questionamentos feitos a essa tese apontam para novas direções. Angela Gomes explica essa adesão dos trabalhadores porque o governo passou a se relacionar com eles de forma diferente. A relação entre trabalhadores e governo Vargas, na ótica de Angela Gomes, é fundada nos preceitos da reciprocidade, resultando em pacto estabelecido entre ambos.⁴¹⁸

Ao analisar os dados relativos às atividades de leitura e de escrita, ambas desenvolvidas pelo SAPS, algumas conclusões são necessárias. As iniciativas desenvolvidas no âmbito cultural pela autarquia destinavam possibilitar ao trabalhador o acesso a bens simbólicos. Os homens e as mulheres que frequentavam a Biblioteca, a Discoteca e as atividades culturais do SAPS tiveram oportunidade de desenvolver sua imaginação criativa a partir das atividades que praticavam naquele ambiente. Havia um projeto nacional de incentivo à leitura e de desenvolvimento do gosto pela música. Isso pode ser comprovado pelos relatos orais, pelas reportagens dos periódicos locais e pelas publicações editadas pela própria instituição.

foi esse contato dos frequentadores com os discos e livros da Biblioteca e da Discoteca do SAPS Juiz de Fora. Em EVANGELISTA, op. cit.

⁴¹⁶ CAPELATO. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Op. cit., p. 143.

⁴¹⁷ Idem, p. 143.

⁴¹⁸ Idem, 144.

Outro tipo de relato que confirma a ênfase nessa política cultural é o depoimento de Ruth Bezerra Madeira, que atuou como nutricionista também no SAPS de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Ela disse:

“Nós tínhamos uma biblioteca muito boa em Campos. Os trabalhadores iam ao restaurante e, depois de almoçar ou jantar, tinham tempo ainda para descansar. Então, eles iam para a biblioteca. A biblioteca era pública, não precisava ser um comensal para frequentá-la. Era aberta à comunidade. O ambiente do SAPS era gostoso: tinha música, tinha uma boa alimentação. Os alimentos eram fresquinhos e preparados com supervisão da nutricionista. Nós recebíamos o alimento fresquinho direto de Friburgo, para o restaurante do SAPS. Comia-se robalo, que vai hoje para a mesa do rico. O trabalhador comia robalo fresquinho. O SAPS era isso: um projeto de alimentação e cultura.”⁴¹⁹

Tais ações que permitiram às camadas populares o acesso a bens culturais. O estudo de Adriana Thomazotti Claro sobre a trajetória das políticas públicas de leitura no Brasil ajuda a clarificar as análises sobre o projeto cultural representado pelas Bibliotecas Populares agregadas ao SAPS durante o Estado Novo. Segundo a autora, “tratava-se de um projeto que visava à criação de uma cultura nacional e à obtenção do apoio da população para o regime – a cultura era utilizada pelo Estado, assim, como instrumento patriótico e disciplinador”.⁴²⁰ Em contrapartida, a autora trouxe do poeta modernista Mário de Andrade uma afirmação que contraria a anterior: “A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira”.⁴²¹ O poeta alertou, porém, não acreditar “que essas bibliotecas” viessem “resolver quaisquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo”.⁴²² Mas destacou que “a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de

⁴¹⁹ Depoimento Ruth Bezerra Madeira: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, abril de 2010.

⁴²⁰ CLARO, Adriana Thomazotti. *Textos e contextos das políticas públicas para leitura no Brasil: o lugar da literatura infantil*. São Paulo: Tese de Doutorado defendida no PPGE do Departamento de Sociologia da USP, 2005, p. 84-5. E a autora continua tecendo reflexões sobre o Instituto Nacional do Livro e sobre o Plano Nacional de Educação. “O INL surge, então, no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que consolidava os debates ocorridos entre os anos de 1920 e 1930 sobre o sistema educacional brasileiro. Estes debates objetivavam ampliar o acesso da população à educação, definir as responsabilidades da União, estados e municípios em assuntos educacionais, propor currículos e métodos de ensino. Enfim, dotar o país de uma política nacional de educação, até então inexistente.”

⁴²¹ ANDRADE, Mário de apud CLARO. Op. cit., p. 86.

⁴²² Idem, 2005, p. 86.

vontade própria, menos indiferente à vida nacional”.⁴²³ Torna-se pertinente dizer que, nesse sentido, os livros podem funcionar como pontes de transformação em cada pessoa atuando de forma mais ou menos intensa, de acordo com as especificidades individuais.

Denunciar as Bibliotecas do SAPS como instrumento de doutrinação cultural das camadas populares é negar a existência da polifonia encontrada nas vozes e nos textos acerca das atividades ali desenvolvidas. Muito difícil considerar a leitura de Alexandre Dumas, Machado de Assis ou da biografia de Lincoln como “doutrinação”. Trata-se de postura metodológica antiestatal, que parte do princípio de que tudo que vem do Estado é ruim para a sociedade. A presente análise não compartilha dessa maneira de compreender as relações entre Estado e sociedade. A criação do projeto SAPS – que implantou os Restaurantes Populares e trouxe aglutinadas a eles as Bibliotecas e as Discotecas Populares – foi importante ato de disseminação do hábito de ler e do conhecimento musical. Tanto assim que os governos pós Estado Novo mantiveram e ampliaram tais atividades. As camadas populares apoiavam e usufruíam de tais iniciativas, conforme demonstram as pesquisas feitas. Esse apoio, provavelmente, se deveu aos ganhos culturais obtidos por aqueles que não teriam acesso a tais bens, a não ser pela via do subsídio governamental.

Por fim, cumpre relacionar a questão relativa aos marcos culturais da identidade nacional, traço indelével do pensamento intelectual brasileiro nas primeiras décadas do século XX, e o projeto cultural do SAPS. Não por acaso, a historiografia brasileira⁴²⁴ empresta à intelectualidade o engajamento em um processo modernizador que pressupunha a mediação do Estado. Nesse sentido, Angela Gomes afirma, com propriedade, que os discursos dos intelectuais nas publicações do Estado Novo, publicados na revista *Cultura Política*, revelavam o repúdio a práticas da República Velha e reivindicavam a reformulação de projetos no campo da educação e da cultura. Segundo a autora, os intelectuais modernistas foram mediadores “da transição que se iniciara nos anos 20 e se completava nos anos 40” e “adequavam-se magnificamente bem à tarefa, tanto porque reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos

⁴²³ Idem, 2005, p. 86.

⁴²⁴ BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In: *CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e política*/ Helena Bomeny (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. GOMES, Angela Maria de Castro. *Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa 1*. Revista Luso-Brasileira. Vol. 41, N.1, 2004. VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela - nacionalismo e regionalismo paulista*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

cargos públicos do Estado Novo”.⁴²⁵ O trabalho desses intelectuais durante o primeiro governo Vargas, em especial no Estado Novo na égide Capanema como ministro da Educação, é analisado de forma magistral por Helena Bomeny. A autora toma de Pedro Nava a seguinte reflexão:

“(…) As conseqüências do que ele [Capanema] fez são incalculáveis. Siga você o meu raciocínio. Sem o prédio do Ministério da Educação (recebido na ocasião como obra de um mentecapto) não teríamos a projeção que tiveram na época Lúcio Costa, Niemeyer, Carlos Leão e Cândido Portinari. Foram entendidos por Capanema e seus auxiliares próximos (Drummond, Rodrigo, Mário de Andrade e outros). Sem essa compreensão não teríamos tido a Pampulha, concepção paisagística e arquitetônica prestigiada pelo imenso Kubitschek. Sem Pampulha não teríamos tido Brasília, do mesmo Juscelino Kubitschek, que desviou nosso curso histórico – levando o Brasil para o seu Oeste. A raiz de tudo isto, a semente geradora, o adubo nutridor estão na inteligência de Capanema e de seus auxiliares de gabinete.”⁴²⁶

Torna-se incômodo explicar a presença desses intelectuais em um governo autoritário. Todavia, de acordo com Bomeny, a literatura especializada aponta que foi extensa a participação desses intelectuais na montagem dos projetos de ação política para diversas áreas, como educação, cultura e patrimônio.⁴²⁷ Tais ações, talvez, expliquem: a amplitude cultural do projeto SAPS, a democratização do ato de ler, que, propiciado por sua existência, ofereceu liberdade na montagem do acervo da Biblioteca Popular.

Vale assinalar que o acervo das Bibliotecas Populares abrigava obras de Dostoiévski, Machado de Assis e Alexandre Dumas, entre outros autores. A leitura desses autores, certamente, não contemplava a característica monofônica dos regimes ditatoriais. Nos romances de Dostoiévski, conforme nos indica Bakhtin, “o princípio composicional” é o elemento definidor da polifonia e da comprovação de “centros-consciências não reduzidos a um denominador ideológico”.⁴²⁸ Ou seja, a polifonia é o elemento que entretece a possibilidade de vozes independentes que, por sua vez,

⁴²⁵ GOMES, Angela Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.139.

⁴²⁶ BOMENY, Helena. Op. cit., p. 4-5.

⁴²⁷ Idem, 2001, p. 11.

⁴²⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 12.

produzem diferentes efeitos de sentidos e repercutem múltiplas ideologias. Nessa direção, a leitura de um contexto desvela essas múltiplas vozes e os sentidos que elas dão à realidade social que as cerca. A análise bakhtiniana se adéqua, também, à obra de Machado de Assis, que tem como ponto crucial a polifonia. Cabe lembrar que Machado de Assis era um dos autores mais procurados pelos leitores da Biblioteca Popular do SAPS. Nessa perspectiva, a análise desta pesquisa se vale do conceito bakhtiniano de polifonia. Na interpretação de Carlos Alberto Faraco, Bakhtin foi

“muito além da filosofia das relações ideológicas criada por ele e por seu círculo e se pôs a sonhar com a possibilidade de um mundo radicalmente democrático, pluralista, de vozes equípolentes, em que, dizendo de modo simples, nenhum ser humano é reificado; nenhuma consciência é convertida em objeto de outra; nenhuma voz social se impõe como a última e definitiva palavra (...) em que qualquer gesto centrípeto será corroído pelas forças vivas do riso, da carnavalização, da polêmica, da paródia, da ironia.”⁴²⁹

Talvez por essas razões o projeto SAPS – na amplitude de ações que contemplava, quer no âmbito nutricional, quer no âmbito cultural – não tenha se restringido ao primeiro governo Vargas. Ele continuou e foi ampliado no período compreendido entre sua implantação e sua extinção pelo governo decorrente do golpe civil-militar desfechado em 1964.

⁴²⁹ FARACO, C. A. *Criação ideológica e dialogismo*. In FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003, p. 79.

Capítulo IV – Falando aos Trabalhadores do Brasil e ouvindo sua voz

1. Na esteira do trabalhismo

A construção da imagem de Getúlio como símbolo de proteção à classe trabalhadora toma ímpeto a partir dos anos finais do Estado Novo. Angela de Castro Gomes define o governo, a partir de 1942, como “Estado Novo em segundo movimento”. O corte, utilizado pela autora, se justifica pela conjuntura internacional, decorrente da Segunda Grande Guerra, e o posicionamento do Brasil como aliado dos Estados Unidos. Esse alinhamento Brasil/Estados Unidos, por sua vez, provocou uma série de mudanças no alto escalão da administração federal. A alteração significativa ocorre na gestão do Ministério do Trabalho, que passa a ser ocupado por Alexandre Marcondes Filho.⁴³⁰

Angela Gomes afirma com propriedade que a escolha de Alexandre Marcondes como ministro teve longo alcance político.⁴³¹ Em 1942, o governo Vargas enfrentava a contradição de ser ditatorial e, ao mesmo tempo, participar de uma guerra contra o autoritarismo dos regimes fascistas. Essa ambivalência obrigava o governo a afrouxar a ditadura e, ao mesmo tempo, não perder as posições de poder. Urgia que se fizesse a transição buscando manter, na nova ordem democrática, o apoio dos trabalhadores. Alexandre Marcondes inaugurou uma forma de comunicação entre governo e classe trabalhadora pelo programa radiofônico intitulado “Falando aos Trabalhadores do Brasil”. Tratou-se de campanha de esclarecimento da legislação social, dada pelo ministro do Trabalho. Avaliando essa ação pedagógica, desenvolvida por Marcondes Filho junto aos trabalhadores, Angela Gomes afirma que:

“o conteúdo das palestras abarcaria predominantemente o novo direito social, diagnosticado como uma matéria ainda desconhecida pelo próprio trabalhador, seu beneficiário. As causas dessa situação eram muitas e distintas. As dificuldades de comunicação entre as regiões do país constituíam apenas a faceta geográfica do problema. Na verdade, a ela se somava, como causa da ignorância de nosso povo, o tipo de processo histórico que presidira a elaboração da legislação social. Por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim

⁴³⁰ GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit., p. 197-8.

⁴³¹ Idem, p. 197-8.

outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos.”⁴³²

**Figura 31 - Boa Noite Trabalhadores do Brasil!
As palestras radiofônicas de Marcondes Filho**



Fonte: Boletim do SAPS, Março, 1945

Além de fazer o histórico das leis sociais, “outorgadas” por Vargas, as palestras de Marcondes Filho visavam à aproximação entre poder público e povo. Por essas palestras radiofônicas, todos os benefícios “outorgados” pelo estado varguista aos trabalhadores, eram anunciados sempre com muita pompa e comemoração. Desde o ano de 1939, a comemoração do 1º de maio era feita em grande estilo em estádios de futebol, abertos aos populares. Foi assim o anúncio do salário mínimo, perpassando ao ato a ideia de presente para o povo. A saudação do presidente refletia seu papel de líder das classes trabalhadoras encerrando o jargão inicial: “Trabalhadores do Brasil”. A política pública instituída pelo SAPS insere-se no bojo das medidas varguistas que contemplavam a classe trabalhadora na fase final do Estado Novo.

O Boletim do SAPS, revista criada pela autarquia para comunicação com seus frequentadores, confirma a tese de Angela Gomes. Em março de 1945, sob o título “Boa Noite Trabalhadores do Brasil (A. Marcondes e a Legislação Trabalhista)”, o periódico trazia reportagem sobre a tarefa assumida pelo ministro do Trabalho “de falar diariamente aos seus amigos trabalhadores, orientando-os e debatendo os fatos do momento”.⁴³³ Segundo o texto, Alexandre Marcondes Filho fazia palestras através das

⁴³² GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op.cit., 1988, p. 231.

⁴³³ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

quais interpretava “com segurança o espírito das nossas leis trabalhistas”.⁴³⁴ A reportagem assinalava que tais comunicações abordavam também outros assuntos. Dizia o texto: “Evidenciando a importância que o Ministro do Trabalho atribui à alimentação correta”, ele “dedicou, no mês de janeiro último, três palestras a este problema vital para o Brasil”.⁴³⁵ Na primeira delas, ocorrida no dia 19 de janeiro de 1945, o ministro abordou o tema relativo aos armazéns de subsistência do SAPS. O pronunciamento assinalava:

“O Presidente da República acaba de baixar um Decreto Lei do maior interesse coletivo, autorizando as empresas que empreguem mais de trezentos trabalhadores a manter postos de abastecimento, destinados a suprir de gêneros alimentícios de primeira necessidade os seus empregados e os respectivos dependentes. Tais armazéns estão isentos de quaisquer impostos federais, estaduais e municipais e os gêneros deverão ser vendidos pelo preço de aquisição dos atacadistas ou às fontes produtoras, apenas com o acréscimo máximo de 10% para as despesas de instalação e administração, respeitados sempre os limites fixados pelos órgãos competentes para o artigos tabelados (...).”⁴³⁶

2. Tempo de guerra, tempo de carestia e escassez de produtos

Época de guerra... Contexto de carestia e de escassez de produtos. Isso justificava a criação dos Postos ou Armazéns de Subsistência, já mencionados nessa pesquisa. Tal contexto é evidenciado nas cartas dos trabalhadores da capital endereçadas ao boletim do SAPS, de novembro de 1944, conforme demonstra o prefácio do periódico:

“A escrita revela não só as tendências como o caráter das pessoas. Composições, então, de trabalhadores, de gente simples, como as que recebemos para publicação neste primeiro número do boletim do SAPS, deixam à mostra os problemas que os preocupam. Prova disto são os dois flagrantes que abaixo transcrevemos e nos quais dois trabalhadores fixam, com o humor peculiar ao carioca, o que sentem com relação ao problema das filas.”⁴³⁷

⁴³⁴ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴³⁵ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴³⁶ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁴³⁷ Boletim do SAPS, Novembro de 1944, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15.

O texto continuava demonstrando como era difícil a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Para exemplificar a situação, dois trabalhadores escrevem ao Boletim do SAPS contando sobre as agruras enfrentadas pelas pessoas nas filas para compra de produtos. Usando de metáforas, as duas crônicas abaixo são relatos da situação estapafúrdia a que se submetia o cidadão.

A FILA...

No Rio de Janeiro, a existência das filas tornou-se muito comum. Há poucos dias, passando por Benfica, presenciei o seguinte espetáculo: um animal morto, já em estado de decomposição, jazia na estrada. No local, grande quantidade de urubus, pouco a pouco, se aproximava do cadáver. Interessado, quedei-me apreciando, por certo tempo, o succulento lanche que faziam as negras aves famintas. De repente, uma briga violenta se verificou entre dois deles. – “Ora, muito boa!” Um urubuguarda estava castigando um urubu-paraquedista, que pretendia passar à frente dos outros, na interessante fila que organizaram para aquele lauto almoço.

André Domingos dos Santos⁴³⁸

AGORA MUDOU

Como diz o velho rifão – há males que vem para bem...

Eis um exemplo: antigamente no açougue do “Seu” Joaquim, chegava Madame Genoveva e gritava da porta: “Seu Joaquim, a minha?” o velho açougueiro, que por sinal era mais velho na malandragem que na idade, piscava o olho e acenava para debaixo do balcão. Madame Genoveva disfarçava um pouco, e já se ia..., enquanto o ‘Brederodes’ que já se achava desde as 2 da madrugada, metido numa fila (e que fila!...), à espera do açougueiro, que invariavelmente dormia o seu primeiro sono.

Veio o racionamento.

Agora, os que comiam muito passaram a comer pouco e os que nada comiam passaram a comer! Nem Madame Genoveva reserva, nem Brederodes entra na fila.

Plínio Rabelo⁴³⁹

As paródias revelam o humor, peculiar do carioca, diante de situações desconfortáveis. Cabe, nessa circunstância, lembrar Bakhtin em suas ponderações sobre a “heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), nos quais devemos incluir

⁴³⁸ Boletim do SAPS, Novembro de 1944, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15.

⁴³⁹ Boletim do SAPS, Novembro de 1944, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 15.

as breves réplicas do diálogo do cotidiano”.⁴⁴⁰ Tais diálogos possuem uma diversidade de modalidades “extremamente grande em função do seu tema, da situação e da composição dos participantes (...)”.⁴⁴¹ As falas das paródias em destaque desvelam as formas sutis encontradas pelos autores para mostrar como as classes menos favorecidas sofriam com o desabastecimento. O primeiro autor André Domingos dos Santos, de forma metafórica, utilizou-se de uma desavença entre animais para demonstrar como a comunidade enfrentava os problemas de desabastecimento. Nesse sentido, a intervenção estatal contra os “fura-filas” tornava-se necessária, porque o desrespeito ocorria em grande parte das vezes. Já Plínio Rabelo demonstrava que a carestia e a falta de produtos haviam igualado as condições das classes sociais no que tange à distribuição de alimentos. Tais paródias sugeriam por que era necessária a intervenção estatal em relação à venda de alimentos subsidiados. E a resposta do governo, como bem propalara a palestra de Marcondes Filho, se deu através da criação dos Postos de Subsistência do SAPS, que minimizavam na forma de subsídios a questão do preço e do desabastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Outras falas do ministro Alexandre Marcondes Filho relacionadas às atividades do SAPS foram transcritas pelo Boletim de março de 1945. Em 23 de janeiro de 1945, dizia o periódico, o ministro relatara em seu programa radiofônico que seria inaugurado no dia 25 o Posto de Subsistência do SAPS em São Paulo. Vejamos parte de seu pronunciamento:

“será inaugurado em São Paulo, como já ocorreu em outros Estados, o primeiro posto de subsistência para trabalhadores que o Serviço de Alimentação da Previdência Social ali instalou. (...) A data de 25 de janeiro, escolhida para essa solenidade, é também uma homenagem a São Paulo, cuja fundação nesse dia comemoramos. (...) É uma obra que vai ao encontro das dificuldades excepcionais do momento e favorece meios para vencer, mais facilmente, a parcela dos inevitáveis ônus que a contingência histórica impõe a todos os brasileiros. Em outros Estados, ultimam-se também as providências para instalações semelhantes, através das quais se concretizam os propósitos do governo para com os trabalhadores de todo o país.”⁴⁴²

Mais uma vez o contexto social era apontado como premência para intervenção estatal. E o ministro deixava clara a atuação do governo para minorar os ônus da

⁴⁴⁰ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 262.

⁴⁴¹ Idem, 2003, p 262.

⁴⁴² Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 5.

“contingência histórica” realizando, para tanto, “uma obra” que ia “ao encontro das dificuldades excepcionais do momento”.⁴⁴³

Em 29 de janeiro de 1944, Alexandre Marcondes Filho iniciou seu programa “Falando aos trabalhadores do Brasil” dizendo:

“Na sexta-feira passada, o Presidente Vargas inaugurou o restaurante do IPASE, com capacidade para 1500 refeições diárias. No dia seguinte, outro refeitório era aberto para os comerciários, na sede do respectivo instituto, também com a presença do Presidente, que, de novo, almoçou com os trabalhadores. Aqui o número é maior e mais baixo o preço (...).”⁴⁴⁴

O ministro seguia detalhando estatísticas do funcionamento do SAPS.

“No Distrito Federal existem 31 restaurantes fiscalizados pelo SAPS e 5 por ele dirigidos, além do restaurante central da Praça da Bandeira. (...) Entre almoços nas mesas, almoços em carros térmicos e jantares, o restaurante central do SAPS fornece, em média, 7000 refeições diárias. Nos demais refeitórios dirigidos – Inhaúma, Estivadores, Imprensa Nacional, União Nacional dos Estudantes e restaurante-escola – 4700. Nos restaurantes fiscalizados, 6420. Deve-se acrescentar a todos esses números os almoços oferecidos pelos Comerciários, isso é, pelo IPASE, dando tudo uma soma de 25820 pessoas atendidas, o que, ao fim de cada mês, representa cerca de 750000 refeições. Estamos, portanto, muito próximos de um milhão.”⁴⁴⁵

Complementava dizendo que “tudo isso ainda é pouco, bem sei, tendo em conta a população trabalhista do Distrito Federal”. “Mas, (...) até novembro de 1940, quando foi inaugurado o restaurante na Praça da Bandeira, pelo Presidente Vargas, *não havia nada disso.*”⁴⁴⁶ Alexandre Marcondes Filho destacava que “elevaríamos ainda essa cifra se quiséssemos fazer a estatística das refeições servidas pelas fábricas, sob a inspiração do exemplo dos restaurantes populares criados pelo governo”.⁴⁴⁷ Não se pode negar, diante desses dados, a amplitude desse programa de combate à fome e à desnutrição em nosso país. O texto do ministro enfatizava que outros estados brasileiros estavam sendo ou seriam contemplados com restaurantes do tipo SAPS, tais como: São

⁴⁴³ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 5.

⁴⁴⁴ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 5.

⁴⁴⁵ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 5, grifos meus.

⁴⁴⁶ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 5, grifos meus.

⁴⁴⁷ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 5.

Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio e Espírito Santo, onde o programa se achava em início de expansão.

3. O trabalhador sob a chancela da Legislação e Jurisprudência Trabalhista

O que se quer destacar neste capítulo é a coluna criada pelo Boletim do SAPS para atender a questões levantadas por trabalhadores no que tange à legislação trabalhista. Já se assinalou que, durante os almoços e jantares no SAPS, havia um serviço de locutores encarregados de transmitir aos trabalhadores as notícias e comentários sobre legislação trabalhista. “Legislação e Jurisprudência Trabalhista” era o nome de uma coluna que pretendia fazer do periódico “um veículo de informações preciosas e úteis às classes trabalhistas nacionais”.⁴⁴⁸ Assim, clarificava em seu número inicial:

“Esta seção de ‘Legislação e Jurisprudência Trabalhista’ é um esplêndido ensejo que temos para assistir, de maneira prática, a todos aqueles que, pelas próprias condições de seu trabalho, têm dúvidas quanto aos direitos que lhes assistem e deveres que lhes competem. Fiéis ao espírito e à letra da legislação trabalhista, em boa hora e com reais proveitos consolidada, respondemos às consultas de nossos leitores que afluem numerosas, não obstante conte a seção com apenas dois meses de vida.”⁴⁴⁹

A correspondência com os trabalhadores era, inicialmente, realizada sob a chancela da equipe do governo Vargas, encarregada de esclarecer dúvidas sobre a legislação social. Posteriormente, a equipe jurídica do SAPS era a responsável por essa comunicação com os trabalhadores. Sublinha-se, entretanto, que tais ações inseriam-se no escopo do trabalho conduzido por Alexandre Marcondes Filho, cujo principal alicerce era o programa radiofônico “*Falando aos Trabalhadores Brasileiros*”. Como bem pontuou Angela Gomes, “a história das leis sociais, seu conteúdo, seus pontos polêmicos, tudo isto era tratado pelo ministro em tom pedagógico e até mesmo paternal. Muitas vezes, casos concretos eram apresentados, para que o problema tratado ganhasse mais vida e fosse mais facilmente acompanhado”.⁴⁵⁰ Marcondes Filho tinha um pequeno grupo no ministério encarregado de preparar as palestras semanais. Esse grupo formava um “verdadeiro *staff* ministerial” responsável por estudar e preparar “os textos

⁴⁴⁸ Boletim do SAPS, fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁴⁹ Boletim do SAPS, fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁵⁰ GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit., 1988, p. 233.

dos novos decretos” e também de se encarregar “da reforma de leis anteriores”.⁴⁵¹ Faziam parte desse grupo: José Segadas Viana, Arnaldo Sussekind, Oscar Saraiva, Dorval Lacerda.⁴⁵² As palestras radiofônicas deixaram de ir ao ar em fevereiro de 1945, “quando o país vivia um nítido clima de transformação do regime, e em julho os partidos e as candidaturas estavam na rua”.⁴⁵³ A questão relativa à eficácia desse programa não está em relevo nessa análise. Entretanto, ressalta-se que, “segundo a ótica do Ministério do Trabalho, a iniciativa fora bem elaborada e executada”. Julga-se pertinente observar que, na esteira dessa campanha pedagógica desencadeada pelos órgãos governamentais, desembocarão o sindicalismo corporativista e a formação do Partido Trabalhista Brasileiro. Não por acaso, Lucilia Neves destaca a seguinte fala de Segadas Viana: “O nosso objetivo era realmente criar uma mentalidade na nossa massa trabalhadora... de que ela tinha direitos. Que ela não podia continuar subjugada. Era o direito de sindicalização”.⁴⁵⁴ A mesma autora, ao falar sobre as origens do PTB, aponta que ele nascera dentro do Ministério do Trabalho “na linha da continuidade da transformação”. Nessa perspectiva, “o grande articulador do partido foi Alexandre Marcondes Filho (...)”.⁴⁵⁵ Daí a campanha desencadeada para atingir a classe trabalhadora. Nesse contexto, partido e sindicato corporativista fazem parte de um mesmo processo. Dessa forma, o alvo da campanha de disseminação das conquistas sociais era o trabalhador. Sem ele, nem sindicato nem partido existiriam.

Pelo exposto, considera-se que os meandros e as especificidades dessa relação governo/classe trabalhadora, iniciada no final do governo Vargas, merecem uma análise cuidadosa. As cartas que fazem parte do Boletim do SAPS/Seção Legislação e Jurisprudência Trabalhista nortearam a presente análise. Para além de constatar a visão dos governantes, que já foi objeto de reflexão de grande parte das obras historiográficas, tentar-se-á entender como os trabalhadores viam essa divulgação de seus direitos. Procurar-se-á compreender as emulações, entre a campanha propagandista desencadeada pelo governo e as missivas enviadas pelos trabalhadores ao Boletim do SAPS. Elas guardariam relação de efeito com o trabalho pedagógico realizado por Alexandre Marcondes Filho sobre disseminação das leis e conquistas sociais? Como os

⁴⁵¹ Idem, 1988, p. 234.

⁴⁵² Idem, 1988, p. 234.

⁴⁵³ Idem, 1988, p. 232.

⁴⁵⁴ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo* (1945-1964). Op. cit., p. 74.

⁴⁵⁵ Idem, 1989, p. 57.

trabalhadores viam o enfoque dado pelo governo ao esclarecimento da legislação social? A referida coluna trazia, além das cartas contendo dúvidas trabalhistas, textos esclarecedores de nuances da legislação, ou que falavam das conquistas sociais do período. Qual a linha central desses textos? De que forma tais escritos atingiam a massa trabalhadora?

O Boletim do SAPS, de fevereiro de 1945, destacava a presença de Segadas Viana respondendo às questões enviadas pelos trabalhadores. Acrescentava que “a apresentação do nome de Segadas Viana, assim, simplesmente, sem mais títulos ou explicações, impõe-se pela autoridade e prestígio que o jovem e dinâmico Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho granjeou entre os trabalhadores de todo o Brasil”.⁴⁵⁶ Ainda sobre Segadas, o texto enfatizava ser ele “um dos mais eficientes e dedicados auxiliares do Ministro Marcondes Filho”,⁴⁵⁷ e que por isso enfeixava

“em suas mãos atribuições de grande responsabilidade, quais sejam, além de Diretor do DNT, a de Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical, estando a cargo da direção do movimento sindicalista brasileiro que, depois do início das atividades da CTOS⁴⁵⁸, tomou extraordinário desenvolvimento.”⁴⁵⁹

A afirmação era concluída de forma elogiosa a Segadas Vianna e o apontava como “jornalista militante” que imprimiria “a esta página, grande interesse e importância, antecipando, nos comentários que escreverá mensalmente, a orientação e o sentido da nossa legislação trabalhista”.⁴⁶⁰ Por essa razão, o Boletim do SAPS afirmava ser “honra insigne contar com o nome de Segadas Viana entre os nossos colaboradores permanentes, e ao registrar prazerosamente tal resolução, congratulamo-nos com os trabalhadores do Brasil que dela se beneficiarão”.⁴⁶¹ Certamente, essa coluna, do periódico editado pelo SAPS, manteve relação de identidade com as palestras radiofônicas em que Alexandre Marcondes Filho abordava questões pertinentes ao corolário trabalhista. No dizer de Angela Gomes, os textos do programa “*Falando aos Trabalhadores brasileiros*” eram “escritos para serem ouvidos e sugeriam a

⁴⁵⁶ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁵⁷ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁵⁸ CTOS (Comissão Técnica de Orientação Sindical).

⁴⁵⁹ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁶⁰ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁶¹ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

contigüidade entre o emissor e os receptores”.⁴⁶² A premissa da contigüidade também pode ser percebida na seção mantida pelo Boletim do SAPS que discutia as questões trabalhistas. Na seção em foco, as questões eram postas pelos trabalhadores através de cartas. Seriam essas questões resultado da propaganda feita por Alexandre Marcondes e sua equipe? Como essa propaganda do governo teria alcançado a classe trabalhadora? Os trabalhadores teriam colocado questões trabalhistas que se coadunavam com a campanha pedagógica desfechada pelo ministro do Trabalho e seu grupo? Ou essas cartas nos revelam nas entrelinhas que os trabalhadores estavam construindo seu discurso e sua interpretação das referidas leis com base em seus problemas cotidianos?

Responder a esse elenco de questões não é tarefa fácil. Nesse sentido, corrobora-se com a advertência feita por Jorge Ferreira acerca da premissa de que populares, “assim como as classes dominantes, também produzem idéias, as quais circulam na sociedade”. O autor também assinalou a dificuldade de fontes, pois,

“se os fundamentos do projeto político-ideológico implementado nos anos 1930, podem ser estudados por meio da produção dos intelectuais engajados, pelos discursos dos governantes, pela propaganda política, literária, radiofônica e cinematográfica da época, nem sempre temos à nossa disposição o registro das idéias, das representações sociais e da maneira pela qual as pessoas pobres e os indivíduos comuns organizaram a realidade social em suas mentes.”⁴⁶³

Sobre a referida seção, mantida pelo Boletim do SAPS, algumas considerações são colocadas a seguir. Era preservado o anonimato dos trabalhadores que faziam as consultas. Apenas as iniciais de seus nomes eram reveladas. Provavelmente, o sigilo tinha o tom de proteção das possíveis retaliações que a empresa pudesse imputar ao trabalhador. Esclarece-se que as respostas às questões trabalhistas levantadas eram dadas inicialmente por pessoas da equipe do Ministério do Trabalho. Depois, funcionários do departamento jurídico do SAPS passaram a exercer tal tarefa. O hábito de responder às questões, enviadas pelos trabalhadores, sobreviveu à queda da ditadura Vargas e, por conseguinte, à política de construção do trabalhismo gestada no Ministério do Trabalho por Alexandre Marcondes Filho. Na tentativa de melhor compreender os

⁴⁶² GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit., 1988, p. 234.

⁴⁶³ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Op. cit., p. 31.

meandros dessa relação governo/classe trabalhadora, buscar-se-á ouvir as vozes e as questões colocadas pelos trabalhadores nas cartas que enviavam ao Boletim do SAPS. Cumpre notificar que, além das missivas, a seção apresentava textos relativos ao arcabouço legal trabalhista e às conquistas sociais que beneficiaram a classe trabalhadora no período. Tais textos eram assinados por funcionários do Ministério do Trabalho ou pertencentes ao Departamento Jurídico do SAPS.

4. As questões trabalhistas na ótica de Segadas Viana

Em fevereiro de 1945, o Boletim do SAPS, através do setor referente à consulta sobre direitos trabalhistas, trouxe a seguinte carta escrita pelo Sr. **P. I.** :

“Trabalhei três anos num armazém de secos e molhados, geralmente, até oito horas da noite porque fazia entregas a domicílio. Fui despedido faz um mês porque faltei ao serviço três dias por estar doente. Quando voltei não quis trabalhar mais até tão tarde. O patrão pagou-me a indenização e as férias. Reclamei que queria o aviso prévio e as horas extraordinárias, mas ele não quer pagar, dizendo que não tinha contrato escrito. Devo ir ao Ministério do Trabalho?”⁴⁶⁴

A resposta jurídica dada por Segadas Vianna esclareceu que, “além da indenização e das férias, o patrão” era “obrigado a lhe pagar o aviso prévio de 30 dias”. E acrescentava: “Quanto às horas extraordinárias, a lei obriga o acordo escrito para o efeito de pagamento”. Mas esclarecia que o pagamento também poderia ser feito se houvesse “prova testemunhal absolutamente boa (dos outros empregados)”⁴⁶⁵ que demonstrasse as horas extras trabalhadas, “visto que o trabalho gratuito é proibido por lei”.⁴⁶⁶ Nesse caso, “o salário relativo às horas extraordinárias é devido sempre que verificada a prestação de trabalho, mesmo não existindo acordo escrito ou contrato coletivo (Acórdão da Câmara da Justiça do Trabalho. Proc. 6.402-44)”⁴⁶⁷.

Observa-se no trabalho pedagógico desenvolvido pelo Boletim do SAPS o objetivo de divulgar as leis trabalhistas e a preocupação em validá-las junto aos seus destinatários. Para François Ost, o Direito contado tem grande importância, e as narrativas fundadoras são constitutivas de identidades. Nesse sentido, é preciso saber

⁴⁶⁴ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁶⁵ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁴⁶⁶ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 38.

⁴⁶⁷ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 38.

concatenar projetos individuais e identidades coletivas entretecendo essas histórias de forma intersubjetiva. Assim, com o processo de universalização da ética, “nos situaremos na perspectiva de um comunitarismo moderno e aberto que faz dialogar a identidade narrativa, baseada em histórias coletivas e destinos singulares, e a identidade argumentativa, apoiada sobre normas gerais e razões partilháveis”.⁴⁶⁸ Divulgar a legislação social produzida, regulamentada e reformada a partir do ano de 1930 sob a forma de histórias concretas individuais, era, sem dúvida, universalizá-las.

Cumprir registrar que a norma jurídica trabalhista já fora instituída e consolidada através da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Não há como negar que tal ato se constituiu em ganho para os trabalhadores, ou em perspectiva de uma vida melhor decorrente da universalização dos direitos na acepção de Ost.⁴⁶⁹ Comentar e discutir especificidades desse consolidado poderia colocar a lei ao alcance de todos. Tal atitude, em contrapartida, gerava ganhos políticos para o governo, que se intitulava o patrocinador dessas conquistas. Há que se observar, sobretudo, o desconhecimento da legislação trabalhista por parte dos trabalhadores nos dias atuais. Segundo registros da Justiça do Trabalho, são inúmeros os casos em que patrões descumprem a lei trabalhista e o empregado alega ter demorado a procurar ajuda por puro desconhecimento de seus direitos. Por isso, considera-se importante assinalar as questões levantadas pelos trabalhadores como, por exemplo, a do Sr. R. de S.:

“Trabalho numa empresa de transportes e mudanças, como carregador. A morte de um dos sócios e a falta de negócios do momento obrigaram o gerente a fechar a casa por dois meses. Agora está funcionando outra vez e voltei a trabalhar, mas o gerente não quer pagar o ordenado dos dois meses que estive a empresa fechada. Tenho direito ou não a receber?”⁴⁷⁰

A resposta, dada pelo jurídico do SAPS, dizia que o trabalhador consulente tinha direito “a receber os dois meses de salário, visto que nenhuma culpa lhe cabe pela suspensão temporária das atividades da sua empresa”.⁴⁷¹ Esclarecia ainda que, “no caso, a suspensão do trabalho não pode ser levada à conta de força maior, por

⁴⁶⁸ OST, François. *Contar a lei: As fontes do imaginário jurídico*. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 47.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 38.

⁴⁷¹ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 38.

constituir risco próprio da empresa, não devendo, portanto, esse risco ser distribuído pelos empregados que assim ficariam privados dos meios de subsistência e da própria família”.⁴⁷² E concluía colocando o seguinte excerto legal:

“A suspensão do trabalho, por constituir risco próprio da empresa, não pode ser levada à conta de caso de força maior – o empregador é responsável pelo salário de seus empregados suspensos em virtude da paralisação dos trabalhos – (Acórdão – Câmara de Justiça do Trabalho: Proc. CNT 22.090-43).”⁴⁷³

Por fim, aconselhava ao emissor da mensagem “a recorrer à Justiça do Trabalho, caso a empresa permaneça na negativa”.⁴⁷⁴ Ainda hoje, tais questões assolam os trabalhadores, que ficam em dúvida quanto aos seus verdadeiros direitos legais. Percebe-se, na resposta, o esclarecimento da questão e uma atitude de amparo legal ao trabalhador.

De outra feita, a carta enviada pela senhora R. V. do Rio de Janeiro dizia:

“Trabalho a dois anos num atelier de costura como tarefeiro no serviço de alinhavo. Faz quinze dias que fui despedida, dizendo a *madame* que não tinha mais serviço para mim. Além disso, nunca me deu férias e não sei o que fazer, pois não tenho conseguido outro emprego.”⁴⁷⁵

A resposta dizia que a senhora em questão tinha direito “a indenização de acordo com o parágrafo 5º do art. 478 da Consolidação das Leis do Trabalho”⁴⁷⁶. Acrescentava que ela deveria calcular “o tempo que gastava na execução de sua tarefa e o seu respectivo valor durante trinta dias”⁴⁷⁷ para saber quanto receberia. Sobre a questão das férias, ressaltava-se que lhe cabia “por base a média percebida no período correspondente às férias a que tem direito (Art. 140, parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho)”⁴⁷⁸.

A carta, simples, escrita por essa trabalhadora que realizava serviços de alinhavo em *atelier* de costura, registrava questões trabalhistas importantes. Tais

⁴⁷² Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 38.

⁴⁷³ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 38.

⁴⁷⁴ Boletim do SAPS, Fevereiro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 38.

⁴⁷⁵ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

⁴⁷⁶ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

⁴⁷⁷ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

⁴⁷⁸ Boletim do SAPS, Março de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

questões foram plenamente esclarecidas pela resposta. Aliás, a réplica jurídica não deixou dúvidas quanto à proteção que a lei dispensava a essa trabalhadora e aos demais que, porventura, se encontrassem em condições similares. Cumpre registrar que, provavelmente, essa auxiliar de costura não teria conhecimento de seus direitos legais, a não ser pela via dessa consulta ao jurídico do SAPS. Também não lhe seria possível, em termos financeiros, consultar e pagar a um advogado para lhe esclarecer tais preceitos. Ainda hoje, as camadas populares recorrem à justiça gratuita para realizar tais consultas. Ou, na impossibilidade de fazê-lo, deixam de reclamar seus direitos. Por isso, considera-se pertinente afirmar que esse tipo de serviço era, naquele contexto, uma forma de democratizar o conhecimento da lei e dos direitos sociais.

Em abril de 1945, Segadas Viana falou aos trabalhadores através do Boletim do SAPS sobre absentéismo no trabalho. Alertava que o índice de faltas ao trabalho, no Brasil, era considerado elevado atingindo índices que variavam entre 5% e 20%. Além disso, os motivos eram considerados não justificáveis: casamento de um conhecido, o aniversário de um parente. O texto continuava dizendo que: “se em uma fábrica de 1.000 operários, o índice de faltas é de 5%, teremos 15 faltas em 300 dias de trabalho (...)”. “Para a totalidade da fábrica corresponde a 15.000 dias de trabalho, ou seja... 15.000 dias de salário.” Com base no “salário mínimo serão mais de 240.000 cruzeiros que os trabalhadores deixaram de ganhar nesse ano”.⁴⁷⁹ Segadas Viana inferia que, após a realização de um inquérito sobre o absentéismo em grande estabelecimento da capital, fora concluído que 60% das faltas haviam ocorrido por motivos fúteis. Foi feito, então, um trabalho de aconselhamento junto aos empregados visando à conscientização dos prejuízos que acarretavam para si, para o empregador e para o país. A partir desse trabalho, segundo sua observação, houve um considerável decréscimo das faltas. Concluía ressaltando a necessidade de reduzir o absentéismo de forma drástica, para que a produção pudesse obter o máximo de rendimento e custo baixo. Assim, poder-se-ia conquistar mercados internacionais e assegurar aos consumidores internos a possibilidade de adquirir os bens considerados úteis.

Em outro artigo do mesmo Boletim, Segadas Viana falava sobre a Lei dos Dois Terços. Instituída pelo Decreto-Lei n.º 5.452, essa lei garantia ao trabalhador brasileiro uma percentagem de vagas no quadro de pessoal das empresas, individuais ou coletivas.

⁴⁷⁹ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

Tal medida objetivava “coibir o abuso que se verificava em quase todos os ramos de atividade, principalmente nos que eram dirigidos por estrangeiros, onde o número de empregados brasileiros era mínimo e, às vezes, quase nenhum”.⁴⁸⁰ Nesse sentido, o da proteção do trabalhador nacional, versava o capítulo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho. Para além de fixar essa proporção, no que diz respeito ao número de empregados, o corpo da lei estipulava que essa proporcionalidade devia “ser observada em relação à folha de salários”.⁴⁸¹ Por isso, em funções análogas, nenhum estrangeiro poderia perceber salário maior que o brasileiro. As ressalvas a essa determinação legal eram explicitadas nos itens do art. 358. “A proteção ao trabalhador brasileiro impunha-se como um imperativo de ordem social e econômica que ao Governo cabia instituir, como um passo para melhoria de padrão de vida do homem nacional, sempre tão sacrificado e preferido pelo braço alienígena.”⁴⁸² Segadas falava do projeto de nacionalização do trabalho que visava à proteção de nossas classes produtoras. Enfatizava o justo equilíbrio de nosso legislador em contraposição “aos extremismos das disposições totalitárias e ultranacionalistas”.⁴⁸³ Essa posição de equilíbrio permitiu que se mantivesse a cooperação de estrangeiros, que possuíam especializações não dominadas pelos brasileiros. A medida do governo transmitia ideia de justiça e humanidade, e jogava por terra o *slogan* vigente na Primeira República: “No Brasil o problema social é um caso de polícia...”⁴⁸⁴

Mostrando mais uma vez que o objetivo dessa seção era discutir as nuances da CLT, o Boletim trazia cartas de trabalhadores expondo suas querelas. A consulta do Sr. A. M., do Rio de Janeiro, objetivava saber sobre seu desligamento de um colega do bar onde trabalhava. Alertava que recebera aviso prévio, indenização e férias, mas “o patrão não quis pagar o salário incluindo a gorjeta, porque disse que a gorjeta quem dá é o freguês”. Pedia ao jurídico do SAPS que o orientasse. A resposta jurídica foi dada por Segadas Viana, responsável pela tarefa nesse período. Ele dizia:

“Determina o art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho: ‘Compreende-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que

⁴⁸⁰ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

⁴⁸¹ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

⁴⁸² Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

⁴⁸³ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

⁴⁸⁴ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 6.

receber'. Não cabe outra interpretação, além da que está expressa, claramente, no texto legal.”⁴⁸⁵

As observações contidas nessa orientação, ainda, são alvo de dúvida dos trabalhadores nos dias de hoje. Há casos em que os estabelecimentos comerciais contemporâneos ficam com a gorjeta do empregado. Dessa feita, era importante clarificar os meandros dessa relação patrão-empregado no tocante à gorjeta.

Em outra carta, escreveu a Sra. M. G. do Rio de Janeiro, capital:

“Sou enfermeira diplomada e trabalho num hospital de grande movimento onde o quadro de enfermeiras está reduzido ao mínimo, por motivos que não me competem apreciar. Mas o fato é que, em virtude dessa deficiência faço pernoites, às vezes, quatro vezes por semana, sem que tenha nenhuma compensação no salário. Reclamei dizendo que preferia trabalhar somente durante o dia, visto que meus sacrifícios não eram recompensados à altura. E a resposta foi que eu deveria continuar como estava ou então procurasse outro emprego. Tenho ou não direito de ganhar mais pelos pernoites?”⁴⁸⁶

A resposta evidenciava três itens importantes: “1 – A lei não proíbe o trabalho noturno de mulheres maiores de 18 anos em serviço de enfermagem; 2 – O trabalho noturno das mulheres deverá ser sempre melhor remunerado que o diurno, sendo obrigatório um acréscimo mínimo de 20%; 3 - No trabalho noturno das mulheres cada hora terá somente cinquenta e dois minutos e trinta segundos”. Também se ressaltava que esses elementos dariam respaldo à consulente para negociar com os dirigentes do hospital, mostrando a necessidade do cumprimento da lei para benefício de todos, para segurança e harmonia social.

5. Textos e palestras que esclareciam direitos e conquistas dos trabalhadores

No Boletim do SAPS, de junho de 1945, um artigo importante acerca do seguro social no Brasil aparece no setor intitulado Legislação e Jurisprudência Trabalhista. Sempre ressaltando o papel atuante do governo Getúlio quanto ao problema social, o artigo assinala que, desde 1930, a legislação social passara por

⁴⁸⁵ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 32.

⁴⁸⁶ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 32.

grande avanço. Assim:

“Naquele ano toda a legislação social se resumia a uma lei de férias não cumprida e na exigência de caixas de aposentadoria para os ferroviários. Hoje em dia o operariado possui *a garantia de salário mínimo, a estabilidade no emprego, a indenização por despedida injusta, os seguros maternidade e de doença*. Enquanto em 1930, apenas alguns milhares de ferroviários tinham benefícios do seguro social, hoje em dia o número de trabalhadores protegidos ascende a mais de dois e meio milhões”.⁴⁸⁷

O artigo continuava dizendo que o presidente Getúlio Vargas expedira “uma lei da mais alta importância não só para o proletariado como para toda a população” e criou o “Instituto dos Serviços Sociais do Brasil”. Tal órgão abrangeria “todos os indivíduos de mais de 14 anos que exerçam profissão remunerada ou auferirem rendimentos de qualquer fonte”. O alcance e a amplitude do novo regime de seguro social eram explicitados nos artigos do decreto-lei que o criara.⁴⁸⁸ O texto enfatizava o grande alcance social desse decreto e o mérito do governo em instituí-lo. Destacava que:

“assegurando ao trabalhador uma posição de dignidade em face do patrão e da sociedade, o Presidente Getúlio Vargas, com o ISSB vem colocar, sem distinção de classe e de fortuna, todos os brasileiros sob o amparo do seguro social, realizando, ao mesmo tempo, a maior obra de solidariedade entre indivíduos, de um mesmo país, já tentada em todo o mundo.”⁴⁸⁹

Estendia-se, dessa forma, o direito à previdência para o trabalhador que não possuísse registro em carteira de trabalho. Tal feito consistia, realmente, em obra de grande alcance dotada, naquela época, de certo ineditismo no que tange à

⁴⁸⁷ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

⁴⁸⁸ Os quatro artigos desse decreto-lei diziam:

Art. 8. Os benefícios da previdência social terão valor proporcional à média da contribuição individual no triênio que anteceder à respectiva concessão, obedecendo ao coeficiente de proporcionalidade a uma progressão decrescente, de modo a se manterem os benefícios nos limites fixados quinzenalmente por ato do Poder Executivo.

Art. 9. Os benefícios variarão segundo a condição de família dos segurados, não devendo, contudo, ser inferior a setenta por cento do valor do salário mínimo regional.

Art. 10. A prestação de benefícios terá em vista o efetivo amparo econômico do segurado e seus dependentes, perdurando enquanto não possam eles, por motivo de invalidez, idade ou condição doméstica, exercer atividade remunerada.

Art. 11. Os serviços de assistência social compreenderão as formas necessárias de assistência médico-hospitalar, preventivas ou curativas, e ainda as que se destinem à melhoria das condições de alimentação, vestuário e habitação dos segurados e de seus dependentes. Apud Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

⁴⁸⁹ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

proteção previdenciária estendida à grande parcela da população.

O mesmo artigo referendava o raciocínio desenvolvido por Angela Gomes, sobre as falas do ministro Alexandre Marcondes Filho, que visavam a elaborar o processo de construção de nosso direito social. Segundo a autora, as palestras ministeriais “procuravam não apenas informar a população trabalhadora sobre os benefícios a que tinha direito, como também esclarecê-la sobre a história de criação desses benefícios”. Nesse sentido, em seu discurso, o ministro distinguia dois processos para a criação do direito social no mundo, ressaltando que sua origem ou “provém das cruentas reivindicações populares para fazer progredir o Estado, ou provém da sabedoria do Estado e da clarividência das leis, para fazer progredir o povo”.⁴⁹⁰ Os dois caminhos, determinavam, segundo o pensamento do ministro, o processo de construção do direito trabalhista. No primeiro, conforme ocorrera em outras nações, essa construção adveio das lutas dos trabalhadores, que organizaram o sindicato e forçaram o Estado a conceder-lhes os direitos. O segundo caminho expressava o que aconteceu no Brasil, onde “coube ao Estado antecipar-se e elaborar a legislação, antes mesmo que o espírito associativo dos trabalhadores organizasse o sindicato”. Nesse caso, “o sindicato foi consequência e não causa do processo que estabeleceu os direitos trabalhistas”. Assim, o trabalhador brasileiro “obteve por *outorga* do poder público, sem lutas, os benefícios que tanto custaram a outros países”.⁴⁹¹ Como bem pontuou Angela Gomes, havia nesse discurso ministerial “uma autêntica inversão em uma série de valores até então acoplados ao conceito de trabalho e de trabalhador brasileiro, valores esses questionados pelos próprios movimentos da classe trabalhadora na Primeira República”.⁴⁹² Cumpre assinalar que a fala de Alexandre Marcondes Filho continha inversão de valores e omitia as lutas da classe trabalhadora brasileira pelos seus direitos.

Jorge Ferreira afirma que o Estado, ao formular a legislação social e trabalhista e valorizar o “trabalhador como socialmente necessário”, elevou-o à categoria de cidadão. Simultaneamente, esse mesmo Estado “teceu sua autoimagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de

⁴⁹⁰ GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit., 1988, p. 241.

⁴⁹¹ Idem, 1988, p. 241, grifos da autora.

⁴⁹² Idem, 1988, p.242.

seus interesses materiais e simbólicos”.⁴⁹³ Não se pode negar que essa política foi bem-sucedida e que a memória popular e da classe trabalhadora avalia como ganho as realizações do período Vargas no campo social.

Além de se antecipar na concessão das leis e direitos trabalhistas, o governo exercia, também, função conciliadora entre capital e trabalho, evitando as convulsões sociais, conforme retrata o Boletim do SAPS:

“a nossa carta trabalhista, exercendo uma função de longo alcance social, não assume atitude unilateral de proteção ao empregado, quando àquele não assiste razão ou direitos feridos a reivindicar. A Consolidação das Leis do Trabalho tem como finalidade manter o equilíbrio social nas relações entre empregado e empregador, o que equivale a dizer, também, a harmonia econômico-financeira da sociedade pela justaposição dos elementos produtores, isto é, conciliando o Capital e o Trabalho na tarefa comum de produzir riqueza.”⁴⁹⁴

Tal determinação se aplica à reciprocidade contida no exemplo. Da mesma forma que “ao empregado injustamente despedido cabe indenização na forma da lei, também ao empregador essa indenização é devida pelo empregado que rescindir o contrato de trabalho sem justa causa havendo termo estipulado”. Essa prerrogativa está explicitada no artigo 480 da Consolidação das Leis Trabalhistas:

“art. 480 – Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem. Parágrafo único. A indenização, porém, não poderá exceder àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.”⁴⁹⁵

O artigo lembrava “a forte dose de solidariedade humana” existente “em nossas leis trabalhistas, cujo fundamento cristão se evidencia no espírito de conciliação e equanimidade de seus textos” e que traduzia “o espírito elevado do legislador”.⁴⁹⁶ Este, “sem sacrificar o interesse econômico dos indivíduos e da sociedade, soube fazer com que se estreitassem as mãos, o Capital e o Trabalho”,⁴⁹⁷ quando em outras épocas e países essa dicotomia representou a existência de convulsões sociais.

⁴⁹³ FERREIRA. *Trabalhadores do Brasil*. Op. cit., 2011, p. 30.

⁴⁹⁴ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

⁴⁹⁵ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

⁴⁹⁶ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

⁴⁹⁷ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 7.

A busca desse espírito solidário, sob a chancela legislativa, aparece em algumas das cartas enviadas por leitores ao setor de Jurisprudência Trabalhista do SAPS. Para evidenciar tal raciocínio, sublinha-se a missiva de. P. M., menor de idade, que colocava a seguinte questão:

“Tendo dezessete anos trabalhei dois anos numa alfaiataria, como entregador. No mês passado chegou um filho de um amigo do patrão pedindo emprego. O patrão me despediu para dar lugar ao outro. Disse que pagava todos os meus direitos que a lei manda, mas que eu não podia assinar nenhum recibo, só meus pais ou quem se responsabilizar por mim. Não tenho pai nem mãe e moro em casa de uma tia viúva, a quem pago oitenta cruzeiros por mês de aluguel do quarto e ela não se responsabiliza por mim porque vivo do meu trabalho. Preciso receber do patrão e não sei o que fazer.”⁴⁹⁸

A resposta dizia que o menor P. M. não tinha “direito a dar quitação pelo recebimento da indenização, sem assistência dos seus responsáveis legais (art. 439 C. Leis Trab.)”.⁴⁹⁹ A denúncia de desamparo feita pelo menor P. M. podia ser lida nas entrelinhas, quando ele afirmava não ter pai nem mãe e morar com uma tia que não se responsabilizava por ele.⁵⁰⁰ Quanto ao aspecto legal, o patrão estava certo. Mas, em relação ao desamparo, ele poderia ser resolvido se fosse solicitada “ao Juiz de Menores a nomeação de um tutor ou responsável legal, caso não lhe tenha sido exigido, por qualquer motivo, na emissão da sua Carteira Profissional, a apresentação de um responsável na forma da lei”.⁵⁰¹

Na leitura dessa carta, considera-se necessário refletir sobre alguns dizeres contidos na argumentação enviada ao presidente Vargas por Amerida de Mattos Diniz, de Diamantina, Minas Gerais, conforme nos aponta Jorge Ferreira: “O Estado Novo colocou a família sob sua proteção especial e prometeu o amparo as famílias numerosas”.⁵⁰² Percebe-se na carta do menor P. M., enviada ao Boletim do SAPS, que, de forma sutil, ele pedia a proteção dos órgãos governamentais, já que não podia contar com o amparo familiar.

⁴⁹⁸ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 34.

⁴⁹⁹ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 34.

⁵⁰⁰ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 34.

⁵⁰¹ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 34.

⁵⁰² FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Op. cit., 2011, p. 36.

6. As questões trabalhistas na visão do departamento jurídico do SAPS

Em novembro de 1945, quando a Segunda Grande Guerra já terminara e o Estado Novo se encontrava em seu crepúsculo, o Boletim do SAPS, na seção legislativa, trouxe uma reportagem escrita pelo Dr. Heitor Luz Filho, assistente jurídico do SAPS. Seu teor era a participação do trabalhador nos lucros dos empreendimentos comerciais ou industriais. O texto apontava que “a guerra que se travou na Europa, prolongando-se até o Pacífico – guerra econômica e ideológica – veio trazer ao mundo a mais violenta transformação de que há notícia. Transformação política e econômica. Transformação filosófica e moral”.⁵⁰³ Essa transformação introduzira a era do coletivismo, em que os interesses da comunidade se sobrepujam aos individuais. Prova disso – segundo o artigo – era a Inglaterra de Clement Attlee,⁵⁰⁴ onde os trabalhadores movimentavam-se “no sentido de participar dos lucros dos empregadores, como uma justa compensação pelo trabalho realizado, certo que o salário, na sua forma simples e usual, é condição mínima de subsistência e não a remuneração necessária relativa ao valor do trabalho em si ou da riqueza produzida”.⁵⁰⁵ O documento continuava demonstrando a importância da “participação do empregado no lucro dos empregadores”, que já se transformara “em ponto de programa de alguns partidos políticos, como reivindicação de ordem geral”. Denunciava que tal reivindicação em nada podia “ferir a legislação trabalhista vigente” nem tampouco assumir atitude de ineditismo em nossa legislação social, conforme defendem alguns “renovadores da undécima hora”.⁵⁰⁶ “Com efeito”, grifava o artigo,

“se não há em nossa carta trabalhista a locução ‘participação nos lucros’, nem por isso estará desamparado pela lei, em caso de despedida injusta, o empregado que perceba, além do salário fixo, uma quantia variável perante ajuste como uma justa compensação pelo trabalho realizado, certo que participação convencional nos lucros está expressamente prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, no artigo 457 parágrafo 1º que entende integrar o salário “não só a

⁵⁰³ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵⁰⁴ Líder político do Partido Trabalhista inglês, nascido em 1883, em Londres, e falecido em 1967, na mesma cidade. Foi primeiro-ministro do Reino Unido entre 1945 e 1951. Foi um dos líderes políticos participantes na Conferência de *Potsdam*. Efetuou um vasto programa de nacionalizações e implementou um novo sistema de serviços sociais. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$clement-attlee](http://www.infopedia.pt/$clement-attlee).

⁵⁰⁵ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵⁰⁶ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

importância fixa estipulada, mas também as comissões, percentagens e gratificações pagas pelo empregador”.⁵⁰⁷

O texto defendia a tese da existência implícita na legislação trabalhista brasileira do preceito participação nos lucros. Alertava que a inexistência da locução de forma explícita no corpo da lei não impedia a Câmara de Justiça do Trabalho de aplicar tal prática. Tanto que já se instituíra jurisprudência favorável ao trabalhador nesse sentido. Por isso, dizia o relato, esse tribunal, “frente ao dispositivo legal, citado, ao examinar uma ‘carta-contrato’ em que o empregador se obrigou a dar ao empregado participação nos lucros”,⁵⁰⁸ emitiu sentença favorável aos empregados. Assim, pronunciou-se a Câmara de Justiça do Trabalho: “Se a participação nos lucros foi convencionada em *correspondência epistolar*, não há lugar para discutir a obrigação legal do empregador de dar ao empregado *participação nos lucros da empresa*”.⁵⁰⁹ As ponderações feitas pelo departamento jurídico do SAPS constataavam que a Justiça do Trabalho considerava o respaldo legal da participação de lucros e afirmava sua prática no Brasil. Portanto, concluía-se que nossa Lei Trabalhista, decretada em 1943, estava “atualizada e apta para solucionar todos os casos e dissídios entre empregados e empregadores, ainda mesmo os que possam suscitar dúvidas, como esse da participação do lucro, resultante” da “transformação na vida política, cultural e econômico-financeira dos povos”⁵¹⁰ provocada pela Segunda Guerra Mundial.

No mesmo Boletim do SAPS, de setembro de 1945, eram postadas consultas sobre problemas decorrentes das relações patrão-empregado. A consulta feita pelo Sr. I. P. do Rio de Janeiro dizia:

“Trabalhei quase um ano numa firma desta Capital e faz alguns dias fui despedido, pelo fato de faltar sempre no serviço nos sábados, já tendo sido antes suspenso por esse motivo. Aleguei que não trabalhava nos sábados por motivo de crença religiosa, pois sou protestante sabatista. E assim continuei não indo aos sábados trabalhar. Agora fui despedido por causa disso e achei que é uma injustiça, porque a religião alheia deve ser respeitada. Antes de ir ao Ministério do Trabalho peço que me oriente.”⁵¹¹

⁵⁰⁷ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵⁰⁸ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵⁰⁹ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31, grifos meus.

⁵¹⁰ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵¹¹ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

Ao ser despedido, o trabalhador I. P. considerou o ato como “uma injustiça”. Além de expressar sua reação de revolta, o emissor da missiva queria ser orientado antes de buscar a ajuda do Ministério do Trabalho. Sabia que suas faltas eram justificáveis, mas não tinha certeza do amparo legal a elas. A resposta dada pelo consultório jurídico do SAPS afiançou que “a despedida só terá sido injusta se no contrato individual de trabalho firmado entre o senhor e a empresa foi esclarecida a sua condição de protestante sabatista, inibido de trabalhar aos sábados por preceito religioso, condição essa aceita pelo empregador”.⁵¹² Se, em caso contrário, “ao firmar o contrato de trabalho, o senhor ocultou esse fato, não há despedida injusta”.⁵¹³ Isso porque “constitui omissão dolosa no contrato individual de trabalho o fato de silenciar o empregado sobre proibição religiosa que o inibe de trabalhar aos sábados”.⁵¹⁴ Acrescentava que tal decisão fazia parte de “um acórdão do Conselho Regional da 1ª Região da Justiça do Trabalho, no julgamento de caso idêntico”.⁵¹⁵

Na consulta seguinte, o Sr. B. V., também do Rio de Janeiro, colocava:

“Faz alguns anos que trabalho numa Companhia importante. Em 1942 fui aumentado em Cr\$200,00 por mês e em conseqüência desse aumento passei a contribuir mais para o Instituto. Este ano todos os empregados foram aumentados por pedido nosso. O Chefe da Companhia deu o aumento, mas tirou o que me dera em 1942. Reclamei e fui informado que o aumento de 1942 era um abono e de acordo com o Decreto-Lei número 3.813 e podia ser tirado a qualquer momento. Penso que há um engano em tudo isso e peço que me esclareça.”⁵¹⁶

O esclarecimento dado pela resposta do departamento jurídico poderia ser utilizado, ainda hoje, por muitos trabalhadores. Ele informava que se do abono fora “concedido em virtude do Decreto-Lei número 3.813 de 10 de novembro de 1941, o empregador descontava uma percentagem, a título de contribuição para o Instituto”⁵¹⁷. Nesse caso, esse aumento dado ao Sr. B. V. “em 1942 deixou de ser um ‘abono’ para adquirir a característica de aumento de salário, não podendo, portanto, ser revogado”.⁵¹⁸

⁵¹² Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵¹³ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵¹⁴ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵¹⁵ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵¹⁶ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵¹⁷ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵¹⁸ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

Isso se faz em razão do estabelecido pelo art. 1º do Decreto-Lei citado, onde se explicita que: “os aumentos feitos a título de “abono” não estão sujeitos aos descontos previstos nas leis de previdência social”.⁵¹⁹ Além da constatação legal, o texto informava já existir, a esse respeito, pronunciamento unânime do Conselho Regional do Trabalho da 2ª Região.

Em outra seção do Boletim do SAPS de outubro de 1945, o Dr. Heitor Luz Filho, assistente jurídico do SAPS, analisou a função educativa das leis trabalhistas. Sua preleção se iniciava dizendo:

“A vida em sociedade obriga o homem a observar certas normas de conduta, preservadoras, não apenas do respeito próprio e do direito alheio, como, também, dos princípios básicos da moral e da ética. Essa norma de conduta social, obrigatória, cuja finalidade é assegurar a harmonia da coletividade e garantir a intangibilidade da ordem jurídica, é o que se chama lei. Força coercitiva do Estado sobre os indivíduos e sobre a coletividade, a lei se impõe não como uma restrição à liberdade, mas como medida disciplinar e reguladora das atividades humanas.”⁵²⁰

Segundo Ost, o projeto jurídico nasce com as narrativas fundadoras decorrentes das histórias de vida cotidianas que se entrecruzam. Esse processo é passível de questionamentos, reinterpretações e mudanças. Ele também abarca narrativas singulares e desvios das acepções universalizantes. Mas precisamos compreender a expressão jurídica como fruto da narrativa de histórias de vida que se interconectam sem perder suas especificidades.⁵²¹ O discurso de Heitor Filho frisava a ideia da legislação trabalhista brasileira como “norma de conduta social” que se destinava, “também, a educar”.⁵²² Nessa direção, o assistente jurídico do SAPS demonstrava que antes o contrato de trabalho era uma ficção, nenhum direito era assegurado “ao empregado, prevalecendo, sempre, a vontade do empregador”, que menosprezava a condição humana do trabalhador. “Agora, (...) esses direitos passaram a ser examinados, discutidos e, por fim, impostos. Criou-se no operário a ‘consciência dos seus direitos’.”

⁵²³ Tal conscientização advinha, segundo ele, da função educativa das leis trabalhistas. Heitor Filho lembrava, entretanto, que o alicerce dessa consciência dos direitos

⁵¹⁹ Boletim do SAPS, Setembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 31.

⁵²⁰ Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

⁵²¹ OST, François. Op. cit., p. 40.

⁵²¹ Idem, 2004, p. 48.

⁵²² Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

⁵²³ Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

trabalhistas precisava ser estratificado através de soluções jurisprudenciais dadas aos casos de descumprimento das normas que iam surgindo. Em sua opinião, a jurisprudência acerca desses casos concorreria para a “formação de uma base sólida, indestrutível” e sedimentada que “o tempo e a experiência se encarregarão de consolidar”.⁵²⁴ O texto, também, destacava o papel dos juízes e Tribunais do Trabalho que foram “aplainando, amenizando os ânimos, protegendo os legítimos interesses dos que os tinham”. Acrescentava que “nessa tarefa educativa os resultados foram ótimos” e os “litigantes tradicionais – operários e patrões – já não se medem como inimigos, mas como partes”.⁵²⁵

Um dos casos concretos enviados para consulta ao Boletim do SAPS partia do Sr. O. M. do Rio de Janeiro. Ele dizia ser operário de uma indústria de vidro, há cinco anos operando como soprador.

“Trabalho ingrato e cansativo que pede muita saúde do operário, porque se trabalha perto do fogo, num calor de matar. Quando entrei na companhia podia dizer que era um homem forte, mas o trabalho me sacrificou a saúde. Fiquei doente faz pouco tempo. Pedi licença para me tratar e fui atendido, mas a doença é tuberculose e sei que não tenho cura. O gerente da companhia me despediu e pagou-me só o aviso prévio e as férias, dizendo que tuberculose não é moléstia profissional e que não tinha direito a mais nada. Estou sem recursos e não sei o que fazer.”⁵²⁶

A resposta aconselhava o consulente “a recorrer à Justiça do Trabalho fazendo prova do que alega”.⁵²⁷ Isso porque o setor jurídico do SAPS entendia que a tuberculose pulmonar, em tese, não era moléstia profissional. “Se, no entanto, o senhor provar que foi contraída no exercício do trabalho ou se com ele se relaciona, favorecendo o seu aparecimento, cabe-lhe direito à indenização de acordo com o art. 16, parágrafo único do Decreto 24.637 de 10 de julho de 1934.”⁵²⁸ Na análise desse caso, o consulente é aconselhado a fazer prova do que alegava demonstrando que nem sempre a universalização era regra para o julgamento. Apesar da tuberculose não ser enquadrada como doença profissional, caso fosse comprovada a contribuição do ambiente de trabalho em seu surgimento, o tribunal acataria a exceção. Considera-se que essa proposição enquadra-se nos caminhos sugeridos por Chartier quando indica que “a

⁵²⁴ Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

⁵²⁵ Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

⁵²⁶ Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

⁵²⁷ Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

⁵²⁸ Boletim do SAPS, Outubro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 11.

aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios e de reempregos singulares (...).⁵²⁹ Ou, de acordo com François Ost, a narrativa fundadora que precede ao processo jurídico não obstaculiza as narrativas singulares.⁵³⁰

O Boletim do SAPS, de outubro de 1945, trazia uma nota em que se registrava a impossibilidade de responder a todas as cartas enviadas pelos leitores sobre as dúvidas em relação às leis trabalhistas. O motivo alegado era a falta de espaço. Dessa forma, ficaram sem resposta as missivas dos senhores: P. V. do Rio de Janeiro; J. M. de São Paulo; B. C. do Estado do Rio; R. F. do Espírito Santo; M. O. do Rio de Janeiro; D. B. do Rio de Janeiro; G. H. S. de Minas; T. V. S. do Rio de Janeiro.⁵³¹ Essa notificação confirma a importância dessa seção de aconselhamento jurídico para os trabalhadores, mediante a constatação do acúmulo de correspondência. Ela também reforça a ideia de segurança que sentia o emissor da missiva conferida pela proteção do anonimato, no que tange às denúncias feitas pelos trabalhadores.

As consultas registradas no Boletim do SAPS de dezembro de 1945 traziam as preocupações dos trabalhadores com o desemprego, com a demissão injusta. Elas revelavam que esses trabalhadores escreviam na esperança do apoio de órgãos do judiciário para a solução dos conflitos trabalhadores-patrões. Assim, dizia a mensagem enviada pelo Sr. M. P. do Rio de Janeiro:

“No mês de setembro deste ano tinha eu direito de gozar férias na firma em que trabalho. Aconteceu, porém, que o patrão resolveu dar balanço geral para depois iniciar uma liquidação, não podendo por isso gozar as férias a que tinha direito. Quando terminou o balanço pedi para gozá-la, pois estava muito cansado. O patrão disse que havia muito trabalho e não era possível, propondo pagar-me em dinheiro. Recusei e ele ameaçou despedir-me, alegando indisciplina minha. Não posso perder o emprego. Não haverá solução para o meu caso?”⁵³²

A simples réplica do empregado havia gerado a ameaça de demissão. O patrão, abusando de seu poder e autoridade, ameaçara demitir o empregado por motivo injusto. Afinal, ele tinha o direito de gozar suas férias no mês de setembro. Sua fala, entretanto, desvela o medo de perder o emprego, por isso pede que lhe seja orientada uma saída. A resposta dada pelo setor jurídico do SAPS afiança:

⁵²⁹ CHARTIER. Op. cit., p. 136-7.

⁵³⁰ OST. Op. cit., p. 40.

⁵³¹ Sempre lembrando que era resguardado sigilo acerca da identidade dos consulentes para que eles não sofressem retaliações por parte dos empregadores.

⁵³² Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

“Se o empregador não lhe quis dar as férias a que tinha direito, está obrigado a pagá-las em dobro, em obediência ao disposto no art. 143, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto a lhe despedir pelo motivo que o senhor diz, seria uma despedida injusta.”⁵³³

A carta desse trabalhador demonstrava seu desconhecimento acerca do direito legal em receber suas férias em dobro, caso não pudesse gozá-las. O departamento jurídico do SAPS, através do Dr. Heitor Filho, mostrou a esse trabalhador que a CLT lhe dava respaldo. Também lhe revelou que sua demissão seria injusta, caso ocorresse. Isso lhe dava motivos para procurar a interferência do Ministério do Trabalho.⁵³⁴

Em outra carta enviada pelo Sr. J. M., também do Rio de Janeiro, havia os seguintes dizeres:

“Sou operário de obras e trabalhava como assentador na construção de um edifício em Copacabana. A obra ia levar dois anos para terminar e já estava trabalhando há seis meses quando o mestre me despediu para empregar um conhecido de sua família e disse para o chefe de escritório que é responsável pela construção que eu não servia porque trabalhava devagar. Recebi só um mês de salário, como indenização, mas tudo foi intriga do mestre como pode provar os meus companheiros de trabalho.”⁵³⁵

Intrigas, protecionismo, fatos corriqueiros em ambientes de trabalho, claramente denunciados pelo operário em seu pedido de orientação. Ele afirmava poder contar com o testemunho de seus companheiros de trabalho, provavelmente já imaginando uma possível querela trabalhista. A resposta do assessor jurídico do SAPS clarificava que “os contratos de trabalho para obras que têm prazo certo para terminar são considerados contratos com termo estipulado, de vez que os serviços são contratados para a obra em questão”.⁵³⁶ Também evidenciava para o trabalhador que ele fora “despedido injustamente”. E afirmava que o empregador, a título de indenização, tinha que pagar “a metade da remuneração que o senhor tinha direito até o final do contrato, isto é, à terminação da obra”. Tudo isso de acordo com o “art. 479 da Consolidação das Leis do Trabalho”.⁵³⁷

⁵³³ Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

⁵³⁴ Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

⁵³⁵ Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

⁵³⁶ Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

⁵³⁷ Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

Ainda que se tenha presente o contexto da época, marcado pelo estado autoritário e pela suspensão dos direitos civis e políticos, não se pode negar a fiscalização feita pelos órgãos do Poder Judiciário quanto ao cumprimento das determinações da Consolidação das Leis do Trabalho. Tais evidências se mostram presentes nas respostas que induziam o empregado a procurar respaldo na Justiça do Trabalho e nos artigos da CLT que versavam sobre sua normatização. Em novembro de 1945, o Boletim do SAPS trouxe a seguinte consulta feita pelo senhor J. P. do Rio de Janeiro:

“Estive trabalhando durante doze anos numa firma desta capital e depois desse tempo pedi demissão, tendo avisado ao patrão com antecedência de um mês que ia sair da firma, pois pretendia trabalhar na praça por conta própria. Depois de uma semana vi que o negócio não dava e preferi trabalhar mesmo como empregado. Voltei na firma para pedir meu lugar e me recusaram dizendo que o lugar estava ocupado por outro. Será que não tenho mesmo nenhum direito?”⁵³⁸

A resposta esclarecia que o “pedido de demissão, de um empregado estável”,⁵³⁹ conforme J. P.,⁵⁴⁰ só produziria “efeito jurídico quando formulado na presença de autoridade sindical”. Por isso, acrescentava: “Se o senhor assim não procedeu, nenhum valor teve o seu pedido, continuando o senhor como empregado da firma. Não lhe cabe, contudo, direito ao salário decorrente do tempo entre o aviso e a sua reintegração, quando essa se der, por força da lei”.⁵⁴¹ E concluía dizendo que, se o empregador persistisse em não reintegrá-lo, ele deveria recorrer à Justiça do Trabalho.

Em outra consulta do mesmo Boletim, o senhor J. R., também do Rio, escrevia dizendo ter havido um desfalque na firma em que trabalhava. Dizia que seu chefe abrira um inquérito administrativo e que ele fora suspenso de suas funções por ter sido considerado suspeito do desfalque. J. R. continua seu relato dizendo:

“Cinco dias depois fui chamado para voltar ao trabalho e, de fato, comecei a trabalhar, pensando que tudo estivesse resolvido. Com surpresa minha o chefe, no fim do mês, me despediu dizendo que ia entregar o caso à polícia. Confesso que não fui o

⁵³⁸ Boletim do SAPS, Novembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 43.

⁵³⁹ Boletim do SAPS, Novembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 43.

⁵⁴⁰ No período em questão, não existia na lei o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Assim o empregado com mais de dez anos de trabalho ganhava estabilidade não podendo ser demitido. Ele só sairia da empresa se pedisse demissão.

⁵⁴¹ Boletim do SAPS, Novembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 43.

autor do desfalque e nem concorri para que o mesmo se desse. Mas, o chefe não quer me atender. Está certo?”⁵⁴²

O setor jurídico do SAPS respondeu dizendo que o empregador não poderia ter despedido o empregado em função do inquérito. E mais: a chamada do empregado ao trabalho, feita pelo empregador, “tornou o inquérito insubsistente reconhecendo, implicitamente, que o senhor não cometeu a falta imputada”. Em virtude disso, apontava como “caminho, (...) a Justiça do Trabalho”.⁵⁴³

Além das consultas trabalhistas, o Boletim do SAPS de dezembro de 1945 trazia considerações do assistente jurídico Heitor Luz Filho sobre o estudo do direito trabalhista. Sua análise frisava o caráter interdisciplinar da CLT e seu relacionamento com outras ciências, quiçá bem complexas. Tal assertiva se justifica se cotejarmos elementos subjetivos do direito trabalhista e fundamentos da economia política, da economia social, da sociologia, da ética, da moral e da medicina social.

Esse trabalho de análise comparativa dos elementos do direito trabalhista com as ciências supracitadas apresentava algumas considerações para avaliação dos trabalhadores que frequentavam o SAPS. O texto evidenciava a estreita relação existente entre o direito trabalhista e a economia política, quando o arcabouço legal traçava normas de remuneração, fixava o salário mínimo e dispunha sobre salário adicional por trabalho noturno. Tais determinações, para além de proteger o trabalhador, assegurando-lhe direitos de ordem econômica, concorriam para o desenvolvimento da máquina produtora, estimulando a geração de riqueza e, por conseguinte, a harmonia entre Capital e Trabalho.

Quanto à conexão entre economia social e direito trabalhista, sublinhava-se que o trabalhador era útil e imprescindível à sociedade na medida em que produzia e promovia o bem-estar social. Segundo o texto, “nessa concepção o trabalho deixa de ser uma simples mercadoria para se transformar em fator de bem-estar”⁵⁴⁴ e o direito do trabalho perde a feição contratualista para ganhar o conceito de atividade humana de esforço, de modo de agir do próprio homem.

Através das lentes sociológicas, o direito trabalhista deveria ter como foco o aspecto social do trabalho em sua relação com as necessidades coletivas do grupo no

⁵⁴² Boletim do SAPS, Novembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 43.

⁵⁴³ Boletim do SAPS, Novembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 43.

⁵⁴⁴ Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

qual os indivíduos se integram. Nesse sentido, o trabalho desenvolvia o cooperativismo entre os partícipes de um grupo social.

O estudo do direito trabalhista, ainda, poderia se relacionar com um campo vastíssimo de disciplinas, “abrangendo problemas extensos sobre a saúde do povo, a medicina social, interessando-se e estabelecendo normas de moradia, preceitos sobre moléstias profissionais e sobre as condições de alimentação, higiene dos locais de trabalho, etc.”⁵⁴⁵

Em comunicação feita no Boletim de fevereiro de 1946, o assistente jurídico do SAPS, Aderson Horn Ferro, teceu considerações sobre o movimento operário e suas conquistas. Dizia ele que o direito trabalhista - a princípio uma teoria incipiente que tentava se afirmar desde fins do século XIX - começava a ganhar corpo em razão das lutas do movimento operário, das novas doutrinas baseadas na solidariedade humana. O alicerçar da doutrina era tão recente que seus teóricos ainda não haviam se definido sobre como chamá-la. Dessa maneira, ora a “denominam de direito social, ora de direito operário, de legislação industrial, de direito corporativo e direito do trabalho”.⁵⁴⁶ Aderson Ferro seguia inferindo sobre a necessidade de um direito internacional do trabalho, dada “a semelhança dos princípios consagrados na legislação dos diferentes povos”.⁵⁴⁷ Destacando a situação do Brasil no que diz respeito à legislação trabalhista, o autor enfatiza que a aplicabilidade do arcabouço legal, nesse campo, se atinha aos últimos três lustros. Isso significa frisar que, só a partir de 1930, no governo Vargas, o Brasil despertara “de sua letargia para dar consonância às reivindicações do proletariado”.⁵⁴⁸ No caso brasileiro, o arcabouço legal “não só atendeu aos reclamos do trabalhador nacional, como antecipou, em seus lídimos desejos, dando-lhes um corpo de leis sociais, concretizadas na Consolidação das Leis Trabalhistas, que é a própria essência de nosso modelar Direito do Trabalho”.⁵⁴⁹ O texto era concluído na linha do raciocínio desenvolvido por Alexandre Marcondes Filho acerca da ausência de lutas sangrentas por parte dos trabalhadores na conquista de seus direitos. Nessa direção, Aderson Ferro dizia que, “sem convulsões intestinas”, o trabalho de “nossos legisladores” tem “procurado, diuturnamente, uma fórmula que

⁵⁴⁵ Boletim do SAPS, Dezembro de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 8.

⁵⁴⁶ Boletim do SAPS, fevereiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁵⁴⁷ Boletim do SAPS, fevereiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁵⁴⁸ Boletim do SAPS, fevereiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10. Destaque-se que o texto é posterior ao primeiro governo Vargas.

⁵⁴⁹ Boletim do SAPS, fevereiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

equilibre as forças, ambas poderosas, do Capital e do Trabalho”. Nosso arcabouço legal tem sido “capaz de harmonizá-las, num clima de paz e tolerância”. Assim, “o mais social dos Direitos, o Direito do Trabalho”, tem sido vitorioso, e “por isso que é ele o que mais acompanha e reflete a evolução político-social dos povos”.⁵⁵⁰

Essa preleção sobre o aspecto apaziguador da CLT aparecia nas respostas às consultas feitas por trabalhadores ao jurídico do SAPS. Era enfatizado, também, o aspecto protetor da Justiça do Trabalho que incentivava o trabalhador a procurar por seus direitos buscando respaldo legal. A consulta feita por J. L. S., morador da capital da República, ensejava esclarecer sobre testemunhos em audiências trabalhistas. Ele contava que seu colega de serviço

“apresentou reclamação à Justiça do Trabalho, contra meu patrão, por considerar injusta a sua demissão. Como testemunha de defesa indicou o meu companheiro o meu nome. Marcada a audiência fui intimado para prestar depoimento. Levei este fato ao conhecimento de meu patrão, que, informado, ameaça despedir-me caso compareça ao julgamento. Em vista desse fato, pergunto o que devo fazer.”⁵⁵¹

A resposta afirmava que

“O seu empregador, em absoluto, não o pode impedir, nem mesmo tentar impedir, que você sirva de testemunha, pois, se assim fizer, *estará subtraindo ao julgador um meio de prova, burlando a ação da Justiça*. E, por isso, estará sujeito à multa de 500 a 5 mil cruzeiros, que lhe impõe o parágrafo 1º do art. 729 da Consolidação das Leis do Trabalho. E mais: ‘Na mesma pena incorrerá o empregador que dispensar seu empregado pelo fato de haver prestado depoimento como testemunha’ – parágrafo 2º do art. 729.”⁵⁵²

O setor jurídico do SAPS aconselhava o consulente a cumprir seu dever junto à justiça e comparecer à audiência para servir de testemunha de tudo o que pudesse auxiliar na defesa dos direitos e interesses de seu colega. E completava: se em retaliação o empregador o dispensasse, caberia recurso à Justiça do Trabalho, que o ampararia em conformidade com o artigo supracitado.

Nessas cartas e nesses textos, pode-se perceber o trabalho de construção do trabalhismo e a origem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Neles, também,

⁵⁵⁰ Boletim do SAPS, fevereiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁵⁵¹ Boletim do SAPS, fevereiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10.

⁵⁵² Boletim do SAPS, fevereiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 10, grifos meus.

aparecem algumas das bandeiras encampadas pelo PTB e pelos sindicatos, conforme bem assinalou Lucilia Neves.⁵⁵³ Segundo a autora, aspectos do trabalhismo e do nacionalismo de Vargas integravam-se em uma única proposta defendida pelo presidente e que redundava na coesão e na conciliação “social e política em torno de um objetivo maior: o engrandecimento da nação nele personificada”. Nesse rumo, os integrantes do PTB seriam partícipes não só das conquistas trabalhistas, mas também de um projeto de desenvolvimento autônomo. Esse é o sentido dado aos textos que enfatizam as conquistas a partir do governo Vargas ou que assumem o caráter protetor do arcabouço legal, incentivando a atitude de recorrer à Justiça do Trabalho. Também é o sentido da escrita que exaltava a proteção do trabalhador nacional através da Lei dos Dois Terços, ou que demonstrava já ser praticada no Brasil a participação no lucro das empresas.

Como teria reagido o trabalhador a essa campanha civilizatória em prol do esclarecimento da legislação trabalhista? Ele seria, apenas, uma massa amorfa na qual se imprime conceitos ou estaria sendo formada a base de uma coletividade participativa e consciente de seus direitos?

Figura 32 - Trabalhadores em passeata de apoio ao Governo Vargas



Fonte: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas

Na linha de reflexão postulada por Angela Gomes, a dimensão política do projeto de sindicalismo corporativista com o qual o Ministério do Trabalho procurou

⁵⁵³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo* (1945-1964). Op. cit., p. 17.

inserir o trabalhador brasileiro na estrutura sindical do Estado Novo não tinha como objetivo criar uma massa que seguisse a proposta estatal em virtude da ausência de alternativas. Muito ao contrário, sua especificidade se concentrava na mobilização e no preparo de lideranças. Nesse sentido,

“a adesão das massas trabalhadoras ao sindicalismo, e especialmente sua vinculação com Vargas, não se restringia a uma lógica meramente repressiva, ou de concessão de benefícios materiais. Ela envolvia a existência e a importância de um sofisticado discurso de difusão ideológica que comportava níveis não desprezíveis de mobilização política.”⁵⁵⁴

Essa mobilização, sugerida pela autora, se faz presente quando os trabalhadores escrevem ao Boletim do SAPS, requerendo informações sobre seus direitos. As cartas escritas por esses trabalhadores anônimos tinham, em comum, a concretude dos problemas trabalhistas que afligiam seu cotidiano. De forma geral, as cartas enviadas apresentam temas e argumentos comuns: o desrespeito às normas trabalhistas por parte do empregador; o desconhecimento do amparo legal; a dúvida quanto aos benefícios estatuídos pela lei; o pedido de proteção jurídica pela via do Estado. Mas, sobretudo, essas cartas traziam nas entrelinhas as grandes preocupações dos trabalhadores e a confiança que depositavam na proteção da justiça trabalhista.

Se, por um lado, esse trabalho, assumido no crepúsculo do governo Vargas pelos órgãos ligados aos trabalhadores e que visava à destrinçar a legislação trabalhista, deu ganhos políticos ao governo desembocando na formação do PTB; por outro lado, os trabalhadores também se sentiam premiados. Nas palavras do líder sindical Clodesmith Riani, a sua entrada no partido representava proteção. Assim, ele afirma: “No PTB eu entrei, justamente porque foi um partido criado por Getúlio Vargas, um Partido Trabalhista para cuidar dos problemas dos trabalhadores”.⁵⁵⁵

Colocar à disposição dos trabalhadores as normas jurídicas, bem como inaugurar o hábito de discuti-las, constitui-se numa forma de democratizar tais determinações legais e colocá-las sob o crivo da concordância ou discordância. Aliás, esse tipo de seção parece ter alavancado o hábito de comunicação entre os frequentadores e a autarquia. No Boletim do SAPS de janeiro de 1948, destacavam-se os seguintes dizeres: “Esta página (...) destina-se à publicação da correspondência mantida entre os

⁵⁵⁴ GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit, p. 277.

⁵⁵⁵ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. Op. cit, p. 52.

trabalhadores e a direção SAPS”. Trazendo à tona críticas e sugestões dos usuários, o periódico destacava a seguinte carta do senhor Edgar Toffano,

“Aproveitando o ensejo, apresentado pela atual e muito digna administração do SAPS, aceitando ‘sugestões’, tomo a liberdade de lembrar-lhe a conveniência de serem novamente ‘prensadas’ as bandejas utilizadas para o serviço de refeições. Diariamente verificam-se ‘quebras’ por quedas de copos, pratos ou travessas, acreditando eu que, as ditas bandejas, por estarem amolgadas, isto é, com o fundo ou a parte central muito saliente e elevada, vem originando, ao menor descuido, os acidentes em questão. Independentemente de tal providência, lembro-lhes ainda utilizarem o serviço de alto-falantes, diariamente, recomendando aos freqüentadores o maior cuidado na apanha e posterior devolução das aludidas bandejas.”⁵⁵⁶

Sobre a carta em tela, cumpre destacar a diferença do teor em relação às cartas enviadas para a seção de consultas trabalhistas. Aqui, o anonimato já não se fazia necessário. Entretanto, o hábito da comunicação havia sido instaurado. Dessa forma, Edgar dizia tomar a liberdade aproveitando “o ensejo apresentado pela” administração. Por sua vez, a direção do SAPS, representada naquele período por Umberto Peregrino, responde a carta dizendo:

“Sr. Edgar Toffano: Respondendo sua carta referente à conveniência de serem novamente prensadas as atuais bandejas deste serviço, tenho a informar-lhe que estando em estudos a adoção de um novo tipo de bandejas não se torna oportuna qualquer modificação nas atuais. Atenciosamente, Umberto Peregrino, Diretor.”⁵⁵⁷

A carta do trabalhador, além das sugestões dadas, também se referia à utilização do serviço de alto-falantes, evidenciando sua eficácia no que tange à comunicação com os trabalhadores. Por esse razão, é bom lembrar o que afirmou o líder sindical Elzio Bruni acerca desse serviço de alto-falantes:

“Na seção de discos e livros dos restaurantes populares, havia um serviço comandado por radialistas. Entre uma música e outra, eram feitos anúncios de algumas festas da cidade, mas, principalmente, *eram divulgadas as assembleias dos sindicatos,*

⁵⁵⁶ Boletim do SAPS, Janeiro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

⁵⁵⁷ Boletim do SAPS, Janeiro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

as conquistas trabalhistas e as dúvidas dos empregados quanto ao cumprimento da legislação.”⁵⁵⁸

Essa assertiva pode ser corroborada pela fala de Ruth Bezerra, que trabalhou como técnica de nutrição no SAPS. Segundo Ruth, no segundo e no terceiro andares da autarquia, funcionava o setor de divulgação, comunicação e expedição de material de instrução. Assim eram produzidos os “folhetos, historinhas, jornais e boletins, que visavam a orientar os trabalhadores no campo da nutrição e das leis trabalhistas”. Também, segundo a entrevistada, havia o serviço de alto-falante com o mesmo objetivo. Ruth afirma que os trabalhadores gostavam de se informar e procuravam “espontaneamente pelos folhetos educativos, assim como ouviam atentos os esclarecimentos do serviço de radiodifusão, que funcionava durante as refeições”.⁵⁵⁹

Figura 33 - Serviço radiofônico do SAPS utilizado para comunicação com os trabalhadores



Fonte: Boletim do SAPS, Novembro, 1944

Julga-se pertinente assinalar alguns pontos apresentados pelas considerações feitas por Elzio Bruni, líder sindical do período, e por Ruth Bezerra Madeira, funcionária da autarquia. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o conhecimento e a vivência que ambos tinham da instituição e de seu cotidiano. Daí a importância de suas reflexões para a reconstrução dessa história. Em segundo lugar, pensa-se que o foco de sua análise demonstra uma interação entre os trabalhadores e o serviço prestado pelo SAPS no que se refere à educação alimentar e ao esclarecimento da legislação

⁵⁵⁸ Depoimento Elzio Bruni: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio Novo, Minas Gerais, 2006, grifos meus.

⁵⁵⁹ Depoimento Ruth Bezerra Madeira: concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, 2010.

trabalhista. Pensa-se, ainda, que tal interação propiciou o aumento do intercâmbio entre a autarquia e seus frequentadores.

Várias outras cartas podem ser encontradas nos periódicos impressos pelo SAPS. Neste estudo, destacaram-se, em primeiro plano, aquelas que continham perguntas acerca de questões trabalhistas. As demais mensagens aqui inseridas visaram a demonstrar como os trabalhadores se apropriaram da autarquia enxergando-a como locus de convivência comunitária no qual encontravam proteção e amparo. Tanto assim que se sentiam no direito de sugerir, criticar e aplaudir, como demonstra a nota inserida no Boletim de janeiro de 1949:

“Diversos outros frequentadores escreveram, dentre eles: Bianor Araújo, sobre a qualidade do arroz e quando será adotado o novo tipo de bandeja; cartão E.3318, reclamando sobre o esterelizador e xícaras, no Restaurante da Estiva; Aristides Padrinho, elogiando os melhoramentos que a atual administração tem introduzido nos Restaurantes; João dos Santos, que escreveu sobre os serviços do Restaurante da Imprensa nacional que, a seu ver, são ótimos.”⁵⁶⁰

O hábito da correspondência entre a instituição e os trabalhadores perpassou o período de construção do trabalhismo orquestrado por Alexandre Marcondes Filho e seu *staf* do Ministério do Trabalho. Para além das consultas trabalhistas, vieram outros tipos de intervenções enviadas por correspondência. Algumas aplaudindo iniciativas, outras criticando. Mas, de forma geral, demonstrando ser de um trabalhador que fiscalizava o serviço que recebia e participava dando sua opinião. De onde saíra esse trabalhador participativo? Seria ele fruto das manobras manipulativas do Estado varguista? Ou o hábito da discussão acerca das conquistas funcionou de maneira ambivalente? O que se quer pontuar é que, ao mesmo tempo em que tais intervenções educativas construíram o trabalhismo e redundaram no legado político do PTB, elas permitiram que o trabalhador, pela via do esclarecimento, adquirisse conhecimento de seus direitos legais. Contribuíram ainda para a formação do hábito do questionamento.

Demonstrando que as cartas representavam divergentes opiniões, destaca-se a opinião dos senhores Amadeu Dassi, Fernando Machado de Oliveira, Valdemar Rodrigues, todos frequentadores do SAPS. Eles diziam aprovar “o novo sistema de bandejas”, mas que levantavam a “voz de protesto contra o preço das refeições”.⁵⁶¹ Na

⁵⁶⁰ Boletim do SAPS, janeiro de 1949, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 4.

⁵⁶¹ Boletim do SAPS, Janeiro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

mesma seção, Antonio Alves Pereira, portador do cartão de frequência n.º. 35.800, registrava: “Não gostei do novo tipo de bandeja, pois não poderá haver asseio”.⁵⁶² Todas essas críticas e sugestões feitas através de cartas eram respondidas, diretamente, pelo diretor em exercício do SAPS. O diretor da autarquia, no período das cartas destacadas, era Umberto Peregrino. A resposta em evidência demonstra o respeito da administração no trato com o trabalhador. Dizia Peregrino:

“Respondo sua carta com apreciação relativa ao novo tipo de bandeja a ser brevemente adotado por este Serviço. Nela é alegado que com a adoção das novas bandejas não poderá haver asseio. Vejo que o senhor está inteiramente distanciado do assunto, pois a parte higiênica, neste caso, se processará com muito mais eficiência, por tratar-se de material inquebrável e que, por isso, suportará uma esterilização bem maior que a dos pratos.”⁵⁶³

Para demonstrar que a comunicação entre trabalhador e SAPS, pela via da correspondência iniciada com a seção de consulta trabalhista, fora diversificada e se transformara em hábito, inserem-se, aqui, opiniões vindas de diversos segmentos da comunidade. Assim, a *Revista do SAPS*, referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 1946, destacava em nota que “o Congresso sindical, reunido em assembléia, deliberou enviar um memorial ao SAPS”:

“Foi deliberado enviar um memorial ao dr. José Evangelista, Diretor do SAPS, pedindo a instalação de um restaurante na Cia. Brahma, onde há 1.800 a 2.000 trabalhadores. A Companhia deverá, também, providenciar a fim de que seus operários tenham um restaurante, a exemplo do que fez a firma Klabim & Irmãos.”⁵⁶⁴

Na mesma revista, era registrado o apelo dos estudantes de Pernambuco:

“Os estudantes de Pernambuco pleitearam ao chefe do Govêrno a instalação de restaurantes populares naquele Estado. O secretário do Chefe do Govêrno, em despacho, esclareceu que ‘brevemente, a Casa do Estudante de Pernambuco terá o seu restaurante, bem como os restaurantes populares, estando o SAPS promovendo urgentes providências neste sentido.’”⁵⁶⁵

⁵⁶² Boletim do SAPS, Janeiro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

⁵⁶³ Boletim do SAPS, Janeiro de 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

⁵⁶⁴ *Revista do SAPS*, Set., Out., Nov., 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 37.

⁵⁶⁵ *Revista do SAPS*, Set., Out., Nov., 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 37.

As reivindicações feitas por trabalhadores e estudantes, e destacadas acima, pertencem ao período subsequente à queda de Vargas. Os trabalhadores e os estudantes tornaram-se participativos como num passe de mágica? Ou essa participação, mesmo que difusa e desorganizada, fora construída ao longo do primeiro governo Vargas como parte da cultura política da classe trabalhadora? Na linha de reflexão apontada por Angela Gomes, “o objetivo da propaganda do corporativismo brasileiro no pós-42 não eram mais simplesmente criar uma massa que seguisse a proposta do Estado por ausência de alternativas”⁵⁶⁶. Havia nesse projeto a intenção específica de “mobilizar, preparando lideranças e criando seguidores”.⁵⁶⁷

Pensa-se ser pertinente apontar que, ao promover a discussão das leis trabalhistas, o Ministério do Trabalho, conduzido por Marcondes Filho, contribuiu para desenvolver a capacidade argumentativa e reivindicativa da classe trabalhadora. A intenção maior e primeira podia ser a construção da imagem de Getúlio como outorgante dessas conquistas. Mas a espiral dialética que envolve os atos em sociedade contribuiu para que o reverso também ocorresse. Tomando como parâmetro a filosofia de Ronald Dworkin, pontua-se o caráter social do Direito. Dworkin aponta para a prática argumentativa que o Direito encerra. Sob esse prisma, “os envolvidos nessa prática compreendem que aquilo que ela permite ou exige depende da verdade de certas proposições que só adquirem sentido através e no âmbito dela mesma (...)”. Por isso, tal “prática consiste, em grande parte, em mobilizar e discutir essas proposições”⁵⁶⁸. Na visão do filósofo:

“Os povos que dispõem de um direito criam e discutem reivindicações sobre o que o direito permite ou proíbe, as quais seriam impossíveis – por que sem sentido – sem o direito, e boa parte daquilo que seu direito revela sobre eles só pode ser descoberta mediante essas reivindicações.”⁵⁶⁹

Essa também é a visão defendida por Ost. Ele considera a identidade narrativa do Direito como um destino compartilhado de histórias que se interconectam de alguma

⁵⁶⁶ GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit., p. 277.

⁵⁶⁷ Idem, 1988, p. 277.

⁵⁶⁸ DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 17.

⁵⁶⁹ Idem, p. 17.

maneira. Essa narrativa fundadora – que é coletiva – comporta especificidades ou singularidades. Como processo inacabado, ela deverá a todo o momento reconhecer e incluir novas expressões em sua tessitura. Ost afirma que o processo dialético centrifuga o que há de melhor entre as narrativas.⁵⁷⁰ Essas teorias do Direito servem de fulcro para analisar a posição dos trabalhadores diante da campanha, desenvolvida pelo Boletim do SAPS, com o objetivo de esclarecer a legislação e os direitos trabalhistas. Recorrendo-se a Jorge Ferreira, afirma-se ser “preciso evitar a abordagem de que o projeto político-ideológico varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos”.⁵⁷¹ Afinal, o que se observa na escrita desses trabalhadores pode ser traduzido como críticas, sugestões, reivindicações, busca de respaldo legal e proteção estatal.

A crônica e a foto colocadas a seguir retratam o Rio de Janeiro, capital da República, enfocando o mundo do trabalho. Os trabalhadores e camadas populares desvelados pelo texto, que frequentavam os restaurantes populares do SAPS, se apropriaram do projeto coletivo de alimentação, educação nutricional, saber e cultura por ele representado. Dessa forma, fizeram da autarquia um local de reunião. Para além dessa apropriação, frequentar o SAPS permitia aos trabalhadores a aquisição do conhecimento do arcabouço legal trabalhista que lhes protegia.

Figuras 34 e 35 - O Rio que Trabalha: aspectos do mundo do Trabalho no Rio de Janeiro

Anoitece. Acendem-se as primeiras luzes da Cidade. Os raios ardentes do sol de verão, perdem a sua inclemência. À hora do Angelus, Eles voltam para casa. São milhares. Vindos de tôdas as partes do Rio. Vestidos de tôdas as maneiras. Por um instante, deixam repleta a praça defronte a Central do Brasil. Depois a imensa bôca, a entrada da gare, chupa-os aos montes, arremessando-os nos trens de subúrbios. E' o regresso ao lar. E' a noite. O repouso de seus músculos cansados na luta da vida. E na alma de cada um daqueles trabalhadores que se confundem na massa anônima do entardecer em busca de subúrbios longínquos, está a felicidade de mais um dia vencido, e a esperança de dias mais felizes... E a nossa luta deve ser para tornar esta esperança, em uma realidade.

⁵⁷⁰ OST. Op. cit., 2004, p. 48.

⁵⁷¹ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Op. cit., 2011, p. 37.

SAPS *Em Revista*

O Rio Que Trabalha



Anotece. Acendem-se as primeiras luzes da Cidade. Os raios ardentes do sol de verão, perdem a sua inclemência. À hora do Angelus, Eles voltam para casa. São milhares. Vindos de tôdas as partes do Rio. Vestidos de tôdas as maneiras. Por um instante, deixam repleta a praça defronte a Central do Brasil. Depois a imensa bôca, a entrada da gare, chupa-os aos montes, arremessando-os nos trens de subúrbios. E' o regresso ao lar. E' a noite. O repouso de seus músculos cansados na luta da vida. E na alma de cada um daqueles trabalhadores que se confundem na massa anônima do entardecer em busca de subúrbios longínquos, está a felicidade de mais um dia vencido, e a esperança de dias mais felizes... E a nossa luta deve ser para tornar esta esperança, em uma realidade.

Capítulo V - SAPS: a expansão e a apropriação que precederam ao fim

1 - Um serviço de amplitude nacional

O Restaurante Popular inaugurado na Praça da Bandeira, em 1940, se multiplicou pelas capitais e cidades de maior porte do Brasil. Conforme já se assinalou anteriormente, os governos subsequentes ao de Vargas, criador da instituição, não só a mantiveram, como procuraram implantá-la pelo país afora. Ter um restaurante do tipo SAPS em sua cidade era demanda dos trabalhadores. Isso pode ser conferido pelo depoimento de Jayme Wallace Nunes, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, em entrevista ao jornal *Última Hora*, de 25 de agosto de 1961. O sindicalista, afirmava a reportagem, era “experimentado nas lutas sindicais”⁵⁷² e havia conseguido, “em apenas três meses à frente daquele órgão de classe, várias vitórias para os motoristas”.⁵⁷³ Numerosas outras reivindicações constavam da pauta, sendo “objeto de campanhas vigorosas para o seu atendimento”.⁵⁷⁴ Entre as muitas conquistas pelas quais o sindicato se empenharia, Jayme Wallace Nunes destacava como primordial “a criação de um restaurante, no centro da cidade em convênio com o SAPS”.⁵⁷⁵

Quinze anos antes, outro pedido semelhante fora expresso no Jornal *Correio da Manhã*. Outra época, outro contexto! Todavia, as reivindicações dos trabalhadores que mereciam “campanhas vigorosas para o seu atendimento” continuavam as mesmas. Em 1946, a reportagem do *Correio da Manhã* alertava para o aumento dos preços, nos restaurantes, que vinham “ultrapassando vertiginosamente a marcha inflacionista”.⁵⁷⁶ Dizia a nota que esse comércio tinha como objetivo a corrida para os lucros. Dessa forma, “enquanto dia a dia as tabelas sobem arbitrariamente, as refeições baixam, em qualidade e volume”.⁵⁷⁷ Assim, “um bife que mal pode servir para sanduíche é cobrado a dez cruzeiros ou mais”.⁵⁷⁸ O texto alertava, também, para os males derivados dessa situação que afetavam o bolso e o organismo dos trabalhadores e proferia pela adoção

⁵⁷² Jornal *Última Hora*, 03 de fevereiro de 1967, p. 5, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵⁷³ Jornal *Última Hora*, 03 de fevereiro de 1967, p. 5, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵⁷⁴ Jornal *Última Hora*, 03 de fevereiro de 1967, p. 5, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵⁷⁵ Jornal *Última Hora*, 03 de fevereiro de 1967, p. 5, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵⁷⁶ Jornal *Correio da Manhã*, apud *Revista do SAPS*, Set., Out., Nov., Números 23, 24 e 25, p. 8, Arquivo Biblioteca Nacional.

⁵⁷⁷ Jornal *Correio da Manhã*, apud *Revista do SAPS*, Set., Out., Nov., Números 23, 24 e 25, p. 8, Arquivo Biblioteca Nacional.

⁵⁷⁸ Jornal *Correio da Manhã*, apud *Revista do SAPS*, Set., Out., Nov., Números 23, 24 e 25, p. 8, Arquivo Biblioteca Nacional.

de medidas imediatas “contra os traficantes da fome do povo”.⁵⁷⁹ Sugeriria ainda que, “paralelamente ao rigoroso tabelamento dos preços” dever-se-ia “lançar um plano de maior alcance, qual seja a instalação, em maior número possível, de restaurantes do tipo ‘SAPS’”.⁵⁸⁰ A opinião desses trabalhadores reportada pelo jornal carioca desvelava que, “dentre os estabelecimentos desse gênero, já instalados, poderíamos citar, como exemplo, o da Imprensa Nacional, onde uma refeição que em outros lugares custaria doze cruzeiros é servida por um cruzeiro e quarenta centavos”. O artigo acrescentava que, adicionado “à desproporção do preço”, destacava-se “o fator higiene, de tão decisiva importância, e desprezado, e sabe-se bem de que maneira, nos restaurantes ultra-inflacionistas”. Diante disso, julgava-se que, com efeito, uma “rede de restaurantes populares forçaria (...) os demais a retificar suas arbitrarias tabelas”.

Tais considerações foram realçadas à guisa de demonstrar como eram bem-vindas, pela classe trabalhadora, as ações do SAPS. Durante o período de existência da autarquia, o problema das despesas alimentares sempre foi motivo de aflição para a classe trabalhadora. Isso justifica o pedido de implantação de restaurantes, do tipo SAPS, nos diversos rincões brasileiros.

O Boletim do SAPS, de junho de 1945, destacava que, anteriormente, “jamais o nosso trabalhador soube das vantagens que poderia auferir de uma alimentação sadia e bem orientada” nem “teve conhecimento da importância, para a sua saúde e para o desenvolvimento de sua prole de um regime correto e adequado de nutrição”.⁵⁸¹ Por essa razão, o SAPS desfraldava a bandeira da campanha educacional orientando-a “no sentido de promover a educação alimentar do trabalhador brasileiro criando em seus círculos uma consciência familiarizada com os problemas da nutrição”. Para tanto, a instituição promovia “diversos cursos, de vários níveis de extensão, procurando atingir muitas classes sociais e criar técnicos capazes de levar adiante e desenvolver cada vez mais tal campanha que seria inócua” se fosse mantida “no terreno teórico e não enfrentasse a realidade proporcionando meios reais e concretos com os quais os trabalhadores”⁵⁸² pudessem praticar os ensinamentos difundidos. O texto frisava que o objetivo da referida campanha de educação alimentar se voltava também para o

⁵⁷⁹ *Jornal Correio da Manhã, apud Revista do SAPS, Set., Out., Nov., Números 23, 24 e 25, p. 8, Arquivo Biblioteca Nacional.*

⁵⁸⁰ *Jornal Correio da Manhã, apud Revista do SAPS, Set., Out., Nov., Números 23, 24 e 25, p. 8, Arquivo Biblioteca Nacional.*

⁵⁸¹ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 17 e 34.

⁵⁸² Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 17 e 34.

trabalhador do campo, onde o trabalho das Visitadoras de Alimentação era fulcral. O documento falava da importância dos Postos de Subsistência na efetivação dessa política de educação alimentar. Ressaltava-se que o trabalho da Visitadora de Alimentação – que consistia em proporcionar à esposa do trabalhador as noções básicas sobre a organização racional de uma refeição - cairia por terra se esta não possuísse meios de adquirir os gêneros necessários ao preparo da mesma. E complementava que, nos Postos de Subsistência, “os gêneros adquiridos” da fonte produtora eram “vendidos com o acréscimo (...) de 10%”.⁵⁸³ Ali o trabalhador encontrava os gêneros indispensáveis ao seu abastecimento. Destacava-se que o objetivo desses armazéns não era a concorrência com o comércio, mas que, ao se multiplicar esse tipo de empreendimento governamental, o que se tinha em mira era “garantir à *população trabalhista* de todos os rincões da Pátria os elementos e os meios necessários para alimentar-se, conforme as suas necessidades e os princípios da nutrologia”.⁵⁸⁴

Os chamados Armazéns de Subsistência eram alvo do desejo das camadas populares. Afinal, neles os gêneros alimentícios de primeira necessidade eram vendidos de forma subsidiada. Isso contribuía para reforçar o parco orçamento da classe trabalhadora. Tais armazéns, no decorrer da existência do SAPS, foram conquistando aspectos de grandes mercados para atender à comunidade onde eram instalados, como demonstram as fotografias do Jornal *Última Hora* sobre reportagem feita em 3 de agosto de 1954.

Figura 36 - Reportagem no supermercado do SAPS



Fonte: Jornal *Última Hora*, 03/08/1954

⁵⁸³ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p.17 e 34.

⁵⁸⁴ Boletim do SAPS, Junho de 1945, Arquivo biblioteca Nacional, p.17 e 34. O grifo em *população trabalhista* quer alertar para o sentido do termo para a classe trabalhadora que refletia sua ligação com o getulismo e o PTB.

Figuras 37 e 38 - Supermercado do SAPS



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MEMÓRIA PÚBLICA



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MEMÓRIA PÚBLICA

Fonte: Jornal Última Hora, 03/08/1954

No governo Dutra, a *Revista do SAPS*/Março, Abril e Maio de 1946, afirmava que “numa das horas mais difíceis do período de após guerra, quando tudo exige planificação, reestruturação, idéias novas (...) e entusiasmo para o trabalho a ser cumprido”, o governo federal e a administração da autarquia demonstraram “desde o primeiro instante” que o objetivo era alcançar “um SAPS de amplitude nacional”. Sublinha-se que tais ações foram facilitadas pelo aporte de recursos provenientes do Plano Marshall em razão do alinhamento Brasil/Estados Unidos no pós-guerra.

Os governos subsequentes mantêm e ampliam os serviços dos restaurantes populares e dos postos de subsistência. Por ocasião do fechamento do SAPS, as

principais cidades brasileiras possuíam restaurantes populares, e postos de subsistência haviam se espalhado, até mesmo, pelos mais longínquos rincões do país.

A nutricionista Euthalia Tavares, entrevistada desta pesquisa, relatou que seu trabalho se realizou em várias cidades do país: Rio de Janeiro, Goiânia, Vitória, Petrópolis, Brasília. Ela afirmou que, no momento de desativação da autarquia, sua existência se fazia presente de Norte a Sul do país. Nos lugares onde o SAPS não havia chegado, observa-se pedidos populares feitos através de seus representantes políticos para que se providenciasse sua implantação.

Nos arquivos do Congresso Nacional, encontram-se documentos comprobatórios da vontade popular de ampliação do SAPS. Nos discursos dos representantes do povo são muitos os registros nessa direção. Toma-se como referência dessa reivindicação a fala do senador Alfredo Duailibe, do Partido Social Democrático (PSD) do Maranhão, que era médico nutrólogo. Em 23 de novembro de 1955, ele discursou no Congresso Nacional requerendo um plano de expansão para o SAPS. O objetivo era contemplar a região amazônica – cujo problema de carência alimentar era visível – com restaurantes populares e postos de subsistência. O senador defendia o estabelecimento de um convênio com o SAPS que efetivasse ações de incentivo à agricultura e de abastecimento alimentar das camadas populares na Amazônia.⁵⁸⁵

Outros discursos, ocorridos no Congresso Nacional, referendavam o clamor popular pela expansão do SAPS. Assim, em 13 de outubro de 1961, o senador Lobão da Silveira, do PSD do Pará, parabenizou a iniciativa governamental de criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social/SAPS nas diversas capitais do país. O parlamentar ressaltou o apelo feito pelos trabalhadores de Belém ao ministro do Trabalho para que se reabrisse o restaurante do SAPS naquela cidade.⁵⁸⁶ Saulo Ramos, senador do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), salientou a necessidade da instalação de uma agência do SAPS em São Francisco do Sul, Santa Catarina, seu estado de origem.⁵⁸⁷ Em 17 de setembro de 1963, Edward Cattete Pinheiro, senador pelo Pará, fez leitura de trecho da Carta da Amazônia com reivindicações da população. Eles pediam, entre outras coisas, títulos de propriedade das terras; criação de cooperativas; investimentos na agropecuária; instalação de indústrias; melhoria na infraestrutura de

⁵⁸⁵ Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 24/11/1955, p. 2.943.

⁵⁸⁶ Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 14/10/1961, p. 2.243.

⁵⁸⁷ Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 25/02/1960, p. 539.

transportes, saúde pública e saneamento básico; aumento da atuação do SAMDU⁵⁸⁸ e do SAPS.⁵⁸⁹

Na década de 1960, o governo Juscelino Kubitschek criou Postos de Subsistência do Serviço de Alimentação da Previdência Social em diversas localidades através do Decreto nº. 48.714, de agosto de 1960.⁵⁹⁰ Curiosamente, a despeito das denúncias de irregularidade, nos anos que precederam ao final do SAPS, os parlamentares registraram vários pedidos de ampliação da autarquia e de suas atividades. Em junho de 1963, o senador Eurico Resende, da UDN (União Democrática Nacional) do Espírito Santo, transmitiu apelo da Câmara Municipal de Cachoeiro do Itapemirim reivindicando a instalação de um restaurante do SAPS naquela cidade.⁵⁹¹ Em julho de 1963, o senador Aarão Steinbruch, do MTR (Movimento Trabalhista Renovador) do Rio de Janeiro, requereu do ministro do Trabalho e Previdência Social que fosse informado por que não se instalou um Restaurante Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social para atender aos trabalhadores do município de Curitiba, Estado do Paraná.⁵⁹² O senador Paulino Lopes da Costa, da UDN de Mato Grosso, em 30 de agosto de 1963, solicitou ao ministro do Trabalho e Previdência Social informações sobre Postos de Abastecimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, em Corumbá, no Estado de Mato Grosso.⁵⁹³ Em 1965, o senador Vasconcelos Torres, do PTB do Rio de Janeiro, solicitou ao Poder Executivo que, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Serviço de Alimentação da Previdência Social, viabilizasse estudos visando à criação de Postos de Subsistência em diversas localidades do país.⁵⁹⁴ Acredita-se que tais reivindicações parlamentares não eram casuais. Ao contrário, elas retratavam a vontade popular e, por conseguinte, a avaliação benfazeja que se fazia das atividades da autarquia.

2 - A apropriação do SAPS pelos trabalhadores

Tentando-se enxergar o SAPS e seu funcionamento pelas lentes da classe trabalhadora, julga-se pertinente registrar cartas recebidas pela instituição. Tal

⁵⁸⁸ Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, cuja atuação ocorria em âmbito nacional.

⁵⁸⁹ Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 17/09/1963, p. 2.438.

⁵⁹⁰ Brasil, Arquivo Senado Federal.

⁵⁹¹ Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 19/06/1963, p. 1.306.

⁵⁹² Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 25/07/1963, p. 1.836

⁵⁹³ Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 31/08/1963, p. 2.216.

⁵⁹⁴ Brasil, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 05/11/1965, p. 3.869.

correspondência dava voz a quem frequentava o restaurante popular da Praça da Bandeira. Em março de 1949, Valpério Nolasco da Silva, comensal do Restaurante da Polícia, registrado com o Cartão de frequência P.18.18, enviou uma carta para a administração do SAPS. Ela era iniciada dizendo que a “rede de restaurantes populares” havia preenchido “uma lacuna que ainda existia no Rio. (...) Dantes, os trabalhadores que, pela distância de sua residência, não podiam fazer refeições a domicílio, viam-se a braços com um sério problema”.⁵⁹⁵ Para resolver suas questões alimentares, dizia a carta, esses trabalhadores tinham “que se alimentar num dos inúmeros restaurantes ou pensões da cidade, que, ávidos de ganho”, não primavam “pela higiene” e cobravam preço elevado. O texto complementava que outros trabalhadores “preferiam trazer sua alimentação acondicionada em marmitas”.⁵⁹⁶ A correspondência continuava exaltando o caráter benfazejo que a autarquia representava para o trabalhador dos diversos bairros do Rio de Janeiro⁵⁹⁷: “em quase todos os bairros o SAPS mantém um serviço irrepreensível de restaurantes proporcionando aos trabalhadores uma alimentação sadia, plena de vitaminas e proteínas, em ambiente alegre e higiênico”.⁵⁹⁸ Por fim, Valpério expressava seu juízo de valor acerca de quem menosprezava os restaurantes populares:

“Algumas pessoas desdenham o eficiente serviço dos restaurantes do SAPS, alegando que a comida não é servida em quantidade bastante, acostumados que estão a copiosas e desnutridas refeições. Aliás, é o pensamento errôneo da maioria dos trabalhadores brasileiros, o de que pela abundância de alimentos ingeridos se aquilata a nutrição de um indivíduo. Sabe-se que não é isso verdade; em questão de alimentação, o que é essencial é o valor quantitativo e qualitativo dos alimentos. Uma refeição onde entram os tradicionais arroz e feijão, legumes, frutas, café, manteiga e o precioso leite, não pode ser taxada de insignificante. *Oxalá a presente e futuras administrações nunca pensem em suprimir tão útil serviço aos trabalhadores e sim em ampliá-lo e melhorá-lo cada vez mais.*”⁵⁹⁹

O destaque dado ao desfecho da missiva não é casual. Ele intenciona frisar como era importante para a classe trabalhadora esse tipo de serviço e quanto ela queria sua

⁵⁹⁵ Boletim do SAPS, Março, 1949, p. 4, Arquivo Biblioteca Nacional.

⁵⁹⁶ Boletim do SAPS, Março, 1949, p. 4, Arquivo Biblioteca Nacional.

⁵⁹⁷ A inferência denota a expansão dos restaurantes populares.

⁵⁹⁸ Boletim do SAPS, Março, 1949, p. 4, Arquivo Biblioteca Nacional.

⁵⁹⁹ Boletim do SAPS, Março, 1949, p. 4, Arquivo Biblioteca Nacional, grifos meus.

continuidade. As palavras de Valpério são referendadas pela carta enviada por Luis Gonzaga de M. Ramos, gráfico da Imprensa Nacional. Ela dizia:

“Quem, como eu, homem de trabalho, faz comparação com épocas passadas, quando os que exercem várias atividades menos remuneradas era obrigado (*sic*) pela necessidade, por disciplina de horário, a trazer sua comida em marmitas, sujeitando, muitas vezes, esposas e mãe ao sacrifício do preparo do almoço pela madrugada, e a procura de uma comida que não estragasse com facilidade, o que acontecia freqüentemente, e entra num desses restaurantes do SAPS ao contemplar o grande número de pessoas que ali se restauram, vê o quanto alcançamos no terreno da assistência social.”⁶⁰⁰

O texto, enviado por Luis Gonzaga, reitera as descrições⁶⁰¹ sobre o cotidiano dos restaurantes populares já apontadas. Ele afirmava que a comida era simples, nutritiva, farta e “servida por preços irrisórios nos refeitórios do SAPS”.⁶⁰² Sua descrição do dia a dia nos restaurantes destacava o grande número de comensais, que pareciam comer prazerosamente. Também registrava o trabalho das copeiras, sempre “com aventais limpos, tocas engomadas, em serviço mecânico, a atender satisfatoriamente toda aquela massa humana que desfila”.⁶⁰³ Falava do trabalho da “nutricionista a observar a confecção dos pratos” e do administrador que fiscalizava e determinava, a fim de que tudo corresse bem e em ordem. Dizia que, na “cozinha, onde grandes panelas” fumegavam, via-se “o azáfama de cozinheiros e ajudantes que confeccionam a comida”.⁶⁰⁴ Concluía que aquela gente trabalhava muito para oferecer as refeições a contento e que “oxalá uma organização de tão grande alcance social” pudesse “ser difundida por todos os recantos do Brasil, e para isso o nosso governo dê o necessário apoio, criando, se possível, uma pequena taxa no comércio e na indústria, para sua ampliação”.⁶⁰⁵

3 - Das cartas às entrevistas

3.1. Adroaldo de Luna, comensal do Restaurante da Estiva

⁶⁰⁰ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

⁶⁰¹ Tais impressões podem ser observadas nos relatos das entrevistas e em registros de jornais.

⁶⁰² Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

⁶⁰³ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

⁶⁰⁴ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

⁶⁰⁵ Boletim do SAPS, Junho, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3.

Figura 39 – O Estivador Adroaldo Pereira de Luna

Fonte: Arquivo pessoal

A mesma opinião pode ser encontrada em Adroaldo Pereira de Luna, 75 anos, estivador aposentado e morador da Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. Homem de poucas palavras, ele traz na aparência as marcas do trabalho exaustivo do cais. As limitações físicas da visão e audição talvez contribuam para seu pouco falar. Por estar aposentado, Adroaldo tem o hábito de se reunir com colegas na mesma condição em uma sapataria nas adjacências da Praça da Bandeira, onde mora. Suas recordações sobre a frequência ao Restaurante Popular da Estiva confirmam o caráter de utilidade do serviço para os trabalhadores. Ele conta que almoçava e jantava, frequentemente, no SAPS da Estiva. Ele se recorda, com clareza: “Era um bandeirão. Nele vinha arroz, feijão, às vezes macarrão e salada. E também vinha um copo de leite geladinho”.⁶⁰⁶ Ele diz que os trabalhadores gostavam de comer no restaurante da Estiva. Assinala que, após sua implantação, as marmitas foram abolidas. “Era muito melhor comer a comida quentinha e benfeita do SAPS”, ele afirma. Por isso, registra que “era muito útil para os trabalhadores do cais do Porto a existência do restaurante da Estiva”.⁶⁰⁷ Ele recorda que “comer lá era muito legal”.⁶⁰⁸

⁶⁰⁶ Adroaldo Pereira de Luna. Depoimento concedido à Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

⁶⁰⁷ Adroaldo Pereira de Luna. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

⁶⁰⁸ Adroaldo Pereira de Luna. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, julho de 2011.

Mas nem sempre as opiniões acerca do serviço prestado pelo Restaurante Popular eram somente positivas. Um frequentador anônimo do Restaurante da Estiva escreveu longa carta, em que diz, inicialmente: “Meu principal objetivo é o de cooperar com V. S. na defesa da patriótica obra de assistência social, que é o SAPS”.⁶⁰⁹ Depois de tecer elogios à administração, o missivista passa a apontar falhas nos serviços do restaurante da Estiva. Ele observa que havia falta de zelo por parte de alguns funcionários, “embora seja evidente que a administração central vem introduzindo muitos melhoramentos nas suas instalações”.⁶¹⁰ A carta denuncia fraqueza da administração daquele setor, ausência do respectivo chefe do seu posto, negligência no asseio, louça mal lavada etc. A resposta evidenciou que, “embora a carta não estivesse devidamente assinada, como é conveniente e desejável, a direção do SAPS tomou nota dos seus termos para providenciar em consequência”.⁶¹¹

Observando-se o grau de participação dos trabalhadores nas atividades desenvolvidas em âmbito nacional pelo projeto SAPS, considera-se oportuno lembrar as reflexões de Jorge Ferreira sobre a resposta dada por algumas análises historiográficas para explicar o apoio dos trabalhadores a Vargas e aos líderes trabalhistas, no interstício 1930-1964. Segundo o autor, o termo populismo serviu como categoria explicativa para responder a uma pergunta inquietante: “Por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar os líderes trabalhistas e votar no PTB?” Ferreira aponta que a resposta a essa questão gerou “formulações de vários matizes”. Entre as mais disseminadas, encontram-se “as que aludem à manipulação dos trabalhadores, sempre desviados de um caminho que se queria ideal, e a uma postura antiestatal, sempre condenadora do Estado e vitimizadora da sociedade”.⁶¹² Tentando explicar o apoio dos trabalhadores a esses governantes, Adam Przeworski pontua ser necessário responder a questão já formulada por Fernando Claudin: “Por que os trabalhadores seguiram tais líderes ‘traidores?’”.⁶¹³ Acredita-se que os depoimentos acima mostram outra vertente de análise que se adéqua às considerações afinadas com a História Cultural e com a História Social. Na avaliação desses trabalhadores, eles não estavam sendo vitimizados por governos manipuladores,

⁶⁰⁹ Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶¹⁰ Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶¹¹ Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶¹² FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Op. Cit., 2011, p. 8.

⁶¹³ PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 15.

mas estavam “conquistando direitos”, no sentido dado por E. P. Thompson.⁶¹⁴ O direito a uma política pública de alimentação que antes não existia. Eles expressam, com clareza, o desejo de ampliação dessa política, bem como sua continuidade.

A comunicação feita entre trabalhadores e SAPS por meio de cartas abarcou aplausos, sugestões e críticas. Ela demonstrava o grau de participação da classe trabalhadora nas ações estatais. Entre algumas dessas inferências, coloca-se em relevo a participação feminina. Sugerindo modificar a colocação das mesas no Restaurante Central, Maria de Moura Teles dizia:

“A minha sugestão de freqüentadora do restaurante, sobre a colocação das mesas no recinto do salão é a seguinte: colocá-las em fila sobre a face larga, no centro das colunas, com a distância conveniente para puxar-se a cadeira e sentar-se sem incomodar o outro, ficando, portanto, passagem livre dos lados para os que entram e saem com as bandejas.”⁶¹⁵

A direção do SAPS respondeu agradecendo e dizendo que iria examinar a sugestão.

Em outra carta, o pedido do Sr. J. Viana era:

“Rogo a V. Excia. a fineza de mandar suprimir o uso de vinagre na comida, pois já são muitos os que se estão queixando das conseqüências, e se alguém gosta de vinagre que o traga de casa para uso próprio. Desde já me confesso sinceramente agradecido pela atenção dispensada a este simples bilhete de um operário.”⁶¹⁶

A resposta da administração dizia que o vinagre não era utilizado na confecção dos alimentos servidos no restaurante. Acrescentava que, em caso de dúvida, o trabalhador deveria procurar o serviço nutricional da instituição. A frequentadora Vitoria Ferreira I. Santos escreveu reclamando contra o “excesso de sal na comida”. Dizia que esse hábito prejudicava “a quem sofre dos rins e fígado”.⁶¹⁷ Respondeu a direção: “Informo-lhe que encaminhei sua reclamação ao órgão técnico deste Serviço para apreciar o assunto”.⁶¹⁸ Provavelmente, Vitória seria atendida em sua reivindicação, tendo em vista que o Restaurante do SAPS zelava por hábitos que preservassem a saúde

⁶¹⁴ THOMPSON, E. P. Op. Cit., 1998.

⁶¹⁵ Boletim do SAPS, Março, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶¹⁶ Boletim do SAPS, Março, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶¹⁷ Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶¹⁸ Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

do trabalhador. Nesse sentido, a instituição mantinha um setor de alimentação exclusivo para quem tivesse problemas de saúde e também contava com o consultório de educação alimentar.

Sugerindo mudanças, o Sr. Álvaro Almeida alertava para a necessidade da “limpeza das rampas de subida para o refeitório”.⁶¹⁹ A direção acusou a carta e agradeceu a proposta de limpeza das rampas de acesso ao Restaurante Central do SAPS. Acrescentava já terem sido tomadas providências nesse sentido e dizia: “Peço-lhe dirigir-se à Diretoria novamente, se a execução do aludido serviço não for perfeita”.⁶²⁰ Severino Rodrigues de Assis enviou mensagem pedindo que as refeições fossem “cobradas mensalmente”, pois “nem sempre o trabalhador dispõe de dinheiro” e “os patrões não lhe fornecem vales”.⁶²¹

As sugestões e interferências dos trabalhadores extrapolavam as questões relativas à nutrição e ao funcionamento dos restaurantes. Elas se faziam presentes no que tange às ações culturais desenvolvidas pelo SAPS. Assim, Alcides Rodrigues escreveu “reclamando contra a irradiação de maior número de músicas estrangeiras, dizendo que ele, e muitos outros trabalhadores, preferem músicas brasileiras”.⁶²² O mesmo teor pode ser observado na escrita de Octávio Monteiro pedindo que fossem executadas, de preferência, músicas brasileiras. O Sr. Sebastião Barreto de Faro, aprendiz de gravador, escreveu “solicitando que “fosse repetida a música ‘Tuas mãos’, cantada pela primeira auxiliar do chefe da discoteca”.⁶²³ Dos frequentadores José Pestana da Silva, Neide Martins, Orlando Pinto Bastos, Aníbal Joaquim Maia, Athayde Jordão, Abigail de Almeida, Maria da Glória e Ana Lucia de Souza, recebeu a direção a seguinte carta:

“Antes de tudo queremos felicitar vossa administração no SAPS, com tantas inovações do ponto de vista de favorecer uma verdadeira assistência social aos freqüentadores dos restaurantes. Falamos nas sessões de cinema e “shows” em cada sábado. Damos uma opinião de freqüentadores, isto será sobre os alto-falantes cuja instalação ainda merece cuidados técnicos.”⁶²⁴

⁶¹⁹ Boletim do SAPS Março, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶²⁰ Boletim do SAPS Março, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶²¹ Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶²² Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶²³ Boletim do SAPS, Maio, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶²⁴ Boletim do SAPS, Março, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

A administração respondeu que concordava com a crítica sobre os alto-falantes e que tomaria providências para dirimir os problemas técnicos. O Sr. Rodrigues da Costa, frequentador n.º. 12.429, enviou suas impressões dizendo estar emocionado com a festa carnavalesca proporcionada pela autarquia aos trabalhadores e seus filhos. A essa carta, respondeu a direção: “É com a maior satisfação que acuso o recebimento da sua carta, em que manifesta as suas impressões da festa carnavalesca que o SAPS ofereceu aos trabalhadores e seus filhos”⁶²⁵.

Por entre rastros e pegadas, os substratos desse processo rememorativo vão se formando, qual caleidoscópio em que as peças multiformes vão se apresentando. A montagem das peças do imenso quebra-cabeça consiste em tentativa de rememoração de uma autarquia já extinta. A convergência entre a análise dos documentos e as narrativas de quem frequentou a instituição torna-se fulcral para a recordação. Os depoimentos de Eladir e Arnaldo clarificarão, a seguir, pontos importantes encontrados nos documentos escritos.

3.2. Arnaldo José dos Santos

Figura 40 - Eladir e Arnaldo José dos Santos⁶²⁶



Fonte: Arquivo pessoal

Arnaldo José dos Santos conta um pouco de sua história. Nascido e criado na Vila da Penha, nas proximidades da Vila Cruzeiro, Arnaldo relatou que o pai era estivador no cais do Porto. Família numerosa: oito filhos. A mãe ainda vive e está com

⁶²⁵ Boletim do SAPS, Março, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 3-4.

⁶²⁶ Eladir dos Santos e Arnaldo José dos Santos eram marido e mulher quando foram entrevistados em sua residência no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Infelizmente, o Sr. Arnaldo faleceu alguns meses depois da entrevista. Em homenagem aos dois, optou-se por colocá-los juntos na foto, apesar de suas entrevistas terem sido realizadas separadamente.

cerca de oitenta anos.⁶²⁷ Lembrando a infância pobre ao lado da família ele disse que o SAPS se fez presente cedo em sua vida. Ele disse que seu pai fugira de São Paulo para o Rio de Janeiro aos 14 anos, indo trabalhar no cais do Porto.

Arnaldo inicia seu processo de lembranças sobre o SAPS contando:

“Meu primeiro contato com o SAPS foi quando eu era muito jovem. Eu me lembro que o meu pai às vezes ia à Caixa Econômica na Praça da Bandeira para fazer algum depósito na poupança ou penhorar alguma joia. (...) Meu pai fazia o que tinha de ser feito e depois nós íamos almoçar no SAPS. O que eu recordo é que tinha uma fila, era muita gente. Eu gostava do ambiente. Meu pai encontrava alguns amigos... Eu me lembro que ele assentava e conversava com as pessoas.”⁶²⁸

Recorda-se que vinha de bonde da Vila da Penha até o SAPS, onde, segundo seu relato, “a refeição era muito boa, sempre acompanhada da sobremesa e de um copo de leite”.⁶²⁹ A situação econômica precária de sua família só melhorou, porque os pais tinham a visão da necessidade de formar os filhos em alguma profissão e proporcionar-lhes condições de estudar. Por isso, Arnaldo destacou a importância que o SAPS exerceu em sua vida profissional. No início dos anos sessenta, já na adolescência, Arnaldo teve a oportunidade de frequentar um curso de datilografia no SAPS. A habilidade de datilógrafo, acrescida da posterior conclusão do segundo grau, permitiu-lhe ser aprovado em concurso do Banco do Brasil. Sobre esse episódio ele contou:

“Eu precisava fazer o curso de datilografia e não tinha recursos. Aí eu soube que lá, no segundo andar do SAPS, Praça da Bandeira, havia um curso gratuito de datilografia. Era um curso de seis meses. Nós ganhávamos ajuda de custo para almoço e passagem. Além disso, o curso era completo: tinha noções de português e das disciplinas ligadas ao curso de secretariado. Esse curso me ajudou na carreira de bancário e de advogado.”⁶³⁰

Ele se recorda que o curso de datilografia funcionava no segundo andar do SAPS, próximo ao setor de nutricionismo. Arnaldo fez questão de frisar como a autarquia influenciou em sua ascensão social: “Minha família era muito pobre, e nós

⁶²⁷ Arnaldo dos Santos era carioca e faleceu em 2010, aos 57 anos de idade. Formou-se em advocacia. Ingressou por concurso no Banco do Brasil e teve atuação marcante no sindicato dos bancários. Essa tradição de luta sindical, segundo seu depoimento, fora herdada de seu pai, que era trabalhador atuante no sindicato dos estivadores. Entrevista concedida a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, Maio de 2010.

⁶²⁸ Entrevista concedida a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, Maio de 2010.

⁶²⁹ Entrevista concedida a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, Maio de 2010.

⁶³⁰ Entrevista concedida a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, Maio de 2010.

tínhamos dificuldade de inserção, por isso agradeço a possibilidade de profissionalização que o SAPS me proporcionou”.⁶³¹

3.3 -Eladir dos Santos⁶³²

A memória de Eladir sobre o SAPS está, intimamente, ligada a sua infância. Nascida em 1953, suas recordações sobre a autarquia vêm das ações de sua família, que a levava para almoçar na instituição. Os relatos de seus pais e irmão mais velho, que participaram de forma mais atuante dos eventos promovidos pelo SAPS, formam grande parte de suas recordações. “Eu me lembro que a gente, quando ia almoçar no SAPS, sempre havia uma fila formada. E o prédio era diferente dos outros prédios do centro da cidade: ele tinha uma rampa em caracol (...). A fila se estabelecia encostada a essa rampa em caracol, até chegar a um refeitório imenso, onde as refeições, sempre muito completas, eram servidas (...). Meus pais sempre insistiam em alertar para o teor das refeições: arroz, feijão, legumes, fruta de sobremesa e um copo de leite.”

Eladir se recorda das histórias contadas por sua mãe sobre as festividades de carnaval no SAPS. Ela relata:

“Minha mãe gostava também de ir ao SAPS. Ela contava que quando namorava o meu pai, isso no início dos anos 1950, eles iam ao baile de carnaval no SAPS. Ela dizia que se arrumava para o carnaval. O baile se encerrava à meia-noite. As pessoas dançavam até a meia-noite. Durante os folguedos, sempre que se quisesse, podia-se pegar um copo de leite para tomar. Eram servidos copos de leite durante o baile de carnaval! Minha mãe contava isso, e nós achávamos o fato inusitado. Era interessantíssimo servir leite em evento onde a característica era a bebida alcoólica. Nós ríamos desse relato, mas tínhamos que concordar que era saudável.”

As reportagens dos Boletins do SAPS referendam a narração de Eladir. Os bailes de carnaval existiam nos salões do SAPS, mas havia a preocupação com o aspecto de recuperar o desgaste físico da folia. Por isso, era servido o copo de leite.

4 - O fim do projeto SAPS

⁶³¹ Entrevista concedida a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, Maio de 2010.

⁶³² Eladir dos Santos era casada com Arnaldo José dos Santos.

O crescimento da Instituição no interregno 1940-1967 já foi evidenciado nessa pesquisa. Cumpre ressaltar que, em seu período de crepúsculo, o SAPS não parecia ser um organismo doente e prestes a ser liquidado. O fechamento da instituição ocorre sob a égide do governo da ditadura civil militar iniciada em 1964. O fim do SAPS se dá em 1967, ano em que o Rio de Janeiro foi assolado por chuvas torrenciais e enchentes. O jornal *Última Hora* noticiava, sob o título “Marechal vai à zona Flagelada: Estado do Rio”

“O Marechal Castelo Branco vai percorrer a partir das 8h30m de amanhã a área do Estado do Rio devastada pela tromba d’água há cerca de duas semanas. Sua ida à região foi confirmada na tarde de ontem e divulgada pelo Ministério para a Coordenação dos Organismos Regionais.”⁶³³

Estado de calamidade pública, praias interditadas. Foi instituída uma campanha de vacinação contra a febre tifoide que era realizada, em massa, na rodoviária Novo Rio. No mesmo jornal supracitado, outra notícia merecia destaque. A manchete “SAPS Faz Plano” informava:

“O Ministério do Trabalho decidiu fornecer alimentos aos flagelados fluminenses, através do SAPS, que hoje começará a distribuir os suprimentos à região. Por determinação do Ministro Nascimento e Silva, o Interventor do SAPS, Sr. Alcebíades Frutuoso, estabeleceu com o coordenador dos serviços de assistência às vítimas das enchentes o programa de fornecimento de gêneros alimentícios. A ação do SAPS será desenvolvida em colaboração com o Govêrno do Estado do Rio.”⁶³⁴

Alguns dias depois, no mesmo mês de fevereiro, um Decreto-Lei extinguiria o SAPS. A autarquia, que servira para socorrer as vítimas da enchente do Rio de Janeiro, fora taxada como ineficaz e corrupta. A interrupção de um projeto nacional de alimentação e cultura estaria pautada na improbidade administrativa? Desvios de verbas e superfaturamento dos preços de gêneros alimentícios, ambos, teriam sido motivadores dessa extinção? O abortamento do SAPS se deu através do Decreto-Lei n°. 224, de 28 de fevereiro de 1967, que dispunha sobre “a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)” e transferia “os respectivos bens, serviços e

⁶³³ Jornal *Última Hora*, 03 de fevereiro de 1967, p. 5.

⁶³⁴ Jornal *Última Hora*, 03 de fevereiro de 1967, p. 5.

atribuições”⁶³⁵, com as respectivas pessoas, para outros órgãos e entidades do governo. Vejamos prenúncios da extinção do SAPS e o contexto que a cercou.

5 - CPIs e acusações de corrupção

Como toda instituição que se torna muito grande, o SAPS não fugiu à regra e foi alvo de suspeita de desvios e práticas de improbidade administrativa. A autarquia enfrentou várias Comissões Parlamentares de Inquérito.⁶³⁶ Em cinco de maio de 1955, através da Resolução nº. 18, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar denúncias da imprensa sobre irregularidades no SAPS. Ela seria composta de 5 (cinco) membros e teria a duração de 6 (seis) meses para averiguar as denúncias.⁶³⁷ O pedido de instauração dessa CPI teve o apoio do parlamentar Josué de Castro, que, a esse respeito, pronunciou:

“Sr. Presidente, pedi minha inscrição para debater este projeto de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades no SAPS, por dois motivos. (...) Ter sido eu o fundador do SAPS e seu primeiro diretor. Incumbido pelo presidente Getúlio Vargas de elaborar um plano de assistência alimentar para os operários, para as classes trabalhadoras, organizei um serviço, inicialmente chamado Serviço Central de Alimentação, posteriormente transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social, ou seja, SAPS.”⁶³⁸

Josué de Castro continuou sua fala imputando às “sucessivas desastrosas administrações do SAPS” o descrédito por que passava a instituição. Concordava, portanto, com a necessidade de submetê-la ao inquérito do Congresso. Alertava que o órgão se mantinha “em grande parte pela quota de previdência parcialmente tirada do salário”⁶³⁹ dos trabalhadores”.⁶⁴⁰ Sendo assim, o organismo deveria “fazer reverter essa

⁶³⁵ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Decreto-Lei nº 224, de 28 de fevereiro de 1967.

⁶³⁶ Por serem várias as Comissões Parlamentares de Inquérito, elegeu-se as mais relevantes para o corpo do texto. Uma dessas inquéritos ocorrera em 1950. Através da Resolução nº 10, a Câmara dos Deputados instituiu Comissão de Inquérito de cinco membros, com o fim especial de apurar, no prazo de cento e vinte (120) dias, a existência de irregularidades no Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS). BRASIL, Arquivo Senado Federal.

⁶³⁷ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Câmara dos Deputados, 05/05/1955.

⁶³⁸ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 30/4/1955, p. 2.089.

⁶³⁹ BRASIL, Arquivo Senado Federal. O DECRETO-LEI N. 7.719, de 09 de julho de 1945, modificava o sistema de contribuição para o custeio do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS, mas dizia que, até a entrada em vigor desse dispositivo legal, valeria o Decreto-Lei anterior. Nele o custeio do SAPS era fixado em 2 % (dois por cento) sobre o valor das contribuições de previdência, arrecadados dos empregados e dos empregadores pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. Mas, ao que parece, essa nova forma de custeio não vingou. Em 02 de janeiro de 1954, a LEI Nº 2.158 determinava a

quota no benefício das classes trabalhadoras”.⁶⁴¹ Os documentos consultados revelaram que, no desenrolar dos trabalhos dessa CPI, as denúncias apresentadas foram apuradas. A Resolução nº. 23, de 02 de outubro de 1959, tornou público o relatório parcial do Inquérito Parlamentar, que averiguou as denúncias da Imprensa sobre irregularidades no SAPS. O texto enfatizava:

“Ficam aprovadas as conclusões do inquérito promovido sobre a denúncia da venda de café pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) constantes do Relatório Parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Resolução nº 18, de 1955, fazendo-se a remessa de todo o processado, em cópia autêntica, ao Dr. Procurador Geral da República, para que adote as providências necessárias à instauração dos procedimentos cíveis e penais que couberem na espécie.”⁶⁴²

As conclusões deixam claro que os responsáveis pelas irregularidades foram punidos.⁶⁴³

Essa não foi a única acusação que pesou sobre o SAPS. Outras denúncias sobre desvios administrativos envolveram o órgão no período de sua existência. O jornal *Última Hora*, de 25 de agosto de 1961, em nota da coluna intitulada Ronda Sindical trazia reportagem sobre “novos escândalos” que ameaçavam “vir a público, envolvendo novamente o SAPS”. A reportagem afirmava que “uma grande partida de batata inglesa” fora “comprada no Rio Grande do Sul por preço muito superior ao normal”, tendo sido gastos “cerca de CR\$ 50 milhões”. Além disso, continuava a matéria, havia assumido “a chefia da Seção Financeira da autarquia uma funcionária indiciada pela Comissão de Sindicância, que ali operou presidida pelo Coronel Gondim”. Isso sem contar que algumas firmas fornecedoras do SAPS já tinham sido “envolvidas em processos administrativos e policiais, sendo que uma delas foi proclamada inidônea pela própria instituição”.⁶⁴⁴ Tais denúncias redundaram na Resolução nº. 42 de 1961, que instaurou nova Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as administrações

reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para prestação de assistência alimentar a seus associados, que deveria ser realizada pelo SAPS.

⁶⁴⁰ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 30/4/1955, p. 2.089.

⁶⁴¹ Idem, 30/4/1955, p. 2.089.

⁶⁴² BRASIL, Arquivo Senado Federal.

⁶⁴³ No ano de 1965, a resolução de Nº 110 aprovou o relatório final sobre a CPI, instaurada em 1955, para averiguar irregularidades no SAPS. Curiosamente, o produto que aparece como alvo da investigação principal é o azeite. No relatório parcial, as denúncias apuradas eram sobre o café.

⁶⁴⁴ *Última hora*, 25 de agosto de 1961, p. 8.

dos Institutos de Previdência, do SAPS e do SAMDU.⁶⁴⁵ O resultado foi publicado em 1965, através da Resolução nº. 121, que aprovou as conclusões da CPI e determinou que fossem remetidas ao presidente da República, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e a todos os Institutos de Previdência, SAPS e SAMDU, para que providências fossem tomadas e punições fossem aplicadas.⁶⁴⁶

Em 1963, mais notícias escandalosas. Dessa vez, o senador Eurico Vieira de Rezende criticou o ministro do Trabalho, Sr. Almino Afonso, acusando-o de ambição pessoal e desmandos políticos em medidas postas em prática no Ministério do Trabalho. Apontava incorreções nas atitudes do ministro, tais como tráfico de influência com os sindicatos e perseguições políticas que envolviam a administração do SAPS.⁶⁴⁷

Em fevereiro de 1964, o senador Aarão Steinbruch (MTR/RJ) fez pronunciamento onde assinalava a necessidade de moralização de órgãos da administração pública, entre eles o SAPS. Pedia que se fosse feita averiguação através de CPI. Os protestos do senador tiveram respaldo. Em 1966, a Resolução nº. 181 requeria a instalação de mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de apurar irregularidades na administração do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Determinava que essa Comissão fosse integrada por nove (9) membros. Estabelecia a dotação orçamentária de Cr\$ 8.000.000 (oito milhões de cruzeiros) para suas despesas e dava como prazo para a conclusão dos trabalhos 45 dias a contar de sua instalação.⁶⁴⁸

Por outro lado, alguns decretos outorgados pelo presidente Castelo Branco, nesse mesmo período, pareciam antagonizar com o clima da CPI que envolvia o SAPS. Em 1º de setembro de 1965, através do Decreto nº. 56.817, Castelo transferiu o imóvel do Instituto Brasileiro do Café para o Serviço de Alimentação da Previdência Social.⁶⁴⁹ Em novembro de 1966, logo após a instalação de CPI, o presidente, através do Decreto nº. 59.470, aprovou os orçamentos do Serviço de Alimentação da Previdência Social e de seu respectivo Conselho Fiscal.⁶⁵⁰ Não se teve acesso ao relatório conclusivo dessa

⁶⁴⁵ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, Resolução nº. 42, 1961.

⁶⁴⁶ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, Resolução nº. 121, 05/06/1965, p. 003988.

⁶⁴⁷ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 04/05/1963, p. 696.

⁶⁴⁸ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, Resolução nº. 181, 23/10/1966, p. 8.998.

⁶⁴⁹ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Decreto nº. 56.817, de 1º de setembro de 1965.

⁶⁵⁰ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Decreto nº. 59.470, de 8 de novembro de 1966.

CPI. Mas o fato relevante se pauta no fechamento do SAPS e na desintegração de seus bens, serviços e funcionários entre diversos Ministérios da União.

Feitas essas constatações, julga-se pertinente a colocação de alguns questionamentos. Seria viável que, às vésperas da falência de um órgão considerado corrupto e sob averiguação, fosse transferido, para sua responsabilidade, um imóvel do porte e do valor daquele ocupado pelo Instituto Brasileiro do Café? E mais ainda: por que a instituição tivera suas contas aprovadas no mesmo período em que era alvo de suspeitas? Por que os parlamentares traziam pedidos da população para que os Restaurantes Populares, os Postos de Subsistência e os serviços por eles abarcados fossem implantados em suas regiões? As denúncias da imprensa e de parlamentares sobre as irregularidades no SAPS teriam sido suficientes para seu desmantelamento?

As acusações relativas à improbidade administrativa e a desvios de verbas atingem vários órgãos e funcionários no trato com a coisa pública. Josué de Castro, um dos idealizadores do SAPS, recomendou que fosse instaurada uma CPI para investigar a autarquia. Entretanto, ele próprio fora alvo de acusações do jornal *Correio da Manhã*, conforme explicitou em pronunciamento feito no Congresso Nacional. Assim, pronunciou-se o parlamentar:

“(...) A acusação formulada é que, tendo-me sido entregue, em 1951, pela Comissão de Imposto Sindical, a importância de Cr\$ 300.000,00 para despesas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, da qual fui vice-presidente e presidente em exercício, não apresentara os comprovantes das despesas realizadas com este numerário.”⁶⁵¹

Refutando as acusações consideradas pueris e levianas, Josué de Castro explicou que recebera a verba “devidamente aplicada na instalação da Comissão Nacional de Bem-Estar, sendo os pagamentos levados a efeito pelo então secretário administrativo da mesma, Sr. Armando de Oliveira Pinto”.⁶⁵² Continuou sua fala explicando que, “com a máxima probidade e de acordo com a legislação em vigor”, ele prestara “contas dessas despesas a quem devia prestar – ao Sr. Ministro do Trabalho”, e exibia, ali, cópia do relatório apresentado e “as especificações das despesas feitas, acompanhadas dos respectivos comprovantes”.⁶⁵³

⁶⁵¹ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Diário do Congresso Nacional, 08/07/1959, p. 3.987.

⁶⁵² Idem, 1959, p. 3.987.

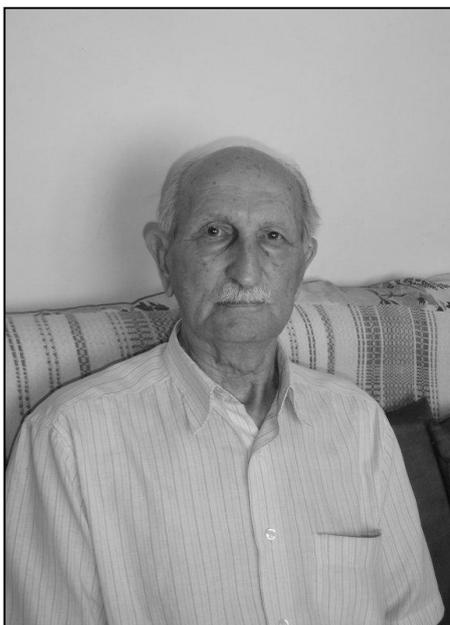
⁶⁵³ Idem, 1959, p. 3.987.

Para compreender se apenas as irregularidades provocaram o fim do SAPS e buscando respostas para as questões suscitadas acima, procurou-se ouvir os representantes da instituição e da classe trabalhadora.

6. O fim do SAPS na fala dos trabalhadores

6.1. Geraldo Jacometti

Figura 41 - Geraldo Jacometti, gerente do SAPS



Fonte: Arquivo Pessoal

Na visão de Geraldo Jacometti,⁶⁵⁴ “o trabalho do SAPS era importantíssimo”. Ele considera que os funcionários do SAPS trabalhavam, sobretudo, por amor à pátria. Ele não acredita em desvios ou roubo na instituição como um todo. Acha que pode ter havido um ou outro caso de irregularidade. Entretanto, ele faz questão de pontuar que o patrimônio acumulado pelo SAPS era muito grande e alvo da cobiça de muitos ministérios. Na sua interpretação:

“O SAPS cresceu muito. Quando a instituição foi desativada, possuía um acervo patrimonial de cerca de *três trilhões de cruzeiros, quantia que representava uma fábula*. O SAPS tinha restaurante em todas as capitais do Brasil e postos de subsistência espalhados pelo país todo. Tais atividades atendiam

⁶⁵⁴ Funcionário de carreira do SAPS, gerente do primeiro Posto de Subsistência do SAPS em Juiz de Fora. Participante ativo do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio. Entrevista concedida a Ana Maria da Costa Evangelista, novembro de 2006, Juiz de Fora, Minas Gerais.

à classe trabalhadora, com preço de custo acrescido apenas de 10%. Isso era um ganho monetário para o trabalhador.”⁶⁵⁵

No pensamento de Geraldo Jacometti, o fim do SAPS e sua divisão entre diversos ministérios foram causados mais pelo desejo de repartição de seu vultoso patrimônio do que propriamente pelas pequenas irregularidades que pudessem acometer seu dia a dia funcional.

O parecer de Geraldo Jacometti sobre corrupção é corroborado pela coluna “Opinião” do jornal *Última Hora*, de 13 de fevereiro de 1967. A coluna referendava que a prática da corrupção era também habitual entre funcionários do governo da ditadura militar. Nesses casos, não havia punições nem extinção dos órgãos responsáveis. Sob o título “A Boa Corrupção”, a matéria dizia:

“Ontem, domingo, às 4h, uma família saltou à porta de uma churrascaria na Zona Sul para almoçar. Quatro adultos e quatro crianças falando inglês, vermelhinhos de praia, saltaram da camioneta do DNER número de ordem 1.222, que ali ficou estacionada, a esperar que terminasse. (...) Nas chapas amarelas ou brancas do Governo desfilam pelos supermercados, pelas boates e pelas praias suas excelências os senhores diretores, suas esposas e filhinhos, suas excelências os senhores chefes; os amigos de uns e outros, no que se pode considerar uma ofensiva monstro (sic) de relações públicas pessoais. Pena é que o povo pague pela festa desses excelentíssimos cavalheiros, todos *revolucionários de primeira hora, combatentes alinhados na luta contra toda e qualquer corrupção – exceto é claro, a que os beneficia.*⁶⁵⁶

Diante do exposto, considera-se temerário afirmar que a corrupção foi o mote de fechamento do SAPS. Por isso, opta-se por corroborar com a opinião do sindicalista Élzio Bruni sobre a apropriação do SAPS pelos trabalhadores, que o transformaram em espaço onde a classe poderia debater e reivindicar suas questões. Assim, “quando João Goulart visitou Juiz de Fora um pouco antes do golpe civil-militar desferido em 1964, ele se reuniu com lideranças sindicais de toda a região no prédio do Restaurante Popular do SAPS”. O sindicalista se lembra que “líderes de toda a Zona da Mata mineira compareceram a essa reunião”. Ele afirma que “foi um acontecimento importante para

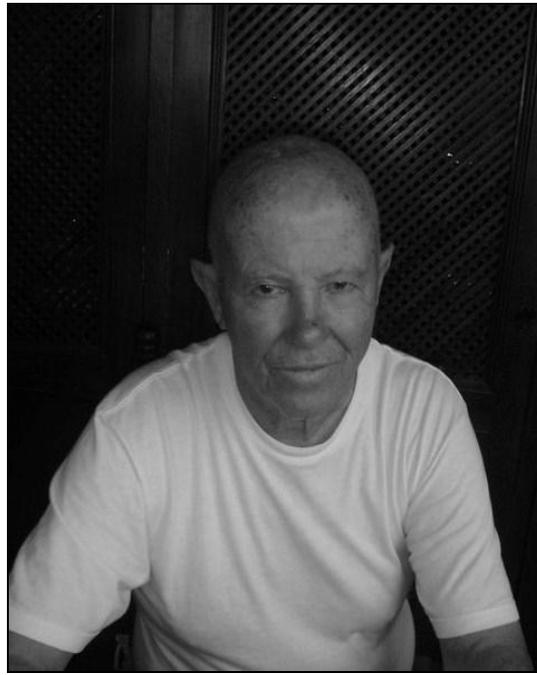
⁶⁵⁵ Entrevista concedida a Ana Maria da Costa Evangelista, novembro de 2006, Juiz de Fora, Minas Gerais, grifos meus.

⁶⁵⁶ *Última Hora*, 13 de fevereiro de 1967, p. 4, grifos meus.

os trabalhadores da região, que puderam enviar, através de seus representantes, suas reivindicações ao presidente da República”.⁶⁵⁷

6.2. Élzio Bruni

Figura 42 – Élzio Bruni, agente do IAPI



Fonte: Arquivo pessoal

Élzio Bruni⁶⁵⁸ analisa o fim do SAPS e as denúncias de irregularidades que envolveram a instituição por outro ângulo. Ele considera a extinção do SAPS pelo governo militar como arbitrária e equivocada. Segundo Bruni, “eles vieram o local como ponto de reunião de arruaceiros, de comunistas”. E completa: “Na verdade, nós não éramos comunistas, éramos trabalhistas”. Na sua visão, o governo da ditadura “fechou o SAPS sem justificativa, como fez com a fusão dos institutos, deixando para o trabalhador e para o país o ônus do prejuízo”. Lamentando não existir, hoje, para os

⁶⁵⁷ Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio Novo, Minas Gerais, novembro de 2006 e dezembro de 2011.

⁶⁵⁸ Élzio Bruni foi importante líder do Sindicato da Construção Civil em Juiz de Fora. Posteriormente, tornou-se Agente do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários). Ligado a Clodesmidt Riani, seu trabalho tinha repercussão nacional. No jornal *Última Hora*, de abril de 1960, a nota da coluna Ronda Sindical dizia: O presidente da Casa do Trabalhador, com apoio dos líderes sindicais, nomeou uma comissão sob a presidência do Sr. Élzio Bruni (Construção Civil), para elaborar o programa comemorativo do Dia do Trabalhador. A efeméride, que é de todo trabalhador, será assinada solene e festivamente em Juiz de Fora, a exemplo dos anos anteriores. Élzio Bruni conta que assumiu a diretoria do IAPI em Juiz de Fora porque a ideia das lideranças nacionais, tais como Santiago Dantas, era a de formar um grupo de lideranças que viesse da classe operária e representasse o trabalhismo. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio Novo, Minas Gerais, novembro de 2006 e dezembro de 2011, e *Última Hora*, 22 de abril de 1960, p. 3, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

trabalhadores um programa desse tipo, Élzio afirma que “nossas refeições no SAPS eram momentos de alegria”. E diz mais: “Com o fechamento dos Restaurantes Populares, nós voltamos a depender da marmita trazida de casa”.⁶⁵⁹

Quanto à reação ao fechamento dos Restaurantes Populares e Postos de Subsistência, Élzio afirma:

“Era tempo de silêncio. O trabalhador reagiu como pôde. De Juiz de Fora, foi tirada uma comissão para falar com o ministro do Trabalho e pedir a reabertura do SAPS. Mas de nada adiantou. Reação maior não se podia fazer. Se a gente se reunisse em uma esquina e ficasse conversando, a polícia (ou a dura, como chamávamos) aparecia e corríamos o risco de sermos presos. Muitos companheiros foram presos. Eram levados para Belo Horizonte ou para a Ilha Grande como o Riani.⁶⁶⁰ Eu era muito visado porque fiquei como intermediário entre o Riani e a família dele. Riani é meu compadre. Sou padrinho de um dos seus filhos. Várias vezes, quando ia até a casa dele, via a polícia me seguindo. Assim, a gente nem pôde fazer muita coisa para protestar pela extinção do SAPS.”⁶⁶¹

Élzio Bruni revela que todos os bens móveis do SAPS sumiram: “Queimou-se livros, doou-se panelas, desmantelou-se toda a organização”. Segundo ele, seu sogro, que era policial, queimou grande parte de seu arquivo referente às atividades sindicais por medo de serem comprometedores e provocarem sua prisão.

6.3. Clodesmidt Riani

Segundo Clodesmidt Riani, líder sindical trabalhista, a reação dos trabalhadores ao fechamento do SAPS foi parca em virtude da repressão que se abateu sobre a classe. Ele mesmo foi preso e torturado. Seu filho, Rubensmidt Riani, ao falar sobre o pai, declara: “O que dizer de um homem que já jantou na Casa Branca e já almoçou no cárcere da Ilha Grande? O que dizer de um homem que, com apenas a 4ª série do primário, discursava em Genebra na Organização Internacional do Trabalho?”⁶⁶²

⁶⁵⁹ Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio Novo, Minas Gerais, novembro de 2006 e dezembro de 2011.

⁶⁶⁰ Ele se refere ao líder sindical Clodesmidt Riani.

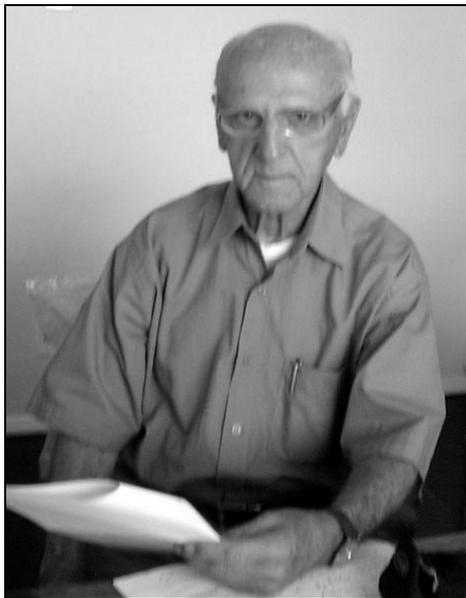
⁶⁶¹ Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio Novo, Minas Gerais, novembro de 2006 e dezembro de 2011.

⁶⁶² Rubensmidt Riani Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Belo Horizonte, Minas Gerais, setembro de 2011.

Rubensmidt declara que seu pai não perdeu as esperanças, e, mesmo no cárcere da Ilha Grande, escreveu para sua esposa:

“Norma, diga aos nossos estimados filhos, parentes e amigos que estou lutando pela liberdade, e aqueles que lutam pela liberdade viverão para a eternidade. Estou mais animado do que nunca a lutar por um Brasil melhor para que nossos filhos e filhos de milhares de trabalhadores tenham mais oportunidade do que eu, ou, que eles tenham uma vida mais humana e mais digna.”⁶⁶³

Figura 43 – Riani, liderança trabalhista nacional



Fonte: Arquivo pessoal

Clodesmidt se considera um trabalhista, como o fora seu pai Orlando Riani. Ele declara que:

“Meu pai foi um líder sindical. (...) Em 1934, ele já era o terceiro presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora. Foi um líder sempre muito atuante e o que seus amigos me falaram é que ele foi um bom líder sindical, um homem muito correto. (...) Você nunca pode ser um trabalhista sem ser trabalhador. (...) Antes de eu ser do meu partido, do PTB, era trabalhista, era trabalhador. (...) Então o trabalhismo saiu do trabalhador e daqueles que cuidam da legislação trabalhista.”⁶⁶⁴

⁶⁶³ Trechos da carta de Clodesmidt para sua esposa Norma, em 03 de abril de 1964, cedido por Rubensmidt Riani a Ana Maria da Costa Evangelista, em setembro de 2011.

⁶⁶⁴ Clodesmidt Riani apud OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Sindicalismo e luta por direitos sociais do trabalho em Juiz de Fora nos conturbados anos dos governos, provisório e constitucional, de Getúlio Vargas (1930-1937)*. Virtú (UFJF), v.1, 2008, p. 7-14.

Pelo exposto, pode-se avaliar o apreço de Riani pelo SAPS, considerado como “uma conquista do trabalhismo”. Ele diz que os trabalhadores não se movimentaram para protestar, violentamente, contra o colapso do SAPS porque muitos estavam presos, outros haviam desaparecido – às vezes para sempre –, e os que restaram estavam com medo.

7. A reação dos estudantes

O arcabouço da lei que extinguiu o SAPS parece ter contribuído para seu desmantelamento. Isso porque a estrutura patrimonial da autarquia foi distribuída entre vários ministérios. No corpo da lei, eram estabelecidas outras determinações que merecem esclarecimento. A COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) fora criada, em 1962, no governo João Goulart com a finalidade precípua de:

“participar diretamente, da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo Govêrno, relativamente à comercialização dos gêneros alimentícios, essenciais ou em carência, e agir como elemento regulador do mercado ou para servir, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por emprêsas comerciais privadas, em regime competitivo.”⁶⁶⁵

Com o fim do SAPS, o Decreto-Lei nº. 224 determinou que a COBAL ficasse responsável, também, pelo fornecimento de refeições, cumprindo o papel dos Restaurantes Populares. Sabe-se que tal determinação foi logo descumprida, e os Restaurantes Populares foram sendo, paulatinamente, fechados. Todavia, para se compreender melhor o abortamento do SAPS, algumas situações são ilustrativas. O período que se instaurou após o golpe civil-militar de 1964 foi caracterizado por grande processo inflacionário. Os produtos básicos e necessários à boa nutrição sofreram alta de preço. Para além do encarecimento do custo de vida, havia racionamentos constantes de energia elétrica, devido à falta de investimento no setor. Nos dias subsequentes ao fechamento do SAPS, o jornal *Última Hora* destacava o depoimento do ministro da Fazenda, Delfim Neto, que dizia:

⁶⁶⁵ BRASIL, Arquivo Senado Federal, Lei Delegada nº. 6, de 26 de setembro de 1962. Preservou-se a ortografia vigente à época.

“a política de combate à inflação não será abandonada no Governo Costa e Silva (...). A política econômico-financeira do novo governo terá quatro objetivos: 1. desenvolvimento econômico; 2. controle do processo inflacionário; 3. equilíbrio da balança de pagamentos; 4. manutenção da participação dos trabalhadores no produto nacional.”⁶⁶⁶

Delfim Neto continuava avaliando: “Não existirão também projetos particularizados de cada Ministro, mas um programa global de Governo, que será anunciado ao País, proximamente, pelo Presidente Costa e Silva”. E frisava: “Não há razão para suspeita de que a política de controle do processo com pressões substanciais sobre o nível de preços e *com prejuízos de quaisquer das classes que contribuíram para a coletividade do País*”.⁶⁶⁷ No mesmo dia, o referido *Diário de Notícias* trazia importante reportagem, sob o título “Técnico da FAO vê Fome Mais Grave no Mundo”, que dizia:

“O problema da fome no mundo ‘vai se agravar nos próximos 15 a 20 anos, e terá de ser solucionado através de um programa de integração geral de todos os países’, segundo informou ontem o diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas – FAO,⁶⁶⁸ A. E. Boerne, ao desembarcar no Galeão, para uma visita de cinco dias ao Rio e à Bahia.”

Sustentou Boerne que “a alimentação dos povos terá de ser conseguida através de um plano global envolvendo os países, com o aproveitamento de todos os alimentos, para uma distribuição racional beneficiando particularmente os países subdesenvolvidos”. Na opinião do técnico da FAO, o Brasil vinha cumprindo as metas estabelecidas para o combate à fome e à desnutrição e realizava, até então, “o maior investimento do gênero no mundo”.⁶⁶⁹

Algumas considerações sobre as matérias explicitadas na *Última Hora* de março de 1967. A primeira retratava o combate à corrida inflacionária e apostava no desenvolvimento econômico ressaltando que tais ações não deveriam penalizar a classe trabalhadora. A segunda elogiava o avanço do Brasil no programa de combate à fome. Paralelamente, ocorria o fechamento do SAPS e, com ele, o desmantelamento de um

⁶⁶⁶ *Última Hora*, 02 de março de 1967, p. 7.

⁶⁶⁷ *Última Hora*, 02 de março de 1967, p. 7, grifos meus.

⁶⁶⁸ Food and Agriculture Organization: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

⁶⁶⁹ *Última Hora*, 02 de março de 1967, p. 7.

dos mais audaciosos programas de combate à fome e à desnutrição que o país praticara. Haja vista a afirmativa do representante da FAO que apontava o Brasil como o país onde ocorria o maior investimento no combate à fome e à desnutrição. Diante de tais apartes, cumpre perguntar: por que uma política tão ousada, como a representada pelo SAPS, merecia ser extinta? Os desvios administrativos serviriam como justificativa? Não teria sido mais profícuo para as camadas populares que a autarquia fosse mantida e que fossem punidos os funcionários ímprobos? As incorreções administrativas não poderiam ter sido solucionadas com a simples troca dos funcionários de cargos comissionados?

O mesmo tabloide trazia outra reportagem, dessa feita a respeito da transferência dos restaurantes e postos de subsistência do SAPS para a COBAL. A nota revelava:

“a COBAL anunciou ontem que a transferência dos supermercados e restaurantes do SAPS para aquele órgão será altamente benéfica: dentro desse esquema, poderá levar diretamente ao público os seus produtos, o que não acontecia antes, quando se tratava de um órgão simplesmente estatal.”⁶⁷⁰

Porém, segundo depoimentos e notícias destacadas na imprensa do país, a COBAL não manteve os Restaurantes Populares em funcionamento. Muitos foram fechados, a exemplo do Restaurante Popular de Juiz de Fora. No Rio, a ameaça de fechamento do Restaurante Calabouço, que pertencia à rede SAPS, gerou protestos dos estudantes. Na *Última Hora*, de 28 de março de 1967, sob o título “Por um direito: comer”, noticiava-se que “uma nova tentativa de fechamento do Restaurante do Calabouço, desta vez a pretexto de se fazer balanço e por um prazo de dez dias, levou um grupo de mais de duzentos estudantes a clamar, nas ruas, pelo direito de comer”.⁶⁷¹

O texto explicava que a “Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), controladora, em exercício, dos postos de alimentação do extinto SAPS, havia adotado a decisão de fechar o restaurante até que completasse o balanço financeiro”.⁶⁷² A matéria complementava detalhando que, “quando chegaram para o almoço a baixo preço, que lhes permite equilibrar as magras finanças, os estudantes se surpreenderam com o aviso de fechamento temporário”. O relato dizia que, em reação, “formou-se um grupo decidido, que se concentrou no pátio do MEC, portando cartazes com dizeres tais como,

⁶⁷⁰ *Última Hora*, 02 de março de 1967, p. 7.

⁶⁷¹ *Última Hora*, 28 de março de 1967, p. 1.

⁶⁷² *Última Hora*, 28 de março de 1967, p. 1.

‘Comer não é privilégio, é um direito’; ‘Abaixo a fome’ e ‘Com fome não há cultura’⁶⁷³. Seguiu a nota concluindo que “um choque da PM logo surgiu, como é de praxe e cercou o grupo”. Mas continuava: “Dessa vez os estudantes saíram vitoriosos. O Ministro Tasso Dutra prometeu a uma comissão de comensais do Calabouço que o restaurante será reaberto hoje. Era a vitória contra a fome”⁶⁷⁴.

Os fatos demonstraram, todavia, que a propalada vitória não saiu da promessa. Em 20 de maio do mesmo ano, outro protesto dos estudantes pela reabertura do Calabouço foi registrado pelo jornal *Última Hora*. A matéria relatava:

“A Polícia Militar prendeu cinco estudantes, mas não impediu a concentração realizada ontem no Calabouço contra o fechamento definitivo do refeitório. Três mil estudantes ali reunidos, antes de irem às ruas, ouviram dos Deputados Alberto Rajás, Fabiano Vilanova e Ciro Kurtz, a promessa de que, quarta-feira próxima, durante a passeata programada por eles, a Assembléia estará aberta para abrigar os estudantes da Polícia.”⁶⁷⁵

A nota descrevia que, encerrada a concentração, uma tropa de choque da PM “postou-se na saída do restaurante tentando ‘disciplinar’ a circulação dos estudantes”, que, por sua vez, “reuniram-se em determinados pontos das Avenidas Beira-Mar, Presidente Antônio Carlos e Franklin Roosevelt, onde ficaram à espera de alguns companheiros detidos por mais de 10 minutos no interior do Calabouço”⁶⁷⁶. Houve intervenção dos deputados supracitados, que “fizeram ver aos policiais não ser intenção dos estudantes fazer passeata naquele momento, ante o que o Capitão Ariel Pádua, comandante do choque, decidiu liberar os detidos”. Os estudantes “saíram todos caminhando pela Presidente Antônio Carlos aos gritos de ‘abaixo o Imperialismo’ e ‘abaixo a ditadura’”⁶⁷⁷. Foram registrados os protestos feitos pelos presidentes dos Diretórios Acadêmicos de Direito e de Arquitetura, além dos deputados presentes. Também se destacava a fala do presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), Daniel Aarão, que assegurou “o apoio de seis mil estudantes contra o fechamento do restaurante” e conclamou todos à união “contra a destruição da

⁶⁷³ *Última Hora*, 28 de março de 1967, p. 1.

⁶⁷⁴ *Última Hora*, 28 de março de 1967, p. 1.

⁶⁷⁵ *Última Hora*, 20 de maio de 1967, p. 2.

⁶⁷⁶ *Última Hora*, 20 de maio de 1967, p. 2.

⁶⁷⁷ *Última Hora*, 20 de maio de 1967, p. 2.

Universidade, através da execução do acordo MEC – USAID⁶⁷⁸ e sua entrega ao Imperialismo norte-americano”.⁶⁷⁹ Por fim, a matéria destaca que cinco estudantes haviam sido levados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para interrogatório. Eram eles: “Luis Antonio Medeiros Neto, 19 anos; José Paulo da Silva, 23 anos; Antonio Pereira da Conceição, 17 anos; Amâncio Rodrigues dos Santos, 14 anos; e Antonio Magioli, 18 anos”.⁶⁸⁰ O registro fotográfico evidenciava a prisão feita pela Polícia Militar em frente ao Calabouço.

Figura 44 - Prisão dos estudantes que protestavam pelo fechamento do Calabouço



Fonte: Última Hora, 20 de maio de 1967

A notícia detalhada acima demonstra que não havia intenção do governo em manter a rede de Restaurantes Populares funcionando.

O fechamento do SAPS representou para o trabalhador o fim das refeições subsidiadas pelo governo. Tal fato aumentava a perda de poder aquisitivo da classe

⁶⁷⁸ Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam a estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os acordos MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pré-requisito para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/m.html>>. Acesso em setembro de 2011.

⁶⁷⁹ *Última Hora*, 20 de maio de 1967, p. 2.

⁶⁸⁰ *Última Hora*, 20 de maio de 1967, p. 2.

trabalhadora num momento em que a carestia se agravava. Os aumentos de preços vinham sendo alvo de reportagens nos periódicos nacionais. Sobre o aumento da carne, por exemplo, em matéria da *Última Hora*, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) se dizia otimista quanto à estabilidade do preço. Em contrapartida, a notícia apontava que a prática dos açougues de Copacabana, bairro do Rio de Janeiro, desmentia o fato. Afirmava a nota que, “como na briga entre o mar e o rochedo, o marisco – isto é, o povo – é que acabará pagando”. Isso porque, além do “aumento da carne se juntará ao já previsto para outros produtos, sobretudo dos hortigranjeiros”.⁶⁸¹ No mesmo período, outra reportagem da *Última Hora* destacava que o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, havia proferido na Câmara dos Deputados que o governo manteria “a qualquer preço a atual política de salários, mesmo reconhecendo que não foram alcançados os êxitos previstos por seus planejadores, acrescentando que não poderá alterá-la ao menos enquanto perdurar a inflação”.⁶⁸²

Diante de tais constatações, considera-se não ser leviano afirmar que o fim do SAPS desagradou grande parte da população, especialmente àquela que se beneficiava de seus serviços. Se os protestos não foram intensos era porque o contexto ditatorial não permitia. Mas eles existiram, ora de forma mais contundente como os dos estudantes do Calabouço, ora de forma mais prudente como os dos sindicalistas que se organizaram em comissões para pedir ao governo sua reabertura. A *Gazeta Comercial*, de Juiz de Fora, em 17 de março de 1967, relatou o encontro de sindicalistas da cidade com o ministro do Trabalho Jarbas Passarinho. A reportagem dizia que os representantes dos trabalhadores haviam feito várias reivindicações e, dentre elas, se destacava o pedido de “reabertura do Restaurante do SAPS”.⁶⁸³ A nota ressaltava, também, que o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), senhor João Wagner, estivera presente nesse encontro entre sindicalistas e ministro. A investida pode ser considerada tímida, mas, conforme depoimento de líderes sindicais como Clodesmith Riani e Élzio Bruni, considerando-se o contexto, tal ato reivindicatório era, no mínimo, corajoso.

Em grande parte da imprensa escrita, não há longos registros que comentem o fechamento do SAPS. Em 27 de fevereiro de 1967, data da publicação do decreto que extingue a instituição, a *Última Hora* noticiou: “O Ministro do Trabalho deverá

⁶⁸¹ *Última Hora*, 31 de agosto de 1967, p. 3.

⁶⁸² *Última Hora*, 31 de agosto de 1967, p. 1.

⁶⁸³ *Gazeta Comercial*, 17 de março de 1967, p. 3.

encaminhar ao Marechal Castelo Branco, ainda hoje, anteprojeto de decreto-lei integrando o SAPS na COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação)".⁶⁸⁴ Em 02 de março, outra reportagem do mesmo periódico dizia que a transferência dos supermercados e restaurantes do SAPS para a COBAL seria "altamente benéfica". O presidente da empresa, general Carlos de Castro Torres, esclarecia que, "dentro desse esquema", poder-se-ia "levar diretamente ao público" os "produtos por preços acessíveis, o que não acontecia antes, quando se tratava de um órgão simplesmente estatal".⁶⁸⁵ O referido presidente afirmava que a instituição não poderia trabalhar no varejo com mais de 15 produtos, dentre os quais destacou: arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, óleos vegetais. O comentário do general Carlos de Castro Torres quanto aos preços dos produtos praticados pelos Postos de Subsistência do SAPS não encontra respaldo entre os ex-funcionários e frequentadores desses entrepostos comerciais. Na sua visão, os armazéns do SAPS vendiam barato, porque a intervenção e o subsídio estatais assim o permitiam.⁶⁸⁶ Outra matéria do mesmo jornal também desmentia o general presidente da COBAL. O assunto em destaque era o aumento do preço do leite e da carne. Dizia o texto:

"A partir de amanhã o leite passará de NCr\$0,27 para NCr\$0,33 (Cr\$330), devido à recusa do Estado da Guanabara em isentar o produto da taxa de Imposto de Circulação de Mercadorias. Aumentos no preço da carne já foram verificados, ontem, devidos à liberação do produto."⁶⁸⁷

O texto é claro quanto a não intervenção estatal no controle do preço de produtos essenciais, como o leite, por exemplo. Ressalta-se que o leite era produto oferecido junto com as refeições no SAPS, fato que permitia ao trabalhador seu consumo sem que isso lhe pesasse o bolso. Nesse contexto, que mesclava carestia e ausência de liberdade de expressão, o abortamento de uma política que aglutinava combate à fome, educação alimentar e incentivo à cultura, não pode ter sido bem-vindo. Os protestos contra a interrupção dessa política foram tímidos ou silenciosos, e isso se justifica pelo período de exceção em que o país se encontrava.

⁶⁸⁴ *Última Hora*, 27 de fevereiro de 1967, p. 6.

⁶⁸⁵ *Última Hora*, 02 de março de 1967, p. 7.

⁶⁸⁶ Geraldo Jacometti: chefe do Posto de Subsistência do SAPS, Juiz de Fora. Depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Juiz de Fora, Minas Gerais.

⁶⁸⁷ *Última Hora*, 02 de março de 1967, p. 7.

8 - A envergadura científica do projeto interrompido na visão da socióloga Anna Maria de Castro

A memória do que representou o SAPS e os ideais de quem lutou por sua criação precisam referendar a perda científica representada pelo seu abortamento. Vejamos o que pensa Anna Maria de Castro, filha de Josué de Castro, um dos cientistas responsáveis pelo projeto SAPS. Anna Maria de Castro⁶⁸⁸ nasceu em Roma por força dos cargos públicos internacionais ocupados por seu pai, Josué de Castro. Sobre a relação entre Josué de Castro e a política de combate à fome e à desnutrição, que contribuiu para a origem do SAPS, ela assinala: “Acho que os caminhos de meu pai no combate à fome e à desnutrição lhe foram abertos pela circunstância de sua vida”.

Figura 45 - Anna Maria de Castro



Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Anna, “desde cedo, ele teve contato com o problema da fome”. Assim, “em todos os seus livros, em todas as anotações dos seus diários, ele se lembra sempre da criança pobre que foi”. Segundo a filha, Josué de Castro se lembrava, também, “que

⁶⁸⁸ Anna Maria de Castro é socióloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autora da Tese de Livre-Docência: *Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política*, defendida no Instituto de Nutrição, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

morava perto de crianças ainda mais pobres, no mangue do Recife”.⁶⁸⁹ Anna Maria de Castro ressalta que “conviver com essas crianças e com a falta de alimento de seu cotidiano foi moldando na cabeça de meu pai a ideia do que essa fome gerava”. Razão pela qual “ele mostra em sua obra toda que a fome é uma obra de homens contra outros homens”. Josué de Castro, na visão de Anna, “nunca foi fatalista, nunca entendeu que necessariamente uma parte da população tinha que passar fome, enquanto a outra parte, que era mínima, detinha a maior parcela dos alimentos”.⁶⁹⁰ Por isso, completa, ele afiançava que esse contexto poderia ser minorado com ações. De acordo com seus pressupostos teóricos:

“ele entendia que há condições, de alimentar toda a população mundial. Entendia, ainda, que as teorias do controle da natalidade e outras que tentavam criminalizar a pobreza não resolviam o problema da fome. Quer dizer, não bastava afirmar que o pobre tinha mais filho, e por isso tinha mais pobreza. Ou seja, eles eram culpados pela sua própria miséria. Josué era contra esses pressupostos e achava que o problema da fome precisava ser corrigido com ações governamentais.”⁶⁹¹

Foi essa visão de vida que o levou a contestar seus chefes em uma fábrica de Recife, onde foi trabalhar recém-formado em medicina. Encarregado de analisar por que os operários faltavam ao trabalho, Josué foi à direção da fábrica com o seguinte resultado: “O problema dos operários dessa fábrica é fome”. E concluiu: “A solução passa pelo salário desses trabalhadores e não porque eles sejam indolentes”.⁶⁹² Por essa razão, Josué de Castro foi demitido. Segundo sua filha, “a partir daí, ele começou a ver que o único caminho seria buscar a inserção do poder público no problema”. Em outras palavras, “ele percebeu que não poderia trabalhar a questão da fome, a não ser que o poder público assim o desejasse”.⁶⁹³ Foi nesse período que “ele realizou o primeiro inquérito de condições e vida e saúde da classe operária do Recife, e este desencadeou

⁶⁸⁹ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro de 2010.

⁶⁹⁰ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro de 2010.

⁶⁹¹ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro de 2010.

⁶⁹² Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro de 2010.

⁶⁹³ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro de 2010.

outros do mesmo teor nas diversas partes do país”.⁶⁹⁴ A grande preocupação de Josué, segundo Anna Castro, era avaliar “o que comia esse operário, onde morava ou em que condições ele sobrevivia” e, a partir daí, “encontrar um caminho para melhorar a situação de vida da classe trabalhadora e do resto da população de menor renda”.⁶⁹⁵ A entrevistada destaca que esses estudos deram origem à obra de Josué intitulada *Geografia da Fome*. Pelo exposto, julga-se pertinente analisar que o projeto SAPS teve sua implantação ligada à gênese dos estudos sobre fome e desnutrição no Brasil. Destaca-se ainda que, a despeito de ser um projeto nacional, sua efetivação no combate à fome guardava as especificidades geográficas de cada região, como preconizavam os estudos de Josué de Castro. Ao fazer uma análise geográfica, sociológica, biológica e histórica da fome, o médico pernambucano abriu caminho para trabalhos interdisciplinares, tão em voga na contemporaneidade. Segundo Anna Castro, seu pai “utilizou dessas ciências para criar um instrumental de análise da fome específico para o Brasil, e com ele iniciou sua escrita de *Geografia da Fome*”.⁶⁹⁶ Ela afirma que Josué “usava toda a força para vencer algum obstáculo e dizia que acontecimentos tinham que ser difíceis para a gente querer vencê-los”.⁶⁹⁷ Assim, “ele se empenhou pela criação do SAPS,” nos idos de 1940. Mas, segundo o relato da filha, Josué “se desinteressou e abandonou o projeto ao se indispor com membros da direção da autarquia”.⁶⁹⁸

A afirmativa de Anna Castro é confirmada em notícia do Boletim do SAPS de janeiro de 1946, que relata a volta de Josué à direção dos cursos da instituição. Dizia o periódico que, convidado pelo Dr. Miguel Martins, o professor Josué de Castro reassumira a direção dos cursos destinados à preparação de nutrólogos e nutricionistas do SAPS. Além de ressaltar a competência de Josué de Castro, tido como “nome sobejamente conhecido pela sua projeção nos meios científicos do país”.⁶⁹⁹ Na solenidade, falou o Dr. Miguel Martins que “o SAPS estava de felicitações, porque da competência, idoneidade profissional, dedicação e espírito público do professor Josué

⁶⁹⁴ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro, 2010.

⁶⁹⁵ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro, 2010.

⁶⁹⁶ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro, 2010.

⁶⁹⁷ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro, 2010.

⁶⁹⁸ Anna Maria de Castro: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, novembro, 2010.

⁶⁹⁹ Boletim do SAPS, Janeiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 20-1.

de Castro muito se podia esperar”.⁷⁰⁰ O Boletim destacava, em seguida, o teor do discurso de Josué de Castro. O médico afirmava ter relutado em “aquietar ao convite para dirigir os cursos” e expunha dentro os vários motivos de sua “decisão de não mais voltar a cargos da administração pública, muito menos no SAPS, de que fora criador e diretor, e de onde se afastara a partir do momento em que essa instituição passou a ter existência contrária às suas finalidades”.⁷⁰¹ Prosseguindo ele declarava que cedera “ao convite do Dr. Miguel Martins, (...) porque observara que novos ventos conduziam agora o SAPS, criando ambiente propício de realizações úteis e bem-orientadas, circunstância que haveria de aproveitar no desempenho do cargo que lhe fora confiado”.⁷⁰² Como se pode perceber, a autarquia passara por problemas administrativos desde os mais remotos tempos de sua criação. Eram divergências de visão administrativa entre nomes renomados do meio científico, como Josué de Castro, Dante Costa, Umberto Peregrino; porém tais antagonismos não provocaram o fechamento da instituição. Muito pelo contrário, ela existiu e se expandiu por mais de 27 anos até seu fechamento pela ditadura militar. Independentemente das divergências, Josué de Castro desempenhou papel importante na vida do SAPS participando, por exemplo, da Conferência Geral da FAO,⁷⁰³ em Washington, no ano de 1948, cujo objetivo era “fazer uma revisão e um balanço da presente situação mundial no tocante à alimentação, agricultura, pesca e recursos florestais”.⁷⁰⁴ O Brasil, dizia o Boletim do SAPS, foi representado pelos “especialistas em nutrição, Waldir Sarmanho, Newton Beleza, Josué de Castro, A. Cunha Bayma e Armando Peregrino”, destacando que “os resultados do importante certame” seriam “de grande utilidade para os destinos desta instituição”.⁷⁰⁵ Alguns anos depois, em 1952, Josué de Castro tomaria posse como presidente do Conselho Consultivo da FAO.

⁷⁰⁰ Boletim do SAPS, Janeiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 20-1.

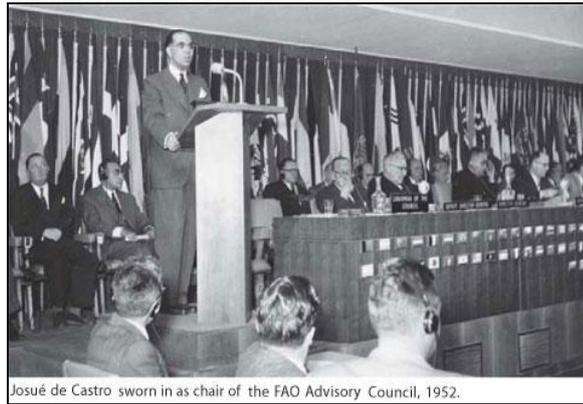
⁷⁰¹ Boletim do SAPS, Janeiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 20-1.

⁷⁰² Boletim do SAPS, Janeiro de 1946, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 20-1.

⁷⁰³ Food and Agriculture Organization: órgão da Organização das Nações Unidas destinado a desenvolver a Agricultura e Alimentação mundiais.

⁷⁰⁴ Boletim do SAPS, Novembro, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

⁷⁰⁵ Boletim do SAPS, Novembro, 1948, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 2.

Figura 46 - Posse de Josué de Castro na FAO, 1952

Josué de Castro sworn in as chair of the FAO Advisory Council, 1952.

Fonte: Arquivo Josué de Castro

Na homenagem feita pela Comissão de Estudos do SAPS, através de Mozart De Cunto a Helion Póvoa, pode-se compreender a repercussão do trabalho desse grupo que se dedicou aos estudos desenvolvidos no SAPS. O texto dizia que Helion Póvoa “exerceu na ciência do Brasil verdadeira missão apostólica” e frisava sua “capacidade exuberante, os múltiplos aspectos de sua atividade criadora, a força prodigiosa de suas energias, a fecunda inspiração”.⁷⁰⁶ Destacando o homenageado entre “aqueles a quem coube a tarefa hercúlea de representar dignamente qualquer dos lados brilhantes da natureza humana”,⁷⁰⁷ o registro indicava que sua morte precoce deixara uma lacuna na autarquia. Assim, apontava que “a história da medicina brasileira ao traçar o perfil profissional de Helion Póvoa”, por certo lhe reconheceria “os serviços inestimáveis prestados à obra de expansão da ciência de Hipócrates”.⁷⁰⁸ Para além do legado médico, todavia, Helion Póvoa se destacou também pelos grandes serviços prestados à frente da direção do SAPS. Ali, “seguindo o curso de sua orientação”, a autarquia cresceu. O pesquisador, “vivendo na intimidade da ciência da nutrição, sempre no emaranhado dos seus aspectos multifários”, “se multiplicava nas pesquisas, acompanhando, dirigindo e animando seus assistentes”. Pesquisas essas que alimentavam o “jornalismo médico e a imprensa leiga”⁷⁰⁹ pela via da publicação de importantes análises científicas sobre fome e desnutrição.

Considera-se relevante analisar que o corpo de cientistas do SAPS, desde sua criação até seu desmantelamento, atuou no campo da pesquisa científica relacionada

⁷⁰⁶ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 9.

⁷⁰⁷ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 9.

⁷⁰⁸ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 9.

⁷⁰⁹ Boletim do SAPS, Abril de 1945, Arquivo Biblioteca Nacional, p. 9.

com a fome e a nutrição no Brasil, tendo realizado produção considerável. Haja vista o que se encontra registrado nos Boletins e nos livros publicados pela autarquia. Destacam-se, nesse sentido, alguns desses estudos. Guilherme Victorio Emilio Franco publicou a obra *Tabela do teor vitamínico dos alimentos*; Peregrino Junior lançou, em 1951, *Alimentação e Cultura*; Lindomar Bastos da Silva publicou, em 1951, *Estudos sobre um surto coletivo de desnutrição: Porto Novo – Minas Gerais*; Afrânio do Amaral lançou, em 1952, *Soja e Alimentação Popular*; F. Moura Campos, Rubens de Siqueira e Emilia Pechnik publicaram, em 1953, *Contribuição ao estudo do valor nutritivo de alguns óleos e de algumas castanhas nacionais*; Dante Costa, Salatiel Mota e Maria da Conceição Carvalho publicaram, em 1954, a pesquisa *Sobre o valor nutritivo do doce de cupuaçu*; Umberto Peregrino lançou *À margem do problema alimentar brasileiro* em 1949.⁷¹⁰ Essa é apenas parte da produção, tendo em conta que muito se perdeu com o fechamento da instituição. Vale ressaltar que pesquisas feitas nas décadas de 1940 e 1950 apontavam para resultados considerados inéditos e atuais.

9. A tecedura do esquecimento

Vale observar que a história da existência do SAPS, o papel que a instituição exerceu para a sociedade e a produção de seu corpo científico, todos, foram envolvidos em uma bruma de esquecimento. Além do esquecimento, a instituição foi submersa em análises que consideram seu fechamento como consequência de má administração e gestões corruptas. Bebendo da fonte de Paul Ricoeur, poder-se-ia dizer que o ato de olvidar se justifica pela espiral dialética que envolve a lembrança e o esquecimento, ambos característicos do processo histórico.⁷¹¹ No caso do SAPS, porém, ao esquecimento se somaram as análises que desqualificam a instituição. Segundo Lucilia Neves Delgado, a memória de fatos históricos do período que precedeu ao golpe civil-militar de 1964 foi “estigmatizada e desqualificada” porque os militares precisavam “justificar o rompimento da ordem democrática e sua ascensão ao poder político da nação brasileira por uma via não constitucional e não democrática”.⁷¹² A mesma autora assinala que “história, tempo e memória são processos interligados, nos quais o tempo da memória ultrapassa o tempo individual e se encontra com a história das

⁷¹⁰ BRASIL, Arquivo Senado Federal. Essas obras se encontram na Biblioteca do Senado Federal.

⁷¹¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

⁷¹² DELGADO, Lucilia de Almeida Neves: entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas da Unisinos. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br>>. Acesso em Novembro de 2011.

sociedades”.⁷¹³ Nessa relação entretecida se fundamenta o comportamento de certos indivíduos que se reportam “a determinados contextos de forma saudosista mesmo sem os ter vivenciado e desqualificam outros sem deles terem sido contemporâneos”.⁷¹⁴ Também sob essas lentes, tais indivíduos se põem a valorizar e exaltar “algumas conjunturas e/ou processos históricos”⁷¹⁵ e a desqualificar e esquecer, implicitamente, outros.

Na mesma direção, Jorge Ferreira adverte que “os militares e seus aliados civis, vitoriosos com o golpe de Estado, passaram a afirmar que tudo antes de março de 1964 era corrupção, demagogia, caos econômico e subversão da ordem”.⁷¹⁶ As esquerdas revolucionárias, por sua vez, acusaram o movimento sindical - atuante no interstício compreendido entre o primeiro governo Vargas e o governo de João Goulart – de ser pelego e submisso às manobras do paternalismo. A teoria do populismo, formulada por alguns intelectuais, completa o elenco de fundamentos para desqualificar “as lutas operárias, camponesas e populares”⁷¹⁷ que existiram nesse interregno.

Sob a luz de tais análises, o SAPS, instituição fundada em 1940 e que sobreviveu até 1967, não se livrará de epítetos que o desqualificam. Política assistencialista, manobras de governos populistas são expressões utilizadas por algumas análises para se referir ao projeto que acoplava alimentação e cultura. Mas é o contundente silêncio em torno dessa política a atitude que mais intriga e instiga a pesquisa histórica.

Pelo exposto, a pesquisa sobre essa autarquia e suas atividades se tornou tarefa complexa. Foi preciso garimpar por entre arquivos, jornais e os parques frequentadores do local, extinto há 45 anos. A bruma do esquecimento envolveu, sobretudo, o período que sucedeu ao fechamento do órgão. Era tempo de silêncio imposto pela ditadura militar. Os estudantes foram os que mais protestaram, talvez, movidos pelo idealismo da juventude. Os trabalhadores foram tomados pelo medo da repressão violenta e preferiram voltar às marmitas. Se, por um lado, a ausência de protestos e o silêncio envolveram o fim do SAPS, por outro lado consolidou-se a ideia da corrupção praticada por seus dirigentes. De acordo com Jorge Ferreira, para os vitoriosos em 1964 era

⁷¹³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Filme Jango: memória e história*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 1.

⁷¹⁴ Idem, p. 1.

⁷¹⁵ Idem, p. 1.

⁷¹⁶ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11.

⁷¹⁷ Idem, p. 11.

necessário construir a ideia de que toda instituição preexistente ao golpe militar daquele ano era corrupta, mal-administrada e instigadora da subversão da ordem social. Tais pressupostos justificavam que o projeto de alimentação e cultura, representado pelo SAPS, fosse desmantelado e esquecido. Não por acaso, ocorreu o sucateamento do patrimônio da autarquia. Seus funcionários foram alocados em diversos órgãos da administração. Considera-se que a intenção era dividir para enfraquecer e apagar da memória os múltiplos papéis desempenhados por esse espaço de reunião dos trabalhadores e dos estudantes.

O fim do projeto que abraçava alimentação e cultura foi envolto por críticas ao SAPS e ao seu funcionamento, conforme já se assinalou. A tecedura do esquecimento ocorreu na medida em que se procurou apagar a memória da existência desse projeto, que era do trabalhador e para o trabalhador. No entanto, as cartas enviadas por trabalhadores e os depoimentos de quem vivenciou a existência da autarquia são reveladores de outros conceitos. Neles as posições que a desqualificam e a condenam ao esquecimento são revertidas. As cartas enviadas por trabalhadores registram sua intensa participação no cotidiano e no funcionamento da autarquia. Os depoimentos de frequentadores e funcionários corroboram a inferência anterior. Eladir dos Santos afirma o que ouvia do seu pai: “Temos que ir ao SAPS, *porque ele é nosso!*”⁷¹⁸ Considera-se pertinente afirmar que a urdidura do esquecimento desse projeto se relaciona com sua apropriação pelas camadas populares. A sensação que os entrevistados dessa pesquisa passaram sobre esse espaço de alimentação e cultura é a de pertença. O local lhes pertencia e fora criado para minorar seus problemas cotidianos de alimentação e ainda lhes proporcionar lazer e cultura. Esse mesmo sentimento de pertença esteve presente na análise feita das correspondências que os trabalhadores mantinham com a administração da autarquia. Por isso, eles opinavam, faziam críticas e elogiavam, sempre deixando entrever um sentimento de orgulho pelo que o local representava para a classe trabalhadora.

Relembrar o SAPS é fazer jus à memória do que ele representou para as camadas populares. A intenção não é enveredar pelos caminhos da exacerbação nacionalista onde ficam obscurecidos os limites e as imperfeições das instituições públicas. Sabe-se que o SAPS não fugiu à regra das incorreções; mas isso não é o

⁷¹⁸ Eladir dos Santos: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, op.cit., Rio de Janeiro, 2010, grifos meus.

bastante para que o papel por ele desempenhado, no campo das políticas públicas do combate à fome e à desnutrição, seja esquecido.

O fim do SAPS representou o fim de uma instituição criada pelo projeto trabalhista. Instaurada no crepúsculo do Estado Novo, a autarquia figura entre os legados do trabalhismo. Ele foi apropriado pela classe trabalhadora, conforme demonstram os documentos e os depoimentos analisados. Segundo Clodesmidt Riani: “O SAPS foi sem dúvida um legado do getulismo e do trabalhismo”.⁷¹⁹

A existência da autarquia resiste ao fim do primeiro governo Vargas e continua sendo considerada pelos trabalhadores um legado do trabalhismo, a despeito dos governos subsequentes, que também contribuíram para mantê-la e ampliá-la. Julga-se que tal atribuição reside no relacionamento entre o conceito trabalhismo e nacionalismo no período compreendido entre 1946-1964.

Lucilia Neves Delgado destaca uma fala do deputado federal petebista Sérgio Magalhães acerca do tema nacionalismo. O parlamentar, cujo mandato se estendeu de 1955 a 1964, afirmava que “os trabalhadores brasileiros, organizados em sindicatos, federações de sindicatos e mesmo numa organização que abrangesse a totalidade da classe operária” poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, na medida em que deflagrassem “campanhas por melhores condições de vida” e, nessa direção, poderiam “impor ao governo uma política nacionalista”.⁷²⁰ A acepção de nacionalismo, “hegemônica em inúmeras organizações da sociedade brasileira” daquele período, defendia “a implementação, pelo governo federal, de profundas reformas sociais e econômicas”.⁷²¹

Acredita-se que o sucesso do projeto SAPS se fundamenta no trabalhismo e no nacionalismo. O nascimento da autarquia ocorreu simultaneamente ao que Angela Gomes chamou de construção do trabalhismo; porém sua existência integrou o nacionalismo reformista de que fala Lucilia Neves Delgado. Esse nacionalismo reformista reivindicava, entre outros aspectos, a reforma agrária, urbana, fiscal e da educação. Ele pretendia a implementação de uma política nacionalista que contemplava,

⁷¹⁹ Clodesmidt Riani: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Juiz de Fora, setembro de 2011.

⁷²⁰ DELGADO, Lucilia Neves. *Nacionalismo como projeto de nação*. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Op. cit., p. 359.

⁷²¹ Idem, 2007, p. 359.

sobretudo, a uma melhor distribuição de terras e riquezas e ao direito de moradia e educação para todos.

O SAPS representou uma política de combate à fome e à desnutrição, mas também de educação de acesso a bens culturais. Essa política abrangia todo o território nacional e tinha objetivo de expandir-se de forma crescente. Considera-se pertinente afirmar que tal política se adequava aos preceitos do nacionalismo reformista defendido por partidos políticos e pelas organizações da sociedade civil que, segundo Lucilia Neves Delgado, “abraçaram diferentes teses, que podem ser, no seu conjunto, denominadas nacionalistas e reformistas”.⁷²²

Pela envergadura das ações desenvolvidas pelo SAPS, Clodesmidt Riani e Élzio Bruni o definem como fruto do trabalhismo reformista que defendia a concepção de nacionalismo abordada acima. Riani afirma que “a política instituída pelo SAPS não era obra do peleguismo nem do paternalismo ou assistencialismo”. Ela foi, sobretudo, “resultado da luta trabalhista dos sindicatos e dos trabalhadores” que tinham como objetivo “conquistar as reformas propostas pelo nacionalismo, com objetivo de melhorar a vida das camadas mais pobres da população”.⁷²³

Figura 47 – Seção de encaminhamento para o emprego SAPS/Praça da Bandeira



Fonte: Boletim do SAPS, Novembro de 1944,

⁷²² Idem, 2007, p. 360.

⁷²³ Clodesmidt Riani: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, Juiz de Fora, setembro de 2011.

Figura 48 – Inauguração do Primeiro Posto de Subsistência do SAPS/SP



Fonte: Boletim do SAPS, Março 1945, Arquivo Biblioteca Nacional

Considerações finais

A reconstrução da história e da memória do Serviço de Alimentação da Previdência Social/SAPS foi motivada, entre outras razões, essencialmente pela escassez de pesquisas sobre a instituição e suas atividades. Sobretudo causava estranheza que uma política pública desse porte tivesse caído em quase completo esquecimento. Tomando como referência o contexto histórico da existência do SAPS e utilizando como fundamento os pressupostos teóricos de parte da historiografia brasileira, consegue-se lançar luz a essa ausência de lembranças sobre a instituição.

Para explicar as lacunas e os silêncios acerca do SAPS, torna-se necessário remontar à conjuntura histórica de sua extinção. Considerando-se que a memória é fundamental para a compreensão do tempo histórico, é preciso que se atente para as brumas que envolvem o ato de rememoração. Recorrendo-se a Ricoeur, assinala-se que “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”.⁷²⁴ Mediante as possibilidades de desvios interpretativos, a proposta que melhor se apresentou foi a da busca de uma “justa memória”,⁷²⁵ através de um movimento dialético que contemplasse o exercício do lembrar e do esquecer. Isso porque “a busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato da memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à ‘rapacidade’ do tempo, ao ‘sepultamento no esquecimento’”.⁷²⁶ Mas, para que esse passado se tornasse presente, era preciso que se completassem suas lacunas e se desvendassem as brumas do esquecimento que o envolveu.

O silêncio sob o qual foi envolta a existência do SAPS pode ser compreendido pela via da tecedura do esquecimento construída pelos governos instituídos após o golpe civil-militar de 1964. Os militares e seus aliados se empenharam em apagar da memória coletiva as realizações positivas ou eficientes das administrações anteriores, procurando construir a ideia de passados gerenciais corruptos, demagógicos e envoltos em desorganização econômica. Nessa perspectiva, houve um duplo movimento que tinha como fulcro a tecedora da desqualificação através do esquecimento. Considerando-se a etimologia do termo desqualificar, observa-se que seu significado é negar a existência de

⁷²⁴ RICOEUR, Paul. Op. cit., 2007, p. 455.

⁷²⁵ Idem, 2007, p. 17.

⁷²⁶ Idem, 2007, p. 48.

algo ou de alguma pessoa. Por isso, não é de se admirar que, ao ser extinto, o SAPS tenha sido envolto pela bruma do esquecimento ou, melhor dizendo, da desqualificação.

Traçando um paralelo entre as reflexões de Jorge Ferreira sobre o populismo e a urdidura do esquecimento em torno das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, encontram-se os elementos necessários para compreender a razão pela qual são parcas as lembranças sobre a autarquia na memória coletiva das gerações contemporâneas.

A noção de populismo, segundo Jorge Ferreira, foi utilizada de forma bem-sucedida como recurso imagético das Ciências Humanas, no intento de explicação da política brasileira no período compreendido entre 1930 e 1960. A retrospectiva histórica das formulações sobre populismo, feita pelo autor, é colocada como clarificadora do contexto do nascimento, da existência e do esquecimento sobre o SAPS.

Ferreira afirma que a gênese do conceito populismo visava a “fabricar imagens politicamente desmerecedoras do adversário”.⁷²⁷ Isso ocorreu porque as elites liberais, em 1945, não se conformavam com “o intervencionismo estatal na economia, o cerceamento do regionalismo político, os ataques à tradição liberal individualista, a elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos e as arbitrariedades da ditadura do Estado Novo”. Mas, enfatiza o autor, sobretudo, as elites estavam “assustadas com o movimento ‘queremista’ e passaram a explicar o apoio dos assalariados a Vargas ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, entre outros fatores, sugerindo uma relação destituída de reciprocidade”. Nesse sentido, o Estado getulista “surgia como todo-poderoso, capaz de influenciar as mentes das pessoas”. Assim a sociedade e os trabalhadores em particular se transformavam em massa de manobra, vítima da manipulação governamental. A partir daí até 1964, a imagem que as oposições liberais constroem nos meios de comunicação alude à “cooptação política dos sindicatos, à corrupção estatal e à demagogia eleitoral”,⁷²⁸ todas orquestradas pelos trabalhistas. Apesar do mote pejorativo, o PTB crescia em termos eleitorais.

Na década de 1950, algumas teorias restritas a pequenos círculos intelectuais passam a interpretar “a política brasileira a partir da relação dual entre campo e cidade, entre líderes carismáticos e ‘massas’”. Segundo essas teorias, os trabalhadores brasileiros, ainda, não tinham consciência de sua própria classe. Nessa interpretação estão os fundamentos acadêmicos, do conceito de populismo.

⁷²⁷ FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Op. cit., p. 8.

⁷²⁸ Idem, 2001, p. 9.

Todavia, foi a partir de março de 1964, que se processou de forma marcante a adesão da intelectualidade à ideia do populismo baseado no controle e na cooptação dos trabalhadores por parte de “cúpulas sindicais elitistas sem maiores vínculos com as bases operárias”.⁷²⁹ A partir daí, algumas categorias de análise são encaixadas à teoria, tais como: “novo padrão de acumulação, inconsistência das organizações sindicais, personalismo político, camponeses sem tradições organizativas que se tornaram operários, esquerdas iludidas com o nacionalismo, trabalhadores esperando o sol e a chuva dos líderes populistas”.⁷³⁰ O panorama político que se apresenta, pois, entre 1930 e 1964, é o de “populistas” e “pelegos”. Personagens de diferentes vieses políticos passam a ser considerados todos populistas:

“líderes trabalhistas como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e até mesmo Miguel Arraes perfilaram-se ao lado de políticos regionais paulistas, como Adhemar de Barros e Jânio Quadros; de um general anódino, como Eurico Dutra; de um udenista golpista, como Carlos Lacerda; e de uma figura ainda mal estudada como Juscelino Kubitschek.”⁷³¹

Em fins da década de 1970, as greves do ABCD paulista, em que os operários questionaram a política econômica do regime militar, encetaram a existência de um “novo sindicalismo”, e com ele o populismo tomou novo fôlego. No chamado “novo sindicalismo” haveria a manifestação da “verdadeira” consciência de classe – até então, segundo os “novos sindicalistas”, inexistente. O sindicalismo-modelo remetia aos moldes do anarquismo e do movimento operário da Primeira República, sendo o período 1930-1964 um “interregno lastimável” onde os trabalhadores “teriam sido seduzidos pelos trabalhistas, traidores por definição, e pelos comunistas, autoritários por profissão”⁷³². As formulações sobre populismo, a partir daí, tornaram-se tão elásticas que passaram a explicar tudo – “e, como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco”.⁷³³

Muitos intelectuais não se conformaram com a maldição do “populismo” e buscaram alternativas afinadas com a história cultural, em especial de E. P. Thompson, e formaram uma vertente da historiografia que se recusou a encampar essa imagem sacralizada do “populismo na história política brasileira”⁷³⁴. As reflexões de Jorge

⁷²⁹Idem, p. 9.

⁷³⁰Idem, p. 10.

⁷³¹ Idem, p. 10, 11.

⁷³²Idem, p. 12.

⁷³³Idem, p. 13.

⁷³⁴Idem, p. 13.

Ferreira sobre populismo tornaram-se basilares na clarificação sobre o esquecimento e a desqualificação do passado anterior a 1964. Por essa via de análise, torna-se natural o esquecimento e a desqualificação do SAPS, cuja implantação foi considerada como decorrência de ações populistas.

Também nessa direção, Lucilia Neves Delgado argumenta que o trabalhismo petebista, no interstício 1945-1964, elaborou um programa de reformas sociais e um projeto de cidadania bastante peculiar, em que se acoplavam elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal. Embora mesclado por diversas organizações da sociedade civil, a autora afirma que o trabalhismo orientou-se por um núcleo central nacionalista, distributivista e desenvolvimentista que contemplava um projeto social para o Brasil cujo mote era a solidariedade social. Conclui-se, através desses argumentos que esse programa de reformas sociais que se orientou pelo nacionalismo, pela busca da distribuição de riquezas e do desenvolvimento, cujo núcleo central era o reformismo e a solidariedade social, não poderia ser considerado de forma pejorativa. Por isso, o ato de criação do SAPS e sua sobrevivência por mais de 20 anos não se encaixa como uma ação populista no sentido com que foi significado o termo e de acordo com sua retrospectiva histórica.⁷³⁵

Angela Gomes utilizou-se da palavra trabalhismo como categoria que abarcava o “conjunto de práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo”.⁷³⁶ Na visão da autora, assim como todos os vocábulos, o termo trabalhismo não poderia ser descolado de seu significado social, quer dizer, de seu contexto histórico, estando por isso relacionado a alguns partidos e lideranças do pós-1945.

A busca de alternativas para o conceito de populismo, empreendidas por intelectuais brasileiros teve como suporte a história cultural, em especial, os pressupostos de E. P. Thompson. Imprimindo ao conceito de cultura popular uma visão dialética, o autor alerta contra a “invocação confortável de consenso” que desvia “nossa atenção das contradições sociais e culturais das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”⁷³⁷. Por isso, as manifestações populares devem ser entendidas a partir de contextos históricos específicos e concretos. As reações das camadas populares aos eventos históricos se

⁷³⁵ DELGADO, Lucilia Neves. *Trabalhismo, Nacionalismo, Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In FERREIRA. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Org. Op. cit., p. 167-90.

⁷³⁶ GOMES, Angela de Castro. *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In FERREIRA. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Org. Op. cit., p. 55.

⁷³⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 17.

fazem de maneiras distintas, englobando motins, greves, revoltas, boicotes e até mesmo o silêncio como forma de resistência. O trabalho do pesquisador na reflexão sobre os eventos historiográficos deve ser feito

“em parte decodificando as evidências do comportamento, em parte virando de cabeça para baixo os conceitos brandos das autoridades dominantes para examinar o que contêm no fundo. Sem isso, corremos o risco de nos tornar prisioneiros dos pressupostos e da auto-imagem dos governantes. (...) Até a ‘generosidade’ e a ‘caridade’ podem ser vistas como atos calculados de apaziguamento de classe. (...) *O que é (visto de cima) um ‘ato de doação’ é (a partir de baixo) um ‘ato de conquista’.*”⁷³⁸

Sob a luz desses pressupostos, pode-se compreender o apoio dos trabalhadores a Vargas e sua intensa participação ao movimento queremista. Eles também explicam o sucesso eleitoral dos trabalhistas no período compreendido entre 1945-1964. Mas, sobretudo, permitem que se compreenda porque as camadas populares avaliaram – ainda avaliam – SAPS de forma tão positiva.

Encontra-se em Bakhtin a mesma preocupação explicitada por Thompson. Bakhtin afirma que: “O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, suas apreciações”.⁷³⁹ O que se desprende da aproximação desses dois teóricos é a ênfase da compreensão de ambos das especificidades históricas dos grupos sociais e a importância de analisar os eventos de acordo com suas peculiaridades. Dessa forma, a significação dos ganhos materiais obtidos pela classe trabalhadora brasileira e pelas populações mais pobres a partir do governo Vargas, ainda que sob a égide de um regime de governo ditatorial, ganha novos matizes. O legado getulista, ainda na contemporaneidade, exerce fascínio sobre a classe trabalhadora, bem como sentimentos de admiração e gratidão, sendo alvo de disputa de vários segmentos político-partidários.

Como se processavam as relações entre trabalhadores e ganhos materiais obtidos no período Vargas: assistencialismo, conquistas que merecem ser preservadas, manobras do populismo? São indagações que, se analisadas de forma acrítica, correm o risco de gerar respostas reducionistas. Nessa direção, procurou-se compreender o sentido dos fenômenos sociais que envolveram o contexto da existência do SAPS. Avalia-se que,

⁷³⁸ Idem, 1998, p. 68-9, grifos meus.

⁷³⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 112.

analisado sob esse prisma, o discurso dos trabalhadores se ressignifica. Clodesmidt Riani afirma: “Eu nunca fui pelego, eu era trabalhista!”⁷⁴⁰ Ele também diz: “No PTB eu entrei justamente porque foi um partido criado por Getúlio Vargas, um Partido Trabalhista para cuidar dos problemas dos trabalhadores”.⁷⁴¹ Seu discurso não refrata a ideia de uma liderança amorfa capaz de ser conduzida de um lado para outro. Ao contrário, ele remete à concepção de um líder preocupado em resolver os problemas da classe trabalhadora. Mesmo reconhecendo o período obscuro da ditadura Vargas, Riani diz que o “governo Vargas era bom, até hoje tem gente que chora sua falta e com razão”.⁷⁴² O líder sindical fala com orgulho do SAPS, como se a obra fosse também um pouco sua:

“Era um restaurante popular, do qual se fala até hoje com saudade. Estava sempre cheio, sempre lotado. Havia fila, mas não havia congestionamento, a fila corria normalmente. Ele possuía nutricionistas que cuidavam para que a alimentação dos trabalhadores fosse balanceada. Depois das refeições, serviam um pedaço de doce e ainda pão com manteiga e um copo de leite. Era formidável.”⁷⁴³

Clodesmidt Riani conta um fato importante que marcou o período final do SAPS. Como presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), ele organizou em 1963 um congresso para os delegados de todo país. A reunião se deu no Rio de Janeiro. Ele rememora o evento dizendo: “Nós nos reunimos por uma semana no Rio de Janeiro. O encontro foi encerrado em 1º de maio com um almoço no SAPS da Praça da Bandeira. O presidente João Goulart compareceu ao evento, para alegria dos trabalhistas ali reunidos”.⁷⁴⁴

Pelo exposto, pode-se deduzir que, se o esquecimento sobre o SAPS foi urdido, ele não é justificável nem compreensível em razão do que tal política propiciou à classe trabalhadora. A saudade com que Clodesmidt Riani se refere ao SAPS não é exclusividade dele. Muitas pessoas que vivenciaram sua existência disseram: “O SAPS deixou saudades!...”. “Era muito bom fazer refeições no SAPS!”.

⁷⁴⁰ Clodesmidt Riani: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, setembro de 2011, Juiz de Fora, Minas Gerais.

⁷⁴¹ Clodesmidt Riani in DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo* (1945-1964). Op. Cit., p. 52.

⁷⁴² Clodesmidt Riani: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, setembro de 2011, Juiz de Fora, Minas Gerais.

⁷⁴³ Clodesmidt Riani: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, setembro de 2011, Juiz de Fora, Minas Gerais.

⁷⁴⁴ Clodesmidt Riani: depoimento concedido a Ana Maria da Costa Evangelista, setembro de 2011, Juiz de Fora, Minas Gerais.

Torna-se necessário pontuar que a criação do SAPS fazia parte das ações intervencionistas do governo Vargas, em um contexto de crise do liberalismo e como parte de um projeto de Estado Nacional apoiado em grande escala pela intelectualidade brasileira. Nesse prisma, a obra *O Longo Amanhecer*, de Celso Furtado, nos traz algumas lições. Analisando o mundo globalizado e a onda neoliberal em curso, o economista afirma que os governos brasileiros dos últimos anos haviam adotado tais modelos, gerativos, entre outras consequências, de “uma massa de jovens (...) que não consegue penetrar no mercado de trabalho”.⁷⁴⁵ Na visão do autor, o período do pleno emprego dos idos de 1950 hoje é considerado sonho. Conforme nos lembra:

“Quando comecei a estudar economia, a solidariedade social tinha reconhecida importância, porque todos estavam de acordo para desenvolver o Brasil. E desenvolver o Brasil era desenvolver o mercado interno. Hoje em dia, o que é desenvolver o Brasil?”⁷⁴⁶

Celso Furtado afirma que não há mais o marco nacional em virtude da economia internacionalizada. Segundo sua análise, o vetor de aceleração do processo globalizante se fundamenta na crise do Estado Nacional e na adoção de políticas neoliberais. Celso Furtado ressalta que o economista hindu Amartya Sen⁷⁴⁷ atribui à gênese política, e não à gênese econômica, os problemas da extrema pobreza e, conseqüentemente, da subnutrição das populações menos favorecidas. O estado varguista, que implementou a política do SAPS de combate à fome e à desnutrição, se contrapunha às políticas liberais clássicas. Nesse sentido, a ação política governamental intervinha economicamente e combatia a pobreza no Brasil. Justifica-se, através dessa intervenção governamental, o bom julgamento, feito pelos trabalhadores e pelas camadas populares, acerca dessa política de alimentação e cultura.

Quando Lúcia Lippi Oliveira justifica o desembarque de intelectuais de várias tendências – “literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas” – para trabalhar “lado a lado” na estrutura pública do Estado Novo, o faz pela via do “projeto de construção do Estado nacional”.⁷⁴⁸ Essa também é a visão de Helena

⁷⁴⁵ FURTADO, Celso. *O Longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 94.

⁷⁴⁶ Idem, 1999, p. 95.

⁷⁴⁷ Agraciado, em 1998, com o Prêmio Nobel de Economia.

⁷⁴⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As raízes da ordem*: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1982.

Bomeny acerca da “montagem de um Estado nacional com vistas ao estabelecimento de políticas de proteção para esferas importantes da vida social – educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio, administração etc.”⁷⁴⁹ Tal arquétipo, segundo Bomeny, demandava o envolvimento de “intelectuais de várias áreas do saber”. A explicação para a presença desse elenco de intelectuais na burocracia estatal do pós-1930 é encontrada na década de 1920. No campo da educação, “encontraremos as caravanas pelas reformas em praticamente todos os estados da federação”.⁷⁵⁰ Defenderam “um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal em favor da educação”.⁷⁵¹ No aspecto cultural, argumenta a autora, bastava que acompanhássemos

“as viagens de Mário de Andrade pelo país, recolhendo, catalogando, classificando e valorizando os bens simbólicos e materiais com o propósito de realçar a originalidade brasileira espalhada por todo canto do regional, um esforço hercúleo de atribuir-lhe significado e defender a construção de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro.”⁷⁵²

Tal façanha só poderia ser realizada sob a condução do Estado, que “poderia reunir recursos suficientes para a implementação de uma política nacional de preservação da memória e do patrimônio histórico”.⁷⁵³ Por outro lado,

“se nossos olhos se orientarem para a ciência, os companheiros de jornada agora serão os médicos e sanitaristas que, desde a década de 1910, vinham diagnosticando a distância, o abismo, o fosso que se ampliava no Brasil entre a enfermidade, a ignorância e os benefícios que a sociedade poderia usufruir com a incorporação dos avanços científicos em prol da saúde.”⁷⁵⁴

A historiografia brasileira aponta o nacionalismo como uma característica substancial do período compreendido entre 1930 e 1964, ressaltando-se seus diversos matizes nesse interstício. No dizer de Lucilia Neves, a diversidade de nuances pode ser compreendida através de etapas. No período pós Revolução de 1930, prevalece o caráter centralizador e intervencionista do governo Vargas. No interregno compreendido entre 1955 e 1964, o nacionalismo é apropriado por “expressivas organizações da sociedade

⁷⁴⁹ BOMENY. Op. cit., p. 7.

⁷⁵⁰ Idem, 2001 p. 8.

⁷⁵¹ Idem, 2001, p. 8.

⁷⁵² Idem, 2001, p. 8.

⁷⁵³ Idem, 2001, p. 8.

⁷⁵⁴ Idem, p. 8-9.

civil e por inúmeros parlamentares, que transformaram tanto o Poder Legislativo como os sindicatos, as organizações estudantis, os movimentos camponeses, as universidades e associações profissionais em espaços privilegiados de discussão de suas principais teses”.⁷⁵⁵

A concepção de nacionalismo de Simon Schwartzman relativa ao período 1950-1960 também é paramento clarificador para o que se quer compreender neste estudo. Nesse sentido, ele se aproximou de Celso Furtado e acrescentou ao nacionalismo do período a preocupação com o subdesenvolvimento que assolava o país. Por isso, sua análise destaca que as forças expressivas da sociedade daquele período se preocupavam com a busca do não alinhamento internacional e de uma terceira via. Esse nacionalismo objetivava a preservação dos “recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação dos setores populares na vida pública” tidos como valores que, na visão do autor, “pareciam unificar a todos”.⁷⁵⁶

O SAPS foi criado no contexto do projeto nacional do Estado Novo que, segundo Bomeny, contemplava reformas em várias áreas do saber e, de acordo com Lúcia Lippi Oliveira, teve como partícipes intelectuais de várias tendências. Os idealizadores desse projeto de combate à fome e à desnutrição eram cientistas de grande competência como Dante Costa, Helion Póvoa e Josué de Castro, entre outros. Por isso, não se considera leviano afirmar que se tratava de uma proposta revolucionária que introduziu uma política pública pioneira nesse setor. Para além dessa proposta, foi através da autarquia que se criou os primeiros cursos de Nutrição no Brasil.

A instituição e suas atividades resistiram à queda de Vargas e foram mantidas e ampliadas nos governos subsequentes, até sua extinção em 1967. Tratava-se de um plano de caráter nacional, implantado nas principais cidades do país. Guardava, todavia, as especificidades regionais, conforme depoimentos de nutricionistas que trabalharam nas diversas regiões do país.⁷⁵⁷ No período democrático pós 1946, o aspecto de desenvolvimentismo atrelado ao nacionalismo, certamente, foi fator contributivo para que os trabalhadores reivindicassem a instalação de restaurantes e postos de subsistência nos mais recônditos rincões do país.

⁷⁵⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956- 1964)*. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão. Op. cit., p. 361.

⁷⁵⁶ SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília: Editora UNB/Câmara dos Deputados, 1979, p. 3.

⁷⁵⁷ Depoimentos: Euthalia Tavares, Oswaldina Nascimento, Ruth Bezerra, concedidos a Ana Maria da Costa Evangelista, Rio de Janeiro, 2010.

Quanto às atividades culturais desenvolvidas pelo SAPS, julga-se necessário assinalar o dizer de Mário de Andrade sobre a criação de Bibliotecas Populares:

“A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação.”⁷⁵⁸

Com efeito, a política cultural desenvolvida pelo SAPS - na medida em que aglutinou educação alimentar e combate à fome e à desnutrição - representou conquistas para a classe trabalhadora. Representou, ainda, um avanço nas questões de gênero oportunizando profissionalização para um grupo de mulheres. Além disso, deve-se ressaltar que, as ações da autarquia se enquadravam no projeto de nacionalismo reformista em curso no período de sua existência.

Os dados analisados comprovam que o trabalhador se apropriou desse espaço de alimentação e cultura representado pelo SAPS. Não reconhecer que o SAPS foi apropriado pelo trabalhador é não ouvir o que dizem aqueles que frequentaram e vivenciaram a instituição como afirmou em seu depoimento Eladir dos Santos sobre o que ouvira de seu pai: “Temos que prestigiar o SAPS, porque ele é nosso”. Élzio Bruni disse da reunião entre lideranças dos trabalhadores e o presidente João Goulart: “O Jango escolheu se reunir com os trabalhadores da Zona da Mata, no SAPS de Juiz de Fora, porque aquele era o espaço do trabalhador”.

A participação dos trabalhadores aos eventos promovidos pela instituição era intensa, como demonstram os registros dessa pesquisa. Essa presença se faz notar também pelas cartas enviadas à instituição, pelos registros de frequência à Biblioteca e pelas audições musicais. Também as reportagens de jornais da época, inseridas neste estudo, reportam à importância cultural da instituição para a classe trabalhadora. Ouvindo as narrativas de quem frequentou a Sala de Leitura João Carlos Vital, tem-se a perspectiva de uma memória compartilhada. Henrique Veltman, cuja família era pobre e

⁷⁵⁸ ANDRADE, Mario, apud CLARO, Adriana Thomazotti. Op. cit., 2005, p. 86.

vivia as tormentas das enchentes que acometiam a Vila Operária, do Beco da Mãe, relata: “Era incrível frequentar a Biblioteca Popular e o restaurante do SAPS!”. Ary Vaisman também de família pobre e morador das adjacências da Praça da Bandeira, afirma que deve a formação de seu hábito de leitura ao incentivo dos concursos literários promovidos pela Biblioteca Popular.

As iniciativas desenvolvidas no âmbito cultural pela autarquia se destinavam a possibilitar ao trabalhador bens culturais e simbólicos, aos quais ele não teria acesso sem o subsídio governamental. A comprovação desse projeto de incentivo ao gosto pela leitura e pela música pode ser comprovada em reportagens dos periódicos cariocas, que publicaram vários concursos convocando a participação de frequentadores do SAPS. A existência de concursos desse teor denota a vontade dos dirigentes do SAPS de praticar uma administração participativa que envolvesse a comunidade e incentivasse sua presença às atividades culturais da instituição. A participação comunitária nas atividades da autarquia é evidenciada, também, quando os concursos promovem a chamada de leitores para listar livros a serem adquiridos pela Biblioteca Popular, ou para que se posicionassem a respeito das atividades ali desenvolvidas.

Corroborando a ênfase dada pelo SAPS à política cultural, o depoimento da nutricionista Ruth Bezerra revela,

“Nós tínhamos uma biblioteca muito boa em Campos. Os trabalhadores iam ao restaurante e, depois de almoçar ou jantar, tinham tempo ainda para descansar. Então, eles iam para a biblioteca. A biblioteca era pública, não precisava ser um comensal para frequentá-la. Era aberta à comunidade. O ambiente do SAPS era gostoso: tinha música, tinha uma alimentação.”

O sucesso da política pública de alimentação e cultura representada pelo SAPS pode ser referendado pelo apoio das camadas populares a tais iniciativas, tanto que os pedidos de sua ampliação surgiam das diversas regiões do país. Esse apoio, provavelmente, se deveu aos ganhos materiais e culturais que o projeto lhes propiciou.

Outra forma de apoio e apropriação desse espaço de alimentação e cultura se faz presente através da participação dos trabalhadores que escreviam ao SAPS pelos mais diversos motivos. Sugeriam mudanças no preparo dos alimentos; falavam das bandejas utilizadas; reclamavam dos preços; parabenizavam a organização; criticavam algumas administrações.

Não se pode dizer que a exposição da lei a casos concretos e as soluções que beneficiavam a classe trabalhadora fosse construção intelectual ou manobras do populismo com o intuito de manipular quem procurava o amparo legal. Mas pode-se deduzir que esse tipo de atitude disseminava sentimentos de segurança e proteção por entre os trabalhadores. Quem não gostaria de ter um serviço gratuito de esclarecimento de seus direitos trabalhistas? Não é esse o trabalho das atuais defensorias públicas? Por isso, afirma-se que o SAPS também se propunha a democratizar o direito dos trabalhadores, na medida em que lhes facilitava o conhecimento e a discussão das leis trabalhistas. Essa prática lhes permitia problematizar as normas jurídicas e discernir qual o melhor caminho a ser seguido.

As ações do SAPS contribuíram também para a introdução do desjejum escolar no Rio de Janeiro, capital da República. Era o início da merenda escolar. Estaria em curso, unicamente, uma medida assistencialista? Acredita-se que, em se tratando de fome e da desnutrição infantil, ainda que a medida seja paliativa, ela é bem-vinda. O depoimento de quem era criança pobre naquele contexto demonstra que essa era uma política positiva, conforme atesta o depoimento de Norival Aprízio do Canto:

“Numa família de vários filhos naquela época, a existência desse café da manhã patrocinado pelo SAPS era um grande alívio para nós. Nossos pais ficavam despreocupados porque sabiam que estávamos nos alimentando bem. Isso também funcionava como estímulo ao estudo porque, para se tomar o desjejum, a criança tinha que frequentar a escola. A criança tinha que ir com o uniforme da escola pública. Isso representava menos despesa para nossos pais e a possibilidade de melhorar de vida através da educação. Por isso, digo que o SAPS representava uma conquista para a classe trabalhadora.”

O direito e o acesso à boa alimentação, aos livros, aos discos e ao conhecimento jurídico da CLT só foram possíveis aos trabalhadores porque o governo, atendendo as reivindicações da classe, implantou essa política pública. Nesse espaço, subsidiado pelo governo, os trabalhadores podiam exercitar o que Walter Benjamin apontou ser uma faculdade que “nos parecia segura e inalienável,”⁷⁵⁹ e que era a “de intercambiar experiências”. Foi através dessa experiência que passa de pessoa a pessoa e ouvindo

⁷⁵⁹ BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 1987, v. 1., p. 198.

suas narrativas que se pode compreender o sentido da existência do SAPS para a classe trabalhadora.

Procurando compreender a acepção da política pública representada pelo SAPS, dentre todas as narrativas e textos pelos quais se percorreu, considera-se que a fala destacada a seguir tenha o potencial simbólico de representar a essência desse projeto:

“Aquele traçado de longa distância entre a Sete de Setembro e o Largo do Riachuelo fazia parte da geografia de minh'alma. E não me pesava. Ao contrário, descontraía. Ir a pé, conversando com o Dnar, Wandyr, meus manos e papai, era um trajeto luminoso de uma irmandade que progredia. Estávamos como marujos da viagem inicial do longínquo mar terreno, viajadores de uma extensão cotidiana de ir e vir pelos mesmos caminhos, filosofando, almoçando todos os dias a bandeja coletiva do extinto SAPS, o restaurante popular da Avenida dos Andradas para onde íamos, passo a passo, vencendo-se quase metade da cidade, a comer a sagrada marmitta de nossas evocações. E íamos. Dóceis e frágeis, porém fortalecidos na unidade e no sonho de um algo quase impossível, dessa viabilidade cooperativista (...). Porque éramos, todos, rigorosamente iguais – os irmãos de sangue e os de amizade – nessa sinfonia operária e sensível sem trauma algum, numa cantata uníssona de belezas. E verdades.”⁷⁶⁰

O SAPS significa nessa fala a ideia do cooperativismo, a via da igualdade. A unidade e o sonho quase impossíveis que se concretizavam de forma solidária. Eis porque os trabalhistas rememoram o SAPS com saudade! Os Restaurantes Populares e suas bandejas coletivas se apresentavam como palco para o exercício da comunhão social. Por isso, as irregularidades administrativas, as CPIs e as denúncias de corrupção, mesmo com toda sua concretude, foram menores que o cabedal das boas lembranças deixadas pelo SAPS.

⁷⁶⁰ Carlos Bracher, Ouro Preto, madrugada de 26 de agosto de 2011. Carlos Bernardo Bracher nasceu em Juiz de Fora em 1940. É pintor, desenhista e escultor brasileiro. Iniciou sua atividade artística como decorador de louças na oficina de seu pai, começando sua formação na Sociedade de Belas-Artes Antônio Parreiras, de Juiz de Fora. Estudou composição e análise crítica com Fayga Ostrower e História da Arte com Frederico Moraes, na Universidade Federal de Minas Gerais, técnica com Inimá de Paula, em Belo Horizonte. Descobriu com Orlandino Seitas Fernandes o barroco mineiro. Com o Prêmio Viagem ao Exterior do Salão Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, conquistado em 1967, seguiu para a Europa para se aperfeiçoar em pintura, permanecendo um ano e meio em Paris e seis meses em Lisboa. Em 1968, recebeu o Prêmio Revelação do Ano, concedido pelo *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro.

O texto destacado relembra sua frequência ao Restaurante Popular do SAPS e prefaciou sua exposição, realizada no Museu de Arte Murilo Mendes da Universidade Federal de Juiz de Fora e ocorrida em 2011.

Esta pesquisa procurou reconstruir a história da existência do Serviço de Alimentação da Previdência Social no Brasil sob o prisma da leitura de Bakhtin acerca do papel da memória na transformação e compreensão do passado: "Não se pode mudar o aspecto filosófico objetivo do passado, porém o aspecto de sentido, o aspecto expressivo e falante pode ser mudado, porque é inconcluso e não coincide consigo mesmo."⁷⁶¹

⁷⁶¹ BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Op. cit., p.393.

Fontes

Documentos oficiais

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 2.478, de 05 de agosto de 1940. *Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)*. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> >. Acesso em 26 de março de 2005.

_____. Senado Federal. Decreto-Lei 2.988, de 27 de janeiro de 1941. *Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)*. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> > Acesso em 24 de abril de 2006.

_____. Senado Federal. Decreto-Lei 4.859, de 21 de outubro de 1942. *Cria uma Seção de Subsistência no Serviço de Alimentação da Previdência Social, e da outras providências*. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> > Acesso em 24 de abril de 2006.

_____. Senado Federal. Decreto-Lei 5.443, de 30 de abril de 1943. *Amplia a estrutura e finalidades do SAPS*. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> >. Acesso em 26 de março de 2005.

_____. Ministério da Previdência Social. Decreto-Lei n.229, de 28 de fevereiro de 1967. *Dispõe sobre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)*. Disponível em: < <http://www.previdenciasocial.br> >. Acesso em 05 de julho de 2004.

Depoimentos

Adroaldo Pereira de Luna, Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 1 hora de entrevista.

Affonso Romano de Sant' Anna, Juiz de Fora, MG. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 3 horas de entrevista.

Anna Maria de Castro, Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Anita Aline Albuquerque Costa, Recife, Pernambuco. Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Entrevistadoras: Angela Castro Gomes Dulce Pandolfi.

Arnaldo dos Santos, Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Ary Vaisman, Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Clodesmidt Riani, Juiz de Fora, MG. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 3 horas de entrevista.

Eladir dos Santos, Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Élzio Bruni, Rio Novo, MG. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 3 horas de entrevista.

Euthalia Tavares Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Fuad Yazbeck, Juiz de Fora, MG. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 3 horas de entrevista.

Geraldo Jacometti, Juiz de Fora, MG. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Henrique Veltman Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Laiz Velloso, Juiz de Fora, MG. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Leila Fonseca Barbosa, Juiz de Fora, MG. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 3 horas de entrevista.

Maria do Carmo Costa Veloso Santos. Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Norival do Canto. Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Oswaldina Nole do Nascimento Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Ruth Bezerra Madeira. Rio de Janeiro, RJ. Entrevistadora: Ana Maria Evangelista, 2 horas de entrevista.

Jornais

A Noite

Gazeta de Noticias, Fortaleza.

Opção on-line, Goiânia.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

Diário de Noticias, Rio de Janeiro.

Última Hora, Rio de Janeiro.

Diário Carioca, Rio de Janeiro.

Diário Mercantil, Juiz de Fora.

Gazeta Comercial, Juiz de Fora.

Correio do Povo, Porto Alegre.

Revistas

Boletim do SAPS, 1948, 1949.

Boletim Estatístico do SAPS, 1950.

Revista de Nutrição do SAPS, Março, Abril e Maio de 1946.

Arquivos

CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Biblioteca Nacional

Arquivo Municipal de Juiz de Fora.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *A construção do "herói": leitura na escola: Assis, SP, 1920/1950*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

- BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo, Paz e Terra, 1981 e *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., v. 1, 1987.
- BEZERRA, José Arimatea. *A Gênese do Saber em Alimentação e Nutrição: emergência, divulgação e aplicação social*. FACED, UFC, 2010.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In Constelação Capanema: intelectuais e política/ Helena Bomeny (Org.)*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAIT, Beth, (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural*. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2002.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009
- _____. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano*, v. 2 - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTRO, Anna Maria de. *Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política*. Rio de Janeiro: Tese para o concurso de livre docência em Sociologia: Instituto de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, 1977.
- CASTRO, Josué. *Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. Ed.936, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- _____. *Aos pobres pertence o reino da Terra*. In: *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1957. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro>> Acesso em setembro de 2008.
- _____. *Condições de vida da classe operária no Recife*. Disponível em <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro>> Acesso em setembro de 2009.
- _____. *Documentário do Nordeste*. 3ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.
- _____. *Homens e Caranguejos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CLARO, Adriana Thomazotti. *Textos e contextos das políticas públicas para leitura no Brasil: o lugar da literatura infantil*. São Paulo: Tese de Doutorado defendida no PPGE do Departamento de Sociologia da USP, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 16ª ed., v.1 e 2, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *A Escrita da História*. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1982.

CIDRACK, Marlene Lopes. *Escola Agnes June Leith*. Formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação (1944-1966). Tese de doutoramento, UFC, FAGED, 2010.

COSTA, Dante. *A NUTRICIONISTA sua responsabilidade e sua alma*. Coleção Ensaio e Debate Alimentar. Rio de Janeiro: SAPS, 1958.

_____. *Experiência Brasileira em Restaurantes Populares*. Repartição Sanitária Panamericana. Primeiro Congresso Inter-Americano de Medicina, Rio de Janeiro, setembro/ 1946. Disponível em <<http://hist.library.paho.org/Spanish> > acesso em julho de 2010.

COSTIN, Cláudia. *Leitura e Cidadania*. In PINSKY, Jaime (org.) *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Estado, Classe trabalhadora e políticas sociais*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano*, v. 2 - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DARTON, Robert. *História da Leitura*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *Memória e História: potencialidades da História Oral*. ArtCultura. Uberlândia-MG, Vol. 5, Nº. 6, JAN – JUN/2003.

_____. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Contexto, 2006.

_____. *Nacionalismo como projeto de nação: A Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*. In; FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão, org. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Trabalhismo, Nacionalismo, Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas da Unisinos. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br> > Acesso em Novembro de 2011a.

_____. *O Filme Jango: memória e história*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho 2011b,

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESCUADERO, Pedro. *Alimentação*. 2ª ed., trad. Helion Póvoa. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1934.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Sede de Leitura: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: FAGED/UFJF, 2007.

FAYE, Jean Pierre. *Languages totalitaires ET Théories du récit*. Hermann, 1972. In: CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1982

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *História do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

_____. *O Estado Novo no contexto internacional*. In: *REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

- FARACO, C. A. *Criação ideológica e dialogismo*. In Faraco, C. A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2011.
- _____. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In Ferreira, Jorge, Delgado Lucilia, Org. *O Brasil Republicano v. 3, 2ª ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, Julho 2002, n.116.
- FOGAGNOLI, Marcela Martins. *“Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- FURTADO, Celso. *O Longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica, Prova*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1988.
- _____. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge, AARÃO, Daniel Reis. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Org. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa 1. *Revista Luso-Brasileira*. Vol 41, N.1, 2004.
- _____. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- HOBBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. – 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- L’ABBATE S. *As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: período de 1940 a 1964*. *Revista Nutrição PUCCAMP*, 1988.
- LAHIRE, Bernard. *Reprodução ou Prolongamentos Críticos?* *Educação & Sociedade*. Ano XXIII, n. 78. Trad. Alain François. Campinas, abr/2002.
- LE GOFF, Jacques.(org) *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência*. In: FERREIRA, Jorge e LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

- LIMA, Eronildes da Silva. *Gênese e Constituição da educação alimentar: a instituição da norma*. História, Ciências, Saúde Manguinhos, V(1): 57-83 mar.-jun. 1998.
- LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. In: Projeto História 17. São Paulo: PUC, 1998.
- MINGUELEZ, Roberto. *Le Récit historique: légalité et signification, in Semiotic*, t. III, nº1, 1971. In: CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1982.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*, v3. Op cit, 2008.
- NORA apud LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado*. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1982.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Sindicalismo e luta por direitos sociais do trabalho em Juiz de Fora nos conturbados anos dos governos, provisório e constitucional, de Getúlio Vargas (1930-1937)*. Virtú (UFJF), v.1, 2008.
- OLIVEIRA, Paulino. *A História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.
- OST, François. *Contar a lei: As fontes do imaginário jurídico*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- PANDOLFI, Dulce. *Introdução*. In: *REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- PEREGRINO, Umberto. *Idéias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil*. Rio de Janeiro: SAPS, 1950.
- _____. *À Margem do Problema Alimentar Brasileiro*. Fortaleza: Escola Agnes June Leith, 1950.
- PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (orgs). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PUREZA, Fernando Cauduro. *Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da segunda guerra mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Historia, 2009.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, Jaime. *Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) - políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 15. n. 2.p.221-255. Jul - dez. 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília: Editora UNB/Câmara dos Deputados, 1979.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010
- SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for economic and socialdevelopment (AIA) e os Programas de Modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de Doutorado apresentada ao

- Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, 2009.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- SOARES, Magda. *Metamemória-memórias: Travessia de uma educadora*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.
- THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASCONCELOS, F. de A. G. de: *Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII(2): 315-39 jul. - ago. 2001.
- _____. *Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula*. Rev. Nutrição. Vol. 18 nº 4 Campinas, SP, Jul/Agosto 2005.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela - nacionalismo e regionalismo paulista*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.
- VEYNE, P. apud CHARTIER, Roger. *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo a Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. O Brasil Republicano, v. 3 - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. *A Construção do Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *La imaginacion y el arte en la infancia (ensayo psicológico)*. Colonia Del Carmem (México): Hispanicas, 1987.
- _____. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.